CECÍLIA CARDOSO TEIXEIRA DE ALMEIDA

O GRANDE ABC PAULISTA: O FETICHISMO DA REGIÃO

**Tese de Doutorado apresentada ao Programa
de Pós-graduação em Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.
Departamento de Geografia, FFLCH – USP.**

Orientador: Prof. Dr. André Martin

São Paulo

2008

Àqueles a quem devo:

Elvio Rodrigues Martins. A inspiração profissional. Por menos que demonstre sou imensamente grata pelas discussões, sugestões e apoio de quem sempre e mais torceu por meu êxito. Obrigada do fundo do meu coração.

Elvira Cardoso T. de Almeida, por me lembrar que tudo passa e tem remédio...

Lúcio Teixeira de Almeida, por compreender minha impaciência com seu silêncio...

Lilian Lisboa Miranda por seu carinho, acolhimento e seriedade profissional. Bons toques, nas horas certas. Uma boa surpresa que a vida trouxe e que gostaria para todos os tempos. Obrigada!

Isabel Alvarez por ter “carregado o piano” em conjunto, com suas acolhidas e risadas. Essa Béliquis é fogo! Uma admirável e forte amiga.

Ruy Moreira, quem me deu o norte profissional. Das conversas às sextas-feiras, muitas idéias entre as quais a matéria prima dessa pesquisa. MUITÍSSIMO obrigada, “*feio*”!

Um agradecimento muito especial ao André, pelo tom sempre calmo dos encontros de orientação e pela sensibilidade frente às conjunturas profissionais em que me encontrei.

No mais, aos amigos que estiveram próximos presentes e não...

Dedico este trabalho a:
Elvira Cardoso Teixeira de Almeida
Lúcio Teixeira de Almeida

E in memoriam:
Armando Cardoso
Jayme Pinheiro de Almeida

RESUMO

O tema desse trabalho se refere à definição do intitulado “Grande ABC Paulista” à luz do debate da teoria da região e regionalização, desenvolvida a partir das escolas de geografia introduzidas no Brasil, sobretudo a de influência francesa.

Resgatamos tal noção através das contribuições de maior expressão quanto à discussão regional demonstrando as formas como foram incorporadas ao pensamento geográfico brasileiro e ao aparato técnico-operativo relacionado ao Estado.

A partir disso, nos voltamos à formação territorial e aos desdobramentos municipais que atualmente constituem o ABC, ou seja, as transformações quanto ao papel que desempenhou ao longo do processo de desenvolvimento paulista, a fim de avaliar a pertinência dessa denominação como unidade regional tomada e usada pela imprensa e autoridades políticas locais. Para tanto, averiguamos o contexto em que surgiu no cenário brasileiro e as razões que induziram sua disseminação e utilização a partir dos anos 50.

ABSTRACT

The theme of this work concerns the definition of "Greater ABC Paulista" in the light of discussions of the theory of the region and regionalization, developed from schools of geography made in Brazil, especially that of French influence.

We redeem this concept through the contributions of more words about the regional discussion demonstrating the ways in which they were built into the thinking and the geographic Brazilian technical device-related operating the state.

From there, we turn to the training area and the developments that currently constitute the local ABC, or the changes on the role it played during the development process Paulista, to assess the relevance of this designation as a regional unit making and printed and used by local political authorities. To do so, investigate the context discovered in the Brazilian scenario and the reasons that led its dissemination and use from the 50

Palavras Chave

Metrópole, Região, Representação, Territorialidades, ABC Paulista

Key Words

Metropolis, Region, Representation, Territory, ABC Paulista

SUMÁRIO

Introdução.....	p.6
Capítulo 1 – Região e Geografia. O debate instaurado pela Escola francesa e suas repercussões sobre a geografia brasileira – fundamentações teórico-metodológicas.....	p.14
1.1 - O ambiente de discussão da escola francesa de Geografia: autores significativos para o debate regional.....	p.17
1.2 - A Região. Considerações metodológicas.....	p.18
1.3 - As repercussões da Escola Francesa nas propostas de divisão regional para o território brasileiro.....	p.49
1.4 - Um ensaio de proposição – Região como categoria representativa dos processos geográficos.....	p.61
1.4.1 - A Região do Grande ABC, a partir das inferências desenvolvidas – “nem realidade empírica nem produto cognitivo”.....	p.66
1.5 - As determinações e os aspectos subjacentes à concepção/percepção no cotidiano: continuidades/ descontinuidades; unidade/ fragmentação; homogeneidade/heterogeneidade.....	p.73

Capítulo 2 - A Gênese de conformação territorial do ABC Paulista e a posição de destaque em face da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)..... p.102

- 2.1 - A Vila de Piratininga e as razões que levaram a escolha de seu sítio..... p.106
- 2.2 - Santo André da Borda do Campo e o processo de evolução subsequente: desdobramentos municipais..... p.178
- 2.3 - As emancipações políticas como resposta às demandas econômicas - Frações sociais envolvidas nesse litígio, a seguir de 1930 e a forja identitária; os anos 50 e a introdução do setor automotivo..... p.194
- 2.4 - As linhas gerais que caracterizaram as relações campo-cidade. A conjuntura em que se deu a composição do ABC Paulista..... p.222
- 2.5 - Dessemelhança entre produção e consumo..... p.249
- 2.6 - A queda tendencial nas taxas de lucros e a Grande Indústria no ABC p.258
- 2.6.1 - Os anos 80 e as palavras de ordem: globalização, *just in time*, adaptação, flexibilização, desregulamentação, estoque zero..... p.260
- 2.6.2 - Deslocamento fabril e setorial, desterritorialização industrial, desindustrialização, descentralização, desconcentração e fragmentação decisórias e produtivas. Alguns esclarecimentos..... p.270

Capítulo 3 - Os anos 90: da região à cidade-região. Os reflexos das transformações produtivas na definição do ABC Paulista..... p.274

- 3.1 - Os condicionamentos para re-definir “ região do Grande ABC” capazes de revelar sua geograficidade..... p.281
- 3.2 - A definição oficial das regiões metropolitanas brasileiras e a região da ciência geográfica: conteúdos, critérios, objetivos e limitações..... p.288
- 3.3 - Representação e realidade: A Ciência Geográfica frente à geograficidade do real..... p.306

3.4 - Região, regionalização: regiões homogêneas e polarizadas: do planejamento setorial ao regional..... p.309

3.5 – O ABC Paulista e a reprodução das relações produtivas. Inferências e ligações entre o mundial, o regional e o local na organização da esfera produtiva e na gestão pública das frações sociais presentes..... p.314

Considerações Finais..... p.323

Bibliografia..... p.329

Introdução

Região metropolitana X região do ABC: oposição, complementaridade ou unidade? Processos, agentes, escalas e sua representação.

Certas qualidades observadas sobre o chamado ABC paulista nos intrigavam desde há muito. Uma espécie de encantamento diante do fato de estarmos tão próximos do maior e mais importante pólo industrial brasileiro e ao mesmo tempo saber tão pouco a seu respeito. Sete cidades das quais três ou quatro se ouviam notícias com maior frequência e notadamente São Bernardo do Campo.

Este município cuja expressividade decorrera inicialmente da presença de unidades fabris, instaladas, sobretudo, a partir dos anos 50, nos anos 80 por meio à organização política do operariado, obteve projeção em diversas escalas: local, regional, nacional e mesmo, internacional. Desta posição dominante adira a justificativa para a expressão “Grande ABC”. Em sendo assim, sob que pretextos fora convertida em “Região” uma vez que composta de cidades com tão díspares realidades? Haveria razões para reavê-la apartada do arranjo territorial metropolitano, e, portanto, daqueles circunscritos a sua própria definição? E, seguindo outra linha de interlocução, como esse dinâmico centro produtor resistiria às intempéries diagnosticadas pelos analistas econômicos ao término dos anos

80, sem para tanto, contar com as relações de que já dispunha com a capital paulista?

Nesse caso, é reconhecido o fato de que as escolhas para tal elaboração e o enquadramento dos municípios do ABC a uma mesma unidade regional, repousaram sobre a presença marcante da atividade industrial em suas interdeterminações, e destas, com as demais atividades metropolitanas. De sorte essa identificação tem raízes no projeto nacional de industrialização, veiculado pelo gabinete presidencial sob o governo de Juscelino Kubitschek, mas que somente ganhou destaque quando unidades fabris tornam-se predominantes, isto é, como centro e motor econômico nacional, capaz de redesenhar sua geografia.¹

Como o esperado, toda ordem de impasses inerentes aos desdobramentos de uma implantação industrial de magnitude, até então inédita no país, se fizeram sentir e redundaram na formação de uma força sindical do mesmo modo aparelhada e expressiva.

Em pouco tempo o ABC, além de pólo industrial, passou ao conhecimento público como lugar de ampla organização e mobilização política no que diz respeito às condições e reivindicações trabalhistas, em face do grande capital que ali se alojou. Isso não significa que, anteriormente a este período, tenham inexistido iniciativas de atuação por parte da força de trabalho. Muito ao contrário, as contendas por ela vividas foram marcadas por uma predominante postura de enfrentamento.

Entretanto, tendo por horizonte de pesquisa apreender as relações entre as metamorfoses porque passou a geografia do ABC, fundamentalmente por intermédio do capital industrial automotivo, e as conseqüentes representações que obtiveram (por parte do Estado, imprensa, senso comum, Ciência Geográfica), basta indicar o final da década de 80, como marco decisivo de ações reivindicatórias associadas à instalação de mudanças internas à esfera produtiva.

Durante essa fase chamada de “abertura” política emergiu uma série movimentos de paralisação e de greves, em função das condições em que se

---

¹ Existe uma extensa bibliografia sobre o desenvolvimento industrial do ABC a partir do nascimento dos diferentes municípios, com suas especificidades, assim como sobre sua reformulação cartográfica e administrativa. Podemos indicar a tese de doutorado de Maria Matilde Almeida Melo, apresentada em 2001 ao programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC S.Paulo.

encontravam. Passados esses episódios e inseridas nos tempos que, posteriormente ficariam como o mais duro período de crises sucessivas pelas quais atravessou a economia brasileira, a indústria em seu formato transnacional redimensionou as estratégias adotadas para sua acumulação, e redefiniu as escolhas praticadas anteriormente.

Dessa apreciação resultou a retirada de fábricas outrora fomentadas pelas generosas benfeitorias e facilidades ofertadas pela administração pública, e de outro lado o encerramento de atividades manufatureiras ali tradicionalmente fixadas. Em verdade, essa cadeia de decisões traduziu localmente os rumos que as empresas deliberaram internacionalmente.

Iniciado o decênio ulterior surgiram fortes rumores sobre mudanças nesse perfil econômico, tanto referente à força dos sindicatos, como propriamente às adaptações exigidas pela esfera produtiva. Por conseguinte, a ostentação desse fato ganhou todo o ABC, tendo por conduto a imprensa local, que transmitiu não apenas esses acontecimentos como também tratou de alardear sobre a desenfreada onda de demissões que supostamente adviriam daquela ocasião em diante. Associadas a elas, vieram respostas referentes aos dirigentes políticos, às plataformas dos partidos e sindicatos que rapidamente incorporaram este discurso dirigindo-o em seu favor.

Notícias alarmavam as possibilidades de o ABC perder a posição de liderança no quadro da industrialização brasileira, em razão de um pujante passado de lutas e de negociações sobre as condições trabalhistas. Este dado foi considerado como motivação suficientemente forte para levar ao procedimento de egressão presente entre as unidades fabris.

Dirigindo-se a outros locais e atraídas por vantagens comparativas concernentes aos fatores produtivos e a cobrança de impostos, esta migração era dada como inequívoca e conseqüentemente o início de um processo mais longo e de maior profundidade, ou seja, a temida desindustrialização.

A intimidação causada por aquelas ameaças trouxe à luz as evidências sobre os vínculos concretos entre tensões geradas pela produção, a urgência de firmar uma identidade regional e as formas de entendimento geográfico presentes.

Independente de nossas dúvidas sobre a legitimidade do termo região para nos remeter ao ABC, essas relações de força fizeram com que investigássemos a procedência originária de tal termo e que colocássemos em xeque o traçado de seus contornos, apontando a uma redefinição.

Isto posto, passemos aos termos de nossa pesquisa. Primeiramente buscamos fazer um apanhado geral sobre a introdução e trajetória da geografia no Brasil. Procuramos verificar os princípios que costumaram acompanhar a perspectiva regional no âmbito dessa ciência, a fim de abalizar as propostas de regionalização, as influências que incidiram sobre ela, seus critérios e pressupostos.

Em outras palavras, propusemos esquadrihar as implicações dessas acepções, os pontos de partida e subsídios de delimitação, enfim, compilar o debate sobre seus significados e razões de ser. Assim supúnhamos que dessa forma poderíamos averiguar os contributos da ciência geográfica ao aparato administrativo oficial, cuidando em apontar as limitações respectivas a cada âmbito. Da diversidade de propostas regionais obtidas para o Brasil, desdobraram-se posteriormente a composição de regiões metropolitanas nos anos 70.

Contudo, devemos salientar que não se trata de uma explanação dos vários autores das diversas escolas que passaram por esta discussão.² Coube a nós apenas resgatar e, assim esclarecer, os elementos fundamentais que nos deram suporte para desenvolver esse trabalho. Interessou-nos demonstrar a correspondência entre as dinâmicas produtivas e suas diferentes apreensões, – os reflexos sobre a construção do senso comum e à própria pesquisa regional –, para daí retomá-las na perspectiva geográfica, no plano de seus conceitos e articulação lógica. Para dar continuidade, fomos apurar em que medida esse recorte forjou a disseminação de uma identidade particular, como um dos vértices a manter, justificar e garantir à emancipação política, a autonomia decisória de que requer o traçado municipal, em face da região metropolitana de São Paulo, isto em relação aos recursos de que ambos dispõem. Em outros termos, examinamos a pertinência e o caráter ideológico implícitos à oposição ABC Paulista e Capital.

---

² Para tanto, indicamos o trabalho de Elvio R. Martins, tese de doutorado apresentada em 1997 ao departamento de Geografia da FFLCH da USP.

Ainda no primeiro capítulo, somamos reflexões derivadas da Filosofia e das Ciências Sociais, para corroborar e sustentar uma possível sugestão de entendimento geográfico cujo mote empírico constituiu a referida metrópole e, nela, o ABC paulista.

Depois desse levantamento que cruzou autores, conceitos e paradigmas sobre os quais desenvolvemos nossas conjecturas, passamos à etapa subsequente que corresponde ao segundo capítulo.

Nele cotejamos alguns nomes da geografia e da história assim como de outras ciências, a fim de explicar os diferentes momentos de formação do ABC paulista, inserido no contexto brasileiro. Nesse momento de nossa investigação, incidimos propriamente sobre a interpretação e comentários daqueles que, por motivações diversas, a ele se dedicaram.

Com essa intenção, resgatamos a leitura sobre a metrópole paulista realizada por Aroldo de Azevedo e seus colaboradores no clássico trabalho de pesquisa intitulado “A Cidade de São Paulo - Estudos de Geografia Urbana” distribuído em quatro preciosos volumes e datados do ano de 1956.

Para com ele dialogar, trouxemos Otaviano Gaiarsa em seu livro “A cidade que dormiu três séculos”, de 1968. Esse historiador andreense nos contou, passo a passo numa perspectiva estritamente local e parcial, o processo de composição do arranjo territorial abecedense. Apesar de seus depoimentos e impressões se comprometerem com a objetividade, a neutralidade e o rigor postos pelo positivismo, em verdade, nos ofereceram uma voz de referência e de testemunho muito particular sobre o mesmo tema. Se Aroldo de Azevedo pensou na posição central ocupada pela cidade de São Paulo, no vigor de polaridade sobre seus arrabaldes, Gaiarsa inversamente recai sobre o ABC responsabilizando a Capital por ofuscar-lhe o dinamismo e valor.

Com o propósito de fechar essa etapa, capturamos as contribuições de Francisco de Oliveira e Thomas Skidmore que nos ofereceram o quadro político e econômico geral do Brasil no período que recobre, desde a década de 30 até o final dos anos 70. Com eles nos foi permitido averiguar as passagens em que se

deram as transformações quanto às tarefas pertinentes aos distintos níveis de gestão administrativa.

Evidenciamos, ainda, o papel e a articulação dos interesses das muitas frações sociais envolvidas e os ardis de que se valeram para sobrepor hegemonicamente uma a outra ao longo deste tempo. Ao estabelecer os elos entre os projetos nacionais e os caminhos que levaram aos contornos geográficos regionais e locais, retomamos as indagações sobre a correspondência entre realidade e representação (senso comum, imprensa, lideranças políticas, ciência geográfica).

A datação aludida se justificou através das importantes mudanças acometidas pela crise dos anos 80. Tais foram suas dimensões que adentraram ao decênio subsequente convertendo-se em estratégias produtivas com “palavras de ordem” como “adaptações”, “flexibilidade”, “estoque zero” em meio aos paradigmas obscuros, mas ditos como pressupostos à “globalização”.

Temos daí, uma das balizas dos anos 90, ou seja, a intenção de concretizar o programa de alterações sobre a tessitura produtiva, como diretriz posta por meio às relações internacionais entre empresas e a afirmação da mundialização do capital.

Como estandarte máximo de enfrentamento aos impasses relacionados à tendência de queda das margens de lucros, foi composto o repertório de desculpas para toda sorte de arbitrariedades no que tange à organização do trabalho e a recolocação do ABC paulista. Em tais circunstâncias, tornou-se patente o evidente fomento, por parte do Estado, em promover um ambiente de competição entre cidades brasileiras capazes de abrigar o capital produtivo.

Esse conjunto de acontecimentos delineou o caminho de prosseguimento do terceiro e último capítulo. Nele introduzimos a discussão sobre cidades-regiões, desenvolvida justamente por conta das transformações a que testemunhamos nas últimas décadas, vinculadas aos arranjos produtivos e sua corporificação territorial. Com esta, pensamos fazer as amarrações finais que por sua vez indicaram a necessidade de empreender novos trabalhos, esperamos, em futuro próximo.

Capítulo 1

Região e Geografia. O debate instaurado pela escola francesa e suas repercussões sobre a geografia brasileira – fundamentações teórico-metodológicas

O debate sobre região e regionalização dentro da geografia pode se apresentar, aos olhares desavisados, como uma mera discussão semântica que não traduz nenhum patamar de entendimento de maior envergadura em face do conjunto de desafios e problemas que se colocam como alvo de reflexão. Também pode parecer estranho, que uma pesquisa que tenha por tema as transformações introduzidas no ABC paulista pelas mãos do capital industrial e pela ação das transnacionais, inicie com um capítulo em que o mote principal se dê por meio a construção do conhecimento geográfico, e mais diretamente, àquele relacionado à composição da categoria região e as necessidades de regionalização.

No entanto, temos a intenção de estabelecer um panorama geral das concepções geográficas no Brasil, para colocá-las frente a frente aos acontecimentos que se efetivaram por meio das realizações da iniciativa privada (o capital produtivo) aliado à ação do Estado. Esse procedimento tornará possível observar e indagar sobre as correspondências e pertinências entre as denominações usualmente evocadas para tratar a conformação territorial de São Paulo tal como Região do Grande ABC, Região Metropolitana de São Paulo e Cidade-Região. Em outras palavras, queremos a partir de um modelo empírico, – as complexas mudanças pelas quais passam as dinâmicas fabris abecedensses –, avaliar como foram transmitidas e decodificadas para o plano da elaboração científica e, se ainda, tomam por referência os critérios de unidade e de isolamento enquanto regiões.

Entretanto, não seria possível perfazer esse caminho sem identificar as ingerências da geografia francesa sobre a produção brasileira, especificamente, no que tange à contenda regional. Sabidamente reconhecida, a extensão de tais influências será aqui abordada com o intuito de discriminar, no último capítulo desse trabalho, os aspectos que determinaram ou que permitiram destacar formalmente da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), o denominado “Grande ABC Paulista”, e assim, refletir sua atual pertinência.

Como veremos no capítulo seguinte, o ABC, hoje composto por sete municípios, foi sendo desmembrado de uma mesma unidade territorial e política. As razões que levaram a esse processo de emancipações atrelaram-se às transformações produtivas instauradas em São Paulo, e, pela conseqüente ampliação de seu desempenho e papel no conjunto da economia brasileira. O ABC nasceu como fruto de uma perspectiva política de industrialização nacional devidamente endossada pelo poder central ou governo federal para o estado paulista, e, portanto, ajustado pelo recorte de caráter técnico-operativo na direção de avaliar e viabilizar os investimentos públicos e privados. De outro lado, esse recorte regional permitiu às instâncias públicas superiores administrar as necessidades e demandas impostas pelo capital privado, a partir do momento de sua instalação, e mais tarde, para sua manutenção e permanência.

Portanto, as escolhas para o enquadramento desses municípios à RMSP repousaram sobre a divisão territorial do trabalho em que a presença marcante da atividade industrial determinou suas correlações, e destas com a capital. Sua assimilação como região se deu por meio do projeto nacional de industrialização veiculado pela ação do Estado, e mais expressivamente, sob o governo de Juscelino Kubitschek, mas que só obteve destaque quando as unidades fabris tornam-se efetivamente seu centro motor, redesenhando àquela geografia em sua função.³

De tal sorte, surgiram todos os impasses inerentes aos desdobramentos de uma implantação industrial de magnitude ainda inédita no país, redundando na

---

³ Existe uma extensa bibliografia sobre o desenvolvimento industrial do ABC a partir do nascimento dos diferentes municípios, com suas vocações e especificidades, assim como sobre sua reformulação cartográfica e administrativa. Podemos indicar a tese de Maria Matilde, apresentada ao programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC S.Paulo.

formação de uma força sindical do mesmo modo organizada e significativa. Logo o ABC, além de pólo industrial, passaria a ser entendido como lugar de ampla organização e mobilização quanto às reivindicações trabalhistas, as condições de exploração do operariado em face do grande capital. Genericamente, podemos nos remeter como marco desta ação, ao final da década de 80, com a chamada fase de “abertura” política, quando estourou uma série de greves por parte da força de trabalho.

Passado esse tempo e inserido no famoso e duro período de crises sucessivas pelas quais passou a economia brasileira, a indústria em seu formato transnacional adentra os anos 90, redimensionando as alternativas oferecidas para sua acumulação, e redefinindo as escolhas anteriores. A expressão empírica dessa atitude constitui a própria saída de algumas das fábricas outrora fomentadas pelas generosas ofertas da administração pública, como também o fechamento de ramos tradicionais, ali localizados.

Feitas essas breves colocações, incidiremos sobre as principais indagações no contexto da uma teoria da região e da regionalização formulada pela escola francesa e por nós herdada.

É importante salientar que não se trata de um trabalho em que estejam explanados os vários autores das diversas escolas que passaram por este debate⁴. Nosso interesse configura, num primeiro momento, avaliar a correspondência entre as dinâmicas efetivas da produção industrial e sua expressão no plano da reflexão e dos conceitos, isto é, o quanto tal divisão forjou a disseminação de uma oposição entre ABC paulista e a cidade de São Paulo e, em que medida, pode-se considerá-la verdadeira. Ainda na mesma direção, as relações entre realidade e mitos lançados por meio do senso comum e da opinião formada pela imprensa, a respeito dos impasses criados pelas tensões gestonárias desta região. Assim, o entendimento de alguns dos processos vigentes no ABC e seus resultados serão agora abordados sob estes dois domínios do conhecimento: a ciência geográfica e o senso comum.

---

⁴Para tal contribuição, indicamos o trabalho de Martins, 1997, tese de doutorado apresentada ao departamento de Geografia da FFLCH da USP.

Isto porque as formas com que ambas as perspectivas tomam os encaminhamentos dirigidos pela administração pública ao capital produtivo, especialmente à produção industrial, demonstram os aspectos ideológicos ligados ao marketing político. Em outras palavras, suas apreensões das dinâmicas que envolvem a orientação política e econômica por parte do poder público, produzem linhas discursivas de onde nascem argumentos que mais tarde se incorporam com maior ou menor êxito aos horizontes vislumbrados pela ação pública em cada contexto.

Para conseguirmos este intento, vamos explorar, brevemente, os caminhos pelos quais a geografia se embrenhou no que tange à discussão regional. Passaremos então às formas de entendimento da realidade traduzida no conceito de região em um período da história da geografia. Passamos a ela.

1.1 - O ambiente de discussão da escola francesa de Geografia: autores significativos para o debate regional

Vidal de La Blache, Albert Demangeon, Daniel Foucher, Etienne Juillard, Pierre Dumolard, Andre Dauphené, Bernard Keiser, Leonard Guelke, Pierre George, Yves Lacoste;

Ao longo do desenvolvimento da ciência Geográfica entre os séculos XIX e XX, encontramos diferentes pensadores refletindo e definindo o caráter específico de tal disciplina, seu objeto de reflexão, e por conseqüência, as tarefas, metodologias e procedimentos que caberiam especificamente aos geógrafos. Temos por exemplo, Max Sorre, Etienne Juillard, Daniel Foucher, Pierre Dummolard, Bernard Kaiser, David Grigg, enfim, um rol de autores que em alguma passagem de suas produções ocuparam-se em identificar a particularidade da geografia como campo do entendimento, colocando um ponto final no questionamento de sua legitimidade enquanto conhecimento, preocupação essa hegemônica durante tal andamento.

Mas foi com Vidal de La Blache (entre outros) que esta ciência chega mesmo a ser concebida enquanto conhecimento regional. A partir de seus

trabalhos, introduziram-se inquietações que para fins expositivos podemos dividir em duas vertentes. A primeira delas, parte do princípio que as Regiões constituem-se como objeto observável empiricamente. Desta posição derivam-se indagações tais como quais deveriam ser os pressupostos para definir uma região, a que critérios correspondem sua delimitação, e que ferramentas caberiam à sua demarcação. A segunda se dirige ao questionamento da existência propriamente objetiva das regiões, ou seja levanta questionamentos sobre a conveniência da metodologia regional diante das realidades estudadas, isto é, os significados e suas razões de ser.

Tendo a primeira sobreposto a segunda, as regiões naturais e os gêneros de vida constituintes do planeta tornar-se-iam a base sobre a qual caberia aos geógrafos o ato de regionalizar, partindo da observação, passando à descrição, e estabelecendo a correlação dos elementos delas integrantes, com o objetivo último de alcançar a explicação.

Mas apesar da forte influência e do legado deixado por tais preceitos, procedimentos e empreitadas dadas à geografia, isso foi há um pouco mais de meio século e hoje nos voltamos a algumas indagações: O que entendemos por região? Como e por que nos utilizamos dela? O que permite à imprensa afirmar o ABC como região destacada e destacável da grande São Paulo? Que implicações político-ideológicas possuem na gestão cotidiana das opções econômicas realizadas pelo grande capital e corporações? Como isto ressoa no imaginário das pessoas que ali estão e na formação de suas opiniões ou escolhas?

1.2 - A Região. Considerações metodológicas

Como havíamos dito, **Vidal de La Blache** circunscreveu a análise e explicação geográfica ao âmbito da regionalização, seguindo a idéia de que os atributos da própria região estariam concretamente presentes na realidade objetiva, permitindo, portanto sua descrição.

“Los hechos se aclaran según el orden com el que se agrupen. Si se separa lo que se debe aproximar, si se une lo que debe separar, rompe toda la relación natural; es imposible reconocer o encadenamiento que enlaza, si embargo, los fenómenos de los que se ocupa la geografia y

que constituye su razón de ser científica’.” (LA BLACHE in MENDOZA et alli, 1982 págs. 243-4)

Todavia, os elos entre os fenômenos relevantes a estes estudos, o encadeamento que esclarece a disposição de seus elementos constituintes e a maneira como se reúnem não se podem revelar segundo o autor, a não ser pela distinção entre àquilo que define como artificial em contrapartida ao dado natural. Referindo-se à importância desse procedimento para os geógrafos e ciência Geográfica, nos diz:

“Em realidad no puede ser más oscuro. Lo artificial no puede ser claro; pues al destruir lãs relaciones naturales de lãs cosas se condena uno a no darse cuenta de nada: es ponerse em contradicción com realidades que saltan a la vista.” (LA BLACHE in MENDOZA et alli , 1982; pág. 245)

Destas duas citações, podemos salientar três pontos para nossa reflexão. O primeiro diz respeito ao caráter objetivo afirmado por La Blache, para nós, irresoluto; o segundo, a menção da palavra artificial em oposição à natural tendo por base a dicotomia homem natureza; e, finalmente, o terceiro, quanto à abrangência da análise geográfica, os fenômenos e fatos com os quais deve se ocupar e de seu estatuto científico atrelado a ambos os pontos descritos. De forma sucinta, é muito simples concluir a que epistemologia esse geógrafo responde. Parece-nos que, com esses pronunciamentos, é ele, La Blache, que fragmenta a totalidade em partes, considerando-as como unidades estanques de um mesmo corpo, apenas encadeadas por um artifício metodológico de agrupamento. É o que constatamos mais uma vez nesse trecho da mesma autoria, quando busca explicar a Região Natural:

“Intentemos pues clarificar lo que hay que entender por región natural. El mejor médio para ello será librarnos de toda rutina escolástica y situarnos, siempre que sea possible, ante realidades. La geografia no és precisamente uma ciência de libros;” (LA BLACHE in MENDOZA et alli, 1982;pág. 246)

Ora, se assim fosse, a divisão regional em linhas gerais forneceria um resultado unívoco para os diferentes sujeitos a quem a ela se colocasse. Mais que isto, as interpretações apresentariam diferenças porque passadas pela subjetividade individual, sem, no entanto examinar a empiricidade da região. E,

isto não é o que verificamos acontecer efetivamente. Em um trabalho sobre a França, o próprio La Blache sofreu críticas por seus pares ao propor uma divisão regional calcada em aspectos de ordem climato-botânica, ou seja, ao tomá-los como fundamento exclusivamente determinante da região, apontando-os como dados inquestionáveis em sua concretude e precisão.

Mas por que nos detivemos em expor tais considerações? É importante lembrar-se da mencionada herança que a escola francesa deixa para a geografia desenvolvida aqui no Brasil, cabendo a nós revalidá-la ou superá-la, assim como investigar o quanto dessa tradição ainda permanece na lógica de entendimento que construímos em nossos trabalhos.

Isto posto, passamos aos demais autores que, junto com La Blache – concordando, discordando ou superando a idéia de Região Natural –, compõem nossos propósitos, entre os quais, o de ilustrar algumas das principais posições da escola francesa, de grande inserção na geografia brasileira. Posteriormente apresentaremos nossa hipótese.

Assim, por exemplo, temos **Albert Demangeon** que, com seus estudos regionais, acaba por desenvolver uma espécie de protótipo de enquête para ser aplicado. Essa lista de perguntas traçada por ele teria o mérito de trazer à luz aqueles aspectos necessários ao entendimento das dinâmicas de uma específica região. Com esta intenção, tal proposta compõe-se de uma série de indagações subdivididas e encaixadas em blocos temáticos. São eles: *Terreno, Clima, Hidrografia, Bosques, Árvores frutíferas, Economia rural, Cultivos, Criação de gado, Indústria e comércio, Propriedades e explorações, Modos de vida e povos, População e Divisões territoriais*.

Esquadrinhando o conteúdo desse modelo, torna-se evidente o plano cognoscitivo posto naquele momento e no qual se pretende emoldurar a investigação regional. Manifesta-se uma explanação que aborda as localidades como realidades estanques por meio do exame descritivo daquilo observado, justapondo elementos, numa coerência um tanto contestável. Isto porque identificamos em seus encadeamentos e de sua inserção em determinadas classes de perguntas, a estagnação da análise pretensamente regional. Nesta

abordagem a fixação dos elementos pertinentes aos lugares desconsidera os fluxos e as interações entre as partes integrantes, pois dificultariam o encaixe em uma daquelas modalidades. Ou seja, pela dinâmica própria ao que está sendo estudado, tais classes de perguntas promoveriam uma incessante recolocação, provocando diferenciações em seus resultados e conclusões. Portanto, esse caminho o geógrafo não deve perfazer.

Os equivocados excessos deste procedimento esvaziam o caráter rico e ativo da própria paisagem observada. Apesar de conhecermos o raciocínio que levou àquele tipo de levantamento, não encontramos nenhuma menção que aclarasse as razões para suas escolhas, permanecendo justificadas por si mesmas. Ora, mais uma vez a percepção se pronuncia sobre os demais instrumentos de entendimento levando à superficialidade, em tal tratamento de mote regional.

De tal sorte, expressões como *território, lugar, classe de terreno, excesso de nascimentos, aparecimento e duração de vegetais, disposição de moradia, dispersão populacional*, etc., são colocadas simultaneamente, muitas vezes fundindo os significados das categorias geográficas – ora usando uma ora, outra, indiscriminadamente –, sem, no entanto, conduzir aos plausíveis objetivos da pesquisa, por sua vez, ausentes de referimento. O resultado alcançado constitui um mosaico de peças estanques, aprisionadas na posição que cumprem no quadro da lógica da descrição.

Seu trabalho também sugere o escopo alusivo ao projeto unitário de ciência Geográfica, o que poderia ser interessante pela imagem de totalidade a ela subjacente. Todavia a unidade ergue-se sobre uma noção de natureza, composta pela somatória daqueles corpos físicos que se observam, objetos inorgânicos que têm suas dinâmicas vinculadas à vida orgânica.

Na outra ponta do questionário, os sujeitos (vida orgânica) aparecem sob a insígnia população ou povos, não apenas excluídos desse conjunto intitulado natureza, assim como das formações sociais que interam. Tal deslocamento pode ser entendido pelo fato de que faz parte da Natureza tudo o que não deriva do trabalho humano, e menos ainda, o próprio homem. Surge uma sociedade

travestida de população, obliterando indivíduos e classes, que só aparecem enquanto agentes mecânicos da produção e/ou modificadores da realidade anterior.

Uma Geografia de Regiões nem sociais nem naturais, nem humanas, nem físicas, que não atinge suas metas, apenas agrupa, lista e rotula. Reificada, essa articulação metodológica reafirma a descrição, a objetividade e o empirismo porquanto instrumentos essenciais para esses estudos. Tal constatação nos leva a acreditar que o positivismo lógico se fez ouvir não só pelas impossibilidades circunstanciais de escapar aos seus desígnios, mas por um compromisso ou necessidade de corresponder a eles, sobretudo no que concerne à legitimidade científica do conhecimento geográfico, seus procedimentos e objeto particular.

No entanto, em **Daniel Foucher** década de 40, encontramos aludida certa suspeita tanto sobre o alcance do ato descritivo, como quanto ao emprego da idéia Vidaliana de *Região Natural*. Mesmo valendo-se dela, sugere que se ampliem correlações para que se possam apreender as transformações pelas quais passam os lugares. Observamos isto no trecho a seguir:

“Para los geógrafos, la región es en primer lugar lo que llaman la *región natural*. (...) Mientras la geografía se ha limitado a descripciones mas o menos cargadas de nomenclaturas, no ha sentido la necesidad de buscar el contenido exacto de esas individualidades naturales, que se han convertido desde entonces en el punto de apoyo esencial de sus especulaciones. (FOUCHER in MENDOZA et alli., 1982; pág. 281)

E, ainda Foucher:

“Pero, en fin, la región natural existe e se afirma a menudo por ciertas identidades de poblamiento, de explotación, de formas de vida. Se producen armonías entre la tierra y el hombre, en el augusto matrimonio de la naturaleza con el que debe pedirle que provea su subsistencia, fecundándola con su trabajo. (FOUCHER in MENDOZA et alli., 1982; pág. 283)

O mundo descrito nestas citações parece ter se cindido em dois. Quando se remete à Região Natural, sugere cuidado em endossar a tradicional concepção Vidaliana. Contudo, ao se deparar com as transformações de sua época, restringe sua aplicação a certos tipos de trabalho, por exemplo, o agrícola, ou ainda, faz dela substrato dos demais fenômenos.

Embora carregado de pressupostos biológicos (como harmonia, equilíbrio, etc.), apresenta a inquietação de converter em termos geográficos as alterações ocasionadas pela urbanização. Daí resignificar a ideação de região. Decorrente dessa avaliação, o autor introduziu a noção de *nodosidade* resgatada das contribuições do geopolítico britânico Halford Mackinder, em que afirma:

“Lãs ciudades siempre han representado um nudo se relaciones, per han representado um nudo de relaciones, pero el fenómeno de nodalidad, tomando esta expresión, trás Vidal de la Blache, de Mackinder, se há complicado y reforzado singularmente, com el crecimiento y la organización de lãs ciudades modernas.” (FOUCHER in MENDOZA et alli., 1982; pág. 286)

Assim, traz para a discussão regional, o novo papel exercido pelas grandes cidades que passam a ser, mais que em qualquer outro momento da história do desenvolvimento humano, o centro da vida de relações. Essa recente posição de prestígio se confirma pela extensão de suas influências, objetivadas em geografias.

Talvez embutido em suas afirmações, esteja um interesse na gênese de formação das Regiões, só que agora a partir do fenômeno urbano, que corresponde à expressão social da forma material específica, particular à cidade industrial. Evidentemente que Foucher não declara isto, tampouco nesses termos. Mas enfatiza a força catalisadora de atividades que possuem tais cidades, excedendo sua própria territorialidade.

Este duplo aspecto aparentemente contraditório – centralidade e extensão – é, na verdade, o despertar de uma consciência intelectual que se depara com o ritmo crescente e acelerado das forças produtivas, distintas do que alcunhou “*antigas economias fechadas de antes*”, e conseqüentemente, sua conversão no campo do conhecimento geográfico e na visão de Região.

“Llegamos, pues, a cocebir la región como el territorio que se ordena armónicamente em las formas de su actividad alrededor de uma metrópoli que se há convertido em capital.” (FOUCHER in MENDOZA, 1982; pág. 287)

Em seu ponto de vista, a unidade regional passa a ser comandada não pelo que há em comum internamente a um lugar, e sim por meio da diversidade produzida direta ou indiretamente pelas metrópoles. Demonstra a coerência

existente entre os aspectos estudados, quando investiga as tramas desta nova complexidade. De certa maneira, Foucher indica, senão a transposição, um afrouxamento na rigidez do critério regional moldado sobre as denominadas “características únicas”.

Mas de todas as contribuições que porventura tenha trazido, a mais apropriada para nossa discussão, são os momentos em que se deteve na equivalência entre a intrincada geografia da modernidade e as propostas de regionalização elaboradas pelo Estado, especificamente para a França. Vejamos a seguir:

“Divisiones administrativas que quieran “crear –como decía L. Gallois em 1908- organismos mas conscientes de su unidad y de sus intereses” deben ir más allá de esas pequeñas unidades naturales, cuyos contornos pueden tener en cuenta, con mucho, al reunirlos.” (FOUCHER in MENDOZA et alli., 1982;pág. 285)

Como mencionamos anteriormente, para Foucher Região Natural perde força interpretativa diante do mundo contemporâneo, limitando-se agora a suporte da vida social.

Por outro lado, as regiões atuais não têm, necessariamente, vinculação direta ou estreita com as vicissitudes políticas, o que demonstra certo divórcio em relação às demandas do jogo de tensões provocado pela governabilidade. Mas isso são nossas especulações. Para o autor, a geografia é sinônima ao tempo presente, deixando o passado para a história.

Mas foram nos anos sessenta, que uma geógrafa chamada **Etienne Juillard** enfrentou, de forma mais dura, a problemática regional. Aproximando-se das idéias La Blache sobre região e regionalização, explorou e questionou os atributos por ele definidos para caracterizar a unidade regional, tal qual a conseqüente empreitada de revelar as individualidades próprias àquelas localidades, postas a cargo dos geógrafos. Para a autora, as condições *irrepetibilidade* e *homogeneidade* somadas à determinação de tal tarefa, promoveriam um embotamento do diálogo profícuo entre geografia regional e geral, reforçando as enumerações exaustivas tão correntes nas usuais monografias, acomodando a intenção de um esforço maior de generalização. A conceituação tradicional, em sua opinião, endossa e estimula as pretensas

sínteses impregnadas de imprecisão e, por isso, são incapazes de fornecer uma teoria regional tão imperativa naquele momento. Esta premência pode ser justificada em diversos autores e trabalhos, quando por conta de suas investigações, empregam deliberadamente o conceito de território, delatando a ausência de bases comuns ou mesmo única para todas as aplicações realizadas. Em suas palavras:

“Territorio definido unas veces por una cierta uniformidad natural, étnica ou económica, otras distrito heredado de la historia y que nos responde a ninguna realidad actual, la región se concibe generalmente como una especie de “dato” cuyos limites se esfuerzan en justificar en el umbral del estudio.” (JUILLARD in MENDOZA et alli., 1982; pág 289)

Nessa citação, Juillard observa e critica oportunamente a posição Vidaliana sobre a existência empírica das Regiões, como algo posto no real, cujos limites emergem objetivamente. A seu ver, essas delimitações de caráter duvidoso servem, em verdade, de amparo às incumbências regionais, dispensando maiores sofisticações de detalhes no que diz respeito aos critérios adotados. Em oposição às aspirações de La Blache, testemunhamos em suas colocações um enorme mal-estar com o tratamento teórico-prático dado à regionalização, e isto nos diferentes círculos profissionais.

“Ahora bien, la región ya no es hoy esse terreno um poço confidencial de la investigación geográfica, ni esse marco folklórico em que se complacen cierta ideologias reaccionárias. Cada vez más, em los medios de actuación económica y social, si piensa el desarrollo em términos de ordenación del territorio de regionalización.(...)La necesidad de eficacia plantea el problema de la definición de la región.” (JUILLARD in MENDOZA et alli., 1982; pág 290)

Tentando buscar novas saídas para os problemas apresentados, acaba por conduzir-se ao âmbito do funcionalismo e à adoção dos termos *espacio uniforme* e *espacio funcional*. A temática espacial surge para dar conta das abrangências e magnitudes alcançadas a partir da sofisticação produtiva, e mesmo, da frenética teia de interações que incorporam e superam os limites encontrados em períodos pretéritos.

A idéia de *complementaridade* entre regiões, a partir da *uniformidade* da paisagem e da *coesão* das funções, caracteriza a unidade regional de Juillard. Complementaridade que pressupõe interdependência entre os lugares de

diferentes regiões, ligadas à divisão de atividades e às competências singulares a cada uma. De tal sorte, produz o aspecto de coesão funcional cuja feição empírica constitui a própria paisagem em sua paridade. Este enfoque carrega consigo outro ponto de vista importante, a combinação dos tipos de relações entre os elementos componentes da região e os múltiplos atributos dos fenômenos que podem comparecer. Vemos a introdução do par qualidade/quantidade quando reconhece, na complexidade do que observa e pesquisa, a ampliação de fluxos de mercadorias, indivíduos, informações, incluindo novas necessidades derivadas à manutenção de seus vínculos recíprocos. A complexa ordenação econômica e social efetiva-se quando é territorializada, reproduzindo as condições de suas estratégias e objetivos, no traçado destas conexões.

Na última passagem citada, Juillard vincula regionalização à idéia de eficácia quanto ao desenvolvimento praticado pela organização das forças produtivas. Nessa consideração, hesita sobre os moldes de delimitação regional empregados, solucionando esse impasse a partir da ótica exclusiva, da economia política, isto é, rumo à gestão e à administração pública do privado, incorporada como incumbência do planejamento.

No entanto, não resolve a definição dos limites regionais para a própria geografia, tampouco questiona sua posição referente ao entendimento das realidades em seus entraves, criados, por sua vez, a partir das formas produtivas hegemônicas. Ou seja, conduz essa ciência à tão somente corresponder às demandas vigentes, sem oferecer qualquer alternativa à reflexão geográfica, veiculando-as simplesmente sem nenhuma apreciação crítica, impedimento ou restrição. Acompanhar a evolução das transformações não bastou à reformulação dos preceitos geográficos, que mais uma vez se compromete com o discurso da oficialidade.

Mesmo assim, devemos reconhecer que assim como Foucher, Juillard demonstra certa apreensão quanto às transformações pelas quais passa o mundo contemporâneo, sobretudo as repercussões no campo do conhecimento geográfico, que para ela devem fecundar de novos significados o mesmo debate regional. A realidade, portanto, convocaria reformulações, rigores e competências,

permitindo que a assistência dos geógrafos se concretizasse, ganhando assim, originalidade de sentido e expediente. Como a autora colocou:

“La evolución del mundo há modificado los términos em los que se plantea el problema regional; más exactamente, há dado uma importância creciente a um tipo de organización del espacio al que, hasta entonces, se había prestado uma atención insuficiente.” (JUILLARD in MENDOZA et alli., 1982;pág 291)

A Região passa a ser entendida como um marco dinâmico e em mutação porque se encontra entremeada com as relações produtivas estabelecidas em cada momento da história. Podemos observar um teor de fusão entre as expressões “Região” e “ordenação espacial” mencionadas por Juillard, ou a primeira figurada como efeito do processo de objetivação da segunda. Essas constatações nos fizeram pensar sobre o ponto de partida por ela estabelecido e empregado na construção dos raciocínios desenvolvidos em seus trabalhos, isto é, o lugar da ideação e do real concreto, em seu entendimento, e qual seria para ela a direção dessas determinações. Nossa impressão é que, na busca incondicional pela gênese da Região, refere-se a esta ora como dado da realidade, posição que a autora mesmo critica em diversas passagens, ora como um tipo de artifício administrativo, uma ferramenta para equacionar as ações exigidas pelo pragmatismo econômico.

Essa direção reforça a acuidade com as atividades econômicas em suas expressões territoriais, donde remonta o valor da paisagem, como uma espécie de noção geográfica aglutinadora entre os feitos *físicos* e *humanos*. Ao apreciar a região sob tais contornos, sugere nova aproximação com a ocupação dos economistas, se bem que destacando e esmiuçando suas especificidades:

“Partiendo del modelo más simple y más abstracto posible, el economista la va complicando; procede de lo general a lo particular y aborda finalmente, com alguna reticência, um caso concreto. El geógrafo, por su parte, comienza com casos particulares, localizados, complejos, pero poço extensos; se esfuerza luego por ampliar su conjunto de observaciones y comparaciones para concebir uma organización planetária del espaço; al hacer esto, se vê obligado a generalizar, a crer em la abstrcción, lê parece que se sale de su papel. Se imaginaria gustosamente uma fructífera conjunción de lãs dos disciplinas, em su marcha convergente, em um nível espacial intermédio que sería la región.” (JUILLARD in MENDOZA et alli., 1982;pág. 291)

Descrevendo o caminho percorrido por ambas as perspectivas, denota-se sua compreensão das alçadas pertinentes a cada uma, em que encontra confluências, que na sua visão são solucionadas no espaço epistêmico hipoteticamente incitado pela Região. Para a economia, o trajeto vai do geral com constatações simples, ao específico que requer maior adição de elementos, por fim se corporificando em casos únicos. De maneira oposta, a geografia traça seu curso a partir dos feitos peculiares concebidos como pouco extensos, rumo ao universal, entendido como fruto de maior abstração. Sem embargo à intensidade e à relevância dos processos e fenômenos, não pode ser medida exclusivamente pela extensão nem desdenhada pelo uso da abstração. Na verdade, temos aqui a tradução da versão metodológica de Etienne, isto é, o entendimento de Geografia, de Economia, e, de maneira mais abrangente, do próprio ato cognitivo científico.

De tal sorte, ocorrem algumas formas anacrônicas de considerar os vocábulos *generalização* e *abstração*, para além dos limites postos por aquilo que enxergamos ou percebemos. Dentro delas, o segundo termo não é previsto como fase ou momento inerente ao processo de conhecimento, sem o qual estaríamos impedidos de supor, especular ou sequer usar o que acumulamos e armazenamos de nossas experiências, assim como do próprio desdobramento histórico gnosiológico por nós herdado.

Ambigüidades ou pequenas inconsistências que novamente sobrevêm, quando faz alusão a “*um caso concreto*”. Sobre tal aspecto, entretanto, na mesma orientação dos comentários precedentes, podemos afirmar: o sujeito que conhece parte da realidade e retorna a ela lapidando sua caracterização, rumo a penetrar em suas contradições e capturar-lhe os elementos de maior significação. Este procedimento se repete quantas vezes for imposta sua necessidade. Daí nos reservarmos a qualificar de Ciência ou reflexão científica, esse tipo de metodologia e suas decorrentes sistematizações.

Para Juillard, os estudos econômicos se caracterizam pela conformação de modelos genéricos, de movimentos e manifestações incondicionais, inquirindo um padrão de ocorrência e de leis de incidência. Os casos específicos lhes fornecem interesse menor por quão direcionados àquele ponto de vista. Já nas

pesquisas geográficas, os aspectos ímpares são destacados para levar adiante as comparações surgidas da observação, donde se extraem conclusões amplas, todavia, isoladas de seus elementos particulares. Para a autora, nenhuma das tarefas é suficiente para apreender, esclarecer, prever, enfim, dominar a realidade da qual fazemos parte.

O encaminhamento metodológico para essas questões se delineia, então, a partir da definição de Região, quando tomada por *nível espacial intermediário*. Mais que isso, a autora responde aos caracteres implícitos aos paradigmas da ciência positiva, mesmo que transmutados sob a forma funcionalista ou a do estruturalismo. Assim, procura dar subsídios tanto à autenticidade – visão única e singular que deve ter cada conhecimento –, quanto ao horizonte de entendimento, ou mesmo, à envergadura da explicação, no que diz respeito às diferentes disciplinas científicas. A estes pontos, voltaremos posteriormente, para introduzir nossas próprias colocações sobre método.

No entanto, surgiram os projetos executados por **Pierre Dumolard**, por volta da década de 70, que trouxeram para nós um exemplo de acepção cuja explicação, qualificação e cognição regional assumem um teor mais totalizante. Este protótipo teórico sobre região, com influências da geografia francesa clássica, desenha seu entendimento e formulações tomando-a como um sistema aberto que manifesta estruturas internas distintas em cada momento. Assim, uma prática regional analítica que investiga a lógica ou ordem subjacente à composição regional, encontra no horizonte teórico sistêmico seu arcabouço de demarcações. Com esse propósito de delimitar regiões, ressalta a necessidade de:

(...) “encontrar, sobre la base de lãs estructuras verticales, una relación entre lugares o un orden em el conjunto de lãs relaciones horizontales.”
(DUMOLARD in MENDOZA et alli, 1982; pág.116-7)

Ou seja, devemos considerar as regiões como uma amálgama de elementos únicos que as edificam, mas também, resultam de processos comuns, que se estabelecem em todos os lugares. Esse tipo de raciocínio metodológico traz consigo a possibilidade de caracterizar o funcionamento do sistema regional, que Dumolard denomina “trocas energéticas”, a partir das quais alçamos sua estrutura interna. Com isso, identificamos as bases de que são formadas tais

estruturas, quer dizer, seus fatores verticais (locais), assim como, as relações estabelecidas horizontalmente.

“Sin embargo, se regionalizará basándose em diferencias, aunque estas diferencias relativas no tengan la importancia global que se les atribuya. Teoría regional e práctica de la regionalización se completan, pero corresponden a ópticas diferentes.” (DUMOLARD in MENDOZA et alii, 1982; pág, 452)

A noção de sistema nos leva a idéia de algo que se reproduz continuamente num movimento circular, cujo ponto inicial de funcionamento se funde ao final e assim por diante. Significa um reinício constante com força bastante para se manter e se sustentar, apesar das trocas com o externo. Mas isso não quer dizer que inexistem transformações. Pelo contrário, Dumolard insiste na idéia de equilíbrio apenas temporário de tais forças.

Assim torna relativa a importância das características singulares aos lugares, que na prática de organização espacial global, perdem intensidade. Podemos notar a indicação do caráter escalar dos acontecimentos e dos fenômenos, com os quais a Geografia se depara, e, portanto, da definição de escalaridades para o processo analítico, na medida em que se concretizam em distintos níveis.

Estrutura, forma, função, coesão, complexidade, instantaneidade, eis aqui as palavras-chave presentes nas colocações de Dumolard. Em um de seus livros, elenca seis proposições sobre a formação de Regiões, aqui delineadas sinteticamente. Aponta esse geógrafo,

- I. uma realidade observável em várias escalas e por isso quaisquer pontos do ecúmeno são parte de uma região em acordo a esta escalaridade;
- II. um sistema complexo e aberto cuja estrutura regional significa um estado instantâneo;
- III. sua existência está ligada à coesão espaço-temporal;
- IV. funcionalidade e comunidade cultural são fatores de coesão;
- V. homogeneidade e heterogeneidade são formas de coesão;
- VI. formas e fatores de coesão se combinam.

Façamos uma pausa para alguns comentários sobre os itens listados, para refletir sobre o alcance de sua empreitada.

Sobre o inciso I, vemos que o mundo do ecúmeno Dummolardiano poderia ser tranquilamente cartografado (até mesmo mentalmente) como uma sobreposição de divisões regionais que abrangem e incorporam quaisquer lugares, ali definidos como pontos. Dessa forma, procura apreender os mais distintos níveis de grandeza, diretamente vinculados à magnitude das escalas, em questão. Dessa orientação, sobressai a importância dos estudos e entendimentos regionais, para assim decifrar a complexidade própria às realidades.

Região como aparelho ou organismo vivo, cujo esqueleto que lhe dá sustentabilidade constitui-se de conexões internas entre fatores, localmente dadas, ou mesmo, fora desse alcance; nesta visão, um sistema aberto, e talvez por isso, efêmero. Aqui, todavia, deixa de prever que, cada um desses feixes de ligações presentes, da mesma forma guarda dentro de si outros níveis escalares e, sobretudo interdependências não necessariamente explícitas, em um jogo infinito de implicações, e que somente a análise poderá clarificar sua projeção (sobre outros feixes e/ou lugares) e substância.

Portanto, não existem fenômenos, processos ou fatos nos quais não estejam correlacionadas distintas qualidades de escalas, inviabilizando a pretensão de enquadrá-las em apenas uma ou outra classe de relações a que se referia anteriormente. De modo sucinto equivale dizer que, nenhuma escala tem no seu devir, uma autonomia metafísica, isolada das demais. O que caracteriza instantaneidade substituiríamos por movimento.

A partir do terceiro tópico, quando começa a tratar da coesão regional, remete-se a espaço-temporalidade, como base de entendimento que também constitui pré-requisito à sua existência. Decodifica esses termos associados respectivamente às noções de lugar, localidade, área e o segundo como período, época, momento.

A esta espécie de suporte espaço-temporal responsável pela coesão, acrescenta-lhe a *função*. Ou seja, aborda o papel que tais Regiões desempenham

quanto às atividades econômicas, em um liame de identidade cultural entre comunidades, cujas expressões objetivas se instauram na *formas* ou características de homo ou heterogeneidade. Interessante notarmos a presença do par lógico forma/conteúdo, em que, temos para Dummolard, àquelas formas determinadas e preenchidas por meio do conteúdo específico composto de relações econômicas e culturais.

Contudo, alguns termos por ele evocados perdem densidade discursiva, na medida em que provocam um reducionismo no teor e na envergadura. São exemplos disso: as conformações sociais ocultam-se nas comunidades, espaço sorve-se na idéia de substrato, tempo submerge na noção de sucessão, abrandando seus respectivos usos e significação.

Temos, portanto, o entrelaçamento das perspectivas clássicas e seu aprimoramento que redundam na forma sistêmica, como fundamentação para essa avaliação regional. Destaca-se ainda, por parte do autor, um esforço em restaurar os conteúdos regionais a partir da idéia de complexidade.

Nessa mesma época, **André Dauphiné** demonstra certa inquietação acerca dos profissionais, geógrafos ou não, que se fazem valer do marco regional para explanações e formulações de raciocínios, acusando-os de empregá-lo de maneira indevida, abusiva e simplificadora. Para galgar nova etapa e assim ultrapassar esse obstáculo, o autor traz ao debate regional, o controverso emprego da linguagem matemática e estatística ao aparato conceitual da Geografia. Controverso porque rejeitado como instrumento capaz de apreender as realidades que a Geografia trata. Ainda assim, enfrenta tais questionamentos argumentando por meio de exemplos de emprego, convergindo em alguns elementos ao feitiço teórico de Dummolard, traçado anteriormente. Veremos, no entanto, que o recurso utilizado nem amplia tampouco supera as limitações por ele mesmo identificadas, o que justificaria tornar-se alvo das mesmas críticas propaladas sobre seus colegas. Condenando as posições que circunscrevem a Região a mero conceito ou então às chamadas classes espaciais, enfatiza:

“Para um geógrafo científico, la región no es um concepto, idea defendida desde hace mucho tiempo por los geógrafos anglosajones.(...)los nuevos geógrafos americanos, cualquiera que sea su ideología, reducen la región

a uma simple clase espacial.” (DAUPHINNÉ in MENDOZA et alli, 1982; pág. 446)

Nem circunscrita a conceito, menos ainda à classe espacial, que considera apenas o número de elementos internos distintivos para assim dispô-las em classe elementar – formada por um único caráter–, ou complexa, quando mais de um. Então se constituem as “características de diferenciação”, assim por ele denominadas.

De tal sorte, coloca que, concebidas dessa forma, Região e regionalização, se assemelham a qualquer metodologia classificatória, isto é, precisamente como sinonímia daquele procedimento, apenas somando-se ao fato de estarem amparadas por um atributo suplementar: a localização. Ainda Dauphiné:

“Pero assimilar la región a uma simple clase espacial es provocar um empobrecimento importante del concepto de región, excluyendo, por ejemplo, todos los procesos de difusión, que son esenciales para comprender las teorías del desarrollo regional.” (DAUPHINNÉ in MENDOZA et alli, 1982; pág.446)

Dessas considerações, depreende a adoção do instrumental matemático como solução, a fim de garantir a disseminação precisa dos conteúdos relacionados. Seu umbral conceitual vincula-se ao operativo, o que para esse autor não induz a mesma inconsistência atribuída a seus pares.

Variáveis e índices são declarados como a maneira segura de enriquecer tanto conceitos descritivos quanto explicativos. E sobre essa distinção ressaltamos a autonomização dada à linguagem, como se pudesse prescindir de justificações.

Exemplificando, temos a exposição dos diferentes tipos de redes abordadas em Geografia – das fluviais aos transportes, das cidades às informações –, que sofrem acréscimo de valor quando incorporadas pela “teoria de gráficos”, ampliando significativamente o seu poder de retratar um dado processo, por meio do cruzamento de um numeroso arsenal de índices, corretamente escolhidos.

Da mesma forma, se dirige ao termo difusão ligado a um específico fenômeno geográfico. Em seu entendimento, esse conceito evolui por ser espaço-temporal e tal evolução pode ser representada por uma curva logística, que

decodificará o seu movimento. Ainda mais expressivo, vemos o vínculo entre modelos matemáticos e Geografia, ao mencionar a teoria da dominância, advinda da Economia, cuja formalização absorveu a técnica dos gráficos de influência e que acaba por entusiasmar a análise geográfica:

“Así “ la dominância de um pólo X sobre um pólo Y es la conjugación de la influencia directa y de las múltiples influencias indirectas que ejerce X sobre Y; la transmisión de estas influencias depende de la configuración de la red que situa a X em relación com Y; uma perturbación producida em X desencadena repercusiones em Y, pero mediante um juego complejo de amplificaciones y de amortiguaciones.” (DAUPHINNÉ in MENDOZA et alli, 1982;pág.449)

Nesse exemplo, Dauphinné revela como concebe a dinâmica dos fenômenos de dominação e de influência entre lugares, num esforço de repassar as qualidades do processo em questão para a delimitação quantitativa cercada por variáveis e arranjos causais. De sorte que essa orientação permite-lhe esboçar um modelo ilustrativo de tal postura.

E continua,

“De la misma forma, F. Perroux define el concepto de poder y el concepto de poder econômico partiendo del instrumento matemático “(DAUPHINNÉ in MENDOZA et alli, 1982;pág.449)

Mas o que lhe escapa é a comparação de temas que não se revelam quando sufocados pelo instrumental matemático. Ora, a estatística pode ser de grande valia, mas não como feitiço predeterminado diante da realidade. O que se espera é a construção de uma reflexão que interprete as aparentes oposições, incoerências e surpresas daqueles achados. E mesmo que outrora a explicação tenha sido exigida como tarefa, em verdade o que talvez constitua a maior das dificuldades seja aceitar o entendimento como etapa parcial e momentânea, porquanto revogável com respeito à dinâmica do real.

O conhecimento que entende como científico fica muito bem caracterizado com uma frase de seu texto:

“toda ciência tiene como objetivo explicitar lo que esta implícito: lãs manzanas caían de los manzanos antes del descubrimiento de Newton, pero no se sabía explicar.”(DAUPHINNÉ in MENDOZA et alli, 1982; pág.450)

Prosseguindo, esse hipotético aprimoramento infunde o desafio de transladar da configuração matemática a da Geografia, com a intenção de formular novos conceitos. Mais que isso redescobre a contribuição de Paul Claval quando alude a “autocorrelação espacial”, o que Dauphinné qualifica como um tipo de condição axiomática para a ciência geográfica, legitimando-a como tal.

“Em efecto, si no se postula este axioma, lãs distribuiciones espaciales se deben al azar, no obedecen a ninguna ley, y la geografia ya no tiene justificación; (...) Ciertamente, (...) no es suficiente, y se contraba de forma más o menos implícita em nuestros maestros; pero el concepto matemático de autorelación espacial explicia nuestro proceder.” (DAUPHINNÉ in MENDOZA et alli, 1982; pág. 450)

Novamente os geógrafos, às voltas com a profissão, e procurando justificar seus contributos, buscam reconhecimento intelectual e pragmático, ou, em poucas palavras, suas singulares razões de ser.

A despeito do que vimos nas abordagens das *redes*, assim como na noção de *difusão*, e na *teoria da dominação*, a proeminência é instalar um conjunto amplo de proposições regionais em que o artifício quantitativo leve a apurar os conceitos por ela criados sem, no entanto, substituí-los.

Finalmente, para atender ao objetivo de situar o leitor no ambiente de discussão construído pela Geografia francesa durante o século XX, comentaremos três últimas contribuições de grande importância e notabilidade.

No conhecido trabalho intitulado “A Geografia Ativa” em conjunto com outros autores, **Bernard Keiser** concentra suas apreciações sobre a idéia de Região soldada à vocação fundamental da ciência geográfica, demonstrando as simplificações realizadas para legitimar o caráter útil desse instrumento e desse conhecimento. Equacionando o tema, apresenta a forma pela qual os geógrafos têm descrito seu entendimento sobre tal conceito. Assim, coloca desde o início:

(...)“ele (o geógrafo) tende a considerar a região como o campo de ações concomitantes de intensidades variáveis, mais do que como uma inscrição espacial precisa de equilíbrios fundamentais.” (KEISER et alli, 1973; pág. 282.)

E ressalta:

“Mas isso não o dispensa de definir com precisão aquilo que ele quer tratar, de pesquisar criteriosamente o impacto espacial exato dos fenômenos que ele analisa.” (KEISER et alli, 1973; pág.283)

De modo a parecer que Região emerge como um instrumento conceitual, por meio do qual se pode analisar, avaliar e prever as implicações de certo número de fenômenos que, dispondo de forças qualitativamente distintas, podem ao mesmo tempo produzir e representar os efeitos das mais diversas ordens escalares. Todavia, Região não existe exclusivamente como conceito. Sua fundamentação sobressai das próprias realidades que se formam, a que irá se dedicar simulando-as no plano do conhecimento. Por suposto, também não representa um *ser*, ou seja, uma espécie de *ente*, cuja existência esteja desligada das relações que os indivíduos estabelecem entre si e que a edifica.

Nas palavras do autor, não são apenas relações que dão forma e conteúdo às regiões. Uma gama de laços, aqui amplamente entendidos como fatores de “coesões espaciais”, deve sempre estar inserida no “quadro físico” ou “situação”, resultante mesmo das “inibições” e “dons” da Natureza. Esses laços, produzindo uma organização econômica e social, só então constituirão uma Região. Associada a esta condição de existência, Keiser combina-a à noção de centralidade, a partir da qual aquela se organiza, bem como de seu papel e função no conjunto nacional e numa economia global.

Deriva-se de tais colocações uma definição que pretende dar um cariz comum às diferentes conceituações promovidas pelos usos, elaborações e abordagens alcançadas pelas mais dessemelhantes áreas profissionais:

“Uma região é, sobre a terra, um espaço preciso, mas não imutável, inscrito em um quadro natural determinado, e que responde a três características essenciais: os laços existentes entre seus habitantes, sua organização em torno de um centro dotado de certa autonomia, e sua integração funcional em uma economia global.”(KEISER et alli, 1973; pág.284)

A partir disso, segue advertindo sobre a formação e estrutura da Região, quanto ao método de estudo regional e, por fim, acerca do desenvolvimento desigual entre elas.

O que nos parece bastante distante das outras proposições é o fato de definir incisivamente o conceito de Região, numa tentativa de contemplar o diálogo entre áreas de trabalho e resgatar o seu sentido mais amplo que o de simples ferramenta de entendimento, por sua vez não descartado. Suas contribuições

abordam, implicitamente, o real movimento do pensamento, que ora se distancia, ora se integra, porém sempre como parte integrante diante da realidade; quem se dedica aos estudos regionais é que pode conferir à descrição o seu verdadeiro significado.

“Certamente, o conceito de região não é algo indiferente: dependendo do conceito que tiver de região, o pesquisador pode fazer variar a delimitação, a apresentação dos resultados e eventualmente mesmo, o diagnóstico prospectivo. Mas a matéria de que é moldada a região é uma realidade objetiva que se impõe. Nenhuma matéria pode deixar de considerá-la (...).” (KEISER et alli, 1973; pág.305)

O conceito de região surge como mediação entre elementos da realidade que se examina – o *objeto*, e o pesquisador que a este se dedica –, o *sujeito* da investigação. O problema que identificamos se instaura na ausência de uma teoria geral regional em que esse tipo de relativismo em face do conceito ainda esteja fortemente presente, confinando o conhecimento geográfico a um patamar de reflexão aquém do que se espera de uma ciência, todavia não a ciência sob os critérios do positivismo lógico. A delimitação do estudo confunde-se com a idéia do objeto em pensamento – a região, podendo ficar a cargo do que pressente o investigador. Então a indagação: existem tantas conceituações quanto ao número de indivíduos que se envolvem em estudos regionais?

Ora, o alcance e os contornos regionais para serem definidos, devem antes ter por base à mesma concepção, garantindo o diálogo e a comunicação, evitando o perigoso equívoco de participar resultados e conclusão sem entendimento por parte de quem os recebe. Com isso queremos apontar: o discurso para ser inteligível deve tornar claros os pressupostos sobre os quais se construíram tais conceitos, daí a importância desse debate para nosso trabalho.

Doravante, soma-se então, a necessidade de transpor esse obstáculo evitando assim aquela espécie de “diálogo de surdos”, onde nenhuma das partes escuta ou atinge o que está sendo posto pela outra e, cujo resultado não raro remete à falsa sensação de alinhamento entre os ajuizamentos presentes. A qualidade das especulações, o próprio fruto do esforço intelectual fica comprometido quando estritamente galgado no senso comum, na opinião em fim no corriqueiro das percepções. Não pelo trivial em si, mas para o que ele conduz,

isto é, uma ausência de discussão sobre os critérios utilizados. Com isso invalida-se a reconstrução necessária ao arrazoamento dos fenômenos e processos reais, que a cada momento tornam-se mais sofisticados e complexos. Que o nosso pensamento possa servir e acompanhar tais dinâmicas e demandas.

Incluindo-se nessa fase (década de setenta) e rastreando um pouco mais a mesma “escola”, **Leonard Guelke**, em texto de 1977, também apresenta desagravo em relação ao ambiente profissional da Geografia. Isto porque denota o processo de decadência instaurado sobre os estudos regionais e da geografia regional como um todo, resgatando um passado recente, em que tinha nessa mesma fração, seu *core* essencial.

Na intenção de dimensionar as práticas dos geógrafos, parte a investigação sobre as razões que levaram ao escanteio da Geografia Regional, como “setor” secundário em prol de estudos com destaque à problemática espacial, o que para ele representou um imenso e desconfortável equívoco. Diz-nos:

“A ascensão da Nova Geografia, com sua ênfase nas relações espaciais e o uso dos métodos estatísticos, coincidiu com o declínio da importância dos estudos regionais. (...) Atualmente (...) é olhada como um tipo de estudo subjetivo, largamente descritivo e de importância menor ao avanço desse setor científico.” (GUELKE in Christofolletti (org.), 1982; pág.213)

Lembramos de Estrabão, o primeiro pensador clássico a constatar o caráter holístico da Geografia, que remonta a importância de trazer resultados dos demais campos do conhecimento para compor uma imagem fiel de uma dada realidade. De acordo com Guelke, estava desenhada a justificativa filosófica para a existência dessa ciência – seu dado integrativo –, e sua posterior independência a partir do século XIX. Todavia, ressalta:

“Muitos textos regionais trataram de ampla gama de elementos físicos e culturais em áreas específicas, mas poucos realmente atingiram a síntese desses elementos. (...) Apesar das dificuldades de produzir bom trabalho regional, das quais muitos geógrafos estavam perfeitamente cientes, a idéia de que Geografia era essencialmente um campo integrativo continuou a ter ampla aceitação e a importância da Geografia Regional foi raramente questionada.” (GUELKE in Christofolletti (org.), 1982; pág.214)

Nessa direção, o autor critica o emprego descomunal de descrições e a formação nos geógrafos, de uma mentalidade fortemente empírica, donde abriam precedentes aos que acusavam inconsistência dos inventários produzidos e o revolver de sua legitimidade científica.

Assim, em sua opinião dois termos pareciam constituir a pedra angular sobre a qual se obstaculizavam a análise regional. O estudo dos aspectos únicos – por evitar descobertas passíveis de importantes generalizações, e que por outro lado induziam a organização de sínteses, de questionável valia interpretativa.

Continuam suas especulações agora sobre as influências de Hartshorne e de outros, que destacaram o caráter espacial da Geografia, sem confiná-la ao incipiente estudo das distribuições espaciais, consistindo seu principal alvo as recíprocas determinações entre fenômenos. Mesmo assim delineada, para Guelke tal perspectiva provocou repercussões nefastas, como mostra seu relato, a citação a seguir:

“Ao transladar a palavra “geográfico” como sendo “espacial”, sem qualificação, os novos geógrafos despojaram a palavra de uma de suas conotações mais básicas e antigas, que era a de conectar Geografia com a Terra ou com sua superfície como um objeto concreto.(...)abandonaram a idéia da significância geográfica em seu significado tradicional e, ao mesmo tempo, eliminaram a necessidade da geografia Regional como o *core* central da disciplina.”(GUELKE in Christofolletti (org.), 1982; pág.218)

Com estas afirmações, o autor demonstra mais uma vez sua vinculação à Geografia Regional, não pelo que esta possa oferecer em termos de tratamento e de elaboração teóricos, mas por ter desempenhado o papel de identificar a propriedade peculiar da Geografia. Como se o caráter integrativo desta ciência colocado sobre as sínteses – objetivo último que alimenta a geografia regional –, indicasse, por si mesmo, a totalidade dos dados entre aspectos físicos e culturais.

Além das passagens observadas, existe ainda um aspecto a mais a ser retomado em Guelke, na nossa visão, bastante expressivo. Estamos nos referindo à exclusão da temporalidade na análise geográfica e por ele criticada, na medida em que a abordagem espacial fora asseverada para a geografia. O próprio autor objeta:

“A Geografia, em comum com a Geologia ou Sociologia, terá seus aspectos espacial e temporal. A natureza da superfície da terra significa

que muitos estudos geográficos terão importantes aspectos espaciais, mas esses aspectos seriam uma consequência do objeto de estudo dos geógrafos e não uma questão de definição.(...)O objeto de estudo delimita o que deve ser estudado, não como ele deve ser explicado.” (GUELKE in Christofoletti (org.), 1982; pág.221)

Encerra seu escrito discorrendo sobre as duas principais deficiências da Geografia proposta por Hartshorne. A primeira se refere à prática de adotar modelos explicativos que têm por apoio as correlações funcionais deixando escapar o elemento fundamental de diferenciação da ação humana: a Razão, ou em suas palavras, “o pensamento”. A segunda, alusão sobre a deficiência histórica quanto à profundidade das apreciações geográficas, em função do entrave temporal, anteriormente descrito.

Em suas conclusões, produz o que em sua opinião, poderia constituir a superação para ambos os impasses e, de maneira mais radical, a restituição do lugar da Geografia Regional dentro do corpo dessa ciência. Dividimos a citação em duas partes para examiná-la com maior cautela:

“Adotando uma filosofia com ênfase sobre o homem como um animal racional, os geógrafos estarão em posição para providenciar explicações causais das atividades humanas sobre a Terra, e desta maneira adicionando uma dimensão intelectual até então ignorada ao objeto de estudo.” (GUELKE in Christofoletti (org.), 1982; pág.223)

O escólio causal surge em oposição àquele do funcionalismo, o que a princípio nos dá ares de equívoco. A causalidade pode e por vezes deve aparecer nas correlações entre os processos, se inerentes às objetivações da temática estudada. Não nos parece ser essa a maior dificuldade. Questão maior repousa sobre a aptidão limitante deste tipo de raciocínio, para apreender em profundidade, suas complexas dinâmicas. Parece-nos que a lógica formal, alicerce daquele procedimento, demonstra restrição quanto ao objetivo de aclarar os fundamentos e consequências do que está sendo tratado.

Quanto à “dimensão intelectual”, dentro da própria geografia francesa, temos a racionalidade como fator distintivo dos seres humanos, aliando-se às demais, presentes no meio em que se encerram. O que constatamos é a variação do grau de determinação nas diferentes abordagens.

“A profundidade histórica necessária pode novamente ser acomodada na Geografia Regional pela reenfatização da Geografia como estudo da Terra como o mundo do homem e eliminando todas as referências ao espaço nas definições geográficas.” (GUELKE in Christofletti (org.), 1982; pág.223)

No momento não nos parece interessante passar ao largo do debate espacial pela mera exumação de um tema que se tornou impeditivo por quanto inobservados seus possíveis significados em relação ao conjunto dos campos de pesquisa e, em especial, à Ciência Geográfica. O autor mesmo tomou espaço e tempo como aspectos intrínsecos aos eventos, e por isso, figurados em outros conhecimentos. Ignorando as causas porque enveredaram neste caminho, desloca-o ao campo das escolhas pessoais, desconectando-o da complexidade inerente àquilo que se pesquisa. O que lhe escapa é o fato de que talvez os termos anteriores de análise tenham se mostrado aquém do intrincado movimento concreto, donde a perspectiva espacial.

Em verdade temos aqui vários problemas, se bem que todos circunscritos à questão metodológica, seja no que tange a relação sujeito objeto, seja o acobertamento das determinações vindas das esferas que compõem as visões de mundo no decorrer da história. Isto significa a valoração proveniente da ética, estética, moral, etc. em cada momento, e que retorna à ciência num jogo incessante de reciprocidade mútua.

Estes embaraços se dilatam e redundam numa prática profissional que produz a migração dos conteúdos e nexos entre conceitos, assim como, a definição de espaço e tempo atrelada respectivamente à geografia e a história. Com isso, fica uma vez mais evidente a inconsistência e a ausência de buscas mais profundas sobre nossas categorias e juízos, dos mais usuais e elementares até aqueles que escapam propriamente à alçada específica a certo conhecimento. Nesse sentido, faltavam-lhes e talvez a nós, uma crítica epistêmica de maior envergadura.

Curiosamente, as acepções de Região, Espaço, Tempo, Natureza, Matéria, usuais e inseridos no cotidiano dos indivíduos, tornaram-se, desde a época desses geógrafos, empecilho para uma interlocução profícua entre os

diversos campos de reflexão, sobre os fenômenos e acontecimentos em processo na geografia da realidade.

Então, como transpor essa cizânia? Parece-nos, a princípio, que devemos evocar nossas matrizes e bases lógicas para cercar algumas saídas. Novamente a deficiência de uma base sólida e comum, que permita estender a amplitude de nossos próprios debates.

Em livro intitulado “Os Métodos da Geografia” de 1972, **Pierre George** desenvolve uma crítica de caráter epistemológico sobre o que viria a ser a ciência geográfica de então, ou seja, sistematiza as formas de entendimento e execução investigativa que tem caracterizado esse conhecimento.

Ao iniciar tal tarefa, toma como quesito fundamental o fato de a geografia ter em si o caráter de síntese demonstrado pela confluência de métodos, afirmando-a como o estudo do espaço contínuo e por fim, um saber vinculado à ação e às conjunturas em que se insere.

Depois da introdução, o autor explana sobre o papel das fontes documentais, as especificidades de sua natureza, assim como o teor das coletas, interpretação e apresentação. Finalmente são levantados os problemas e domínios pertinentes a ela, e isto pautado na divisão do trabalho intelectual dentro da universidade, divisão esta que deriva, e, ao mesmo tempo, refunda a dicotomia sociedade-natureza. Deste modo, o trabalho segue discriminando geografia física e humana, seus respectivos âmbitos e procedimentos, para em capítulo especialmente dedicado à Geografia Regional, avaliar seus impasses e progressão.

Mas por que estamos descrevendo esse percurso? Com essa obra, temos objetivamente indicada a discussão de método, na qual, por meio do encadeamento dos conteúdos, evidenciamos algumas importantes questões: concepção de ciência geográfica, a relação geral regional, a linguagem cartográfica e as escolhas para a delimitação regional, a distinção região natural e geográfica, e, evidentemente, os significados e compromissos dessa produção, numa interlocução profícua com a ciência do século XX.

A reflexão ordena os principais embates entre os quais a geografia se embrenhou e alguns encaminhamentos rumo às suas soluções. Assim, encontramos sua opinião sobre os trabalhos realizados entre as décadas de 20 e 30, os quais:

(...) “foram criticados com bastante justiça pois o que ofereciam essencialmente era uma sucessão de monografias sobre cada um dos elementos constituintes, sem emprestar nenhuma ênfase aos mecanismos das relações existentes entre os diversos fatores.”(GEORGE, 1973; pág.103)

Aqui temos a presença de uma crítica incisiva sobre o fato de essas pesquisas ignorarem as ligações dinâmicas entre as informações angariadas, a partir das quais é possível definir o que é de cunho regional ou não. Com isso, surge mais uma vez, o problema da demarcação dessas ingerências que fatalmente induzem aos inconvenientes de uma representação cartográfica, cujos limites não foram sequer aventados. Ora, a cartografia é um instrumento, uma linguagem que não substitui, nem se confunde com a realidade a ser pesquisada. Diz ele:

“Delimitar significa, em primeiro lugar, escolher critérios básicos, segundo os quais se pretende estabelecer a personalidade da região estudada ou a classificação e a divisão regional em determinado território.”(GEORGE, 1973; pág.105)

A tarefa de execução regional passa pela escolha dos dados mais significativos, de certo número de fenômeno(s) em detrimento de ulteriores, ou seja, constrói uma sucessão onde situa àqueles de posição acessória, que apenas são evocados nos resultados. De tal sorte, torna-se imperativa a utilização de sínteses parciais que justifiquem e revelem a presença intrínseca destes apreciados como secundários. Obviamente, tal ordem de elementos está diretamente vinculada ao tema da carta ou mapa. E foi pensando nesses percalços, que George menciona a região natural como ponto de partida, frequentemente usado pela escola francesa:

(...)“a região natural não oferece um quadro inteiramente satisfatório para a construção de uma imagem representativa de uma unidade real de existência, de atividade e de desenvolvimento.”(GEORGE, 1973; pág.105)

Com isso desenvolve as justificativas para a elocução *região geográfica*, que entendemos quase como uma solução para fundamentar novamente o sentido reflexivo e norteador para nossas ações profissionais, e mesmo para a geografia regional como fonte de entendimento. Explica:

“Com efeito, a expressão *região geográfica* vem sendo empregada desde o início do século, para designar uma unidade de atividade, de povoamento homogêneo, de cultura, que confira a seu quadro, seja este também homogêneo ou, pelo contrário, heterogêneo, uma certa coesão e personalidade.”(GEORGE, 1973;pág.106)

Parece que os termos cognitivos ligados a essa noção se instalam nas idéias de coesão, semelhanças e dessemelhanças na edificação, é certo, de uma personalidade opoente às circunvizinhas. Definição e delimitação baseadas nas produções e potencialidades, nas forças de atração ou repulsão conexa às tendências demográficas. Todavia, observa a falsificação provocada por essa demarcação que antes de tudo serve a objetivos administrativos, sendo a ciência geográfica de maior envergadura e ressalta:

“(...) representam sempre um legado, na medida que confirmam a *posteriori* um estado de fato, atribuindo ao mesmo um valor jurídico ou administrativo, ao passo que a realidade geográfica significa uma mobilidade constante presa ao ritmo dos processos de crescimento e de desenvolvimento.”(GEORGE, 1973; pág.106)

Assim colocada, a Geografia do real segue seu curso ativo e o pensamento sobre ela, isto é, os geógrafos, em suas investigações, terão de acionar alterações conceituais condizentes a tal dinamismo. Prosseguindo nesse caminho, o autor se volta às possibilidades de superar um pensamento regional que se nutre de um “espaço finito”, visto como superfície restrita, substituindo-o pela análise das múltiplas determinações que agem e concorrem, ferindo constantemente a fixidez abstrata da abordagem tradicional. Desse modo, são identificadas e esclarecidas duas orientações balizadas em termos de “fluxos” e de “tensões”: a primeira sobre a teoria do espaço polarizado e a segunda comprometida com a confecção de modelos com vistas à “harmonização” ou “ativação” espacial.

Ao apresentá-las, denota suas respectivas ambições explicitando os falseamentos que cada uma carrega. Sobre a noção de região polarizada, por exemplo, nos diz:

“Apresenta-se sob uma forma “voluntarista” de organização do território a qual, na realidade, só fornece muitas vezes uma visão unilateral das relações. (...) Ora não existe nada mais impreciso que os limites da zona de influência de uma cidade.” (GEORGE, 1973; pág.108)

Depreende-se, daí, uma conceituação unilateral porque comprometida com uma intervenção que possui fins específicos, “organizacionistas”, e que, portanto, irão aquilatar as peculiaridades levantadas, desprezando ou majorando elementos específicos, a fim de enquadrá-los naquele quadro diretivo. Evidentemente, distinguindo-a da laborada pela Geografia, o autor assinala que, veiculando propósitos precisos, esquadrinha mecanismos e condições para a objetivação do que lhe foi encomendado. A ciência Geográfica não. Seu empenho se refere ao exame dos processos e à elucidação de suas conseqüências, sejam boas ou nefastas, e sempre tomadas em seus complexos movimentos.

Em face da Teoria dos modelos, George ainda incide comentários mais duros, censurando de maneira veemente o reducionismo por ela provocado e, evidentemente, de quem dela se vale. Como ilustram as duas citações subseqüentes:

“(...)certos autores sentiram-se propensos a definir sistemas abstratos de relações de forças teóricas responsáveis pelo estabelecimento de uma espécie de equilíbrio invisível, que se impõe, dentro de um prazo mais ou menos longo, à organização das relações regionais.” (GEORGE, 1973;pág.109)

Tomado como esquema de organização territorial e das ligações implicações que o encerram, decodificam sua espacialidade por uma quantidade limitada de componentes, e que mesmo em grande número, serão incapazes de contemplar a multiplicidade do real. Para a Geografia de George, interessa e preocupa a incessante busca de:

“(...) todas as “rugosidades” susceptíveis de comprometer o modelo, assim como a variedade do meio natural , tanto no espaço quanto no tempo (problema dos ritmos de variações), em escala inter-regional, e todo o efeito estático e dinâmico, de qualquer sentido proveniente do legado de gerações precedentes, tanto área do equipamento concreto

como na das ações irreversíveis e na das mentalidades.” (GEORGE, 1973; pág.110)

Com essas afirmações, depreende-se o que estava sendo pensado para a geografia como sua principal incumbência, à frente das imposições que o pragmatismo ocasiona e requer, inferindo inclusive sobre os fundamentos teóricos de tais concepções e explicitando seu caráter coercitivo.

Mas, reincidindo sobre as colocações que o autor perfaz, a categoria espaço se mostra associada à organização territorial, à área, a escalas, à porção e à superfície terrestre. Com isso, traduz uma imprecisão não sobre a delimitação ou influência arrolada por um processo específico. Parece-nos mais relevante e contundente observar que, mesmo corroborando com as críticas enfatizadas por ele, permanece a dúvida sobre o alcance desse geógrafo a respeito dos matizes e ditames lógicos que seu trabalho denuncia, ou seja, das heranças decorrentes da processualidade inerente à história do conhecimento e das próprias ciências, das quais emanam nossos conceitos. Todavia, é notável e essencial salientarmos que não detectamos este fato exclusivamente em George. Uma das tônicas a que voltaremos mais tarde nesse trabalho repousa justamente na idéia de que esses conceitos ainda hoje são verificados dentro dos mesmos limites, no âmbito geográfico, ou seja, com importantes deficiências. Para encerrarmos a referência a esse autor, segue mais uma de suas considerações:

“É na ação que se fazem e desfazem as fronteiras regionais e isto com rapidez tanto maior pelo fato de inicialmente, essas fronteiras terem sido imprecisas ou mesmo inexistentes, salvo sob forma de meros contornos fisiográficos.” (GEORGE, 1973;pág.112)

Vemos aqui dois momentos passíveis de comentários. O primeiro, quando o autor afirma o papel da “ação” na construção das fronteiras, que depois de fixadas correspondem consecutivamente a uma espécie de instantâneo dos embates que ali concorreram através das distintas atividades. Este fado aponta para um segundo aspecto, a coexistência de forças políticas e econômicas em escala local e geral, de várias ordens e/ou origens, donde suas ambigüidades. Ora, as dinâmicas que envolvem a unidade Sociedade-Meio fornecem, por um determinado período, elementos para a demarcação de fronteiras, por sua vez,

fixadas e representadas cartograficamente. A precisão a que se refere o autor talvez diga respeito à uma permanência idealizada, ou seja, uma correspondência direta entre o perfil estabelecido e sua empiria. Isto porque se a cada transformação houvesse uma reafirmação de fronteiras, o arrolamento das atividades produtivas e das conexões de que contam não se concluiriam. Tornaria inviável, ao planejamento econômico, dimensionar e/ou viabilizar a ação pública e privada que têm caracterizado a administração do Estado. Em realidade temos a reprodução contínua de uma específica forma de relação que abriga elementos de ordens distantes, - locais, universais -, mas que se processam e objetivam como Região. Por outro lado, que precisão é essa almejada pelo conjunto dos geógrafos e que por tanto tempo preencheu as preocupações desses profissionais? Os imperativos de lograr por tal exatidão se encontram nos ditames do positivismo e da lógica formal. O dinamismo das ligações entre sociedade e natureza constituiu dado intrínseco e inequívoco à realidade, à gênese dos fenômenos e suas particulares metamorfoses, o que referenda um novo ponto de partida ao pensarmos na complexidade das delimitações regionais.

No célebre escrito de 1976, “A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, **Yves Lacoste** procura tecer alguns questionamentos sobre o fato de a Ciência Geográfica ter se tornado instrumento de coerção e dominação por parte dos Estados, portanto, a seu serviço. Entre tantas críticas, merece nosso destaque o capítulo que envolve diretamente o tema regional, encetado por uma avaliação do papel cumprido na esteira da herança Vidaliana, mais especificamente, de uma das partes presentes na obra daquele autor alcunhada como o “Quadro da Geografia da França”⁵.

Ao analisá-la, sobressai o dado que na divisão regional proposta para a França, La Blache traz como pano de fundo, a idéia que as paisagens são sobreposições das atividades humanas sobre o meio, destacando àquilo que denota como “duradouro” em contrapartida ao “efêmero”, tanto dos processos históricos quanto dos fenômenos naturais. Nesse sentido, importa a apreensão da

---

⁵ A justificativa para a exclusão da parte intitulada “A França do Leste”, diz respeito ao fato de se tratar de uma contribuição de caráter geopolítico, no qual aquele autor considera os fenômenos políticos que na outra fração, passa ao largo.

personalidade pertencente a cada uma, demonstrando seu procedimento de pesquisa:

“(...) consiste em constatar como evidência a existência, num país, de um certo número de regiões e descrevê-las, uma após as outras, ou a analisar somente uma delas no seu relevo, seu clima, (...) cada uma como um conjunto contendo outras regiões menores.”(LACOSTE, 1976; pág.61)

E complementa, concluindo:

“É um dos obstáculos capitais que impedem de colocar os problemas da espacialidade diferencial, pois admite-se, sem discussão, que só existe uma forma de dividir o espaço.”(LACOSTE, 1976; pág.62)

Lacoste quer, com isso, discutir a formação da “espacialidade diferencial”, assim como esclarecer que, dentro daquela concepção está prescrita, quase como absoluta, uma única possibilidade de conceber a divisão regional, ou para usarmos seus termos, uma só maneira de “dividir o espaço”, levando-o a desconsiderar as demais “fisionomias” espaciais dentre as quais a Região. As dificuldades a que se refere ocultam as diferenças e contradições entre os indivíduos responsáveis pela construção do arranjo regional e que tão-somente por suas mãos se concretizam na conformação geográfica do real.

Nesse texto de qualidades deladoras, em que ocorre uma espécie de ajuste de contas com a ciência que fora um dia cooptada pelo Estado e agora por ele reivindicada, perfilhamos algumas das mesmas observações feitas a P.George no que se refere à temática espacial. Parece ser esse um aspecto comum ao pensamento geográfico francês – do século XX, que repercute em nossas leituras e em nosso entendimento, até os dias atuais.

Contudo, apesar dessa minoração que consiste em referendar a problemática espacial enquanto sinônimo de distintas categorias no discorrer do discurso geográfico, e, mesmo como objeto da Geografia, percebemos que em geral o conteúdo a que remete não ultrapassa os contornos de idéias extremamente simples. Temos, portanto, espaço como superfície terrestre, cenário ou palco em que acontecem os fenômenos; ou, invólucro dentro do qual se desenvolvem processos de diferentes escalas e naturezas; ou ainda, quando são tratadas as relações sociedade/natureza do ponto de vista dos intercâmbios

(fluxos, movimentos) pouco detectáveis à observação direta, inviabilizando, assim, sua constatação empírica.

1.3 - As repercussões da Escola Francesa nas propostas de divisão regional para o território brasileiro

CNE, CNG, IBGE, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Moacir Silva, Ezequiel de Souza Brito, e outros;

Após apresentação sumária de alguns expoentes do pensamento regional francês, passaremos às propostas de divisão regional realizadas para a formação brasileira. A partir dos anos que iniciam o século XX, tomamos por marco a elaboração de Delgado de Carvalho, com o propósito de identificar e estabelecer paralelo entre as influências anteriormente descritas e as concepções (bases conceituais) e inferências pragmáticas decorrentes. É necessário ressaltar que apenas aludiremos aos modelos propostos para a divisão territorial brasileira sem, no entanto, recair propriamente sobre no debate regional que envolvia os geógrafos daquele momento, neste país. O objetivo é analisar tão-somente as proposições formais ou oficiais, ou seja, àquelas que serviram de apoio à gestão pública por intermédio do Ensino pelo planejamento, e que se concretizaram pelas mãos do Estado. Dessa forma, podemos nos municiar de instrumentos que dêem conta de avaliar os aspectos que foram desenvolvidos e que poderão ser mantidos ou superados, no encaminhamento de nossa proposta, no item posterior.

Desde há muito, está presente nos estudos geográficos produzidos no Brasil, o que costumamos definir como problemática regional, isto é, a contenda sobre a definição de Região, os critérios para sua delimitação e as possíveis etapas de análise para viabilizar a divisão regional. Assim, o debate que prosseguiu nesse país, a partir do início do século passado, muito se desenvolveu à luz da Escola francesa de Geografia, quase numa reprodução fiel de seus impasses e questionamentos. Não nos deparamos, durante esse período, com nenhum tipo de intencionalidade de romper ou sequer produzir rumos de entendimento diferentes daqueles, porque não havia de fato, desagravo o suficientemente profundo em relação àquelas referências. Temos, portanto, uma

variedade de propostas erguidas sobre tais bases, sendo não raro aludida como a mais importante inspiração teórico-metodológica. Também podemos notar que, de início, a característica fundamental não se restringia à perspectiva operativa ou político-administrativa, mas ao arrazoamento da realidade brasileira a partir desse instrumento, vinculando-se intimamente aos objetivos de cunho didático. Contudo, a divisão regional era realizada por profissionais não necessariamente geógrafos, posicionados em cargos públicos ou em empresas privadas, promovendo tantas divisões quantas fossem as requisições desses órgãos e instituições.

No entanto, com o advento do Estado Novo, iremos observar a condução de uma única formulação, vigente para todas as secretarias e ministérios, congregando quaisquer componentes do aparato estatal, que antes dispunham de perspectivas próprias, corporificadas em divisões regionais a estas pertinentes.

As razões que esclarecem essa nova exigência não são difíceis de deduzir. Encontram-se diretamente ligadas à reordenação do território brasileiro, na direção de uma economia efetivamente nacional, unindo e incorporando os diferentes lugares em suas peculiares formas de reprodução, e por que não dizer, em suas distintas formas de espaço temporalidade. Então, a partir do ideário nacionalista, temos a coibição de unidades políticas, dantes incapazes de atender plenamente às disposições nacionais, impostas pela administração pública.

Não em menor proporção, sucedeu pela força determinante das transformações pelas quais passava o país. De sorte que sua materialização territorial supunha um aparato de dados e informações capazes de assentar os planejamentos subsequêntes, devendo constar como mais um dos tantos instrumentos coercitivos. Assim, tornava-se imprescindível uma formulação estatística pormenorizada das “terras de cá”, servindo de base à ação e comando inseridos nessa nova orientação de acumulação capitalista. De maneira geral, podemos entender o conjunto de mudanças aqui instauradas a partir do final dos anos 20 e início dos 30, como os alicerces que preparam e consolidam àquilo que Francisco de Oliveira denomina como passagem de “economias regionais nacionalmente organizadas” para uma “economia nacional regionalmente localizada” ou, de maneira simplificada, o que decodificamos pelo processo de

transição entre “espaço molecular” e “espaço monopolista” (Oliveira;1977), sobretudo a partir da década de 50.

A década de 30 foi marcada por postulados de divisão regional, que absorveram a atenção de geógrafos, militares, engenheiros, como também repleta de estudos de áreas específicas, sem que estes, no entanto, contribuíssem para uma apreensão minuciosa das realidades particulares ou oferecessem um apanhado mais totalizante do território nacional.

Nessa ocasião, formaram-se incomuns “aparelhos” para angariar e preparar as informações necessárias ao escopo político administrativo do Estado. Primeiramente, o Conselho Nacional de Estatística, em 1936, no ano seguinte em 1937, o Conselho Nacional de Geografia, para finalmente, em 1938, originar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que por sua vez incorporou seus antecessores. Esses episódios, aparentemente sem importância, traduzem a premência de colocar nas mãos de instituições específicas, a atribuição de levantar e reconhecer os dados e elementos do território nacional, subjacentes à organização das atividades e investimentos públicos e privados, para assim torná-las praticáveis, e, se possível, permanentes. Com essa medida, se deu a centralização das informações, análises e interpretações dos estudos referentes aos arranjos produtivos dispersos, para sua posterior aproximação, a partir dos estudos de suas respectivas conformações, o que, de certa forma, aproximava-os na composição de um único contexto geoeconômico.

Sendo assim, a discussão regional não apenas esteve amparada pelas demandas da gestão pública, como mais intimamente respondeu à própria necessidade de criar ferramentas de convergência regional e de legitimação da unidade nacional.

Distintamente do havido em outros momentos na formação brasileira, buscar reconhecer, empregar e conduzir as diversidades anteriormente produzidas e até então ignoradas, passam a ser condição de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no país.

Com o propósito de preparar o inaugural Anuário Estatístico Brasileiro, o Conselho Nacional de Estatística – CNE, precipitou o debate sobre os critérios de

divisão regional, e na ausência de material próprio, admitiu como ponto de partida os estudos e a divisão regional projetada pelo Ministério da Agricultura (1938), só mais tarde substituída, pela primeira divisão regional oficial (1942).

Na virada da década de 30 para 40, o projeto de unificar a linguagem e a representação cartográfica para fins estatísticos quanto ao território brasileiro, se concretiza a partir da divisão regional ensejada pelo IBGE, tornando-se alvo de cobrança e imposição por parte da República. Curiosamente, essa empreitada foi colocada nas mãos do engenheiro Fábio de Macedo Soares Guimarães, na época, responsável pela Divisão de Geografia do CNG. Depois de longa análise sobre os conteúdos produzidos por diferentes instâncias, o engenheiro resolveu selecionar a demarcação realizada por Delgado de Carvalho (1914), cuja fundamentação repousara sobre a noção de *região natural*, destacando os aspectos de relevo, de clima e de vegetação, para sua delimitação.

Guimarães tomou como informação primordial o cruzamento daqueles elementos, a partir do qual poderia levar ao “fator dominante” ou “nota” regional ⁶, sendo que a orientação (norte, sul, leste e assim por diante) de suas respectivas disposições no território lhes faria o batismo. O resultado desse trabalho sugeriu uma proposição regional com algumas modificações na composição original, entretanto não muito significativas. Após o fechamento dessa fase, o estudo passou ao aval do Conselho Técnico de Economia e Finanças, que imediatamente o endossou. Paradoxalmente, o Conselho em questão havia realizado um parecer regional de divisão territorial calcado no levantamento das dificuldades econômicas encontradas nos diferentes estados, e que naquele contexto, exigiam posturas administrativas comuns. As justificativas para tal aceite e sua adoção foram encontradas nas dessemelhanças entre os graus de duração dos critérios envolvidos naquela tarefa, ou seja, o argumento de que se comparados às dinâmicas sociais os fenômenos decorrentes das forças da natureza dispunham de maior permanência porque menos instáveis. Em outras palavras, as transformações de ordem econômica e social, em termos de espaço temporalidade, emprestariam àquela anterior um caráter vulnerável.

---

⁶ Os fatores dominantes ou notas características são aqueles aspectos que se destacam e cuja presença lhes atribui individualização regional (também encontramos a menção “leading factor”)

O caminho para a persecução de tal protótipo partiu da identificação de unidades territoriais de maior extensão, nas quais internamente fosse possível elencar algumas de suas características predominantes. Guimarães prosseguiu decompondo as cinco Regiões encontradas, em outras trinta, valendo-se da regularidade do “meio físico” (relevo, clima, vegetação) e, assim, até alcançar outras 79 para finalmente culminar em 228 “zonas fisiográficas”. Entretanto, a definição destas últimas não obedeceu aos imperativos climato-botânicos, pois foram demarcadas por meio da inserção de dinâmicas sociais e econômicas, e, que para tanto, rompiam com a coerência do procedimento de usar um único juízo crítico para todos os níveis de desdobramento regional. Em artigo publicado pela Revista Brasileira de Geografia (v.57:n.4,1995), onde foram revisitadas e desenvolvidas as propostas de divisão regional para o Brasil, Angélica Magnago comenta sobre esta de 1942:

“Nas unidades de menor hierarquia consideravam-se aspectos socioeconômicos, os quais transformaram as zonas fisiográficas em verdadeiras regiões geográficas dos possibilistas (...)” (MAGNAGO, 1995; pág.69)

O determinismo ambiental passa por requintes tais como a adição da correlação entre aspectos naturais e humanos os quais se objetivam em regiões, sendo, por seu lado, tomadas como fruto de um percurso evolutivo que implica tanto a consonância como certa ausência de oposições entre tais elementos. Como esclarece Corrêa, em seu livro “Região e Regionalização”:

“A idéia de harmonia, de equilíbrio, evidente analogia organicista que Vidal de la Blache adota, constitui o resultado de um longo processo de evolução, de maturação da região, onde muitas obras do homem fixaram-se, ao mesmo tempo com grande força de permanência e incorporadas sem contradições ao final da ação humana sobre a natureza.” (CORRÊA, 2003; pág.28)

Ao contrário da argumentação descrita linhas atrás, tomada pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças a fim de abonar sua posição, há em Guimarães uma postura que daquela se distingue, pois considera as possibilidades de estabilização entre fenômenos de origens diferentes. Nessa mesma perspectiva acabou por demonstrar dúvidas sobre a objetividade empírica

das regiões atentando ao fato de ser esta uma construção do pensamento, para as investigações geográficas. Nesse sentido valida a dinamicidade dessa categoria como expressão de realidades preñhes de movimento, por sua vez composto de uma gama de variáveis a que requerem a confluência dos feitos naturais e humanos. Essas colocações fizeram emergir a premência de evocar os méritos da fixidez dos contornos regionais, tantas vezes afirmada por aquele tipo elaboração. Seus desdobramentos levaram à problemática em torno das determinações ou das características fundantes às configurações particulares apreendidas para seu entendimento. Esse procedimento coloca-se em oposição ao mero formalismo de estabelecer o traçado pertinente ao recorte e ao enquadramento de alguma área específica, dentro de um contexto mais geral, como no exemplo da conformação brasileira. Diz ele:

“Uma vez resolvida a individualização de uma região e das suas vizinhas, passa-se a marcá-las no mapa, separando-as por linhas que se limitam esquematicamente. O traçado dessas linhas, necessariamente, tem muito de arbitrário, mas poderá apoiar-se num ou mais elementos característicos, as “notas características” ou *leading factors* a que nos referimos.” (GUIMARÃES in MAGNAGO, 1995; pág.73)

Diante de todas as dificuldades de evadir à orientação forjada às expensas do Possibilismo, pelo menos até 1960 com a introdução do neopositivismo, este arquétipo regional permanece, nos anos subseqüentes, sem grandes embaraços. Destarte, não havia razões para esquivar-se de uma concepção aceita e que fora adaptada ao que se pretendia em termos de composição cartográfica e de levantamento estatístico.

As alterações sofridas por esse primeiro modelo vincularam-se à introdução de novos territórios federais ou a algum tipo de reescalonamento interno de áreas. Somente na década de 60, o percurso de pesquisa, seus objetivos metodologias e instrumentos, passam a ser pensados no sentido de traçar finalidades como as de promover maior desenvolvimento econômico e de equiparar as desigualdades regionais, por meio de uma ação coordenada. Os ventos, por assim dizer, do Neo-positivismo norte-americano sopraram também sobre a geografia francesa como vemos na produção de Paul Claval e do mesmo modo nas formas de abordar e encaminhar as soluções para as questões que se

revelavam prementes no Brasil de então. Entrou novamente em cena o IBGE, através do CNG, que reconheceu a incongruência entre o que se tinha em termos de representação cartográfica, a realidade do país, e o que se queria alcançar. Uma nova regionalização tornava-se incontestável, mas agora assentada em preceitos diferenciados dos anteriormente usados. Essa configuração, e já presentes no campo da Geografia, as idéias de polarização, de homogeneidade e sobre o raio de abrangência exercido por cidades ativas, formaram a base para pensar a nova divisão regional.

Vejamos um pouco mais de perto essas noções. A polaridade, como centro-motor de modificações, teria de ser interpretada, medida e/ou estimulada, a partir do levantamento dos equipamentos e serviços urbanos pertinentes a cada função principal exercida pelas diversas cidades. Isso porque as alterações na divisão internacional do trabalho no pós-guerra, a atividade industrial, os serviços requeridos e mesmo a cultura de consumo dela decorrentes, tornaram-se condição para a manutenção das relações internacionais de comércio, nesse sentido, os países são obrigados a seguir o curso impingido pela acumulação do grande capital. O Brasil e a iniciativa privada nacional não ofereceram resistência a tais diretrizes, e isto se reflete nas políticas governamentais, nas quais os estímulos locacionais, os subsídios de várias naturezas e as taxações, acometem em favor daquelas atividades e de suas metas.

De posse dos resultados derivados do processo investigativo, um novo intento tornava-se imperioso. Era preciso, dentre tantos componentes e propriedades, sorver aquele de maior expressividade no que se refere à organização territorial da reprodução social, assinalando, dessa forma, sua homogeneidade intrínseca. Dessa maneira, emerge o predicado “uniformidade”, identificado por meio da polaridade ou vice-versa, fornecendo, em última análise, o raio de abrangência produzida pela combinação e correlação entre seus atributos. As idéias de desenvolvimento e hierarquia subentendidas colocam o padrão urbano-industrial como tônica de análise, suplantando as formas de trabalho não conectadas às ingerências fabris.

Assim, a reformulação oficializada em 1969, realizou-se tendo em vista os estudos de fenômenos ligados estritamente à organização geral da produção, resultando numa primeira regionalização – as macro-regiões. E daqueles capazes de traduzir a vida de relações mais particulares, portanto um segundo recorte composto por microrregiões, inseridas nas anteriores. Seis anos mais tarde, o IBGE definia as mesorregiões homogêneas, nível escalar intermediário, consequência da associação de microrregiões, ditadas pelo mesmo tipo de arrazoamento, possibilitando na visão daquele instituto, maior rigor quanto aos dados censitários.

Para a assimilação de todas as três unidades, somaram-se à pesquisa os aspectos ecológicos, o arrolamento de dados demográficos, a caracterização agrícola e industrial, as condições de circulação e, para terminar, aquelas atividades indiretamente produtivas classificadas de terciárias, como o turismo ou os serviços ligados à rede de escoamento, os portuários.

Uma vez mais é necessário observar a ordenação das colocações aqui desfiladas, amarradas sob a mesma lógica que, em repetidas ocasiões, pudemos identificar no panorama que expusemos ao longo desse primeiro capítulo de nosso trabalho. Diante dessa forma de encaminhamento, valem as mesmas críticas incididas sobre o expediente regional cunhado pelas matrizes francesas, seja com notas maiores ou menores da versão contemporânea do positivismo lógico.

Novamente, o *ecológico* surge sob a insígnia *Meio*, cuja participação é resumida na conhecida e clássica equação Meio ---- Sociedade, em que o acento recai neste caso, nas influências exercidas sobre as ações humanas. Pode também ser considerado, como um quadro ofertado às populações que, depois de avaliarem as potencialidades presentes em seu interior, ou seja, os recursos que dispõe, os incorporam e utilizam emergindo assim a necessidade de preservação.

De seu lado, o termo *População* demonstra nesta análise uma substituição das oposições sociais que decorrem das disparidades postas pela apropriação privada, através da noção de grupos humanos uniformes. Por suposto se manifestariam dentro da linearidade anteriormente descrita, isto é, como

massas formadas por indivíduos limitados à sua própria capacidade de deslocamento diante às demandas de sobrevivência e reprodução. Em outras palavras, abandonam seus locais de origem e se adaptam aos lugares para onde se dirigem em função de suas mais elementares necessidades, numa espécie de ato contínuo.

Em tal perspectiva, acomete-se um grosseiro reducionismo das qualidades de criação que os caracterizam em sociedade. Significa dizer que desses agentes das territorialidades cotidianas foram furtadas capacidades como a de estabelecerem alianças em resposta ao vivido, isto é, suas diversas formas de organização como parte integrante do processo de configuração geográfica. Na posição de meros executores deste movimento pendular, não coube tal apreciação, o que caracteriza uma interpretação coisificada em que o papel e o peso daqueles sujeitos foram descartados.

Do mesmo modo, sob o rótulo “atividades econômicas”, as relações de trabalho pertinentes a esses indivíduos são desdobradas em *agricultura, indústria, serviços*, esferas produtivas separadas que à *circulação* cumpre conectar. Temos novamente, uma visão reificada da realidade onde a categoria trabalho surge isolada de sua fusão ontológica ao humano genérico. Isto nos traz a informação de que tais sujeitos foram tomados à parte do conjunto de atos que envolvem a reprodução geral das formações sociais. Em síntese não praticaram o andamento da história que se objetivou em geografias.

Para encerrar, no ano de 1989, o IBGE além de declarar estar ciente das transformações ocasionadas pela expansão das forças produtivas capitalistas no Brasil, que por sua vez, levaram ao aprofundamento das dessemelhanças regionais, ficaria a cargo de revisar a divisão regional proposta anteriormente. De sorte que essas mudanças seriam incorporadas, a partir daquele momento, ao quadro sobre o qual fosse realizada a “nova” lógica de regionalização, resgatando para cumprir esse propósito, as próprias unidades federais. Em publicação a respeito de tal ação, referendou e normatizou as dimensões que viriam a definir as mesorregiões geográficas, em que temos:

“(...) o processo social, como determinante, o quadro natural como condicionante, a rede de comunicação e de lugares, como elementos de articulação espacial.” (IBGE in MAGNAGO, 1995; pág. 85)

Sociedade/natureza, responsáveis por fenômenos e processos distintos, mas entrelaçados, *órgãos* estanques em funcionamento dentro de um *corpo espacial* que tem por *vísceras*, os lugares, e por *pulso*, as vias de circulação. Estas últimas como responsáveis por tornar possível e fluído os movimentos referentes às condições produtivas e que se concretizam pelas geografias das realidades do Brasil e do mundo.

As anteriores microrregiões homogêneas agora predicadas como geográficas emanam como membros das mesorregiões. Com elas, estima-se evitar ou pelo menos contornar superficialismos e alçar novo aprofundamento rumo às especificidades que lhes constituem. Assim sendo, estão subentendidas nessa proposição, a idéia de individualidade regional composta de caracteres originais, a conduta metodológica de esquadrihar áreas de dimensões cada vez mais restritas e o intento de classificação. Em verdade, não há um novo modelo analítico ou procedimental, como afirmara Magnago:

“O novo modelo de mesorregiões e microrregiões geográficas resultou em um quadro final bastante diferente daquele definido em 1968, apresentando um número maior tanto de unidades de menor área quanto de espaços intermediários.” (MAGNAGO, 1995; pág.86)

O fruto desse trabalho gerou a divisão regional que conhecemos e de que atualmente dispomos. Novas e menores unidades podem figurar como garantia de subsidiar uma distinção substantiva em relação aos moldes anteriores de interpretação regional. O produto alcançado contou, portanto, com uma quantidade maior de divisões, o que para Magnago revela o entendimento das particulares formas que assumem os Lugares.

Apesar de observarmos preocupação e cuidado com as metodologias de pesquisa e investigação, não vimos, entretanto, qualquer menção sobre os termos usados, isto é, os significados a que remetem as diferentes categorias geográficas. Como ilustração, temos o uso dos vocábulos *área* e *espaço*, dirigidos aos mesmos empreendimentos, ora optando por um ora por outro, sem, no

entanto, revelar as razões para tais escolhas. Essa ausência de discriminação por parte do interlocutor manteve distante o confronto entre realidade e discurso, ou seja, a medida de correspondência entre ambos. Já aludimos ao fato de que essa inquietação não representa mera nomenclatura, mas sim demonstra uma constatação de quanto o discurso geográfico, em sua subserviência, tem sido cada vez menos responsável com os instrumentos de que dispõe. No entanto, esse fato não o impede de interpretar e construir tantas as informações necessárias às políticas administrativas como de impetrar representações geográficas afastadas das realidades de que trata. Por fim, esses registros sobre os quais incidimos comentários, tiveram por finalidade assinalar as concepções que vigoraram sobre os processos de entendimento, de aquisição de conhecimento, das metodologias científicas e da própria geografia.

Com essa breve investigação nada relatamos de inédito, tão pouco era nossa intenção. Conhecemos os paradigmas que norteiam os diferentes saberes e o pragmatismo que tende a tomar o lugar da ação especulativa sobre os fenômenos em curso.

Nesse sentido, talvez valha à pena pensar sobre a cobrança cada vez mais intensa de que a ciência geográfica corresponda às demandas relacionadas ao gerenciamento territorial de recursos (de diversas naturezas, hídricos, minerais, financeiros, de equipamentos, etc.) à serviço do que está posto como realidade concreta, e conseqüentemente, se desfazendo da reflexão propriamente científica. Em direção oposta, se exigirmos esforços para discutir e ampliar os aparatos conceituais de que dispomos e assim nos instrumentalizar, propiciaremos condições que servirão não exclusivamente às solicitações encomendadas por parte da administração pública e/ou privada, mas ao embasamento crítico sobre elas. Em outras palavras, se faz necessário distinguir os estudos de qualidade exclusivamente operativos denominados erroneamente de geográficos e a ciência geográfica como saber capaz de descortinar as determinações e condicionamentos dos feitos e realizações, em andamento. Mas também requer indagar sobre tal discriminação, ou seja, as razões em reafirmá-la com e em nossas práticas profissionais. Em verdade, uma postura suscitam e delatam os

propósitos, as finalidades e os limites da outra, quando postas frente à frente. Estas não se misturam, a não ser que haja um apartamento definitivo entre ciência geográfica e especulação comprometida com a superação da ação subsumida.

Com tais questionamentos, procuramos preservar o direito de fazer ciência entendida portanto, como atividade de reflexão. Assim sendo, percorrer desde as minudências até as nuclearidades dos processos corporificados nas diferentes formas que assumem as realidades e que, nesse caso, geram as geograficidades (MARTINS, 2005).

Diante do panorama de procedimentos descritos nos trabalhos cotejados, seriam eles adequados a essa proposição, ou seja, um pensamento que busca o entendimento das formas que se concretizam os acontecimentos?

Ora, estivemos por muito tempo, atrelados e restritos aos critérios e normas anteriores validados pela história dessa ciência, como é natural que ocorresse. No entanto o fizemos a ponto de não conceber outra maneira de fazer/ pensar a geografia do real. Talvez o pragmatismo a ser conquistado seja aquele que incida sobre o alcance, a importância e os ritmos em que se dão os fenômenos: suas mazelas, oposições, regulações e coerções.

Do IBGE, assim como de outros Órgãos e Conselhos, podemos ambicionar tão-somente àquela mesma qualidade de tratamento teórico. Os recortes que realizam sobre a totalidade e aos quais respondem dizem respeito aos problemas e interesses que o Estado endossa e representa. Logo, a não ser que aqueles declarem independência dos matizes por ele impostos, suas formulações não encontram nexos fora de tal espectro. Isto é, a menos que aqueles abandonem o que no passado justificou seu nascimento “criatura voltando-se contra criador”, não há porque produzir reflexões de maior envergadura diante dos limites que as finalidades estabelecem. O pragmatismo exige generalização para conceber ações devidas e pertinentes em cada momento. Por conseguinte, não são esperadas rupturas de instrumentos subservientes aos imperativos das prescrições hegemônicas, especialmente no que tange à ordenação dos feitos de exploração capital/trabalho.

Por fim, insistimos que a prática da reflexão, mesmo que no contexto de condicionamentos aos quais se submete e por este mesmo motivo, possa manter-se íntegra. Isto porque dentro da esfera de ação/atuação humanas, erigiu-se como uma forma de atividade privilegiada, na medida em que oferece pela sua natureza, a possibilidade de dispor e lançar todas as nossas forças e capacidades intelectivas em “um” só objetivo; estas mesmas forças que, no dia-a-dia, se encontram dispersas em várias atividades, pulverizadas no diversos papéis que cumprimos. Desses esforços dependem os rumos da Geografia como conhecimento e do que desejamos para seu futuro.

1.4 - Um ensaio de proposição – Região como categoria representativa dos processos geográficos

Depois da explanação anterior, uma possibilidade de contribuição.

Para facilitar esse intento, tomemos esquematicamente o processo genérico de produção humana da qual faz parte o conhecimento científico, a partir da ilustração, a seguir:

“AS TERRITORIALIDADES DO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO”

Surge a máxima de

Quando por conta do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, tal forma de organização do trabalho se dá sobre a propriedade privada.

“A história é a geografia em movimento”

O que complementamos com
“A geografia é a objetivação da história”

Ainda sobre o mesmo esquema, mas agora traduzido para o plano cognitivo e do conhecimento, temos:

Passemos aos esclarecimentos referentes aos quadros anteriores. Como havíamos colocado, o ponto de partida adotado se refere à totalidade, que nesse caso concerne ao processo genérico de produção humana, cujo pilar principal constitui-se por meio de interações sociedade-natureza, a fim de conservar sempre acionada, a reprodução e a manutenção daquelas. Esse pressuposto conduz à centralidade da categoria “totalidade concreta”, no que diz respeito ao entendimento da gênese de conformação geográfica e dos problemas que enfrentamos a partir das relações implicadas entre os elementos envolvidos naqueles objetivos. Temos, então, a apreensão da realidade:

“como totalidade (concreta, estruturada, dinâmica e não indiferenciada, mas com níveis regidos por legalidade própria e tendências detectáveis de desenvolvimento), é que se revestem de sentido as demais categorias lógico-dialéticas (reflexivas) que a razão teórica elabora, construídas a partir da abstração do movimento do real.” (NETTO, 1987; pág.80)

Insere-se aqui a produção não no sentido restrito às formas econômicas com as quais lidamos costumeiramente, mas como um espectro de atividades que incorpora todo e qualquer esforço na direção de alcançar aqueles fins – a reprodução da formação social em questão. Dessa maneira, se olharmos para o passado, encontramos um longo percurso composto por diversos momentos em que esses atos se efetivam sobre um conjunto de aquisições anteriores, levando a uma organização particular do trabalho, e das territorialidades por ela produzida.

Da história dessas maneiras de sobreviver, será possível abstrairmos temporariamente suas peculiaridades histórico-geográficas, e averiguar o caráter universal, evidente em todas elas: a correspondência homem meio ou sociedade natureza a partir dos imperativos presentes em cada momento e em cada lugar. Dito de modo diferente, as necessidades humanas instauram uma dada ligação entre sociedade e natureza, donde emergem e determinam as possibilidades para sua reprodução. Entretanto, concretamente, cada conformação social, instaura uma ordem própria, gerando assim formas específicas de correlação homem/meio. Porquanto,

O movimento e as tendências que tensionam e transformam a totalidade implicam, para se realizarem contraditoriamente, o sistema de mediações sempre aberto. (NETTO, 1987; p.82)

Nessa citação, encontramos ao lado da totalidade outra categoria, a das mediações, sem as quais o “Real”, em seus dinamismos, não poderia ser decodificado no plano do pensamento. Elas nos possibilitam conhecer e decifrar o que aparentemente surge como produto causal, e assim, devem ser entendidas enquanto aspectos negativos inerentes ao vir-a-ser da realidade. Não figuram como mero jogo mecânico de oposições, procedimento que em si descartaria os movimentos pertinentes ao mundo em que vivemos.

De sorte que ao voltarmos nossas atenções a expressão contemporânea de interação homem/meio, deparamos com condições galgadas na apropriação privada, tanto do trabalho alheio quanto dos instrumentos necessários a sua persecução.

Essa expropriação consolidada com o término da Idade Média, contou com uma série de mecanismos de coerção que permitiu sua exeqüibilidade e normalizasse sua prática. A somatória de objetos, mercadorias, idéias, valores, conhecimentos, isto é, todo o aparato necessário à sua concretização, surge naturalizado como componente orgânico da vida cotidiana, fragmentando e obliterando seus verdadeiros agentes: os próprios indivíduos. Mas que aparato é esse?

A eficácia dessa realização faz referência a uma ampla gama de atividades exteriores ao domínio propriamente produtivo, lavrando então sua sustentação. Norteados por valores estéticos, éticos, morais, por crenças religiosas, científicas e políticas, os indivíduos, evidentemente movem-se pela continuidade de sua sobrevivência em sociedade.

Nesse processo, entretanto, podemos averiguar um duplo aspecto no papel desempenhado por tais indivíduos. Isto porque além de *agentes*, estes são também *depositários* dos conteúdos imbricados em cada tarefa e em cada posição que ocupam, na medida em que os absorvem e os divulgam, levando-os adiante como visão própria de mundo. A construção desse mesmo mundo, por seu lado, parecer ser espontânea ou herdada de formações sociais anteriores, sem que *estes* se reconheçam como seus perpetuadores. A Ciência Geográfica, como parte do conjunto de conhecimentos e pertencente a essa reprodução, condiz com

tal construção e é igualmente resultado das inter-relações que envolvem essa mesma composição; ela produz e é produto da geografia inerente a esta concreticidade. Assim, importa ressaltar:

“(...) na totalidade concreta, nenhum objeto – ou fato – é *realmente* imediato (isto é: nenhum objeto se põe ao pensamento sem que seja produto, resultado de mediações); o que ocorre é que, *para o sujeito cognoscente*, ele pode apresentar-se assim.” (NETTO,1987; pág.82)

Do mesmo modo, na esfera da reflexão científica, os conceitos, as categorias, os instrumentos cognitivos e as linguagens surgem como obra acabada até o momento em que se instalam novas investigações epistêmicas. Tais inquirições além de levarem a uma verificação dos fundamentos e das bases analíticas usadas pelo entendimento, demonstram se foram adequadas para apreender e trazer ao plano do pensamento, o andamento dos eventos em curso.

Portanto, para recolocar os significados e importâncias de quaisquer categorias de que se vale a Ciência Geográfica, seja para redefinir-lhe um conteúdo, seja para desmontar o que foi erigido, não podemos considerá-las isoladas das características intrínsecas à espaço-temporalidade e ao contexto em que se encerram. A Região não se encontra excluída desse contexto.

1.4.1 - A Região do Grande ABC, a partir das inferências desenvolvidas – “nem realidade empírica nem produto cognitivo”

- Elementos de conceituação – resgate dos aspectos determinantes à sua aceção. Região como produto cognitivo da relação sociedade-natureza.

Para uma aproximação entre o que expusemos e a geografia do ABC, da RMSP como totalidade, pretendemos inicialmente descrever o percurso do pensamento na construção das idéias referente às realidades do mundo e como se transformam em conceitos e categorias.

“(...) a reconstrução teórica do movimento constitutivo do ser social posto pelo capitalismo, vai desvendar este movimento que, expressando-se sob formas econômicas, políticas e culturais, extravasa todas elas nas mediações que unificam a totalidade concreta (...).” (NETTO,1987; pág.84)

Genericamente, os conhecimentos se dão desde que a vida acontece, ou seja, adquirimos e registramos os fatos e fenômenos, as sensações e percepções desde a mais tenra idade por meio de nosso aparato cognitivo para depois transformá-los em linguagem. O sujeito que vivencia a experiência de conhecer, lança sua atenção sobre uma circunstância que naquele momento se institui uma totalidade concreta e a destaca momentaneamente para investigar e discriminar suas partes e peculiaridades. Dá-se início ao trabalho de isolar os elementos inerentes ao(s) objeto(s) observado(s), suas características, qualidades e inter-relações⁷, para que possam ser verificados seus elos e mediações, indicando assim os caminhos de seu devir.

De tal sorte, enquanto

(...)sistema dinâmico e contraditório de relações articuladas que se implicam e explicam estruturalmente(...) a remissão ontológica da teoria e do sistema categorial — à totalidade e às mediações se revela na recusa radical de qualquer fatorialismo.”(NETTO,1987; pág.84)

Esse recorte que leva ao pensamento apenas parte do real, torna-se uma totalidade em que o processo analítico se debruça para depois restabelecê-lo na unidade do real. A religação, agora preenche das considerações elaboradas por aquele isolamento temporário, encontra na abstração suas singularidades atreladas ao que a conduz universalmente. Nasce o particular – a Região. Por outro lado, se tomada como todo, isto é, brevemente removida da totalidade pelo entendimento, a região constitui-se como singularidade na medida em que a dinâmica de suas características não se repete em nenhuma outra.

Nesse sentido, a idéia que se tem de algo é o algo em pensamento e jamais ele mesmo. Nasce o conceito. A partir disso o entendimento volta a perfazer o caminho anterior, mas agora em um patamar mais elevado ou se quisermos, em grau mais profundo, buscando a identificação das formas de ser ou das que assumem tal objeto. Nasce a categoria.

“Vale dizer: a célebre assertiva concernente ao método que vai do abstrato ao concreto significa a captura das determinações (obtida através da análise das relações efetivas) pela razão teórica; o concreto,

---

⁷ Obviamente que, para nossos fins estamos exagerando na explanação desse movimento que é intrínseco e próprio ao ato cognitivo, para fazê-lo claro ao leitor.

pois, *não* se mostra faticamente, na empiria, imediatamente (...).
(NETTO, 1987; pág. 80)

Assim, envolve efetivamente rescindir tal faticidade para penetrar em suas determinações, ou em outras palavras,

“É a superação do abstrato - este sim pondo-se empírica, faticamente – que permite à razão teórica reconstruir e recapturar o concreto.”
(NETTO, 1987; pág. 80)

De tal sorte, uma categoria é ao mesmo tempo expressão de *parte* do real porque se projeta no pensamento e realidade em ambos os planos, pois se constitui a partir dos dados do primeiro que o segundo sistematiza; funda-se, projeta-se e mantém sua existência. Assim a Região, composta pela dinâmica dos elementos reais, é ao mesmo tempo instrumento do conhecimento e concretude, isto é, como fruto das correlações ou interdeterminações de ambos os patamares. Nessa direção, esvazia-se de sentido a indagação sobre sua existência empírica ou não.

Tecidas essas considerações metodológicas e de caráter cognitivo, Região emerge como movimento de relações/ligações, que quando conceituadas caminham desde o observável até o registro de memória, do predeterminado ao indeterminado, das determinações ao vir-a-ser, do dado conhecido ao especulativo. Constitui-se como categoria da Geografia que plasma processos em movimento. Requer informações prévias sem as quais não se vislumbra àquilo que está na empiricidade do presente, que a permite definir, e que de outro lado, se apresenta como arranjo fragmentado, desconexo, caótico. Todavia sabemos que nessa aparente desagregação há uma singularidade em correlação ao universal, ou em outros termos, fenômenos que denotam especificidades próprias no processo geral em que ocorre o modo de reprodução dos lugares.

Captado dessa forma, o ABC paulista surge como produto da formação social brasileira, ou se quisermos nos valer dos termos anteriormente descritos, das relações estabelecidas entre *sociedade* e *meio* que, em determinado momento de sua história envereda pelos caminhos da implantação industrial, dirigindo-se àquela localidade em função das condições preexistentes à sua inauguração.

Preexistentes, mas também frutos dos enlaces anteriores que produziram uma geografia de qualidades específicas porque pertinentes ao padrão produtivo hegemônico no passado. Nesse quadro, as heranças que penetram o tempo presente, objetivaram-se em linhas férreas, em estradas, o porto de Santos, o latente mercado consumidor paulistano, assim como a emergência do estado de São Paulo, dividindo atenções com a economia fluminense no que diz respeito aos feitos agrícolas e fabris já existentes.

De tal maneira, foi possível prever a instalação de fábricas que passam a ser o novo cariz desses municípios, exigindo reformulações de equipamentos urbanos, para atender ao desenvolvimento das novas demandas locais requeridas. Consuetudinária à injeção de capital realizada pelas grandes empresas automotivas, outra série de ramificações produtivas localizam-se a seu cargo, seguindo coerente o florescimento fabril e descortinando o que hoje denominamos pólo industrial paulista.

Nesse sentido, em termos de leitura regional, a ingerência dessa atividade passa a ser a característica única ou àquilo que determina uniformidade entre os municípios que a constituem, justificando uma mesma denominação para aquele conjunto de municípios. Todavia o ABC perfaz sete cidades que não correspondem ao mesmo grau de produção em relação à indústria ou, em alguns casos, sequer alojam em seus territórios qualquer tipo de fábrica. Temos, por exemplo, Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires ou Mauá, cuja tônica de reprodução aponta para outro gênero de especialização. Mas é certo o fato que todos eles, de forma mais ou menos direta, se colocaram em afinidade com a indústria automotiva, seja fornecendo matérias-primas, insumos agrícolas ou força de trabalho. Isto posto, quais foram as qualidades particulares tomadas para destacar o ABC do conjunto da RMSP? Que razões justificam a inclusão desses sete municípios sob tal insígnia? Por que abordá-los por meio desse recorte se dentro do Estado de São Paulo as empresas requerem a inter-relação das partes que envolvem a produção, e destas com as vias de escoamento dirigidas aos mercados consumidores interno e externo?

Para dar continuidade às referidas indagações, prosseguiremos em dois patamares de entendimento simultâneos e includentes: o primeiro relaciona-se com o simbólico, à imagem regional construída local e nacionalmente, e o segundo é fundado nas determinações de suas especificidades “sócio-territoriais”.

O processo de existência dos municípios que fazem o arranjo territorial do ABC tem suas raízes fincadas no papel que desempenharam no passado. Primeiramente como ranchos de apoio aos viajantes do século XVIII, ponto de passagem litoral-capital-interior. Depois, como lócus produtivo voltado ao abastecimento de São Paulo a partir do século XIX, com o surgimento das fazendas de S.Bernardo e S.Caetano, tendo seu desdobramento marcado pela instalação de colônias de migrantes italianos vindos de uma das regiões mais pauperizadas da Itália, o Vêneto⁸. Ainda no final do século XIX, a estrada de ferro SP/Railway-Ferrovia Santos-Jundiaí foi planejada para o escoamento do café, mas teve grande significado na conformação dos municípios, pois serviu de atrativo a um número crescente de unidades fabris que se fixaram em seu percurso, expandindo com isso os núcleos urbanos ali situados.

Portanto, o pólo industrial que hoje conhecemos, fora gestado no período decimônico e ampliou-se a partir da década de 1950, quando sofreu intensas transformações por ter abrigado àquelas indústrias que nos anos 20 haviam escolhido a então periferia da cidade de São Paulo. Essas empresas passaram a se deslocar para os municípios do ABC, especialmente São Bernardo e Santo André, dadas as condições mencionadas e a expansão da própria capital. Somadas a tais motivações, a construção da rodovia Anchieta emerge como veia aberta ao escoamento e à circulação, necessárias ao fomento contínuo da produção fabril, assim como de outros insumos imprescindíveis à manutenção dessa atividade.

Mas não é apenas esta a representação que tal região possui no arrolamento das interligações municipais, tampouco em contexto nacional. Mais tarde, nos anos 70, este lugar projetou-se como coração da produção industrial,

---

⁸ Destaca-se aqui a procedência dessa leva de migrantes, pois opostamente ao que se declara, são pessoas de origem humilde, não fazendo parte daqueles grupos que já tinham acumulado alguma riqueza multiplicada pela conjuntura favorável no Brasil.

carro-chefe da economia local, regional e nacional, bem como se identificou com o ambiente de onde emergiu o aparelhamento do movimento sindical, uma força reivindicatória de proporções jamais vistas.

De tal sorte, ao adentrar nos anos subseqüentes essa imagem viria a ser um fator impeditivo aos empreendimentos imobiliários, que a partir daquelas características operárias não poderiam usurpar a renda do solo urbano, a menos que os investimentos fossem exclusivamente voltados aos loteamentos e habitações de cunho popular. Em certa medida foi o que ocorreu, estrangendo, portanto, possibilidades futuras mais abrangentes dessa fração capitalista.

Em termos locais, e por meio da divisão territorial do trabalho, esse processo se metamorfoseou em sentimento de subalternidade compondo, assim, o imaginário de seus integrantes. Reproduzido pela imprensa, marca a subjetividade e o senso comum, isto é, forma a opinião pública já que as funções decisórias, gestoras e de comando foram denunciadas como atividades empreendidas fora de seus contornos; o ABC passa a ser tomado como uma espécie de ferramenta fundamental que produz a partir da deliberação da cidade de São Paulo. A capital paulista, a “cabeça” que pensa e organiza o trabalho que outros braços devem cumprir e executar leva, a uma impressão de oposição e de iniquidade, que para ser construída e reforçada, conta com a reificação do entendimento dessa realidade.

Não por acaso data dessa época (anos 70), a definição da Região Metropolitana de São Paulo, cujos contornos incorporam 37 municípios, entre os quais, os sete do grande ABC. Estes últimos foram a ela integrados, e paralelamente destacados pelas funções que exercem no quadro produtivo, pelas tensões criadas nas relações intermunicipais e dessas com a capital. A força de trabalho presente nos municípios que gera mais-valia e proporciona a acumulação para o grande capital privado, não usufrui dos recursos que, por suposto, à esses caberiam. Riquezas acumuladas que não permanecem nem a eles se reverterem. Essa parece constituir a imagem dominante que vigora e nos da qual nos fala a imprensa local, ou seja, uma espoliação realizada a partir de resoluções externas, sobretudo advindas do centro metropolitano paulista.

Mas afinal, quais são os agentes que concretamente se valem desse recorte regional sequer refletido nos trabalhos cartográficos do IBGE – e que, todavia, se fazem presentes nos levantamentos matemático-estatísticos municipais? De outro lado, se possui tamanha expressividade por que não surge destacada do conjunto da RMSP?

Bem, esta delimitação fora pela primeira vez usada pelo poder público, por meio das demandas privadas de planejamento territorial, na perspectiva de produzir sempre renovadamente estímulos às unidades industriais. Tal subdivisão não serve de base à representação cartográfica feita por aquele instituto, pela simples razão de que a lógica de funcionamento da RMSP se instala *para e em* todos os municípios que dela fazem parte. Significa dizer que cada localidade define-se em correspondência à polaridade exercida pela capital, não havendo entre esses lugares qualquer ruptura, separação ou sobreposição. Em realidade, a espoliação se dá pelas regras de exeqüibilidade da acumulação de capital, e isto em escala mundial. Força de trabalho, matérias-primas, energia, máquinas, rodovias, enfim, os fatores produtivos são a prova disso, na medida em que se movimentam atestando seu desempenho ao percorrer o processo produtivo indistintamente. É o exemplo daquele operário de São Paulo que trabalha no ABC, migrante do Paraná, que usa o ferro extraído da Serra do Carajás, processado pelas indústrias de equipamentos de São Bernardo, chegada a esta fábrica por meio do trabalho de distribuição cumprido pelo transporte rodoviário: diferentes regimes de trabalho, distintas mercadorias e lugares, para uma mesma e única produção.

Interessante ressaltar que a leitura cotidiana retratada pela imprensa local opõe as realidades de São Paulo e ABC, como se ambos corporificassem uma espécie de luta desvantajosa entre si, produzindo um embate de desiguais, que efetivamente não existe. Ideário este inequivocamente sorvido pelo marketing político que, por sua vez, defende e reafirma esse falseamento para justificar metas e soluções propostas na voz de candidaturas ao poder público, contidas em suas respectivas plataformas de governo. Mais uma vez Estado e Capital Privado, amalgamados por instrumentos coercitivos, produzem e ao mesmo tempo retêm o

subproduto ideológico, saído da imediatividade do dia a dia, para reincidi-lo ao seu dispor, a seu bel prazer.

Vale dizer que o ritmo diário das pessoas que moram, trabalham e vivem sob a reprodução do capital impede que estas criem conexões entre os fatos que observam, retendo, se muito, as causas e as razões mais aparentes e superficiais do status quo. Abriremos debate no tópico seguinte sobre as especificidades próprias à escala espaço-temporal que norteiam os indivíduos em suas ações.

1.5 - As determinações e os aspectos subjacentes à concepção/percepção no cotidiano: continuidades/ descontinuidades; unidade/ fragmentação; homogeneidade/heterogeneidade

Após desenvolver os aspectos que integram a dupla Sociedade-Meio, suas determinações recíprocas e o caráter específico que predica tal relação sob o modo de produção capitalista, introduziremos algumas indagações necessárias à continuidade desse estudo.

Dentre o conjunto de atividades, vistas ao mesmo tempo como resultado e condicionamento de tal ligação, se encontram os diferentes tipos de conhecimentos, que se estendem da Ciência ao senso comum, e que assim foram estabelecidos pelo grau de profundidade e apreensão que alcançam. Apresentaram-se como componentes de uma das tantas esferas de criação social que servem à manutenção e/ou transformação dos arranjos territoriais decorrentes. Entretanto, depois de termos abordado essa produção, material e de idéias, de maneira genérica, parece adequado avançarmos à propósito das especificidades do nosso foco: a discussão sobre a conformação do ABC Paulista e a RMSP.

Sendo assim, em que bases espaço-temporais se constroem e se realizam a geografia dos Lugares? Como refletir sobre os processos que geraram certas formas geográficas como o caso dos municípios do ABC Paulista, sem cair num elenco abstrato de elementos tais como Homem, Natureza, Capital, Estado, Fatores Produtivos, Força de Trabalho conectados apenas pelas razões causais que supostamente envolve a pesquisa geográfica?

De tais questões, propusemos verificar o conteúdo de cada termo daquela correlação, explorando e investigando suas propriedades fundantes. Em outras palavras, faremos um esforço rumo à indicar as peculiaridades, tanto da formação social a que nos referimos, como quanto ao Meio que a determina enquanto lócus de sua reprodução social e por ela construído.

Mas, em capítulo subsequente, desenvolveremos adequadamente àquilo que, em linhas atrás, apenas fizemos menção: as dinâmicas responsáveis pelo surgimento dos municípios do ABC e que induziram ao delineamento das contigüidades da RMSP. Por hora nos ateremos à discussão regional e aos significados das concepções de região na medida em que:

“(...) as categorias exprimem, portanto formas de modos de ser, determinações de existência, freqüentemente aspectos isolados desta sociedade determinada, deste sujeito, e que, por conseguinte, esta sociedade de maneira nenhuma se inicia, *inclusive do ponto de vista científico*, somente a partir do momento em que se trata dela *como tal*.” (MARX, 1987; pág. 21)

Para tanto, e respondendo à primeira indagação sobre a espaço-temporalidade pertinente às formações geográficas, estenderemos pela definição regional no plano da ciência geográfica através da caracterização da cotidianidade enquanto base ou alicerce no qual se instalam seus agentes construtores: os próprios indivíduos.

Como vimos, nos trabalhos de alguns dos autores da geografia francesa, a dicotomia sociedade/natureza ou homem/meio aparece como suporte de suas pesquisas, nas quais o termo população passa aos poucos a ser substituído pelo de sociedade e mesmo a incorporar-se como discurso de classes, e que os indivíduos como “unidades” a elas pertencentes foram renegados para segundo plano. Isto porque, as críticas ao capitalismo sobre a redução das capacidades humanas pela exploração do trabalho ganharam força como tema nas instituições de ensino e pesquisa, voltar-se ao âmbito dos indivíduos, poderia causar a perda da perspectiva histórica de transformações sociais como um todo. Afastar-se das mudanças sociais a que se pretendia verificar, significaria colocar em risco o espectro científico norteado por uma perspectiva política de esquerda, e mesmo sucumbir às análises de caráter conservador ou reacionário. Igual temor sobre a

introdução da esfera cultural e política associada à produtiva, como eixo de entendimento das vicissitudes modernas, mas também como paradigma de superação dessas mesmas condições (Escola de Frankfurt).⁹

Então, como o próprio Marx escreveu, em sua célebre contribuição “Para a Crítica da Economia Política”,

“A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, estas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho (...). Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinação as mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos de voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez (...) com uma rica totalidade de determinações e relações diversas.” (MARX, pág.16,1987)

Seguindo a mesma inspiração, podemos afirmar que a palavra sociedade esvazia-se de significado se não fizermos reencontrar com os indivíduos que nela se integram. Depois de enfrentados, buscá-los em seu dia a dia, isto é, apreender os ritmos e códigos das dinâmicas de reprodução individual, e da formação social em que se inserem.

“Quando se trata, pois, de produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção social dos indivíduos sociais.” (MARX, 1987; pág.4)

Assim, para entendermos a geografia consolidada e as transformações ocasionadas pelas trajetórias que a acumulação capitalista descreve, não há como delas abstrair as qualidades intrínsecas à vida cotidiana contemporânea.

Por intermédio de tais características se inscrevem, no imaginário dos indivíduos, as representações de seus arredores projetadas a partir do movimento de ir e vir, produzindo arranjos espaciais que tanto permitem quanto constroem suas mesmas ações. Com a objetivação da reprodução individual, – a re-produção

---

⁹ Basta averiguarmos, fora do campo da geografia, a discussão sobre as teorias produzidas pela psicanálise, por exemplo, em que colocando o indivíduo em posição nuclear, tão logo tornaram-se alvo de severas críticas pelo tratamento de exacerbado isolamento quanto aos elos entre este e a sua formação social.

social propriamente dita –, temos a constante presença dos ingredientes implicados nas vivências diárias e que são por aqueles incorporados.

Voltando ao esquema sugerido (páginas 47 e 48), e preenchendo devidamente os teores das mediações nele contidos, obtemos que a sociedade contemporânea se movimenta sob a insígnia da apropriação privada dos produtos e/ou resultados da lide alheia, isto é, a partir do trabalho assalariado¹⁰. Sua objetivação – a realização da produção – implica necessariamente em localização, que expressa uma dinâmica na qual se fundem as escalas mundial, regional e local, tornando-a ainda mais ampla e abrangente. Isso faz alterar e multiplicar sua complexidade, por sua vez, impondo desafios ainda maiores quanto ao seu entendimento. Em tal medida que do desenvolvimento tecnológico à divisão internacional do trabalho, das condições de circulação agora por um lado facilitadas aos estrangulamentos do tráfego urbano, da transnacionalização do capital ao papel e posição ocupados por cada Estado Nacional no conjunto das relações internacionais de produção e comércio, ou, em poucas palavras, do global/ universal ao local/particular, todos esses dados compõem a geografia que nos lança em novas indagações e instaura impasses qualitativamente diferentes.

Em termos genéricos, podemos advertir que todo e qualquer lugar incorporando-se a esta lógica de reprodução, firma ao mesmo tempo em que conta, com uma série de instrumentos diretamente desligados da esfera produtiva, porém preñhes de mensagens que passaram por um processo de naturalização e que são, sobretudo divorciadas dos movimentos sociedade-natureza que as originaram; mensagens tácitas a essa específica formação social e que ressoam no simbólico dos sujeitos como algo evidente e incontestável, como dado do real fortuito e habitual, que passam a ser dissociados como feitos essencialmente humanos. Com estas considerações, podemos reafirmar que estamos trabalhando no interior mesmo da alienação.

Assim, de acordo com G. Lukács e A. Heller, esse aparato de informações a que fizemos alusão configura um conjunto de subsídios indispensáveis às dinâmicas da reprodução social, então distribuído pelas subdivisões das

---

¹⁰ Como havíamos colocado esse fato reconhecidamente identificado, passa a ser mote de debates para as diversas ciências, mas não fora totalmente esgotado em suas peculiaridades.

atividades humanas como a *ética, a moral, a estética, as ciências e o senso comum*. Cabedal herdado historicamente que constitui geografias próprias, estas últimas fomentadas a partir de lugares que compartilham semelhanças e atribuições; de seu lado, os indivíduos seguem em seus comportamentos e condutas em concerto com àqueles esperados.

Como uma via de mão dupla, temos aqui um processo de análise que envolve, em concomitância, indivíduo e sociedade, lugar/região. Essa constatação significa para nós que a continuidade da RMSP ou do ABC paulista como lócus de decisão e produção, respectivamente, requer de forma similar que as mesmas regras recaiam e funcionem sobre toda e qualquer relação social e de trabalho, obedecendo às mesmas diretrizes ou às mesmas penalidades.

Sendo assim, denotamos a importância de analisar os comportamentos, regras e juízos que se instalam todos os dias e que perfazem a essência dos lugares. Certamente não se trata de buscar um perfil de mentalidades ou qualquer tipo de estudo empírico de determinada fração social, mas resgatar o motor da produção material e de idéias que costumamos tomar em si mesma. Como aponta Henri Lefebvre:

“O Fetichismo do saber absoluto esmaga o “vivido”, mas o vivido e o imediato tentam em vão emancipar-se do saber.” (LEFEBVRE in ALMEIDA, 1997; pág.149)

O estudo da vida cotidiana é relevante porque a espaço-temporalidade é o fator da realização sociedade-meio, donde emerge a sustentação geográfica de tais formações sociais. Por um lado, este fato nos conduz a colocar frente a frente a utilização e a correspondência entre os conteúdos das categorias geográficas, enquanto enunciados das dinâmicas concretas. Ou seja, na medida em que traduzem para o conhecimento àquela parte a que se dirigem, revelando, efetivamente, os elos de seus componentes (equivalência conteúdo/forma). Por outro lado, sopesam são analisar os elementos com os quais a ação técnico-operativa trabalha a fim de dirigir a gestão das políticas territoriais, incorporando as contradições que perpassam a alocação de recursos e de força de trabalho. Afinal as proposições de planejamento urbano buscam fomentar a esfera produtiva e, para tanto, invariavelmente descartam ou tomam a vida cotidiana

individual unicamente como fator produtivo com seus fluxos e andamentos. Temos, portanto, a oportunidade de rever a geografia regional como:

“(...) espaço suporte das atividades, para acolher a noção de representação do espaço, como espaço construído através do olhar das pessoas que o vivem-habitam.” (Bettanini in Almeida, 1997, pág.149)

Assim, para os sujeitos, a valoração subjetiva dos lugares permite a demarcação territorial que provém do vivido e, portanto, arquitetada em tal cotidianidade. A ação de dotar os lugares de significado acaba por delimitar o alcance dessas mesmas territorialidades, mediadas pelas impressões e avaliações individuais. Essa espécie de batismo ou alcunha oriunda da cena diária é encerrada pelos interstícios da sucessão dos dias, marcados pelo alcance e constrangimentos de inteligibilidade a eles peculiares e que agora nos convocam a uma exposição mais acurada. No que diz respeito à acumulação privada de Capital temos, não somente o caso das montadoras e empresas automotivas do ABC, mas também atividades tradicionais como o setor moveleiro que absorve a força de trabalho aí reservada e, ainda, ocupações de outra natureza que surgem como medida paliativa ao desemprego crescente.

Passemos, então, ao esforço de caracterizar a vida cotidiana no contexto de nossa discussão.

“Para reproducir la sociedade es necessário que los hombres particulares se reproduzan a si mismos como hombres particulares. La vida cotidiana és el conjunto de actividades que carcterizan la reproducción de los hombres particulares, los cuales, a su vez crean la posibilidad de la reproducción social.” (HELLER,1977, pág.19)

Porquanto um patamar espaço-temporal impossível de proscrever, ou seja, um dado constitutivo inerente à formação das sociedades, é imprescindível investigar seus fundamentos, partindo do advento da modernidade, cuja caracterização lançará luz sobre os agentes atuantes no ABC. Nesse sentido e, mais especificamente, no que tange ao entendimento dos recentes acontecimentos, a saber, a saída de um expressivo número de unidades fabris da região. Assim sendo, buscaremos seus ritmos, regularidades, implicações e

conteúdos para poder avaliar a qualidade das transformações propiciadas pelas novas estratégias produtivas implantadas.

Como apontamos no início deste capítulo, as formas de análise acumuladas pela ciência geográfica revelaram, como não poderia deixar de ser, aspectos gnosiológicos do diálogo e interação com os objetos (fenômenos, problemáticas) a que se detiveram os geógrafos. O que encontramos exprime, genericamente, que as abordagens recaíram sobre uma escalaridade que toma *sociedade, meio, lugar, região, habitat* como fórmulas em que foram suprimidas partes importantes das teorias dos autores objetivos para a construção destas mesmas categorias. Quando mencionados em tais pesquisas, esses sujeitos surgem de maneira descritiva perigosamente superficial, sem que possam impetrar suas reais determinações. Talvez este seja um fato que nos ajude a explicar o oportunismo contido nas furiosas denúncias de Lucien Febvre ao uso indevido das influências meio/sociedade, neste ramo científico. Estamos nos referindo aos determinismos predicados como geográficos em função desta mesma retentiva.

Mas sem entrar no contexto dos méritos e intencionalidades de tais incriminações, resgataremos a cotidianidade em sua inerência histórica: o fato de constituir-se como “lócus” de origem e campo de desenvolvimento tanto dos processos de transformação do meio social (convulsões ou rupturas cujo germe daí emerge e para aí retorna), como daqueles que mecanicamente perpetuam suas mazelas (por exemplo, o valor social dado ao papel moeda sem lastro em ouro). Como já havia indicado Henri Lefebvre, significa que do dia a dia da “reprodução das relações sociais produtivas” provém ambas as direções num jogo de tensões que nem sempre se coloca diretamente com clareza.

De sorte que, essa dissecação pode revelar as formas de geografias que edificam e sustentam tais formações sociais em seus compassos e movimentos únicos, ou seja, o mundo do vivido superando o nível descritivo e trazendo, conseqüentemente, a reflexão, bem como a reformulação de nossos conceitos e proposições. Isto porque as possibilidades e os termos de avaliação, de atuação e de ajuizamento individual diante daquilo que se vive socialmente daí emergem.

Contrariamente ao apregoado pelo pensamento filosófico que recusou atenção à cotidianidade por julgá-la em âmbito menor ou “vulgar” (no sentido da Filosofia), uma espécie de refugio ou sobra da história da humanidade, retomaremos esse tema como o patamar em que se objetiva a formação das subjetividades por meio das atividades e papéis que recobrem as “criaturas”. Ao lado disso, o cotidiano representa a esfera na qual são circunscritos e instrumentalizados os níveis de coerção da reprodução do próprio Capital.¹¹ Em outras palavras, não há nem história nem geografia sem o dia a dia, na medida em que esta última representa a concretização da primeira. Vejamos o que aponta Georg Lukács:

“Las ciencias sociales de nuestros días, en cambio, desprecian a menudo esta zona intermediaria concreta, àquela em la que se encuentra el nexo real, considerándola como um mundo de mera empiria que, em cuanto tal, no es digno de um análisis científico em profundidad destinado a examinar lãs constituciones internas(...) por el contrario, que solamente a través de la mediación de uma esfera tal pueden ser comprendidas científicamente lãs interrlaciones e interacciones entre el mundo econômico-social y la vida humana.” (LUKÁCS in HELLER, 1977; pág.9)

Como demonstramos, fomos ao encontro do aporte teórico de Georg Lukács e de sua sucedânea Agnes Heller, porquanto indicam a envergadura e profundidade do tema para descortinar a geografia das conformações sociais, e que aqui se revelou de extrema importância. De maneira sucinta, podemos dizer que Lukács tentou sistematizar as especulações feitas sobre o que denominou de bases *heterogêneas* sobre as quais se desenvolvem as relações sociais cotidianas, esmiuçando as características da espaço-temporalidade, com vistas a confirmar esta última como formadora do solo em que estão arraigadas as raízes da alienação humana. Já em Heller, encontramos um exame pormenorizado das determinações que penetram as distintas faces daquele mesmo processo de alienação, redimensionando não somente os elos estabelecidos entre sujeito e trabalho, mas do indivíduo consigo próprio, com o(s) outro(s) e com o conjunto da sociedade; mais apuradamente, o que ela designa como o *ser em si, para si, para*

---

¹¹ Durante longo tempo da história do pensamento e conhecimento científicos, a vida cotidiana não oferecia para o entendimento filosófico, qualquer contributo à contemplação e especulação, sendo considerada como patamar inferior porque vulgar da existência humana. Essa postura só veio a ser questionada por obra das premências e contradições que delas surgiam.

os *outros*, dando, assim, seqüência e amplitude às reflexões anteriormente desenvolvidas.

Desse breve esclarecimento sobre as contribuições dos autores relacionados, vamos aos pressupostos do mundo do cotidiano para deles derivar seus atributos. A prerrogativa máxima situa-se, com dissemos, em considerá-lo como parte que não pode ser suprimida e eliminada das dinâmicas de quaisquer sociedades. Vejamos então seus significados.

Não há formação social sem o dia a dia. Não há como imaginar uma sociedade que, ao produzir a geografia intrínseca à sua de sobrevivência, ao concretizar sua própria história, possa dispensar qualquer tipo de linearidade e continuidade. Tanto o caráter não supressivo quanto o fato de não ser eliminável do cotidiano advém do fato de não se instituírem como escolha, e sim, como condicionante ao prosseguimento e permanência que tais formações requerem.

As objetivações que levam às conformações geográficas implicam, portanto, o percurso das contradições sociais. As relações sociedade/meio das quais resultam os lugares contam a cada dia, com cada feito humano-genérico e singular. E isto, apesar da historiografia muitas vezes obliterá-los, ao retratar quase que de forma exclusiva, tão-somente àqueles episódios de desfechos que resultaram de longo processo.

Este dado – de não supressão e de não eliminável – pulverizado na existência diária remete à abrangência de atuação e de entrosamento envolvidos nas regulações sociais, das quais as próprias chances e probabilidades de certa ordem vigente podem manter-se ou não. Como enuncia Agnes Heller,

“As alternativas históricas são sempre reais: sempre *é possível* decidir, em face delas, de um modo diverso daquele em que realmente se decide.
“(HELLER, 1970; pág.15)

E ainda completa:

“Não era obrigatório que o desenvolvimento social tomasse a forma que tomou; simplesmente foi possível que surgisse essa configuração (ou outra). Muitas vezes, as fases decisivas do desenvolvimento foram fruto *do acaso*,” (HELLER, 1970; pág.15)

Ou seja, tanto surgem perspectivas de mudança ou de permanência que, introduzidas por meio dos indivíduos, recaem sobre si mesmas e sobre estes portadores dos aspectos humano-genérico e singular; que são ao mesmo tempo, agentes e depositários da história e dos construtos humanos.

De tal sorte, pessoas como protagonistas e dínamos do dia a dia, engendram geografias pelos andamentos da história, ao mesmo tempo em que por elas são determinadas. Como indicamos, o cotidiano é restabelecido como local de origem e campo de desenvolvimento dos processos transformadores, objetivo de formação das subjetividades, condicionando ação e entendimento.

Isto posto, no decurso dos dias postula-se surdamente a repetição para prover sua própria continuidade. Tal recorrência tem por essência a quantidade e a qualidade do tipo de atividade que se relaciona à existência individual, por sua vez, requerido no contexto geral das formações sociais em questão. Na abordagem contemporânea, a soma dos afazeres em que nos envolvemos supera o âmbito propriamente de reprodução, ou seja, de fonte da subsistência.

Nas palavras de Lukács, temos aqui uma outra característica, a heterogeneidade diária que solicita todas as capacidades e energias humanas, mas nenhuma em especial, e que por justamente se darem dessa forma é que são viáveis de executar; não há como se envolver em todas, valendo-se, para cada uma, da totalidade da força individual, sendo necessário apenas uma parte desta.

Novamente Heller nos auxilia com sua lucidez,

“Sabemos que a vida cotidiana é heterogênea, que solicita todas as nossas capacidades em várias direções, mas nenhuma capacidade com intensidade especial.” (HELLER in ALMEIDA, 1997;pág.103)

Já nas palavras de Lukács, é o *homem inteiro* [“ganze Mensch”] quem mora e interfere no cotidiano e não o *homem inteiramente* [“Menschen ganz”], que constitui a superação da particularidade individual em função de uma tarefa de caráter humano-genérica. Esse processo recebe a denominação de *homogeneização*, porque se eleva da *heterogeneidade* cotidiana para lançar-se em apenas uma execução, incidindo *toda a sua força*. São aspectos que se diferenciam e que apuraremos mais a frente.

Paradoxalmente, se lançada toda a *força* pode-se comprometer a reprodução da particularidade individual. Aliás é desse ponto da heterogeneidade, que podemos depreender a fragmentação do indivíduo quanto à sua identidade para consigo e para com outros – àquilo que lhe diz respeito –, no mesmo movimento que nasce a valoração dos lugares, por meio da determinação de suas qualidades e propriedades. Sorvido pela grande quantidade de solicitações, esse indivíduo está parcialmente incapacitado, em sua vida subjetiva, de examinar o que lhe ocorre a menos que encontre um escape dos enlaces desse turbilhão de ritmos. Temos, assim, o processo de homogeneização, a que voltaremos para descrever suas condicionantes e decorrências.

Em outras palavras, inserido no cotidiano não há como estar absorto em somente uma tarefa, a menos que se queira abrir mão da própria sobrevivência. Dessa multiplicidade de atividades e de papéis com distintos caracteres, transcorrem desde o cumprimento de procedimentos mais simples e elementares até eventualmente exigências de graus maiores de sofisticação. Este fato requer, portanto, o estabelecimento de prioridades a fim de possibilitar a direção e o ordenamento do e no dia a dia. Deverão ser feitas escolhas diante de tal diversidade, por intermédio de critérios gestados no mesmo solo cotidiano.

A seleção e a decisão por algumas primazias sobre outras, face à confluência de ocupações convertem-se em requisito para se dar a reprodução social. A prescrição de preeminências dadas socialmente e levadas a cabo pelos sujeitos, reflete os objetivos postos em cada conjuntura e porquanto o processo de valoração instaurou a anterioridade de certas tarefas em prol de outras. Também confirma as formas exatas para sua condução e conclusão, e com efeito, mais uma das faces pertinentes à configuração de tal geografia.

De sorte que qualquer alteração ocorrida na dinâmica produtiva que vislumbre ampliar sua produtividade e acumulação, o sucesso da ordenação de fatores produtivos estará em direta conexão com a capacidade individual de absorvê-la por parte dessa mesma sociedade. Podemos nos referir à frase amplamente difundida nos últimos quinze anos pelo patronato, e dirigida aos

movimentos sindicais sobre a necessidade de adaptação à implementação de novas regras de conduta e/ou de gerenciamento do trabalho.

Em verdade, a heterogeneidade a que se referia Lukács, está em íntima ligação com a divisão social do trabalho historicamente concretizada, e se coloca para cada indivíduo requerendo dele as condições para que continue a apreendê-la e acompanhá-la em suas mudanças sempre que necessário, sem que haja, para tanto, qualquer tipo de pressão direta. Será preciso contar que tais indivíduos tenham galgado o mundo da idade adulta, internalizando àquelas características como próprias aos ritmos de sua e de quaisquer existências.

Nasce a hierarquização, que preconiza e atende a heterogeneidade diária e, por isso mesmo, sem forma fixa porque intrinsecamente vinculada aos contextos em que se instalam. De uma fase etária exige-se o cumprimento de tarefas aparentemente insignificantes para a reprodução de outra e assim, de modo sucessivo, sempre em sintonia com o contexto local e de classe em que se insere. Além disso, o valor associado a um ato pode conter ajuizamentos contrários. Em seu livro sobre “O Homem no Renascimento”, Agnes Heller comenta sobre a praxe de conduta posterior a um episódio de adultério donde derivava um duelo de morte, como prática de acerto de honras. Apesar de estar em pleno vigor a proibição universal “Não matarás”, tal intimação jamais poderia ser negada. Neste caso, comenta a autora, recusar-se a ir ao encontro significaria total descrédito moral, culminando na ruína social. Portanto, tanto a valoração quanto a heterogeneidade e hierarquização fazem parte de uma mesma unidade de coesão da cotidianidade.

Assim sendo, o caráter múltiplo da heterogeneidade agora sistematizado de acordo com as exigências postas, solicita respostas sob ritmos que se originam nas específicas configurações sociais, donde parte a uma segunda determinação: a imediatividade. Isto quer dizer que todas as forças e capacidades individuais dispersas nesses compassos, acometem somente unidades ou “homens inteiros” (Lukács) que, ao contrário, nada têm a ver com a inteireza da concentração de esforços em uma só direção ou tarefa.

Aqui, o *homem* surge e é apreendido como “o ser que dá respostas” (Lukács in “Conversando com Lukács”, 1969) quase instantâneas e decalcadas em atitudes imediatas, ou seja, como àquele que satisfaz ao padrão de comportamento cotidiano no qual ação e pensamento se encontram estreitamente unidos. Esse caráter reduz a conduta e o desempenho diários aos limites do simples manuseio de rudimentos e informações que lhes chegam e que perfazem a realidade. Isto significa que os atos embutidos na diversidade dessa gama de afazeres estilhaçados pelo desenrolar de um só dia ou na seqüência deles, restringem ou mesmo impedem que o entendimento instaure os vínculos entre os fatos e acontecimentos que integram as mais diferentes situações de vida.

“O pensamento cotidiano apresenta-se repleto de pensamentos fragmentários, de material cognoscitivo e até de juízos que nada têm a ver com a manipulação das coisas ou com nossas objetivações coisificadas, mas que se referem exclusivamente a nossa orientação social.” (HELLER, 1992; pág.32)

A determinação a que mencionamos propicia um pragmatismo no qual se exacerbam procedimentos mecânicos, todavia imprescindíveis à vida do dia a dia. Na medida em que esta não requer, para perpetuar-se, uma análise mais detida e de maior interesse nas razões daquilo que apresenta aos seus sujeitos e produz, por seu lado, certa espontaneidade sem a qual não se concluiria a reprodução da particularidade individual.

“Pois, se nos dispuséssemos a refletir sobre o conteúdo de verdade material ou forma de cada uma de nossas formas de atividades, não poderíamos realizar nem sequer uma fração das atividades imprescindíveis;” (HELLER, 1992; pág.30)

Passa então a vigorar o fundamento que

“(...) o que conta não é a reprodução veraz do processo que leva a um desfecho pretendido, porém o desfecho em si; no plano da cotidianidade, o critério da utilidade confunde-se com o da verdade.” (NETTO et alli, 1987; pág.67)

Desse imperioso casamento entre ação e pensamento para a manutenção do específico arranjo cotidiano, a utilidade confunde-se ao critério de veracidade, o pragmatismo sucumbe à introspecção provocando juízos ilusórios e pouco sólidos. Esse comportamento leva a insígnia de “superficialidade

extensiva”, um terceiro e fundamental elemento predicativo de tal espaço-temporalidade.

Assim, de acordo com as análises de Heller, o homem age alicerçado por *probabilidades*, que partem da seguinte interlocução: “com que freqüência esse ou aquele procedimento deve suceder?”, numa espécie de avaliação que a autora denomina de “caso médio”. Em outras palavras, as vivências individuais observadas em um dado grupo, levam-no a estabelecer relações entre certas formas de conduta e seu desfecho. Mas isso ocorre ainda sob risco de imprecisão, na medida em que tais avaliações são inevitavelmente aproximativas. Portanto a rapidez com que se fundem atuação e ideação indica a existência de um outro atributo do dia a dia, uma espécie de parcimônia mental imbricada em seus ritmos a que referimos como *economicismo* (Heller, 1992).

“Toda categoria da ação e do pensamento manifesta-se e funciona exclusivamente enquanto é imprescindível para a simples continuação da cotidianidade.(...)O pensamento cotidiano orienta-se para a realização de atividades cotidianas e, nessa medida, é possível falar de unidade imediata de pensamento e ação na cotidianidade.” (HELLER, 1992; pág.31)

Sobre esses juízos instantâneos e superficiais, pode-se incluir a representação dissociada da RMSP e do ABC a que seus integrantes se referem, mesmo que ambas as realidades consistam, do ponto de vista produtivo, em uma só composição. Podemos aceitar este fato quando se trata do conhecimento que prescinde maior consubstanciação. No entanto, para o entendimento geográfico, tanto as delimitações e visões técnicas-operativas quanto as político-administrativas com suas resultantes para o senso comum, carecem revisão, na medida em que apartam dinâmicas interligadas e intrínsecas ao funcionamento da acumulação capitalista.

Vale ressaltar que a totalidade do real surpreende como algo posto, apresentando-se ao conjunto das pessoas como um equivalente de suas próprias vidas cotidianas. De sorte que os lugares pelos quais as pessoas passam suas existências são entendidos como conectados às particularidades das individualidades, ao mesmo tempo determinadas por um processo mais amplo de generalização daquela específica organização do trabalho.

Passemos então a explicitar o contra processo da heterogeneidade, da imediatividade e superficialidade extensiva implicada na re-produção desta formação social. Referimo-nos anteriormente à homogeneização. Vejamos.

Dissemos que o cotidiano é o solo em que germinam as possibilidades de re-produção contínua de uma sociedade, tendo por base as dinâmicas e atividades que os indivíduos estabelecem entre si e carregam consigo. Se pensarmos sobre o papel do trabalho na composição da homeinização, ou seja, como forma de relação com o meio que provoca e aprofunda o distanciamento de seu estado natural, nele encontraremos o cerne de diferenciação entre formações sociais ao longo da história de seu desenvolvimento¹². E refletindo sobre o estatuto desses sujeitos, damos de frente a existências portadoras de singularidade – porque não se repetem, são únicos –, e de universalidade – pelos atributos comuns à espécie. Esse dado reafirma que, no mesmo movimento de sua reprodução individual, levam consigo a formação social em que vivem.

Nesse sentido, eles representam a unidade de ambos os aspectos, - singular e universal -, que se transformam e se manifestam por meio da particularidade individual. Entretanto, em suas vidas cotidianas, somente são flagrados como “seres singulares”, isto é, não têm acesso à dimensão humano-genérica subsumida ao particular. Vivem, tomam decisões, fazem escolhas, respondem à heterogeneidade se valendo da imediatividade e superficialidade a que referimos:

“A vida cotidiana não equivale à vida privada, mas à vida equacionada a partir da perspectiva estrita da singularidade.(...)Ele opera como um todo: atua, nas suas objetivações cotidianas como um *homem inteiro* – mas sempre no âmbito da singularidade.” (NETTO, 1987;págs. 68-9)

Ou seja, esse comportamento próprio ao cotidiano não permite ao sujeito tomar consciência de sua própria universalidade representada pelo caráter humano-genérico. Esta faceta somente pode ser alcançada quando tais posturas

¹²¹³ Obviamente que esta afirmativa não advém de nossas conclusões. Além do próprio Marx, podemos lembrar do célebre e polêmico manuscrito de 1876 escrito por F.Engels “Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem”, no qual de maneira quase formalista e causal, o autor introduz as distinções adquiridas pelo homem segundo as leis desenvolvidas por Darwin: “correlação de crescimento” e “ação direta”. Para nossos fins, ainda mais importante é retomar a reflexão de G.Lukács sobre o trabalho como objetivação do ser social e suas implicações.

e procedimentos são rompidos por solicitações que lhes exijam *toda a sua força* sobre uma única tarefa – e não *todas as suas forças*—, distribuídas por várias delas. Isso equivaleria a se envolver em objetivações que mobilizassem de maneira mais veemente e menos imediata suas atenções.

De acordo com Lukács, algumas atividades privilegiam a “saída” ou a suspensão do cotidiano que, ao transpor o patamar individual, eleva-o ao caráter humano-genérico. Esse processo definido por homogeneização ocorre quando os sujeitos se voltam à realização de somente um empreendimento pertencente àquelas “formas privilegiadas de objetivação”, que são o trabalho criador como objetivação não alienada (*work* e não *labour*), a arte e a ciência.¹³ Essas formas de trabalho proporcionam rescindir as peculiaridades inerentes à vida diária. Os argumentos apresentados para defendê-las como formas distintivas das demais residem no fato de terem conquistado e afirmado legalidade própria, certa autonomia em face do cotidiano, devido a um contínuo processo de diferenciação. O autor observa a importância do duplo aspecto *estrutura e função* que as condicionam no movimento de sua separação.

Reverendo tais atividades, especialmente no caso da arte, nota-se o dado de surgir como autoconsciência da humanidade, isto é, um “reflexo antropomorfizador da realidade” (NETTO, 1987). Significa que o ato de transformá-la em representação permite que seu executor a remodele por meio da mediação da particularidade (e não mais de sua singularidade). Inversamente ao movimento descrito nas artes, a ciência representa um “reflexo desantropomorfizador” da realidade, dissecando-a ao descortinar a relação sociedade-natureza, isto é, ao se colocar como “conhecimento da estrutura objetiva da natureza, da sociedade e do seu intercâmbio”. A primeira caracteriza parte do real ao produzir sua representação determinada pela particularidade; a segunda decodifica-a em suas relações internas ao construir sua imagem.

Entretanto, o fenômeno composto pela homogeneização e posterior suspensão, se dá na cotidianidade, já que esta constitui como não eliminável e passível de ser suprimida. Temos a desalienação, mas apenas temporária como

---

¹³ Agnes Heller irá mais longe analisando o acesso ao humano-genérico por meio da moral que para ela não é uma esfera, mas a relação entre estas.

consequência para àqueles que a experimentam, porque não ocorre em definitivo tampouco abrange a todos os sujeitos.

“A homogeneização em direção ao humano-genérico, a completa suspensão do particular-individual, a transformação em “homem inteiramente”, é algo totalmente excepcional na maioria dos seres humanos.(...) De resto, a respeito do grande estadista, do revolucionário profissional, do grande artista, do grande cientista, deve-se afirmar que não apenas sua paixão principal, mas também seu trabalho principal, sua atividade básica, promovem a elevação ao humano-genérico e a implicam em si mesmos.”(HELLER, 1992; págs.28-9)

Apesar de extenso, Heller destaca nesse trecho a reafirmação da Estética e da Ciência como campos privilegiados de ação rumo à genericidade humana e a que se somam a Ética e a Moral, ou, nos termos de Lukács, às perspectivas que se apresentam como “modelo da prática social”.

“La historia de la sociedad muestra que este ir más allá de la genericidad muda, biológica, se objetiva por último em lãs formas ideológicas más elevadas: em la ciência, filosofia, arte, ética, etcétera.” (HELLER, 1991;pág.10)

Curiosamente, a transposição dos atributos da referida espaço-temporalidade oferece a reprodução daquelas atividades que retroagem por meio do engenho dos indivíduos, incidindo na conformação social e nas territorialidades por elas traçadas. Aponta Heller:

“És precisamente el proceso de reproducción de las esferas y objetivaciones el que exige categóricamente la homogeneización” (HELLER, 1991;pág.117)

Vale ainda advertir que a homogeneização possui graus diferentes de ocorrência, podendo se dar em perfeita harmonia ao que o cotidiano requer. Ou seja, é admissível concentrar atenções e esforços na persecução de alguma tarefa, detendo-se tão-somente nos aspectos que interessam ao seu cumprimento. De sorte que são deixados para trás alguns dos elementos constituintes da própria realidade sem, no entanto, ocasionar resultados subseqüentes de maior duração ou implicação para os indivíduos.

E quando examinamos uma pessoa para qualificá-la em algum campo profissional, também homogeneizamos espontaneamente, pois fazemos abstração das demais propriedades da pessoa que temos diante de nós e

encaramo-la tão-somente sob o aspecto de sua adequação (...).”
(HELLER, 1992;pág.28)

Inúmeras poderiam ser as ilustrações para indicar a extensão e profundidade dos díspares níveis de homogeneização possíveis, mas, aos nossos fins, basta tal remissão.

Gostaríamos agora de voltar nossos olhos àqueles que habitam, trabalham, circulam, enfim, vivem suas vidas em função da organização da produção industrial no ABC paulista, – e, em especial, São Bernardo do Campo, tendo, a partir desta, o eixo de entendimento de sua vida cotidiana e de percepção sobre seus arredores.

Ora, é reconhecido o fato que pessoas absorvidas nas etapas de execuções fabris constituem uma espécie de protótipo de trabalho descaracterizado como atividade fundamentalmente humana e de emancipação, ou seja, um tipo de objetivação alienada em que pouco oferece quanto às escolhas e alternativas de criação. Ao contrário do que nos referimos linhas atrás por conta da desalienação provinda da suspensão da cotidianidade, temos aqui a condução da reprodução resumida à mera sobrevivência, posta ao sujeito como forma *estranhada de si mesmo*, não identificada com sua vontade e desejo, e ainda em face *dos outros*, aos demais indivíduos e *ao mundo* em que vivem.

A apreensão, a percepção e o entendimento que estes retêm a respeito das questões que os cercam, seja diretamente relacionada à organização da exploração do trabalho, seja em relação à elaboração e/ou apropriação dos lugares pelos quais passam e constroem, possuem raízes nesse contexto de determinações. Devemos lembrar, ainda, que a suspensão só se viabiliza mediante condições de trabalho específicas que trazem à luz o caráter de genericidade humana, isto é, o contato com a consciência deste fato. Para tanto, a atenção deverá estar completamente tomada por algum afazer em que seja conclamada *toda* a força desse indivíduo. Nessa direção, pode-se especular sobre o papel dos sindicatos em que a reunião e a organização política em torno das

mesmas dificuldades e impedimentos vividos e compartilhados, poderiam desencadear tal suspensão.¹⁴

Donde, ao contrário, se instaure uma visão inconsistente sobre as ligações entre localidades tomadas como portadoras da gestão territorial, mas que em verdade são frutos dos impasses produzidos pelos desenlaces temporários entre as frações do capital e as diferentes categorias de trabalhadores.

Diante dessas asseverações, podemos refletir sobre a postura adotada pela imprensa no ABC com respeito aos episódios das migrações de fábricas. Sem investigar seus destinatários e, portanto, angariar pistas sobre as motivações que as levaram a tal empreitada, concluímos sem ineditismo, o quanto esse serviço se presta à formação e manipulação da opinião pública. A obliteração da direção tomada pela atividade fabril, seja na direção de outros estados, países ou simplesmente pela desativação de uma de suas unidades, esclareceria de que fenômeno se trata. Na abordagem citada, o casamento entre acumulação privada, Estado e sindicatos fica cancelado. A imprensa como meio de comunicação toma para si a responsabilidade de anunciar à sociedade local, as resoluções dessas três iniciativas, sem, no entanto esmiuçar as respectivas estratégias de que possam se valer. Uma vez mais, a cotidianidade emerge como escopo de análise das limitações presentes no corpo dessas inter-relações, e de que maneira norteiam as ações subseqüentes aos fatos e dados divulgados. A despeito disto, pretendemos observar:

“No geral operando ao nível descritivo-monográfico, tais abordagens atêm-se ao que há de perfunctório na cotidianidade. O reducionismo de que se nutrem dilui todas as determinações estruturais e ontológicas da vida cotidiana, subsumindo-as ou num culturalismo que hipertrofia seus conteúdos simbólicos ou numa sucessão de eventos manipulados que promove a evicção das reais (e operantes) possibilidades de intervenção dos sujeitos sociais.” (NETTO, 1987; pág.73)

Nessa perspectiva, pode-se ascender aos elos que consolidaram a atual alcunha região do ABC Paulista, ou Grande ABC, assim reconhecido nos âmbitos local, nacional e até mesmo internacional, em que a tônica que a identifica se

---

¹⁴ Estamos nos referindo a uma probabilidade, sem, no entanto garantir sua efetivação já que esta não se instaura mecanicamente, sobretudo quando se trata do contexto específico às dinâmicas do movimento sindical no ABC.

instala no fato de sediar importantes nomes da indústria automotiva e, por consequência, conter em sua história, respeitáveis eventos do movimento sindical. Portanto, no íterim de determinações geradas e introduzidas na espaço-temporalidade cotidiana, por cada um dos segmentos sociais presentes, verifica-se a construção de uma imagem vinculada ao tipo de produção hegemônico e daquilo que exige ou requer para sua continuidade.

Nessa forma, podem ser contempladas pelo menos duas escalas de definição regionais tangentes e de ordens distinguíveis. De um lado, os agentes dominantes corporificados em sua força de ação dominante – o Estado, as transnacionais, a especulação financeira e/ou imobiliária, os comerciantes, etc. E, de outro, a noção de região que passa por uma reificação admitida, sobretudo nos discursos dos sujeitos diretamente vinculados à organização do trabalho fabril. Mais uma vez, esse termo é colocado como ferramenta coercitiva, que de acordo com a parte vitoriosa da luta política estabelecida entre capital-capital, servirá para fomentar ou conter seja a idéia de unidade, seja de complementaridade ou mesmo de oposição, no que se refere à RMSP, endossando as medidas pertinentes em cada caso.

De tal sorte, a primeira concepção a que nos referimos, aloja-se sobre os objetivos e metas da ordem econômica, retendo as evidências que sobressaem em cada parte dos territórios analisados na busca do traçado de sua unidade. Este configura o procedimento fundamental de instituições como o IBGE, em que as regiões são previamente definidas por meio da fixação em algumas dentre o conjunto formado por nuances históricas, que justificam sua configuração geográfica. E realiza-se sobre escolhas que privilegiam certas especificidades vinculadas aos estratégias da gestão territorial, cujas demandas são antecipadas.

Assim, a grande indústria, por exemplo, que a partir dos anos trinta despontou como perspectiva a ser induzida em solo nacional, somente pôde se suceder em função do quadro internacional de produção e de comércio. Os componentes fixados para os moldes econômicos precedentes foram determinantes para a concentração fabril ulterior, tanto das recém-chegadas como

daquelas à por vir. Portanto, pode-se conceber que o material produzido pelo Instituto Brasileiro figurou e continua a figurar nesse horizonte, como uma espécie de “carta-síntese” dos oferecimentos à acumulação capitalista.

Logo, a correspondência entre região como lócus produtivo e geografia do vivido (a vivência regional propriamente) se desenvolve a partir das mediações capital-trabalho, isto é, a cargo da função e do posto que cada sujeito opera e ocupa em seu dia a dia, constringendo-o a esse nível de interferência. A oferta de emprego, sua compressão ou alargamento, derivam em anseios e mobilização por parte da força de trabalho que por vezes a remete aos preceitos de identidade regional. Alterações recaídas sobre esses lugares onde se objetivam e fundem produção industrial e re-produção social, pode levar ao esfacelamento do caráter apropriativo que aqueles representem ou contenham.

Com essas afirmações pretende-se aferir alguns pontos sobre a implementação de inovações para a reprodução e acumulação referentes ao “mundo das mercadorias”, – sejam elas tecnológicas organizacionais ou de logísticas. O primeiro aspecto diz respeito ao caráter abstrato do discurso oficial, que encontra à sua frente a insolúvel e explícita oposição necessidade-liberdade, ou seja, as dificuldades provindas entre a concomitante existência individual e a formação social. Na mesma linha, decorre a reafirmação da dicotomia entre público e privado, acertada pelas ligações entre capital e Estado. E, por fim, como réplica às anteriores, o sindicalismo, que moldado às expensas do Estado, se reorganiza para que supostamente sejam alvejadas as condições de expropriação e de espoliação do trabalho.

Aliam-se a essas questões, o que observamos por intermédio da voz dos meios de comunicação de massa e pela imprensa local, que personifica a região do ABC conferindo-lhe vida própria, bem como o arrolamento das municipalidades agentes exclusivos das territorialidades. Não deixa de ser este, mais um dos tantos momentos de fetichização que se incorporam às condutas cotidianas, e que está bem representado no teor do tratamento jornalístico em face das recentes estratégias de acumulação adotadas pelas indústrias.

Esse material revela, dentre as elaborações produzidas pelo entendimento, como o senso comum e boa parte da ciência geográfica se cumprem para atender às demandas político-administrativas. Vale lembrar as repercussões no plano conceitual, do processo de subsunção real a que Marx se dedica no capítulo sexto de “O Capital”. Em outras palavras, significa averiguar a passagem e ratificação das representações necessárias a realização do capital, tomadas como forma única de expressão, dissolvidas na cotidianidade e inoculadas por nós indivíduos. Assim, escreve Marx:

“La característica general de la *subsunción formal* sigue siendo la directa *subordinación del proceso laboral* –cualquiera que sea, tecnológicamente hablando, la forma en que se le lleve a cabo – al capital. Sobre esta base, empero, se alza *un modo de producción* no solo tecnológicamente *específico que metamorfose ala naturaleza real del proceso de trabajo y sus condiciones reales: el modo capitalista de producción*. Tan solo cuando este entra en escena se opera la *subsunción real del trabajo en el capital*.” (MARX, 1985; pág.72)

Ora o feitiço regional concebido pelo pragmatismo estatal e privado consiste em uma das tantas possibilidades de interpretação adequando objetivos e intervenções, – aonde e como se pretende chegar ou alcançar –, ao que está consolidado. No entanto, de maneira nenhuma pode ser apreciada como única plausível, e menos ainda adotada como ponto de partida basilar a qualquer reflexão que diga respeito ao tema. Em verdade, trata-se de encetar empenho em ultrapassar os entraves observados, e de percorrer as particulares riquezas do recorte territorial que propusemos revisar.

Então, novamente a indagação: entre ABC Paulista e RMSP temos complementaridade ou oposição? Apesar de a resposta vir quase prontamente, as questões colocadas induzem à reflexão sobre esse patamar da cotidianidade, no qual se dá a concretização da alienação e reificação das relações sociais produtivas, em que pensamento e ação pouco se distinguem.

A percepção e apreensão das realidades, voltadas à ordem do dia e tendo por alicerce a autonomização dos elementos partícipes dos fenômenos e dos fatos, tornam-se, portanto, igualmente comprometidos. No dia a dia, a heterogeneidade associada à imediatividade de respostas, confunde os fatos e

fenômenos, deixando escapar sua processualidade. Uma vez mais, as ligações entre o que lhes acometem não se estabelecem no ritmo desses mesmos episódios e na dinâmica geral da reprodução.

“A vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela que mais se presta a alienação. Por causa da coexistência “muda”, em-si, de particularidade e genenericidade, a atividade cotidiana pode ser atividade humano-genérica não consciente, embora suas motivações sejam, como normalmente ocorre, efêmeras e particulares.” (HELLER, 1992; pág.37)

Os indivíduos em sua “muda” unidade singular e universal – já que não comunicam o caráter particular e humano-genérico –, são vulneráveis a absorver supostas rivalidades intermunicipais sem alcançá-las como desenlace azado da constituição social da *propriedade privada*: de como *ela* se concentra e *seus* porquês. Como relatou Lefebvre em seu balanço sobre as realidades urbanas e as mudanças pelas quais passam as cidades contemporâneas:

“A cidade se transforma não apenas em razão de “processos globais” relativamente contínuos (...) como também em função de modificações profundas do modo de produção, nas relações “cidade-campo”, nas relações de classe e de propriedade.” (LEFEBVRE, 1991; pág. 53)

Impelidos pelo “reino das necessidades” e pelas constantes ameaças difundidas por meio do trabalho da imprensa, dos partidos e dos sindicatos, ocorre uma desmobilização que acaba fragilizando a organização das reivindicações e não atingindo a estrutura a que pertence.

“A assimilação espontânea das normas consuetudinárias dominantes pode converter-se por si mesmo em conformismo, na medida em que aquele que as assimila é um indivíduo sem núcleo; e a particularidade que aspira a uma vida boa” sem conflitos reforça ainda mais esse conformismo (...).” (HELLER, 1992; pág.38)

Por seu turno, responsabilizada pelo aumento do desemprego, o sindicalismo um dia citado como objeto de orgulho por ter emprestado um cariz próprio ao ABC Paulista, retroage para dismantelar as conquistas uma vez adquiridas a que ainda pertenciam ao momento presente. Eis o apontado como culpado pelo deletério fracasso da classe trabalhadora, sem que possa verificar a origem e pertinência de tal informação. A geografia do lugar – e implícita a ela, a do morar e do trabalhar –, subsume-se à égide exclusiva dos agentes do capital.

“A cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as *instituições* oriundas das relações de classe e de propriedade. Ela mesma, a cidade, obra e ato perpétuos, dá lugar a instituições específicas: as municipalidades.” (LEFEBVRE, 1992; pág.53)

A autoridade máxima capaz de dirigir os rumos imediatos da economia local e dos destinos daqueles a que incorpora, assume, para estes indivíduos, diferentes formas, numa espécie de coisificação das relações de trabalho. Surgem *os políticos, os governos, os empresários, os investidores*, peças de um jogo fragmentado e inacessível, que parecem agir independente da vontade da força de trabalho; colocam-se de forma independente como se a extração de “mais valia” não sucedesse a partir destas relações.

“Quanto maior for a alienação produzida pela estrutura econômica de uma sociedade dada, tanto mais a vida cotidiana irradiará sua própria alienação para as demais esferas.” (HELLER, 1992; pág.38)

E ainda sobre alienação e indivíduo cotidianos:

“Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção.” (HELLER, 1992; pág.38)

Portanto, no interior da alienação e das inúmeras facetas que assume, pode-se revisitar as representações que daí emanam desdobradas em posicionamentos políticos diante da falsificação das motivações que se referem à evasão fabril.

Voltando às páginas anteriores, as chances de suspensão com o cotidiano são inversamente proporcionais ao grau de envolvimento em atividades laborativas provedoras exclusivamente da sobrevivência. Essa suspensão, em sendo transitória, pois o reingresso é imprescindível para continuidade da formação social em seu todo, tanto mais exíguas constituem as possibilidades dos indivíduos a experimentar.

Vimos que essa saída provisória coloca-se em íntima ligação ao processo de homogeneização, isto é, com a concentração de forças sobre apenas uma tarefa ou objetivo, mas não apenas com ela. Será preciso dar-se conta da

generecidade humana por meio de alguma atividade que forneça voz a esse aspecto. Não obstante,

“Repetimos que, para que esto suceda, no es en absoluto necesario conocer el concepto de generecidad; es suficiente que el objeto o esfera que se considera sea objetivamente vehículo del desarrollo genérico.” (HELLER, 1977;pág.116)

De acordo com o que vimos em Lukács, Heller entre outros autores consultados e que se detiveram nos temas do trabalho e da alienação, instala-se, a partir daí, a desalienação que se faz sentir posteriormente com a reinserção na trama cotidiana, transformando definitivamente as formas de conceber o que se posta na realidade. Essa experiência a partir da qual é possível alterar as qualidades das subjetividades daqueles que a conheceram, produz a passagem entre o que Lukács definiu como “homem inteiro” para o “inteiramente homem”:

“El “hombre enteramente comprometido” es una individualidad que concentra todas as ss fuerzas y capacidades em el cumplimiento de una sola tarea incorporada em um esfera homogênea.” (LUKÁCS in HELLER, 1977;pág.116)

Mas o ponto de maior embotamento parece ser o fato de não apreenderem os frutos e os meios de trabalho como resultante dos próprios esforços realizados em sociedade. Entendendo-se o empenho individual imposto como condição ao coletivo sem que se detenham no percurso desenvolvido até então. Enquanto “potencia social extraña”, inequivocamente, alarga-se regulamentando a geografia que dela emana. Ou seja, a região do ABC, em especial, surge progressivamente como forma alienada, isto é, dimensionada como lugar concluído, existente antes e possivelmente posterior ao tempo escalar do indivíduo.

Ora, de modo semelhante à economia política, cujas bases se alojam na coerção egressa da heterogeneidade cotidiana, do amplo leque de atividades e papéis a serem concluídos pelos indivíduos, sofre alterações *a partir e em acordo* com as oscilações conduzidas pelo capital produtivo, isto é, as tensões que envolvem a hegemonia de uma ou de outra de suas frações. Nesse processo, as reais configurações políticas em suas derivações geográficas também se

deslocam a outros campos, sabotando a viabilidade de obtermos, por meio do entendimento, suas concretas e efetivas determinações.

Dentro dos liames inerentes às relações entre atividades econômicas e gestões políticas, encontramos novamente o amparo conceitual da classificação regional feita sobre bases estatísticas, a respeito das configurações que as tornem operantes. Nesse sentido, foram mapeadas as condições que possam ser requeridas pela reprodução de capital e à acumulação de recursos no que diz respeito aos fatores diretamente produtivos (matérias-primas, força de trabalho, energia, vias de acesso e escoamento, etc.), assim como fatores financeiros (em espécie, em títulos e/ou papéis).

Todavia, vale ressaltar que a realidade transposta e mediada por tais instrumentos estatístico-matemáticos, permite apenas a construção de considerações a partir de médias e generalizações que, do ponto de vista científico, conduziria a seu reducionismo; abre-se mão da unidade da totalidade do real (a que nos referimos páginas atrás), do esforço de absorver os elos entre as partes e destas com o todo, sem considerá-las tão-somente como somatória de elementos e dados, para cumprir com o pragmatismo exigido por tais iniciativas econômicas. Nessa medida, não há porque termos outra expectativa em relação aos estudos mencionados, já que atendem e comportam perfeitamente àquelas medidas. De outro lado, quando nos referimos à ciência geográfica como investigação e reflexão científicas, esta postura não condiz com os objetivos de superar a mera tarefa de corresponder ao capital produtivo e ao Estado (propósitos imediatamente econômicos).

Ora, é sabido que não se pode transferir a inteireza das ricas determinações que agem sobre os objetos a que nos detivemos a decifrar, para o plano do pensamento e do conhecimento. Em outras palavras, não é humanamente possível esgotar, a um só tempo, *todas* suas relações, características e intrincados movimentos. Em verdade, queremos frisar, mais uma vez, a importância de identificar que, entre ambas as perspectivas de geografia, existe uma distinção qualitativa, de abrangência e de aprofundamento quanto às formas de ser de uma mesma realidade.

Isso posto, afirma-se que a primeira se detém em levantamentos cuja centralidade reside em uma parte específica, uma particularidade da realidade que seja de acordo com as necessidades e solicitações do capital e às demandas de gestão; a segunda, ainda que, podendo validar as apreciações quantitativas precedentes, vislumbra capturar as determinações daquelas que assumem o mesmo objeto de atenção da primeira, mas possivelmente inacessíveis à observação, obscurecidas ao abertamente detectável. Não precisamos mais dizer o quão díspares são ambas as grandezas escalares que estamos convergindo.

O resgate das contribuições desenvolvidas pelos autores, a que nos dirigimos nesta fase de nossa pesquisa, serve para transpor os patamares do observável ou da análise que trata as formações sociais como entidades acima, ou à parte do movimento cotidiano dos indivíduos. Para tanto, buscamos considerar as relações sociedade/natureza, a partir das territorialidades que se produzem e se concretizam localmente.

De tal sorte, incidir sobre os elementos constitutivos dessa realidade requer traduzir a participação das empresas que, mediadas pela ação legitimadora do Estado, permite, a um só golpe, a acumulação produtiva e a construção de uma “nova” configuração territorial e regional. A efetivação da produção industrial requer peculiaridades que envolvem as condutas particulares a cada uma dessas participações. E introduzem distintas qualidades de dependência em que se incluem os demais componentes do complexo jogo entre acumulação privada, gestão pública do território e a demais medidas condizentes ao restante dessa conformação.

Colocado dessa maneira, pelo menos três formas de concepção regional são depreendidas, o que, por sua vez, correspondem aos rumos de ação projetados; perspectivas que traduzem os momentos em que seus escopos entram em contradição, ora numa dinâmica de exclusão recíproca, ora abrindo brechas para absorver as próprias oposições daí derivadas, na condução de seus interesses e metas. São elas:

1. o Estado que lança seus instrumentos na direção de viabilizar, estimulando, coibindo ou redirecionando os investimentos das iniciativas privadas,

elegendo por vezes uma ou outra origem (nacional ou estrangeira) para priorizar. Adiciona-se a esta, os diferentes naipes do capital não exclusivamente industrial, mas as iniciativas que abrangem os demais ramos ou mesmo sua acumulação geral (desde àqueles reconhecidamente regionais e de tradição cujos manejos permanecem ou conservados ou modernizados até àqueles considerados “de ponta”, que tiveram sua implantação recentemente);

2. a ciência geográfica que trabalha na perspectiva de atender às demandas anteriores como instrumento técnico-operativo para o Estado, decalcando seus paradigmas de conhecimento sobre fórmulas e modelos confeccionados para serem aplicados às questões regionais. Ainda dentro desta, os geógrafos que, desacreditando no reducionismo de tais práticas optam por um cabedal de referências mais amplo, a fim de refletirem e decodificarem o novo arranjo que se projeta com as últimas mudanças produtivas;

3. a força de trabalho que, absorvida nos setores mencionados ou no quadro designado por “economia “informal”, requer medidas que a contemple, seja em reivindicações por melhores salários, ou seja por condições gerais de vida. Apesar de seu raio de ação limitar-se às celeumas com respeito ao prosseguimento de sua atividade e a manutenção de reprodução, temos aqui a pedra de toque sobre a qual se realiza a extração de mais valia e de onde qualquer alteração pode vir a comprometer sua eficácia. Assim, o exército de reserva necessário às margens de lucro, deve estar sob a espreita direta das partes citadas anteriormente. Onde emerge a tática de fazer uso de uma identidade regional forjada, ora em estreita ligação com o conjunto da região Metropolitana de São Paulo, ora em sua oposição.

Tais são as maneiras de aquilatar o ABC Paulista, este Lugar em que concorrem oposições de expectativas e aspirações, desacordos do que diz respeito à determinação das prioridades a serem atendidas, redefinição dos papéis e funções desempenhados por cada qual dos agentes que a integram; Lugar no qual se representam vivências de amplitudes de ordens diversas, que se inscrevem e que agora novamente se transformam, a partir do movimento de acumulação capitalista, agora chegada ao ABC.

Capítulo 2

A Gênese de conformação territorial do ABC Paulista e a posição de destaque em face da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

FONTE: Prefeitura do Município de Santo André/Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho/Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Na primeira etapa desse capítulo, iremos percorrer, entre outras obras, o clássico trabalho organizado por Aroldo de Azevedo intitulado “A Cidade de São Paulo – Estudos de Geografia Urbana”, no qual esse autor e os demais geógrafos, seus convidados, dispuseram sobre a conformação da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Adotamos essa obra como referência em função de esta representar um quadro e uma interpretação da época da industrialização paulista, donde iremos capturar os princípios por meio dos quais é possível abrir o debate sobre a atribuição da recente denominação “Região do ABC Paulista” (datada dos anos 50) e que podem resgatar as motivações de caráter político que levaram a obter destaque à frente daquela constituída pela metrópole.¹⁵ Devemos ressaltar, entretanto, que para esse fim, abordaremos não a soma daqueles escritos, mas, tão-somente, as partes diretamente ligadas à nossa pesquisa.

Então, numa espécie de hermenêutica¹⁶ da geografia do ABC, pretendemos aquilatar as correspondências entre o atual arranjo de correlações estabelecido pelos agentes que a integram, e a linguagem que a ciência Geográfica se vale para decodificar-lhe os significados. Em outras palavras, buscaremos ponderar sobre a própria pertinência do termo região, utilizado para narrar suas variadas dinâmicas. De tal sorte, pretendemos esquadrihar os alicerces de entendimento utilizados no passado e que agora reencontramos como herança que permite ou não definir o ABC apartado da RMSP, trazendo à luz a concepção de geografia nela embutida.

---

¹⁵ Essa obra perfaz quatro volumes em que se distribuem as contribuições dos seguintes geógrafos: VOL. I A REGIÃO DE SÃO PAULO - o preâmbulo “São Paulo, cidade trimilionária” com o próprio organizador; “Tietê, o Rio de São Paulo” por Elina O. Santos, “O quadro climato-botânico” de Ary França; “O Planalto Paulistano” com Fernando F.M. de Almeida; “O sítio urbano de São Paulo” por Aziz N. Ab’Sáber. VOL. II A EVOLUÇÃO URBANA – “São Paulo nos tempos coloniais” com Raul A. e Silva; “São Paulo no século XIX” por Odilon N. de Matos; “São Paulo no século XX” de Pasquale Petrone; “A população paulistana” com J.R. de Araújo Filho. VOL. III ASPECTOS DA METRÓPOLE PAULISTA - “O parque industrial paulistano” por Dirceu L. de Mattos; “O problema da energia elétrica” de Maria de Lourdes P.S. Radesca; “A área central da cidade” com N.L.Müller; “Os bairros da Zona Norte e os Bairros Orientais” e “Os bairros da Zona Sul e os Bairros Ocidentais” por Renato S. Mendes. VOL. IV – OS SUBÚRBIOS PAULISTANOS – com Antônio R. Penteado, Pasquale Petrone, Emília V. Costa, e Aroldo de Azevedo.

¹⁶ Hermenêutica como palavra que designa “Qualquer técnica de interpretação” (Abbagnano; Nicola. Dicionário de Filosofia. 4ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 2000).

Intentamos, com isso, reavaliar os propósitos e a pertinência seja para reafirmá-la como plausível no quadro metropolitano, seja para negá-la se tomada isoladamente. Entretanto, cumpre frisar que ambas as direções somente serão dadas a partir do entendimento dessa realidade, ora como parte ora como todo, no incessante jogo de tensões que a análise requer.

A Região, entre outras categorias de que a ciência geográfica dispõe, nos remete a um conteúdo característico, uma expressão ou forma de ser particular à processualidade que envolve a re-produção (contínua ou não) de geografias. Assim, de seu lado, é determinada pelo movimento da ordem ou disposição daqueles elementos que a integram e que se concretizam em cada momento. Dito de outra forma, sua identificação e utilização têm significância quando nos aparelham para destrinchar as territorialidades produzidas, pertinentes a um período da realização histórica de sua geografia. De tal sorte, pretendemos discernir duas posições muito comuns e controvertidas e nem sempre colocadas: região, como mero artifício do pensamento sem ligação com o âmbito analisado; ou, enquanto instrumento edificado por intermédio desse contato cognitivo, produzido por sucessivas reflexões vertidas sobre os dados encontrados.

Ora, restringir sua concepção a um estratagema metodológico, significa obliterar a complexidade inerente ao dinamismo das realidades que vão se efetivando, pondo-a assim, a serviço de modelos estabelecidos por antecipação e que normalmente não comportam a riqueza a que procuram enquadrar e com a qual se deparam de modo inevitável, ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Em contrapartida, gostaríamos de obtê-la como resposta (de positividade ou não) dos objetos a que nos dirigimos, com seus temários e problemáticas, inversamente às imposições preestabelecidas e irrevogáveis.

Nesse caso, esperamos sugerir, adiante, algumas das articulações presumíveis, possíveis dentro do contexto geográfico mostrado, mas que se mantiveram fora do alcance de suas colocações e emprego no pensamento e na história da Geografia. Nesse sentido, empenharemos esforços para colocar a discussão regional em uma base epistêmica distinta daquela que hegemonicamente presenciamos.

Para dar início a esse intento, versaremos nossa análise sobre a dinâmica histórico-geográfica da qual emergiu a conformação territorial do ABC Paulista, a saber, os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Diadema, Mauá, Rio Grande da Serra e Ribeirão Pires. Assim sendo, trouxemos subsídios que integraram esse processo, por meio das notícias mais remotas disponíveis. E, precisamente, pelos idos de 1500 de quando datam os primeiros testemunhos de sua gênese, pretendemos entender os dados que a motivaram, embasando essa diferenciação regional.

Que o recorte em questão seja associado à produção industrial como o eixo de seu crescimento e reprodução, não nos causa estranhamento, isso porque em certa medida e escala espaço-temporal, essa atividade é preponderante como marca, seja de forma direta ou indireta. No entanto, o que nos parece surpreendente é sua redução a esse fato, a idéia uníssona de que aqueles municípios que a compõem sejam tratados como realidades exclusivamente derivadas a partir de então, isto é, como se não existisse antes ou depois daquelas emancipações. Em outras palavras, as atividades pregressas desempenhadas responsáveis pólo desenho de sua geografia, mesmo que dotadas de limites quanto ao desenvolvimento local e regional desaparecem frente às escalas nacional e mundial pós-50, como fonte de investimentos e de acumulação. Enfim, conformações territoriais e dinâmicas sociais naturalizadas, confinadas em seus atuais contornos e produtos espontâneos do curso da história.

Estamos lidando com uma visão genericamente presente no senso comum e usada como um ponto de partida bastante freqüente nos muitos estudos regionais ou urbanos. Assim, somos convocados a uma conduta diversa, e justamente distinta pelo propósito de reconstituir as peças que dela fizeram parte, os enlaces e o desempenho que derivaram em arranjos territoriais com ritmos específicos, até sua forma contemporânea. De tal sorte, poderemos avaliar a pertinência entre realidade e sua representação no campo do conhecimento.

Como o leitor poderá averiguar somente na década de 50, que a elocução “Grande ABC” ganha seu presente significado. Isto porque, nesse período, passa a ser veiculada pela ação do Estado, o intitulado “nacional desenvolvimentismo”,

sob a liderança do então presidente Juscelino Kubitschek, que ao contar com um vigoroso aparato de propaganda governista, atrela o florescimento da grande indústria à identidade local. Ao mesmo tempo, como veremos, dentre as marcas daquela gestão encontramos a liberação do território brasileiro à implantação do setor automotivo estrangeiro. A bipartição entre as metas de generalização nacional do progresso industrial e o atendimento às demandas externas indicavam que a primeira estaria sujeita à segunda, num caráter distinto do que ocorrera anteriormente durante a chamada era Vargas. Paradoxalmente, esse mesmo intuito de garantir uma distribuição regional da atividade fabril mais adequada acarretou concentrações produtivas, das quais o ABC Paulista seria consuetudinário.

Todavia, o evento descrito somente figuraria no século vinte e como indicamos acima, queremos visitar ainda o século XVI, quando temos os episódios de formação dos povoados e vilas ,incluindo a vila de São Paulo, sementes da região mencionada.

2.1 - A Vila de Piratininga e as razões que levaram a escolha de seu sítio

Como mencionado linhas atrás, por meio do resgate da contribuição de Aroldo de Azevedo (1954) intitulada “A Cidade de São Paulo – estudos de geografia urbana”,é possível obter aspectos de grande utilidade para a reflexão a que nos propusemos. Especialmente no preâmbulo do volume 1 intitulado “A Região de São Paulo”, a interlocução com esta obra trouxe-nos indagações úteis pelo interesse que aqui apresentam em pelo menos duas direções.

A primeira diz respeito ao caráter propriamente informativo do texto, do qual nos valeremos. Qual seja a compilação das investigações concedidas em pesquisas que se debruçaram sobre o curso histórico da formação social brasileira e, em especial, sobre a Região Metropolitana de São Paulo. A segunda, alguns esclarecimentos sobre a perspectiva de entendimento geográfico revelado em suas análises. Ou seja, é possível evidenciar àquilo que o autor distingue como peremptório e o tratamento de aspectos em que a marca da generalização e do

dedutivismo são uma constante. Com isso, o risco de preterir particularidades essenciais aos lugares, a que se dirigia como geógrafo.

Imbuídos de tal propósito, percorreremos o mesmo traçado que o autor delineou, respeitando assim as escolhas e premências descritas em seus quatro volumes, mas apenas com vistas ao ajuizamento dos processos que originou o divórcio regional entre RMSP e ABC Paulista. Feitas as devidas ressalvas, passemos à sua contribuição.

A pesquisa de Azevedo tomou como ponto de partida as coordenadas geográficas de sete cidades situadas sobre os trópicos, entre as quais São Paulo (Havana, Calcutá, Cantão, Honolulu, Antofagasta, Concepción), onde se deteve nas razões que levaram a apenas três delas situarem-se entre o que denomina “cidades milionárias”, nesse caso, Calcutá (Índia), Cantão (China) e São Paulo (Brasil).

Tecendo descrições comparativas sobre as condições climáticas vinculadas às respectivas latitudes e altitudes, o autor destacou o fato de que aquelas conformações constituem um reflexo de tais características, chegando então a vez da capital paulista. Ao examinar a altimetria do relevo e a relativa distância do litoral, sua pesquisa ressaltou que as grandes aglomerações humanas do mundo estão em planícies à beira-mar ou próximas de algum curso d'água, o que torna a antiga vila de Piratininga um evento à parte, uma exceção.

Com esse procedimento, percebemos o acento dado ao alcance das influências peculiares ao Meio por ele analisado, assim como a suposição de que tais características estivessem desligadas de qualquer intervenção humana. Portanto, características boas ou nefastas somente o são para àqueles que assim as confere, pois são arquitetadas no arrolamento de suas correlações, durante a objetivação da reprodução social a que dizem respeito.

Em outros termos, nas atuais configurações acaba-se por exacerbar a extensão destes resultados. Ora, existe uma distância entre os momentos de inauguração e de perduração dessas formações urbanas, processos cuja intensidade variou em termos de diretrizes adotadas no quadro da economia política, e, portanto, do uso feito e das transformações ocasionadas nesse mesmo

Meio. De certa forma, torna-se difícil colocar as mesmas qualidades que outrora foram relevantes como determinantes nos anos subseqüentes.

Entretanto, o trabalho prossegue com a advertência de que a excepcionalidade de São Paulo se encontra pulverizada em muitos outros dados quando comparada às parceiras mundiais ou mesmo nacionais. Sob a perspectiva metodológica, temos aqui a gênese de formação da atual capital paulistana atrelada às coordenadas de posição/localização, enquanto caminho para se chegar aos porquês de sua instalação, desenvolvimento e expansão. E, especialmente, o destaque ao salto expressivo dado pela cidade durante o século XX, após tão longo período de inexpressão desde o seu nascimento.

Nesse sentido, o trabalho volta-se a indagar sobre o que poderia ter provocado o crescimento tanto demográfico quanto da área ocupada por essa cidade, ou mesmo, o que poderia explicar os desígnios de seus fundadores. Com essa conduta, Azevedo nos remete à origem mais longínqua do enlace entre as vilas de Piratininga e de Santo André da Borda do Campo, remontando os traços que em sua visão privilegiaram a situação da primeira em face da segunda, dando-lhe, assim, continuidade. Mais adiante, retomaremos esses episódios, especificamente. Todavia, é bom ressaltar, que a resposta oficial de transferência e de extinção de Santo André da Borda viria, mais tarde, em 1560.

Dando continuidade, o autor demonstrou que, previamente a qualquer intervenção de origem colonial, ocorrera que a localização da atual cidade de São Paulo, datada do ano de 1554, fora antecedida pela ação indígena de derrubada de uma pequena parte das matas existentes, – os campos de Piratininga, formando, assim, uma clareira de onde adviria o futuro núcleo inicial da vila.

De tal sorte, que anteriores aos lusitanos, as comunidades indígenas valeram-se daquela localidade para sua manutenção. Seu jeito de “acrópole”, estendida em terrenos mais altos e cercada de matas, teria facilitado a luta pela sobrevivência daquelas tribos porquanto a defesa de sua reprodução nos anos anteriores e também no período quinhentista.

Situando-se numa área de destaque em relação às cercanias, a saber, o próprio povoado de Santo André da Borda do Campo instalado em 1553 e com o

qual dividia atenções, a função preservativa da vila tão logo se tornou fundamental, ainda que em seu discreto desenvolvimento de mais de trezentos anos.

Mas esta não foi a única particularidade local. Em verdade, a São Paulo que concebemos teve início testemunhado por um número reduzido de silvícolas, colonos e jesuítas ao dia que corresponde à conversão do apóstolo de mesmo nome, ou inversamente, esta fora a razão de sua denominação. Santo André da Borda do Campo, como veremos, posteriormente, já havia e fora alvo dos padres jesuítas em função das mesmas peculiaridades que a condenariam em favor de Piratininga.

Após apresentar esse panorama, a assim chamada “região de São Paulo”, como consta no mesmo volume, passa a ser descrita em seus aspectos hidrográficos, climato-botânicos e geomorfológicos, lembrando que para nossa discussão basta rever esses depoimentos enquanto forma geográfica de interpretação do desenvolvimento da região metropolitana, reveladora de uma época da Geografia brasileira.

Primeiramente, Elina O. Santos remete-nos à importância da Bacia do Rio Tietê para o desenvolvimento da capital paulista, na medida em que representou “uma estrada de penetração” por onde:

“(…) através de suas águas e, na maioria das vezes, através de seu vale, rumaram para as minas de ouro de Mato Grosso as famosas ‘monções’, partidas geralmente do velho e pitoresco Porto Feliz.” (SANTOS, in AZEVEDO(org.), 1956 v.I; pág.47)

Com isso, a autora recorreu ao engenho paulista, para buscar os meios de viabilizá-la enquanto uma verdadeira e possível via expressa de contato entre diferentes regiões, pelas quais atravessam suas águas. Apresentando sua rede hidrográfica, teceu ponderações sobre o problema das cheias de verão em que toda a extensão de várzea se transformava em uma imensa lagoa, causando, dessa maneira, prejuízos aos moradores locais e mesmo, impedindo-os de permanecer ou realizar uma ocupação de caráter duradouro. Além disso, referiu-se à insalubridade que tal fenômeno ocasionara como a proliferação da febre amarela, dado observado pelas autoridades já nos idos de 1892.

Somente para lembrar e em termos comparativos, o Rio Tamanduateí sofria interferências há muito mais tempo e precisamente, desde os últimos 25 anos do século XIX. Destas considerações, Elina passou então a discutir e justificar as obras de retificação, os projetos de engenharia incididos sobre o perfil do Rio Tietê, fechando sua exposição com a seguinte constatação:

“Na região de São Paulo, o Rio Tietê e seus afluentes já começaram a sentir fortemente a ação modificadora do homem(...), como a integração da várzea à zona urbanizada. Isto é mais um motivo para que, nesse trecho de seu curso, o Tietê seja, realmente, o rio de São Paulo.” (SANTOS, in AZEVEDO(org.), 1956 v.I; pág.66)

Posteriormente à contribuição dessa autora, Ary França fez o quadro climato-botânico, começando pela exposição dos fatores que compunham o clima de São Paulo, assim como, a “evolução do tempo”. Para tanto, França descreveu os mecanismos de circulação atmosférica avaliando as diferenças de temperaturas, umidade e o regime de chuvas para daí caracterizar as estações e definir suas áreas climáticas. Somente ao final introduziu os tipos botânicos e pedológicos próprios ao planalto paulistano. Encontramos em seus relatos o esforço de caracterizar pormenores climato-botânicos como os que trouxemos para esse trabalho:

A região do Alto Tietê, no planalto paulistano, tem, dentre os característicos principais que individualizam a sua atmosfera, definindo-lhe um clima local, os valores moderados da temperatura média(...) as quais não refletem a grande oscilação térmica que se verifica a curto prazo.” (FRANÇA, in AZEVEDO (org.), 1956 v.I;pág.97)

Percorrendo as classificações climáticas possíveis para diagnosticar o tipo no qual se enquadraria São Paulo, definiu a escolha de W. Köppen como a mais adequada e menos problemática, depois de avaliar Delgado de Carvalho, De Martonne, Thornthwaite, entre outros. A seu ver, as classificações foram subtraídas as qualidades centrais desta que julgou ser uma “área de transição”, como o ritmo tropical das estações, influência moderadora do mar, invasões frias e úmidas permitidas pela topografia, etc. E assim, nos diz:

“São esses alguns dos característicos(...) e explicam o seu mecanismo complexo, atuando sobre os homens do planalto na sua adaptação ao meio e sobre as suas realizações(...)”(FRANÇA in AZEVEDO (org.), 1956 v.I;pág.97)

Entre as quais a observação do intenso desenvolvimento dessa cidade oferece

“(...) uma forma interessante e incomum das relações entre o clima e os agrupamentos humanos sob o trópico sul-americano.” (FRANÇA in AZEVEDO (org.), 1956 v.I; pág.99)

Ora, assim como a autora anterior e ainda de maneira mais explícita, França colocou suas análises à disposição das sobredeterminações que o meio, em suas peculiaridades, designa ou condiciona os comportamentos e ações humanas. Às formações sociais legou-se, tão-somente, a tarefa passiva de aproveitar as provisões a elas dispostas, moldando-se e sucumbindo inteiramente àquela circunscrição.

De tal sorte que, na perspectiva do autor, as “realizações” humanas caracterizam-se pelos limites impostos e provindos do externo, dentro exclusivamente do conjunto de possibilidades por ele geradas. Nessas condições não apenas foram retiradas as ligações concretas e, portanto, recíprocas entre Homem e meio, como também foram caracterizados, um e outro, dicotomicamente: meio destituído de homens e homens aprisionados por suas intempéries.

Nuança desse mesmo aspecto e importante de se ressaltar é o papel decisivo da posição tropical da cidade de São Paulo para seu crescimento, e se bem notarmos, quase admirados por assim ter conseguido tão extraordinário desenvolvimento.

Dando continuidade às suas premências, Ary França passa a analisar a cobertura vegetal de São Paulo demonstrando nítida preocupação com quais dos tipos encontrados estariam originalmente na fundação da cidade. Ou seja, sua inquietação está em revelar se tais formações – de florestas, arbustivas e herbáceas – eram de fato naturais ou exóticas ao local. Como vimos nesse trecho:

“Seriam naturais esse campos paulistanos? (...) a opinião dos especialistas, atualmente acordes em afirmar que toda a Região de São Paulo (...), esteve outrora, recoberta por matas.” (FRANÇA in AZEVEDO (org.), 1956 v.I;pág.101)

Para a mesma formulação se dirigiram os depoimentos de Pierre Deffontaines a respeito dos solos paulistanos, em que destacou o seguinte

comentário: “a maior cidade do Estado se desenvolveu numa das piores regiões quanto à fertilidade do solo” (Deffontaines in França) e, assim, veio corroborar a avaliação das razões que levaram a capital paulista ao ritmo de um crescimento imprevisto. Compasso este impensado, pois, uma vez mais, a qualidade dos solos representava um dos componentes que poderiam ter selado e, de forma cabal, o destino produtivo de São Paulo. Para finalizar seus escritos, relacionou os grupos daqueles encontrados no Estado, e em especial, na capital, caracterizando-os quanto às suas qualidades físico-químicas.

Na seqüência de Ary França, vem Fernando de Almeida construindo o quadro geomorfológico do planalto paulista no qual verificamos como procedimento predominante a descrição da paisagem formada pela topografia, assim como da presença de acidentes tectônicos cuja datação envolveu debate entre os profissionais que a eles se ativeram. Podemos situá-lo, por assim dizer, mais no campo da Geologia que da própria Geografia, o que não altera seu mérito e interesse. Entretanto, esses mesmos aspectos serão efetivamente integrados ao presente volume, quando recolocados por Ab’Sáber, no capítulo final, e a partir do que podemos reanimar as articulações geográficas. Como podemos comprovar, a seguir:

“As regiões serranas do Planalto Atlântico brasileiro, com sua paisagem de morros mamelonares e pequenos maciços montanhosos, acidentados e irregulares, criaram sérios problemas para a localizações das aglomerações urbanas.” (AB’SABER in AZEVEDO (org.), 1956 v.I; pág.169)

Esse geógrafo tomou as formas de relevo existentes ao longo do planalto como imperativos na conformação territorial das cidades, comparando-as nas diversas localidades pelas quais passa essa unidade do relevo brasileiro. Cotejando as soluções encontradas pelas aglomerações urbanas nas diferentes épocas, seja de apogeu ou de decadência econômica, imediatamente identificou os problemas que a topografia poderia causar, especialmente causados por uma expansão em pleno desenvolvimento, como no caso paulistano. Percebemos que tais aspectos de ordens diferentes não foram abordados como partes destacáveis

da totalidade, mas o contrário, em suas interdeterminações, traçando uma visão unitária de sua geografia.

Caracterizando essa unidade topográfica, destacou três exceções aos raros compartimentos que se prestam à instalação dos “organismos metropolitanos”, entre os quais:

“as bacias de formação recente de origem flúvio-lacustre, (...)resultantes de complicações tectônica e páleo-hidrográficas dos fins do terciário.” (AB’SABER in AZEVEDO (org.), 1956 v.I;pág.171)

Nesse grupo se enquadrou todo aquele cordão de cidades ao longo da extensão da bacia do Médio Paraíba, donde formaram-se aglomerações de proporções médias, tanto em território paulistano como fluminense, e em condições similares, Curitiba e São Paulo.

De tal sorte, Ab’Saber desenhou um panorama dos traços capitais do sítio urbano Paulistano, a partir dos cursos hidrográficos dos rios Tietê e Pinheiros até sua confluência, cuja separação realiza-se pelo divisor de águas dessa bacias representado pelo “Espigão Central” sobre o qual a Avenida Paulista foi superposta.

“Um perfil topográfico, orientado SW para NE, transversalmente ao Espigão Central, constitui tarefa indispensável para a compreensão dos níveis de altitudes e das formas de relevo da principal porção do sítio urbano da Capital.” (AB’SABER in AZEVEDO (org.), 1956 v.I;pág. 179)

Para tal arrazoamento, o autor propôs como critério fundante, a discriminação dos elementos basilares às edificações urbanas e assim o fez distribuindo-os por oito grandes grupos topográficos do trecho cardinal da metrópole paulista. Das características geológicas convertidas em expressões geomórficas, esse trabalho desenvolveu em pormenores, o reconhecimento das qualidades de ocupação e do nível de permanência dos aglomerados que ali se estabeleceram, e assim finaliza-se o primeiro volume. Então, vimos destrinchadas no primeiro volume, os substratos sobre os quais a geografia como ciência deveria partir para apreender os formatos de como se acomodaram os sítios urbanos, em face de um esforço de adaptações às condições verificadas.

No volume 2 “A evolução urbana”, com Raul de Andrada e Silva, os atributos do clima local, de fácil adaptação aos europeus, tantas vezes documentados em cartas à Coroa Portuguesa foram resgatados como uma das qualidades favoráveis à fixação, somando-se ao fato já mencionado anteriormente, de constituir um cerco defensivo. Nesse ponto, Silva corrobora com Azevedo que afirma ter sido para o colonizador quinhentista um imenso contraste entre os mangues quentes e úmidos da Baixada Santista e as colinas ricas em cursos d’água, de clima “tropical de altitude” com temperaturas menos intensas e um dos poucos trechos de Serra do Mar, que se declina a 800 metros.

Para Silva, a experiência de uma hidrografia da qual provinham alimentos, possibilidades de circulação e de comunicação, assim como a própria defesa, aliaram-se positivamente à perspectiva de desenvolver atividades locais para uma economia de caráter subsistente. No entanto, o que sobressai para ele é justamente o papel e a função que a vila teve desde sua raiz, isto é, como núcleo de catequese e dissipação dos ensinamentos cristãos em torno dos quais, a união de pessoas de diferentes procedências e costumes, como o caso dos indígenas, dos colonos e dos noviços da Companhia de Jesus. Uma vez mais, essa diferença constituiu situação inédita, pelo menos durante a primeira metade do século XVI.

Porém, antes mesmo da existência de Piratininga, ainda no Colégio de São Vicente ocorrera diversos embates entre a missão jesuítica e os demais habitantes, sobretudo no que tange aos preceitos morais e de conduta em relação ao trabalho, apontando um desgaste das relações que tornou premente a transferência para o planalto. Tal fato marcou decisivamente a vida da nascente vila de São Paulo, porque os demais aldeamentos dispersos pela costa convieram tão-somente à fixação demográfica e colonizadora ou então como centros administrativos e militares.

A necessidade de regularizar o povoamento acima do nível do mar, primeiramente com o vilarejo de Santo André e depois com o de Piratininga teve, portanto, predecessores que aqui lembramos sem uma ordem de importância definida: a prática da catequese com o afastamento de qualquer ameaça que pudesse comprometer-lhe os objetivos; a tarefa militar em período marcadamente

tenso, de conflitos e de disputas, do “velho” estendendo-se ao “novo” mundo; e, finalmente, de caráter político-administrativo, no qual a demarcação territorial pôde consolidar a concentração de moradores em uma só vila.

Esses foram os primeiros passos da atual Região Metropolitana que ainda aguardaria um longo período para se formar. Da inauguração (1554) e transferência da sede do município de Santo André para São Paulo, deduz Silva:

“(…) a necessidade de concentrar os povoadores, aumentando-lhes a força e a capacidade de resistência(…); o desejo dos jesuítas de fixar em São Paulo o centro de assistência espiritual aos andreenses; (...)onde era mais fácil produzir mantimentos e criar gado(...) a vontade expressa tanto dos Jesuítas, como do próprio povo de Santo André. (SILVA in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pgs.12-3)

Apesar da orientação dos padres, evidenciamos a participação das várias frações responsáveis pela permuta, não havendo nenhuma em que pesasse maior poder decisório. Esse processo concretizou-se como fruto das necessidades, contingências e desejos de todos que a endossaram.

De tais acontecimentos nascia, a partir da visão do autor, a maneira autônoma e independente que viria a identificá-la, diferentemente de outras localidades, tanto na época quanto em momento posterior. Devemos lembrar que Silva como Azevedo entende São Paulo em meio aos acontecimentos e propostas da década de 50, ou seja, embebido no espírito de modernidade que invadia o país com as novas demandas requeridas ao Estado e por ele promovidas. Observe-se, sobretudo, que essa visão condiz com uma Geografia hegemônica, a partir de que as questões e indagações circunscritas ao debate sobre a mais importante cidade do Brasil, giravam em torno da investigação dos elementos constituintes de suas causas, para possíveis especulações e até mesmo prognósticos.

Assim, voltando aos tempos iniciais de colonização, já advertiam as Atas da Câmara paulistana, trazidas por Silva:

“Pelos fins do século XVI, a região de São Paulo apresenta os rudimentos de uma nação, ao passo que a Bahia e as dependências do Norte eram uma fazenda de Portugal na América.” (SILVA in AZEVEDO (org.), 1956 v.II; pgs.23-4)

Não por acaso notificou-se que uma das filhas mais antigas da colônia havia muito precocemente revelado nas ações de seus povoadores, a maneira particular de conciliar organização local aos desígnios da Coroa e da Igreja. Enquanto as demais sucumbiam ao que lhes era imposto, absorvendo-o sem entender como risco ou perda de autonomia sobre suas atividades, São Paulo demonstrara a preferência de não seguir o mesmo caminho. Sem incorrermos no equívoco de uma posição teleológica, o fato é que não sabemos se houve ou não uma discussão sobre essa escolha por parte daqueles habitantes, mas é passível de ser apontado pelo autor como fonte de entendimento para as futuras posturas políticas que decorreriam ao longo dos anos subseqüentes, das quais emergiriam seus contornos contemporâneos. Ou seja, a cidade dos anos 50 pagou, no passado, um preço suficientemente alto por sua magnitude: os mais de trezentos anos de obscurantismo econômico se comparada a outras aglomerações coloniais.

Assim, durante o primeiro século, para sua reprodução territorial, a cidade manteve tratos comerciais limitados às vilas litorâneas de onde provinham àquilo que sua também tímida produção não dava conta de garantir. Da mesma forma, esta intercambiava produtos trazidos por embarcações metropolitanas, caracterizando vínculos de escambo até o século XVIII. Em outras palavras, havia ainda um comércio que envolvia troca de excedentes eventuais e modestos expedientes em papel moeda, com demonstramos, a seguir:

“Desde os primórdios de São Paulo, estabeleceu-se o intercâmbio econômico entre o planalto e o litoral (...). Comércio primitivo, em que eram raras as operações de algum vulto, como no caso de Afonso Sardinha, e cuja rudimentaridade é atestada pela escassez da moeda (...).” (SILVA in AZEVEDO (org.), 1956 v.II; pág.19)

Porquanto uma geografia de baixa densidade demográfica, constrangida em um perímetro marcado pelo isolamento em face das bases costeiras, quase marginais às principais atividades que proporcionassem lucros e acumulação de recursos para seu próprio fomento posterior. Nesse momento, a impossibilidade de discriminar o germe do município de São Bernardo do Campo, o que veio a se passar tão-somente no século XIX, porque incorporado e fundido à lógica singular

de São Paulo. Todavia, nos lembra a observação de Silva, que os aldeamentos indígenas e as fazendas da zona rural completavam a colonização do planalto, formando uma das áreas suburbanas do Brasil dos anos 50.

“Situavam-se a variáveis distâncias da vila, mas eram acessíveis, a despeito da aspereza dos caminhos e dos precários meios de transporte. Vivendo em função da catequese, pouco ou mesmo nada influíram na vida econômica da vila, transformando-se, porém, muitos deles em núcleos de povoamento fixo, que hoje constituem bairros ou subúrbios de São Paulo.” (SILVA in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pág.21)

Também desse período são as primeiras regras oficiais em defesa dos interesses locais sobre o tráfico indígena, assim como, a normatização de tarefas pertinentes à pequena indústria manual por meio da fixação de regras e preços, o que de certa forma representou um elemento de estabilidade à vila. Como atesta a citação:

“Interveio a autoridade municipal para regulamentar a produção, arregimentando os “oficiais mecânicos” em grupos, conferindo a cada ofício o seu competente Juiz, fixando normas ao trabalho, estipulando preços de produtos e serviços, tanto em defesa dos direitos do artesão, como dos interesses do consumidor.” (SILVA in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pág. 20)

Descontando a nota exacerbada de romantismo democrático, temos em suas análises alguns indícios de um entendimento que, espontaneamente, encaminha-se à regionalização por meio da divisão territorial do trabalho. Ao investigar as interligações entre Zona da Mata e Sertão Nordeste, o autor concluiu que a intensidade da atividade canavieira compartilhou com bolsões provedores de insumos necessários à reprodução desses mesmos pontos de exportação. Isso distintamente das relações entre os povoados litorâneos meridionais e Piratininga, onde as exigências agropecuárias eram escassas, já que limitadas pelo perfil econômico descrito, ou em breves palavras, voltadas quase que de modo estrito para a conservação interna.

Portanto, houve a indicação de uma divisão regional determinada pelos aspectos de ordem produtiva, por sua vez, influenciada pelos domínios morfoclimáticos particulares a cada coordenada geográfica. Esse material resgatado como fonte de investigação traduziu, para o autor, as causas das diversidades encontradas.

Por conseguinte, tão logo o século XVII iniciou, São Paulo se individualizou das demais localidades, perante a Coroa, em função do movimento conhecido como Bandeirismo, que inicialmente teve por mote a escravização indígena. De importância cabal por quantas funções adquiriu naqueles anos de colonização, essa força de trabalho se prestou desde a defesa dos colonos e habitantes dos núcleos de produção, até atividades braçais neles empreendidas como a agropecuária. Todavia, por piores que fossem as condições de escravidão, chamou nossa atenção, a utilização como via de traslado, onde, em seu lugar, até mesmo os animais, eram preservados.

“(...) constituíam o meio de transporte das mercadorias, que chegavam à vila ou dela partiam, às costas dos cargueiros humanos, os quais, em fila indiana, varavam penosamente as perigosas trilhas abertas, por entre despenhadeiros, nas elevadas e ásperas vertentes da serra marítima, impraticáveis para animais.” (SILVA in AZEVEDO (org.), 1956 v.II; pág.19)

Além dessa prática chamada de “apresamento”, a perspectiva de encontrar minas de metais e pedras preciosas incitou àqueles que, em São Paulo, tiveram poucas chances de formar patrimônio. Dessa forma, surgiu uma dinâmica migratória que ora partia da vila rumo ao Sul e Centro-Oeste brasileiros ora retornava como único ponto de confluência e de apoio devido à posição isolada que adquiriu a vila. Paradoxalmente, a mesma situação em que foram abertas novas oportunidades, fizeram da vila um lugar de egresso (de seus integrantes) e de afluência daqueles que por ela passavam imbuídos do mesmo desejo, submergindo-a assim numa fase ainda mais acirrada de ostracismo e de decadência urbana.

E, isso ainda que não representasse exatamente um “modelo” de produtividade em tempos pretéritos.

“Foram predominantemente econômicas as causas do Bandeirismo. (...)Era frisante o contraste entre o escasso valor das lavouras de São Paulo e a opulência dos engenhos de açúcar do Nordeste. Daí na vida paulistana do século XVII, a importância do sertão misterioso e ignorado (...).” (SILVA in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pág. 25)

A partir de então, as atenções da Metrópole se voltaram à Piratininga por meio de informações contidas nos relatos enviados, nos quais constava uma

espécie de caracterização do tipo humano envolvido e dos destinos dos habitantes que se retiravam dali em direção aos sertões. Generalizavam-se medidas de estímulo em troca de títulos e honrarias para que tais empreitadas fizessem valer, e que ao serem realizadas, levassem consigo, as possibilidades de ampliar e fortificar os jovens traçados daquele Brasil ainda imperial.

De tal sorte, a expansão promovida pelo Bandeirismo colaborou eficazmente para o acrescentamento dos domínios territoriais nacionais, mas não, como dissemos anteriormente, para o desenvolvimento local do povoado. É o que denota os inventários da época descritos por Silva.

Diante desse contexto de conformação geográfica, guardamos a forte impressão de ter sido este um período marcado pelo esvaziamento de Piratininga, por conta do agrupamento de múltiplas demandas. A título de exemplo, concorreram, para tanto, os deslocamentos para guerras de fronteiras com outras colônias, a própria fase de exploração aurífera que envolvia o país, ou mesmo, os fluxos de povoamento para o Sul.

Apesar disso, as Bandeiras vieram a reforçar a marca de independência, característica já apontada da vila, constituindo-se como formação social à parte. Praticamente destacada do restante do território colonial português, conservava deste apenas as imposições, às quais, por sua vez, não se fazia submeter. Ações dessa natureza, ou seja, que representavam o caráter autônomo das autoridades e dos habitantes locais foram demonstradas em face da prescrição legal de restrição ao uso e ao comércio de escravos, como também, o extraordinário evento político que constituiu a expulsão dos padres jesuítas, em 1640.

Decorrência desse último episódio, a identidade correlacionada ao papel religioso desempenhado por Piratininga deslocou-se para a esfera político-administrativa que bem corrobora a distinção de sede da capitania de São Vicente em 1681 e trinta anos mais tarde, em 1711, ao título de cidade. Vejamos o trecho, a seguir:

“De fato, levando em conta os problemas políticos, administrativos e militares (Guerra dos Emboabas) da região das minas e da sua capital, decidiu El-Rei D. João V criar a *Capitania de São Paulo e Minas de Ouro*, separada do governo do Rio de Janeiro, 1709. Logo depois resolvia o mesmo soberano atender aos apelos da Câmara e do povo, (...) que elevava a antiga vila à categoria de cidade. No meado do século

XVIII (...) era criado o *Bispado de São Paulo*. Completava-se, pois, o quadro administrativo da cidade, que se erigia em capital política (...).” (SILVA in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pág.32)

Apesar de longo, podemos convocar algumas indagações sobre a atitude tomada pelo El-Rei e assim refletir sobre suas concretas intencionalidades. Ora, em tempo de conflitos, contingentes de homens, armamentos, provisões devem ser deslocados para que possam manter firmes seus objetivos e obter algum êxito. Emancipando politicamente ambas as Capitanias em relação ao governo Central, grande parte daquelas responsabilidades seja com a manutenção, cooperação ou simplesmente qualquer auxílio, seriam desobrigadas. Mais que uma atitude de reverência aos anseios por independência ou autonomia, parece-nos que essa decisão veio a contento da própria administração pública, salvando-a de prováveis constrangimentos em presença de dificuldades derivadas daqueles embates. Isso porque, em momento subsequente, precisamente no ano de 1748, a Capitania de São Paulo foi deliberadamente extinta e somente reafirmada em 1765, sob o jugo do punho de ferro dos Capitães-Generais, reconhecidamente porta-vozes das diretrizes metropolitanas.

“Reduzindo a mera circunscrição administrativa, nivelava-se São Paulo às demais Capitanias, anulando-se, ou pelo menos, fazendo-se sopitar sua consciência autonômica, outrora tão altaneira.” (SILVA in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pág.32)

Nessa mesma época temos, com a etapa mais agressiva da exploração aurífera, o declínio da atividade agropecuária, tornando desproporcional o valor entre as mercadorias de uso cotidiano e as riquezas provenientes daquela experiência. Em São Paulo, o desvio de insumos para áreas de ouro intensificou a alta de preços, ocasionando períodos de verdadeira carestia. Tão-somente nos últimos decênios do século XVIII que os Capitães-Generais fizeram pesar certo número de incentivos à produção na zona rural paulistana, a fim de sanar os malefícios resultantes de tais deslocamentos. Como mencionamos linhas atrás, o comércio local não se caracterizava pelo uso abrangente de papel moeda e durante essa fase, o arrefecimento foi ainda mais expressivo por conta de não termos, ali representada, a existência de uma cultura ou produto de exportação,

como fora o caso da cana-de-açúcar para o Nordeste. Tampouco o ouro conseguiu alargar a base monetária, em fluxo. De sorte que:

“A falta de numerário, que ainda obrigava ao recurso do pagamento em “drogas da terra”, por seu turno concorria para uma aguda crise financeira. Evadia-se a reduzida moeda, inclusive o ouro produzido na Capitania paulistana, por causa da insuficiência de mercadorias exportáveis.” (SILVA in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pág. 33)

Extinta a peripécia da produção do ouro (estimada a partir de 1764), elevou-se a cobrança de taxas e de impostos metropolitanos sobre atividades de baixa remuneração. A vida local transformou-se ainda mais com a divisão de propriedades rurais em torno de São Paulo, derivadas da concessão de terras inicialmente empreendida pela Coroa e que, naquela conjuntura, não se mantiveram. Passaram a predominar as pequenas e médias propriedades e o valor da terra: fossem nas áreas rurais ou urbanas, não alcançava o preço dos bens manufaturados como revela a alegoria, a seguir:

“(…) em meados do século XVIII, valia um par de esarpins de sêda para senhora mais que uma casinha do Triângulo, cujo aluguel se cotava por quatro vinténs mensais.” (SILVA in AZEVEDO (org.), 1956 v.II; pág.34)

Ainda que seja impossível averiguar os valores precisos descritos, essa comparação entre classes de mercadorias tão distintas nos permite imaginar a distância abismal entre estas, uma por sua própria natureza, outra pelos significados que constituíram futuramente. Basta lembrar o que representa a propriedade fundiária em termos de acumulação e das práticas de especulação que esta permite. Todavia, não era o caso do então processo de desenvolvimento pelo qual São Paulo atravessava.

Devido a essas circunstâncias, a organização e divisão das relações sociais produtivas permaneceram semelhantes ao início da formação da vila, sendo que ao conjunto da força de trabalho se somou a contribuição do escravo africano, incorporado desde a supressão aurífera. Do comércio adveio a função de provedor maior do consumo citadino, impulsionando benfeitorias como as reformas do “Caminho do Mar” e a irrupção de trajetos por terra que vieram a unir-se ao uso das vias de circulação fluvial sobre o eixo do Rio Tietê.

De tal sorte, datam dessa ocasião as chamadas “feiras de burros”, fundamentais para viabilizar a dinâmica de distribuição de produtos em curso, e marcando o fim de um longo período de isolamento paulistano (meados do século XVIII). Finalmente, a cidade ganhou status e aspectos de praça comercial.

Sobre o transporte em lombo desses animais, escreve Silva:

“Por essa época, as tropas percorriam as ruas da cidade, transportando cargas dos povoados próximos, demandando o pôrto de Santos ou de lá voltando (...). Esse rudimentar, mas providencial sistema de transportes era secundado pelos característicos carros de bois, que também procediam das circunvizinhanças e estacionavam em pontos marginais da colina central, em que se colocava a cidade.” (SILVA in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pgs.36-7)

Com isso, a comunicação de São Paulo com as demais cidades se regularizou, sobretudo com àquelas de maior envergadura dentro da perspectiva mercantil, sendo que no final do oitocentismo, a cidade contou com a retaguarda agrícola viabilizada e oferecida por plantações que ocupavam as anteriores áreas de florestas. Isso porque:

“(...) graças ao desenvolvimento das plantações de cana e da produção do açúcar, nos núcleos de povoamento fundados pelos pioneiros, que agora arroteavam o solo fértil das zonas então recobertas de florestas (Jundiaí, Campinas, Porto Feliz, etc.) (...) serviu de ponto de apoio à restauração da economia paulista, até o advento do café.” (SILVA in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pág. 43)

E assim como a *província da Guanabara*, São Paulo sediou a fundação de um banco sob sua própria insígnia – o “Banco de São Paulo” –, que constituiu “uma espécie de sucursal de estabelecimento congênere do Rio de Janeiro” (pág.43), por conta dessa gradativa ampliação de atividades e transações comerciais, iniciadas desde a segunda metade do século XVIII, caracterizando-se como um mercado regional e estável.

A cidade adentrou o século XIX, contando com o ressurgimento de uma prima-irmã a “Freguesia de São Bernardo” (1812) cuja sede situou-se, nos dias de hoje, no lugar que veio a ser predicado “São Bernardo do Campo”, que tão-somente em 1889 passaria a município.

Ainda nesse período da história da grande São Paulo, observamos que suas atividades recobriram um perímetro de influência ainda acanhado, ocupando

uma área semelhante ao século anterior, por sua vez habitada por um número restrito de edificações com seus habitantes. Isso é o que nos relata Odilon Nogueira de Matos (nas páginas do mesmo volume), sobre essa fase do desenvolvimento da cidade. Desta, estendida a dez freguesias, apenas três compõem seu núcleo central: Sé, Santa Efigênia e Brás.

“A maior parte da gente paulistana espalhava-se pelas demais freguesias, que seriam os *subúrbios* da Paulicéia de então: Guarulhos, Nossa Senhora do Ó, Cotia, Nossa Senhora da Penha, São Bernardo, Juqueri e M’Boi (Embu).” (MATOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.II; pág.55)

Mas é depois da metade desse mesmo século que algumas importantes transformações ocorreram e que nos permitem averiguar o quão intenso foram os ritmos que levaram à formação da RMSP, e de onde podemos depreender a posição destacada do que mais tarde viria a ser os três municípios iniciais correspondentes à insígnia ABC.

A presença de estrangeiros que não os portugueses era rara até então passando, a partir daquele momento, a contribuir na reprodução desse arranjo territorial, indivíduos de origem francesa, inglesa e alemã, envolvidos em atividades diversas abrangendo desde os ramos de hotelaria, pela transação de artigos sofisticados e de moda, até as primeiras serrarias. Do perfil traçado, podemos entender essa localidade como um ponto de comércio, em que se somam características favoráveis associadas à proximidade em relação ao porto de Santos como também à zona agrícola onde, além dos progressos da cana-de-açúcar, ganhava proeminência, no vale do Paraíba, a cultura do café.

Assim foram sendo incluídos empreendimentos que ao se destacarem elevaram a posição da cidade em face das demais da Província, despontando pouco a pouco como centro econômico. Exemplo disso vem relatado na citação, a seguir:

“Por ocasião do censo do Marechal Muller, o termo ou município de São Paulo (...) ocupava o primeiro lugar na produção de chá e de telhas, e segundo em gado cavalar (...), o terceiro em gado mular e na produção de farinha de mandioca, o quinto em gado lanífero e na produção de aguardentes, o sexto na produção de algodão em rama e o oitavo em gado bovino.” (MATOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.II; pág.60-1)

Ora, para um distrito de pouca expressão até então, essas atividades representaram novas possibilidades de acumulação de riquezas, portanto alvo de atenções para àquele que se dispusesse a investir, o que acabou projetando, definitivamente, São Paulo no cenário econômico regional. No que tange aos empreendimentos industriais, estes foram limitados ainda à fiação doméstica manual de algodão e lã, além da cerâmica realizada em suas cercanias. Entretanto, a cidade apresentava um pequeno número de fábricas imprescindíveis à manutenção das demandas locais, cuja atividade contava com força de trabalho específica como a de carpinteiros, sapateiros, ferreiros, alfaiates, oleiros e assim por diante.

Matos revela em suas descrições, os significados desse disparo econômico e acrescenta a contribuição fundamental ocasionada pela instalação do curso superior de Direito no Largo São Francisco (1927) e sua inauguração, no ano seguinte. Interessante notar a importância acentuada que dá a esse fato, como determinante para a evolução e progresso da geografia da cidade. Argumentando que, ao receber aspirantes à vida acadêmica pela primeira vez em sua história e vindos de todas as partes do país, a cidade acabou por se tornar referência cultural, uma espécie de lócus de um novo modelo de civilidade. Para seu próprio endosso, corroboram os depoimentos presentes nos estudos de Aureliano Leite como, por exemplo, a assertiva de ser esta faculdade “*O maior laboratório de homens públicos do Brasil.*” (Odilon Nogueira de Matos in Azevedo, v.2;pág.64).¹⁷

Em contribuição mais recente que a anterior, o autor resgatou ainda Gilberto Freire em Prefácio à obra de Ernani Silva Bruno de 1954¹⁸, no qual àquele comenta:

“Brasileiros de origens diversas tornaram-se, numa modesta São Paulo de sobrados baixos e de casas de rótula – verdadeira Maria Borralheira ao lado do Rio de Janeiro e do Salvador e rivalizada apenas com Olinda em seu recato de burgo acadêmico –, bacharéis em Direito que durante anos foram mais do que técnicos ou peritos em ciências ou artes jurídicas: agentes de civilidade.” (MATOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pgs.64-5)

¹⁷ Leite; Aureliano – História da Civilização Paulista. Saraiva, SP, 1954.

¹⁸ Bruno; Ernani Silva – História e tradições da cidade de São Paulo. Três vols., José Olímpio, RJ, 1954 (Col. Documentos Brasileiros).

E novamente evocando os pareceres de Freire, continua:

“Essa civilidade aprendida dentro dos muros de uma acanhada e tristonha São Paulo que, entretanto, cedo (...) começou a ensinar ao brasileiro a ser cidadão em oposição a cortesão. (MATOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.II; pág.65)

Interessante ressaltar que temos, nestas alusões, o formato do espírito de uma época em que se lograva a neutralização da procedência heterogênea do povo brasileiro porquanto sua colonização, os processos migratórios e a miscigenação foram capazes de conciliar. Temos nos anos 50, a visão de um geógrafo que participou da pesquisa de Azevedo sobre a cidade e que fez menção a dois outros autores que com ele comungavam. Em suas palavras,

“Da cidade fechada, voltada sobre si mesma, resultante de seu próprio isolamento no planalto, veio a tornar-se São Paulo, depois da instalação da Academia de Direito, uma cidade procurada por jovens procedentes de todos os recantos do Brasil.” (MATOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pág.64)

Depois de retomar os subsídios dos trabalhos desses seus colegas, o autor convergiu para o fato de existir à disposição, uma gama variada de documentos para consultar sobre a segunda metade do século XIX a despeito da evolução de São Paulo. Imediatamente passou a discorrer sobre o conjunto cartográfico disponível, recorrendo às plantas e cartas da cidade, aos relatos dos viajantes estrangeiros que por ali passaram às publicações do tipo Almanques próprios ao período, aos depoimentos de moradores anteriores à época, as contribuições de historiadores e, finalmente, aos “ensinamentos e interpretações dos *geógrafos*, de Élisée Reclus a Pierre Monbeig” (págs. 66-7), denotando, uma vez mais, a clara evidência da influência francesa sobre a Geografia brasileira.

Como Azevedo e Silva, Matos recorreu também à explicação do crescimento e expansão urbanas a partir da prosperidade alcançada com o cultivo do café, das ligações planalto e porto de Santos oferecidas pelas linhas férreas, por sua vez retroagindo sobre os fazendeiros que passaram a investir em sua distensão. De tal sorte, observa que, a cada trecho ampliado, estão vinculados os nomes dos Barões, como são os casos das Companhias Paulista (1868 estendida

em 1872 e 1876), Ituana (1870 e desdobrada em 1873), Mogiana (1872 e alargada em 1875, 1883).

Completando o quadro de impulsos, temos como partícipe a imigração européia intensificada nos últimos quinze anos do período decimômico, coroando o perfil cosmopolita que ora se desenhava. Graças a ela, a absorção de grandes contingentes de trabalhadores teve lugar, sobretudo, como força de trabalho necessária ao primeiro surto industrial de São Paulo, e em menor escala, nas demais atividades como comércio, ensino e artes, desempenhando funções técnicas especializadas. Esses processos a que Matos fez referência como fatores estão diretamente sintetizados na citação, a seguir:

“Cada vez mais estimulada pela riqueza que vinha do interior através de um número sempre crescente de sacos de café, fortalecida pela colaboração eficiente do braço imigrante (que contrastava tão fortemente com a indolência e a má vontade do braço escravo) e animada pelo entusiasmo contagiante dessa fase inicial da “era das vias férreas”, transformou-se São Paulo num importante *centro comercial*. Passou a ser o verdadeiro “fulcro” da vida econômica da província, aproveitando-se de sua situação geográfica e da ligação ferroviária com o porto de Santos.” (MATOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.II; pág.73)

Vale à pena analisar com cautela os elementos que compuseram suas afirmações e que na aparência surgem desligados de qualquer discurso de caráter ideológico, e que agora iremos decifrar. Temos primeiramente um parecer muito peculiar sobre a idéia de *cidade*; em seguida o juízo de valor sobre a *força de trabalho* (comparativo e descontextualizado); depois, a introdução das linhas férreas, ou em uma palavra, a *locomotiva* como representante de evolução e símbolo de realização; por fim, a significação do que considera “*situação geográfica*” (a tricotomia sociedade, meio, economia).

A cidade para Matos foi tratada como algo imanente, de características e vida própria, anterior e externa aos agentes que as vivifica e a que ele mesmo foi capaz de se referir. No entanto, desprendida de suas interligações, temos a presença da imagem de uma espécie de corpo físico que necessita de estímulos externos e indeterminados para se desenvolver, ausentes daqueles que os promovem. Ora, os sujeitos surgem como um entre os demais fatores elencados e, por ser assim, adotados isolada e exclusivamente como mão-de-obra.

O fortalecimento de São Paulo, diz o autor, alimentado pelas riquezas que o café proporcionou, também consistiu na intensa substituição da força de trabalho escrava pela predominantemente italiana. Uma comparação entre ambas, favorece as características da segunda em relação à primeira, e arranca-as grosseiramente das concretas condições e qualidades de relações implicadas em cada uma das modalidades: o trabalho escravo e o liberto.

Ou seja, o pano de fundo da construção de suas averiguações é nada mais nada menos que toda a série de eventos e processos pela qual passou a incorporação da força de trabalho como fator produtivo no Brasil (e na capital paulista) e de suas metamorfoses, o que simplesmente esse autor desconsiderou. Somam-se às suas afirmações, os sentidos específicos que advêm das bases do ideário moral do trabalho sob o modo de produção capitalista, por sua vez estritamente vinculada à disseminação dos desejos de *liberdade e individualidade*, uma vez mais obliterados. Então como podem ser equiparados escravo e trabalhador livre, em seus estímulos, pretensões e objetivos? Quais os significados de “eficiência” para aquele que já conhece e traz de longe seu ofício, ou ainda, de “indolência” para àquele que permanece fora dos moldes produtivos ainda ulteriores? Por que razões não foram inventariadas as especificidades dessas inserções no quadro do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, em suas múltiplas circunstâncias?

Arroladas como análogas, mas, em verdade, absolutamente distintas, essas modalidades de mãos-de-obra têm apenas como denominador comum a intensa exploração a que são submetidas e o desgaste de suas capacidades.

Na mesma linha e ao lado dos componentes descritos, inseriu-se a circulação ferroviária, como síntese do esplendor daquela ocasião, tecendo a ligação entre produção, circulação e mercado consumidor, que fariam da RMSP, o berço do maior e mais importante pólo industrial do país.

Por fim, a concepção de geografia implícita naquela citação ratifica a dicotomia sociedade-meio que, desdobrada em economia, pode vir a ser uma tricotomia. Ao que o autor denomina “situação geográfica” ficam os limites da posição que as coordenadas possibilitam, o relevo que lhe fornece suporte, as

qualidades do clima que condicionam os modos de vida. Três partes excludentes, todas sem natureza, ausentes de relações de trabalho e desumanizadas.

Essa foi a leitura do desenvolvimento urbano industrial da geografia de São Paulo que encontramos em Matos. Mesmo que corrente no período que se dedica a escrever, as características de suas posições nos pareceram mais superficiais e instantâneas que a dos seus pares colaboradores, o que não o desautoriza. Muito pelo contrário, buscamos os rumos que a geografia e a realidade da RMSPP tomaram, a partir da leitura desses mesmos geógrafos.

Como havíamos mencionado, Matos valorizou o material informativo disponível sobre o final do século XIX, entre os quais os “Almanaques”, cujo conteúdo revelou o pujança do comércio atacadista e varejista reafirmando o papel comercial da cidade. Da mesma data figura a multiplicação das iniciativas financeiras, estabelecimentos de crédito como os que constam naquela publicação¹⁹:

“(...) a filial do Banco do Brasil, com o capital de 800 contos de réis; o Banco de crédito Real de São Paulo, com o capital de 5000 contos; a agência do Banco Mercantil de Santos; a agência de The New London & Brazilian Bank Ltd; a agência do Banco do Minho; a agência do Banco Lombardo de Milano; e a casa bancária de Teodoro Reichert. (...) 4 agências de seguro (...), das quais duas norte-americanas, uma nacional e uma alemã,” (MATOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pág.78)

É possível notar desde a época, a participação do capital privado nacional com e sem parcerias estrangeiras ou públicas, denotando a variedade da procedência de tais iniciativas. Mesmo sendo heterogênea, destacou-se a predominância do capital externo em tais empreendimentos. Em contrapartida, não encontramos o mesmo vigor na atividade industrial, tanto em termos de porte, quanto em quantidade de unidades fabris, apesar de sua capacidade de fornecer as mercadorias demandadas localmente. Como atestou Reclus²⁰, em publicação dedicada à análise sobre o Brasil daquele período, “A indústria paulista compreende já todas as manufaturas e fábricas que produzem os objetos de

¹⁹ Moura; Francisco I. Xavier de Assis – Almanaque administrativo, comercial e industrial da Província de São Paulo para o ano bissexto de 1884, Tip. Jorge Seckler, São Paulo, 1883, citado por Matos no referido trabalho sob coordenação de Aroldo de Azevedo.

²⁰ Reclus; Elisée, Estados Unidos do Brasil, pág.327, tradução brasileira de Ramiz Galvão, Ed. H. Garnier, Rio-Paris, 1900.

consumo e de uso ordinário”, ou seja, responsáveis pela manutenção do cotidiano da vida urbana.

No que diz respeito ao perfil dos habitantes paulistanos, foi tamanha a marca da penetração italiana acometida pelas já referidas migrações – a ponto de suscitar impressões em seus visitantes – como a de ser esta propriamente uma “cidade de italianos”. E ainda Reclus, quando averiguou o vertiginoso crescimento que a cidade atingiu, redigia que “sua população ainda não se pôde fundir em uma sociedade urbana consciente de sua vida comum”, devido à heterogeneidade instaurada por aquele agudo ritmo migratório.

Por seu turno, a extensão do perímetro ocupado por São Paulo foi sendo ocasionada lado a lado pelo esfacelamento de propriedades fundiárias em seus arredores e em recente passado. Para tanto, o cruzamento entre as representações cartográficas do início daquele século com os números contidos nos censos demográficos, serviram às especulações de Matos sobre os caminhos para os quais a cidade se estendeu, mas ainda de maior presteza, pôde reaver os esboços de Caio Prado Jr.²¹, de onde concluiu:

“Assim, de forma irregular e não planejada, foi aos poucos crescendo a área da cidade de São Paulo, ao mesmo tempo que novos bairros se integravam na vida urbana.” (MATOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pág.87)

Ainda não vemos despontar como periferia funcionalmente consolidada, a anterior Freguesia de São Bernardo, no período, recém-transformada em município (1890); tampouco qualquer menção sobre o bairro da estação distrito de Santo André, que logo no início do século subsequente passaria a abrigar sede daquela prefeitura.

Também durante esse intervalo que recobre as décadas de 1880-90, foram aparecendo os primeiros bairros de operários vizinhos ao centro e às estações de trem, resultantes do baixo valor dos solos urbanos para onde se dirigiram os migrantes desembarcados no país. Esse foi o caso do surgimento de bairros como o Brás, Bom Retiro e Luz. Consubstanciados do loteamento de antigas chácaras, esse locais foram ocupados por modestas moradias de trabalhadores, assim

---

²¹ Prado Jr; Caio – Nova contribuição para o estudo geográfico de São Paulo. Em Estudos Brasileiros, ano III, vol.7, n.19-20-21, RJ, 1941.

como, por novas fábricas dadas às mesmas facilidades relacionadas aos preços dos terrenos e agora somadas à disponibilidade de mão-de-obra em suas proximidades. Sobre este fato, Matos discorre:

“(...) quando os trilhos da “São Paulo-Rio” haviam chegado ao vale do Paraíba, o seu crescimento passa a ser constante. Lotearam-se as Chácaras do Ferrão e da Figueira(...). Para lá começaram a afluir os italianos recém-chegados (...) o Brás chegou a ser o mais populoso distrito da Capital paulista. (MATOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pág.90)

Com estas transformações, as benfeitorias municipais e os equipamentos urbanos seguiram o seu curso, por meio de investimentos públicos e ampliação de recursos que a cafeicultura permitiu acumular. De tal sorte, os aspectos de sua paisagem como ruas, edifícios públicos, pontos de descanso ou passeio passaram a ser pensados com alguma propriedade urbanística. Além desses cuidados, São Paulo sofreu obras de saneamento e de aterramento, assim como a construção de pontes e ampliação das vias de ligação entre seus logradouros; ganhou iluminação (a gás e depois elétrica), serviços de água e esgoto, bondes de tração animal, enfim, todos os melhoramentos em conformidade com as modificações e acréscimos de atividades que passou a acolher.

“Nessa segunda metade do século XIX, a Paulicéia tristonha e de aspecto colonial, “o burgo de estudantes”, passou a ser “a capital dos fazendeiros”, a “metrópole do café”, “une des plus belles villes du Brésil”, a segunda cidade do país, o maior centro populoso de todo o vasto Planalto Brasileiro.” (MATOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pág. 95)

De sorte que podemos entender os significados dessa fase como sendo, ao mesmo tempo, preâmbulo e definitivo à implantação, ao aumento e à concentração industrial que se seguiria, porque conjugou uma série de elementos conexos ao fortalecimento de um parque produtivo. Chegado o século XX, São Paulo passou a compor o quadro das metrópoles industriais, com características particulares, mas também, com todos os impasses relacionados à reprodução urbana.

Para uma idéia de tal período (ainda no volume 2), consultamos Pasquale Petroni, contributivo da mesma pesquisa preparada por Azevedo, em que,

finalmente, surgem nas suas colocações, as expressões “Grande São Paulo” e “Grande ABC”.

Ao refletir sobre as transformações ocasionadas pelo surto industrial pelo qual passou a metrópole, o autor procurou fazê-lo num esforço de delinear as determinantes que influíram nessas dinâmicas. Primeiramente ele nos falou de características propícias à expansão fabril, que estimulada pela presença de amplo mercado consumidor assim como pelo afluxo de capitais nacionais e estrangeiros, encontrou disponível a força de trabalho operária, igualmente no que se refere à obtenção de energia e de matérias-primas. E, tudo isso, apostou às vias de circulação e de transporte. De tal maneira que ao término dos anos trinta, a região despontou “como o maior centro industrial da América do Sul” (Petroni), onde verificamos alguns dados numéricos expressivos para comprovar esse dinamismo:

“Possuindo pouco menos de 2.000 estabelecimentos fabris em 1918, tinha em 1932 cerca de 2.100; mas, em 1947, este número elevava-se a 12.000 e hoje, pode ser calculado em 20.000, onde exercem sua atividade nada menos de 440.000 mil operários e de onde sai mais da metade da produção industrial de todo o país.” (PETRONI in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pág.103)

Apesar do desempenho alcançado naqueles anos, Petroni revelou em seus escritos, incertezas quanto às condições em que se instauram tal pujança, denotando-as como “artificiais” já que estavam vinculadas às políticas protecionistas e às eventualidades criadas por conflitos da envergadura das Duas Grandes Guerras.

Tendo essa constatação, o autor segue prognosticando o problema energético que, em função da crescente demanda fabril, levaria fatalmente a um estrangulamento de abastecimento, se não fossem tomadas medidas corretivas. Semelhante inquirição fez recair sobre a manutenção do maquinário o acesso a matérias-primas específicas e ao uso de fontes de energia alternativas. Para finalizar a composição desse cenário geográfico aliado às conjunturas brasileira e mundial, Petroni advertiu sobre a concorrência sofrida pela capital diante da formação de outros lócus produtivos de relevância, inclusive no próprio Estado.

Por certo, o autor investigou e avaliou a gênese de formação do industrialismo brasileiro, a partir da qual pôde rever as medidas aduaneiras de caráter protecionista em favor daquela nascente atividade. Sabemos que o movimento pela industrialização não foi nem de perto homogêneo. Isto é, as frações do capital privado em relação ao Estado tiveram diferentes posturas seja diante da emissão desenfreada de papel-moeda para financiar a “modernidade” nos negócios, representada pela introdução manufatureira ocorrida no final do século XIX, seja por meio da isenção direta de taxas para a aquisição de matérias-primas ou máquinas destinadas às jovens fábricas. O espírito nacionalista pode ser averiguado, ora efetivamente como uma crença na nova era inaugurada com a abolição da escravatura e firmada pela proclamação da República, ora como forma de evitar a concorrência nacional expressa nas distintas regiões.

Foram várias as maneiras encontradas pelo governo republicano de contornar as cizânias entre as partes que propunham facilidade de crédito ou ao contrário, cobravam o seu fechamento, ou mesmo que defendiam por sua permanência desde que com maior rigor. Podemos comprová-lo na análise das leis pertinentes à passagem entre o oitocentismo e o século XX, em que fica evidente o jogo de tensões entre essas perspectivas. Para se ter uma idéia da busca desenfreada para alçar esses empreendimentos, essa fase foi apelidada, pelo senso comum daquele período, de “encilhamento” em analogia entre os últimos tratamentos dados aos cavalos antes do páreo e a situação de concorrência entre empresas no mercado de ações.²²

Interessante apontar que a problemática específica vinculada ao protecionismo e às revisões tarifárias será abordada no mesmo trabalho de Azevedo, sob os cuidados de Dirceu Lino de Mattos (vol.III), ao qual nos dirigiremos, a seguir.

Sendo assim, retornemos aqui a algumas considerações em relação à validade do caráter artificial descrito pelo geógrafo. O que o autor designou e entendeu por incomum foram, em realidade, situações notadamente prescritas pelo Estado brasileiro, direcionando a ordem de prioridades a ser perseguida, nos

---

²² Ver Visconde de Taunay, *O Encilhamento*, Rio de Janeiro, 1923, ou ainda, Nícia Vilela LUZ, *A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930*, São Paulo, Alfa-Ômega, 2004.

quarenta primeiros anos do século XX. Se durante a República Velha assistimos à fabricação, ainda incipiente, de bens de consumo, a partir da Nova, apresentou-se uma expectativa de iniciar a produção de mercadorias anteriormente importadas, ampliando assim, o espectro de investimentos, com possibilidades de acumulação em novas frentes e, especialmente com Getúlio Vargas, o fomento à indústria de bens de produção.

Portanto, muito distante de qualquer artifício, o que se passou foram intenções de desenvolvimento viabilizadas pelos “homens de governo” que figuraram no cenário político endossando objetivos particulares pertinentes a cada grupo regional, em disputa no panorama nacional.

Em seus registros também foi associada a idéia de “Grande São Paulo”, a crescente demanda por força de trabalho em estreita relação à atividade manufatureira, por sua vez, a alargamento da rede ferroviária, como explica Petroni:

“O surto industrial ainda influiu sobre a cidade concorrendo para o *aumento da população* (...) e, sobretudo modificando a paisagem urbana e acabando por concretizar a existência da “Grande São Paulo.” (PETRONI in AZEVEDO (org.), 1956 v.II; pág.105)

Embora esse geógrafo se encontrasse no início da década de 50, fase em que algumas importantes áreas produtivas estavam apenas por florescer, pôde detectar discrepâncias quanto à composição e distribuição geral do parque industrial em instalação, do qual surgiram paisagens de características dessemelhantes, sendo possível averiguar a contraposição daquilo observado em áreas centrais em face das periféricas.

Ou seja, o que assistiu em âmbito mais restrito, – fábricas e moradias associadas, sem estratificação entre locais de trabalho e aquele cuja característica fundamental repousa sobre a reprodução diretamente privada – as residências –, não verificou nas bandas afastadas do centro porque tipificadas pelo vulto das respectivas produções. Portanto, em “áreas suburbanas” testemunhamos,

“(...) uma diferenciação mais nítida entre a zona fabril e a zona residencial; não se registra a mesma concentração de “habitat”, aparecendo as fábricas de maneira esparsa e ocupando áreas muito maiores, sem falar nos terrenos reservados para futuras ampliações. Surgem “vilas” operárias, que se instalam na própria área urbanizada ou

até mesmo na área rural.” (PETRONI in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pgs.105-8)

Com efeito, houve uma diferenciação de áreas de maior nitidez porque arroladas em função das demandas dos empreendimentos fabris recém-instaurados e, portanto, dedicados ao fabrico de mercadorias de natureza distinta das encontradas primordialmente no interior do perímetro urbano.

Interessante notar que a categoria habitat sobrevém unicamente da idéia de habitação em oposição aos locais de instalação de fábricas e não como uma reunião de diversos lugares que obedecem aos imperativos do dia a dia, ou seja, as conexões entre os trajetos pertencentes à vida dos indivíduos que ali se reproduzem, e que definem os contornos daquela geografia. Dessa forma, o autor, relegou o Habitat ao papel de morada divorciando-o da rede de ligações que a processualidade de sua composição abarca, restringindo o alcance e no que implicam a formação de seus conteúdos.

Prosseguindo na sua exposição, as transformações pelas quais passaram os municípios próximos à capital, ou relacionados ao seu crescimento, tornaram imperiosa a descentralização político-administrativa por meio da criação de subprefeituras relativas aos “aglomerados” que foram se consolidando por último. Curiosamente, Petroni acabou por expressar o caminho que, em futuro próximo, os núcleos do ABC iriam perfazer. A começar pelo município de São Bernardo que passou a ser denominado “Santo André” em 1938, para se tornar São Bernardo do Campo, em 1944. Em seu rastro, quatro anos mais tarde, a criação de São Caetano do Sul (1948), seguida dos municípios de Mauá e Ribeirão Pires (ambos em 1953). E, finalmente, a formação dos mais jovens Diadema (1959) e Rio Grande da Serra (1964), que viriam a compor o quadro das municipalidades referentes ao ABC. Entretanto, é bom que nos apercebamos que todos, sem exceção, foram subdistritos desdobrados da anterior unidade administrativa de São Bernardo (1889).

“(…) trechos já pertencentes ao município de São Paulo e outros integrantes de municípios vizinhos (como é o caso de São Caetano do Sul e Santo André) passaram a integrar o enorme aglomerado paulistano, que prevaleceu por ser maior e por dispor de uma pluralidade

funcional não conhecida por seus vizinhos.” PETRONI in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pág.110)

Esse processo deu origem ao que se denomina “Grande São Paulo”.

Mas, se bem observarmos, o raciocínio inverso poderia perfeitamente ser realizado, apesar do autor não fazê-lo. Ou seja, não foi por ocupar uma área maior ou por ser multifuncional que São Paulo supostamente prevaleceu em face de seus vizinhos e, sim, por tê-los incorporado enquanto membros pertinentes à divisão territorial do trabalho que se efetivou.

Bem, a partir daquela ilustração, Petrone arrola o fenômeno de “conurbanização” à emergência de uma identidade regional porque os diversos municípios fazem parte do mesmo conjunto de problemas. Esse dado, a seu ver, acaba por autorizar às administrações locais a forja da alcunha ABC paulista. Entretanto não esclarece as razões de o “Grande São Paulo” ser colocado ao lado do ABC não como uma única região. Diz-nos:

“(...) idêntico processo de “conurbanização” já se tinha verificado (...)e o mesmo está em vias de se realizar entre Santo André e São Bernardo do Campo. Aliás, compreendendo perfeitamente as identidades que os aproximam (...) as autoridades municipais desses três municípios constituíram uma espécie de “entente”(...).”(PETRONI in AZEVEDO (org.), 1956 v.II; pág. 110)

Na sequência, o autor analisou as direções tomadas pelo crescimento da cidade, em pormenor, e que apesar de atrativas, algumas dessas narrativas escapam aqui aos nossos objetivos.

Posterior a estas, sua obra salienta o fato de que o desenvolvimento industrial não pode ser tomado como fator isolado para explicar o crescimento da capital. A própria economia do Estado que teve por decorrência a reafirmação do papel comercial da metrópole associado ao caráter político-administrativo em extensão cada vez mais abrangente, foi decisiva para o seu progresso.

A partir de então, o autor ofereceu uma retrospectiva da fisionomia assumida nos dois primeiros quartéis do século XX, retratando a destacada influência dos hábitos e costumes franceses no comportamento da sociedade paulistana. Além do levantamento de aspectos demográficos, por exemplo, o número de habitantes, de nascimentos e óbitos e também os alusivos aos

migrantes, observou os dados numéricos sobre a presença de edificações e serviços como água e esgotos, verificando, ainda, a extensão das vias de circulação e os tipos de veículos mais comumente adotados. Numa tentativa incansável de averiguar as vicissitudes da ascensão da capital, que mesmo atingida pela crise cafeeira e pela quebra da bolsa de Nova York, não se deteve em sua marcha. Com certo espanto verificou que mesmo numa fase marcada por duas grandes guerras e alternadas com as “Revoluções” de 1924, 1930 e 1932, foram incapazes de conter essa evolução.

“As estatísticas referentes a esse período dão saltos de assombrar. Aumenta ininterruptamente sua população, amplia-se cada vez mais sua área urbana, consolida-se sua posição na liderança econômica e cultural do Estado e até do país.” (PETRONI in AZEVEDO (org.), 1956 v.II; pág. 141)

A partir de então, Petroni recolhe e compila testemunhos de indivíduos de origens diversas, provenientes da França, Estados-Unidos, Bélgica, Alemanha e de diferentes regiões brasileiras, e também ocupando funções heterogêneas como geógrafos, diplomatas, viajantes, generais, para compor e reafirmar o contexto de pujança, no qual São Paulo estava mergulhado. Nesse sentido, o geógrafo comungou com Aroldo de Azevedo ao resgatar em tais relatos o efeito alegórico que a comparação surte, isto é, a imagem promovida pela construção do entendimento daquelas razões que levaram ao desenvolvimento específico da capital paulistana, em relação às mais diferentes cidades localizadas nos demais continentes. Reincide novamente, a credulidade no futuro da metrópole, assim como do Estado e de seu papel para a prosperidade do país.

“São depoimentos valiosos porque, correspondendo todos eles à mesma fase da evolução da cidade, coincidem de maneira impressionante, como se houvessem saído da mesma pena.” (PETRONI in AZEVEDO (org.), 1956 v.II; pág.143)

Em todos aparece como tônica, o ritmo imprimido pela produção industrial e a atividade comercial entre os anos 30 e 40, num misto de cidades norte-americanas, asiáticas e européias. Nos apontamentos são ressaltados o compasso frenético da construção civil ao lado dos rasgos provocados pela abertura de avenidas e pontes, acompanhados pelo tráfego de veículos e de

peessoas em suas ruas. Enfim, uma representação bastante efusiva daquela etapa pela qual passava a anterior vila quinhentista.

Dessas narrativas, chamou nossa atenção, em especial, a sensibilidade de Hermann Ullmann em dispor: “Essa cidade que faz lembrar toda espécie de cidade e, no entanto, não se parece com nenhuma” ²³, denotando a singularidade e o caráter universal da contemporaneidade, coagulados no caso particular de São Paulo. Ou ainda, outro comentário que se distanciou dos demais, como o de Claude Eylan, e complementado pelo autor, aventando a impossibilidade de qualquer paralelo com outras cidades, por conta de ser

“(...) une ville bien brésilienne”, nada semelhante às cidades norte americanas, apesar de seus arranha-céus; (...) quando muito uma cidade ítalo-americana.” (EYLAN in PETRONI, v.II,pág.143).

Para fornecer uma idéia desses cotejamentos, vale a pena visitar novamente um trecho da explanação de Petroni, que tão bem esclarece e sintetiza o conjunto de todas essas impressões. Em suas palavras segue que:

“É a cidade dos contrastes, com largas avenidas de tráfego intenso, no meio de blocos compactos de arranha-céus, como também de ruelas tranqüilas, emolduradas de prédios antigos que fazem lembrar os tempos passados. É a cidade das ladeiras e dos viadutos, a “metrópole internacional, a “cidade cosmopolita” (107), a cidade de energia”, a “capital do progresso”, a “grande oficina”, a “capital industrial do Brasil” (108), a “capital de capital” (109), a “cidade dinâmica” e a “city of homes” (110), o grande centro cultural do país, a “cidade que mais cresce no Mundo” (...).” (PETRONI in AZEVEDO (org.), 1956 v.II; pág.145)²⁴

Com tais afirmações, notamos ponderações sobre a coexistência entre os vestígios de um passado longínquo ao lado de características introduzidas pelas demandas recentes do surto industrial, bem como, a quase súbita apreensão de normas de conduta para a reprodução social paulistana, que tanto adaptou ao desempenho de seu papel, inserindo-a definitivamente no conjunto da economia nacional e internacional. São Paulo, a seu ver, tem a partir de então, o status quo das maiores e mais importantes cidades encontradas no mundo.

²³ ULMANN; Hermann – *Brasilianischer Sommer*, Verlag Grenze und Ausland, P.67, Berlim.

²⁴ Os números que aparecem na citação correspondem às referências bibliográficas consultadas e, como dissemos retomadas pelo autor, a fim de ilustrar o rápido crescimento da cidade de São Paulo.

Mas a questão que nos pareceu fundamental ao autor, para além da descrição da trajetória de expansão que a cidade perfazia, incidiu justamente sobre as vantagens de presenciar no Estado, tão impetuosa conformação urbana. Onde sua ansiedade com o futuro, demonstrada por meio de Domenico Bartolotti, um dentre os tantos visitantes europeus que se surpreenderam diante da metrópole:

“(...) “o que se tornará esta cidade, em contínua renovação e desenvolvimento, e se esta espécie de elefantíase é explicável e justificada” (128).” (BARTOLOTTI in PETRONI, v.II, pág. 160)

Associada a essa indagação, o autor discorreu sobre as atividades agrícolas e a manutenção das relações comerciais internas e externas que deram conta de verter o Estado em centro policultor de maior expressividade do país, substituindo a posição de exclusividade antes assentada pela cafeicultura. Em sua perspectiva, o algodão, além naturalmente do café, aliados aos cultivos mais modestos como o de arroz, milho, feijão, batata, mandioca, etc. fizeram ampliar, por decorrência, as vias férreas e rodoviárias, proporcionando condições à elevação do valor da produção fabril. Ainda mais intensamente, alargaram o contato com outros estados, levando consigo, as influências paulistas às demais regiões brasileiras. Entretanto, todas essas mudanças e evoluções no quadro econômico e geográfico local, regional e nacional, seriam inviáveis não fosse a intensa participação do que denomina “alienígenas”, que viram no conjunto do estado e sobretudo na Grande São Paulo, possibilidades antes inauditas.

“(...) italianos, ibéricos, japoneses, sírio-libaneses, armênios, húngaros, lituanos, judeus, etc., ou de seus descendentes, brasileiros pelo nascimento. Mas, notadamente, centro de convergência de brasileiros de outros Estados e do próprio território paulista, atraídos pela miragem da metrópole movimentada e dinâmica, sobretudo a partir do ano de 1934.” (PETRONI in AZEVEDO (org.), 1956 v.II; pág.147)

Para encerrar seu tributo, Petroni retomou a reflexão sobre a orientação da expansão da cidade aliada a um agente reconhecidamente determinante no que se refere aos arranjos urbanos, o especulador imobiliário.

Ao demonstrar a relação entre loteamentos voltados a distintas frações sociais e o crescimento da cidade, debitou a esses empreendimentos a

responsabilidade tanto pela direção tomada quanto pelo ritmo de velocidade descrito, atrofiando ou estimulando esse processo.

“(...) agem como fatores do retardamento da expansão normal da cidade. (...) Uns são oferecidos a baixo preço (...). Daí o rápido crescimento de uma infinidade de “vilas”, que surgem como cogumelos nos arredores e nos subúrbios da metrópole.”(PETRONI in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pág.156)

E ainda,

“De outro tipo são os loteamentos de preços altos (...) no próprio perímetro urbano ou em sua periferia e não tardam a transformar-se em bairros residenciais de classe média ou mesmo rica.” (PETRONI in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pág. 156)

Entretanto, observamos que o autor tinha em mente uma espécie de padrão de normalidade para o desfecho e a concretização desse feito, ou seja, apresentava pressupostos dos quais foram extraídos as próprias peculiaridades contraditórias que abrangem especulação, uso dos solos e as necessidades de habitação. De tal modo que os objetivos de cada “agente” responsável pela reprodução individual, social ou, em uma palavra, urbana, entram em conflito porque excluem-se mutuamente.

Ao especulador cabe esperar a valorização de seu bem imóvel, para dele acumular o quanto possível; aos indivíduos à premência de resolver o problema da habitação, como condição mesma de reprodução humana; e com respeito às atividades produtivas, estas buscam áreas adequadas ou as procuram adequá-las às suas demandas, pela via do Estado.

Resultam, então, na valorização dos solos – cujo termômetro são as alterações dos preços–, ao mesmo tempo determinada pelo enfrentamento dos anteriores e determinantes a eles. Estas considerações não foram reveladas em sua abordagem, abstraindo da conformação territorial do urbano esses elementos de imenso relevo.

Em passagem ulterior que também nos roubou atenção e que merece destaque, o autor demonstrou simpatia, ao notar a proliferação desmesurada de edificações de grande porte e elevação, justificando sua postura pelas possibilidades que tais construções potencialmente permitiam.

A seu ver, as questões oriundas à evolução metropolitana, como o aumento das distâncias percorridas, a quantidade de serviços de infra-estrutura disponíveis, o problema da habitação e do tráfego de pessoas e de mercadorias teriam solução parcial, na medida em que os arranha-céus fossem construídos em áreas centrais e periféricas.

E este prossegue afirmando as muitas vantagens dessa espécie de construção, como por exemplo, a ampliação das possibilidades de tais imóveis serem beneficiados pela insolação devido à altura, como também, poderiam descongestionar os fluxos de circulação pela aproximação entre os locais de habitação, trabalho, consumo, etc.

Assim, continuando a ajuizar sobre a extensão das influências e do crescimento que a cidade assumia, o autor descreveu prognósticos para todas as probabilidades direcionais. Mas, aos nossos objetivos vale destacar, que especificamente, rumo ao Sudeste, onde deparamos com o Ipiranga e em seqüência ao ABC, foi norteadada inequivocamente por intermédio do traçado das linhas férreas, ao longo das quais incorporou os arrabaldes da metrópole em expansão: outra vez o mérito ficou a cargo dos elos que essa via de circulação fora capaz de construir. Por meio desta

“o Ipiranga viu-se ligado à cidade (...) preparando a marcha no rumo de São Caetano e Santo André. Corresponde à direção em que o avanço foi mais forte, (...) pela rapidez da ocupação do solo; e, ainda uma vez, os bairros proletários passaram a caracterizá-la. (PETRONI in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pág.149)

Esses viriam a ser os novos subúrbios, uma extensa área periférica de que, São Caetano do Sul, Santo André e Mauá fariam parte, junto à estrada de ferro “Santos-Jundiaí”. Nessas considerações, especulamos que a exclusão de São Bernardo do Campo dessa lista se deu, pois já o tinha notadamente como integrante do raio de ingerência alcançada pela capital.

Dentro do mesmo conjunto de pesquisas, J.R. de Araújo Filho seguiu fechando o segundo volume com acréscimos no que tange aos aspectos e composição demográficas de São Paulo. Entretanto, ao caracterizar a população paulistana ao lado dos avanços produzidos no decorrer de sua história,

obviamente, rendeu maiores tributos aos anos subseqüentes às décadas de 20-30, por ter sido esse período o mote para toda a obra organizada por Aroldo de Azevedo. Apesar de suas conjecturas recobrirem desde os tempos da vila colonial, o material recolhido formou apenas um grupo de estimativas aproximadas. Somente a partir do século XVIII que se tem notícia da realização do primeiro recenseamento sobre essa população e, mesmo assim, com todos os limites técnicos daquele momento.

Nessa etapa final do presente volume, o autor usou os termos “Grande São Paulo”, entendendo como o “município e mais os vizinhos a que se encontra ligado estreitamente” (pág.166), para clarificar a aparentemente inesperada evolução demográfica de ordem quantitativa e qualitativa, sobretudo com a inserção do elemento migrante, seja estrangeiro ou regional. De tal forma, retoma os estudos elaborados pelo Departamento Estadual de Estatística, em que foram contrapostos o crescimento da população entre as principais capitais. Somados a esses dados, o cosmopolitismo paulistano por ele aventado tem como justificativa irredutível, a diversidade étnica ali verificada.

Ao avaliar as causas para tal evolução, o autor recorreu como era de se esperar, às correntes migratórias chamando a atenção ao predomínio de indivíduos solteiros. Portanto, o crescimento vegetativo tivera, a seu ver, grande importância para o fomento desse comportamento demográfico ascensional. Ele nos diz:

“(…) Tanto o afluxo de indivíduos (nacionais e estrangeiros) como o saldo entre a natalidade e a mortalidade se tornaram ainda maiores, justificando plenamente os que afirmam ser São Paulo uma cidade trimilionária.” (ARAÚJO in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pág.186)

A partir dessas primeiras considerações, o foco passou à confecção de uma tipologia da procedência migratória, repartida em seis grandes grupos, na seguinte ordem: brancos, nacionais e estrangeiros, italianos, negros e mestiços, japoneses e nisseis e outros elementos (portugueses, sírio-libaneses, armênios, judeus, espanhóis e alemães), para daí examinar o papel de cada um na construção da personalidade da cidade. No instante que se deteve sobre a participação italiana, as descrições dos hábitos e linguajar foram seguidas da história oficial de luta e

êxito desses migrantes, que com “suor e sangue” venceram os limites de sua condição social.

“(...) pela sua tenacidade (...) pela tradição agro-industrial (...) pela férrea vontade de progredir (...) marcou de maneira indelével a população paulistana, deu vida e valor ao ainda mal caracterizado parque industrial (...) através do estilo arquitetônico e da fisionomia de certos bairros (...)” (ARAÚJO in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pgs.198-9)

Ora, temos notícias que os acontecimentos não foram exatamente estes. Tal versão foi discutida por José de Souza Martins, que denunciou ser essa a imagem que interessou às classes hegemônicas, dissipando com isso as concretas dificuldades e agruras advindas da exploração dessa força de trabalho. E, retomaremos essa polêmica de maneira mais aguda, por conta da formação municipal do ABC paulista.

Doravante, sobre esse aspecto, trazemos a observação de Pierre Denis em visita a São Paulo, citada pelo próprio Araújo Filho e que nos pareceu mais lúcida e verdadeira que a crença na “ordem e progresso” tão intensamente espelhada nos escritos desse último:

“É São Paulo que distribui pelas diversas regiões cafeeiras a onda dos imigrantes e é em São Paulo também que se reúnem os operários que deixaram as fazendas (...) muitos fixam-se nas cidades. Graças à sua presença (...) um grande centro industrial, cuja prosperidade tem resistido à crise cafeeira.”(ARAÚJO in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pág.198)

Apesar de representarem no começo do século XX mais da metade da população paulistana, em 1920 os italianos passaram a representar cerca de 16% do total. Tal diminuição se deveu às restrições determinadas pela Itália em face do afluxo para o Brasil acompanhado de seu próprio crescimento demográfico.

Posterior a essa caracterização, o geógrafo adotou como procedimento em suas análises a separação por sexo, idade, religião e atividade profissional, completando-a com o levantamento das áreas de densidade demográfica por distritos e subdistritos, repartida em pequena, média e grande; dado esse bastante revelador de sua concepção geográfica. Finalmente termina sua contribuição fazendo alusão aos significados que levaram ao termo “Grande São Paulo”, que em quatrocentos anos transformou:

“(...) de um humilde casebre de taipa (...) à cidade trimilionária de nossos dias (...) sua população heterogênea pela origem mas homogênea na vontade de tudo fazer por sua grandeza, no seio da Pátria comum.”(ARAÚJO in AZEVEDO (org.), 1956 v.II;pág.243)

Reforçando os escritos anteriores, Dirceu Lino de Mattos inaugurou o volume III com o capítulo “O parque industrial paulistano”, de que emergiram os primeiros termos para o encaminhamento da apreciação da posição de destaque ocupada por São Bernardo do Campo, em verdade nosso objetivo primordial. Mas para dar prosseguimento ao papel produtivo exercido por tal município, o autor realizou um retrospecto da problemática aduaneira, já referida anteriormente, tratada como um dentre a somatória dos “fatores correlatos” concatenados à industrialização deste país.

Incidindo, além da produção cafeeira e do contributo dos migrantes como força de trabalho e mercado consumidor, a cultura do algodão, em suas distintas etapas, se apresentou como manifesto elo entre interesses de cunho local, regional, nacional e mundial, ao determinar em sua função, transformações nas regras da confecção de tecidos, representadas pela indústria têxtil que se praticou nesse país.

No Brasil colonial, por exemplo, deparamos com a força da tecelagem inglesa ao se fazer valer por meio do “Alvará de 5 de janeiro de 1785”, que dispôs contra qualquer iniciativa de transformação daquela matéria-prima em quaisquer tecidos:

“Quando já algumas fábricas de tecidos começavam a esboçar-se, a metrópole portuguesa baixou o Alvará de 5 de janeiro de 1785, segundo o qual “todas as Fábricas, Manufaturas, ou Teares de Galões, de Tecidos, ou de Bordados de Ouro e de Prata; de Veludos, Brilhantes, Cetins, Tafetás(...) outra qualquer qualidade de Tecidos (...) sejam fabricados de um só (...) ou misturados” ficavam daí por diante, “extintas e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos Meus domínios do Brasil, debaixo de pena (...) e das Fazendas, que nelas, ou nêles houver”.” (MATTOS ARAÚJO in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág.15)

Temos com essa citação alguns dados bastante importantes para retomar. Em primeiro lugar, o grau de detalhamento desse decreto, extirpou qualquer dúvida ou dubiedade quanto ao caráter absoluto da proibição da referida ocupação, punindo pesadamente não apenas os tecelões, mas as fazendas que

os abrigassem. Em segundo lugar, evidenciamos as relações metropolitanas da ocasião, nas quais Portugal subserviente atendia sem reservas ao chamado inglês, enquanto que os “Domínios do Brasil” se colocavam explicitamente como uma de suas extensões geográficas, território onde se praticavam ofícios sob o comando metropolitano. Como vimos, o endosso da Coroa portuguesa acabou por levar ao abandono da cultura algodoeira, favorecendo tornar praticável a acumulação britânica.

Assim como esse episódio, Mattos discorreu sobre dois outros que marcaram a produção de algodão como a revogação do mencionado Alvará associada à abertura dos portos ao mercado externo e, mais tarde, tanto às próprias demandas internacionais e quanto das tecelagens paulistas. Demonstrando uma vez mais os elos entre as diversas escalas de ação concernentes aos objetivos almejados, o autor abaliza enfaticamente a proeminência das tarifas como marca da expansão fabril paulista e brasileira, portanto, de capital, a seu entendimento.

Corroborando as opiniões antes descritas, Mattos não escapou de acolher a função determinante desempenhada pelas duas Guerras Mundiais, como também das crises com o café e com a bolsa de Nova York. Estes, em sua visão, foram flancos abertos que, ocupados pela indústria, tornaram-se essenciais ao desfecho subsequente do processo em curso. O primeiro e, sobretudo, o segundo conflito, fizeram canalizar para a indústria bélica, o empenho dos países neles diretamente envolvidos, diminuindo ou até interrompendo por completo a circulação de mercadorias; excetuando quando representassem a manutenção de estratégias em suas táticas de defesa ou de ataque. Para ele, esse bloqueio levou a centralizar em São Paulo, as tarefas de produzir e de abastecer o país, daquelas mercadorias antigamente importadas. Em verdade, assistimos a uma reorientação da Divisão Internacional do Trabalho que se traduziu localmente pela expansão da indústria paulista, apesar de Mattos não dispor nesses termos. Contam, então:

“(...) impedindo os nossos contatos com os centros industriais (...) à indústria de São Paulo o grande papel de ocupar o lugar dos mercados fornecedores além-mar, o que lhe serviu para abrir novos e ilimitados horizontes.” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág.20)

Essa formulação segue afirmando que tais mudanças na orientação do comércio internacional e dada a excelente performance alcançada por São Paulo, nesse contexto, dificultou aos produtores estrangeiros, retomar a colocação anterior.

Em outras palavras, o autor debita às vicissitudes características daqueles conflitos assim como das crises financeiras, os estímulos e a confirmação da emergente expressão da indústria paulista. Colapsos estes que, remontando os tempos do café, mas não restritos a ele, foram capazes de abalar o mundo em suas convicções de desenvolvimento, progresso, e de acumulação de capital.

Todavia, Mattos pressentiu ainda não ter apreendido as causas para a formação do parque industrial paulistano ao indagar:

“Por que motivo foi a cidade de São Paulo a principal beneficiária desse ciclo industrial paulista e não outra cidade do Estado? Como explicar a maior importância do parque paulistano comparativamente com o de outras grandes cidades brasileiras – Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre ou Belo Horizonte?” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág.21)

A solução para tais inquirições ele as definiu como “fatores de natureza puramente geográfica”, ou seja, considerando a localização das mais importantes unidades fabris, relacionou-as às condições topográficas existentes, que por seu turno, influenciaram o traçado das estradas de ferro em função do valor comparativamente mais baixo, permitindo a construção de terminais de cargas e armazéns. Além de oferecer grandes vantagens à atividade manufatureira, a proximidade a essas linhas férreas estreitou as ligações entre fábricas, o porto de Santos, o “*hinterland*” do planalto paulista e a “capital da República”. Talvez fosse o que hoje referimos como a constituição do eixo Rio - São Paulo, que o autor já indicava na década de 50.

Bem, até esse momento não há aqui nenhuma conjectura distante ou que diferencie suas proposições daquelas que revisitamos nos trabalhos anteriores. Entretanto, ao discorrer sobre tais quesitos, o autor demonstrou serem eles efeitos e não as causas do fenômeno industrial, refazendo a questão sobre o sítio e a “situação geográfica” da capital paulista. Com essa reformulação em que inverte a linha de indução causal de seu próprio raciocínio, foi introduzido o exame das

condições estabelecidas entre a metrópole e suas circunvizinhanças. Nessa direção, Mattos concluiu que o mote definitivo para a evolução, fixação e permanência daquela atividade produtiva se deu pelas possibilidades favoráveis de geração e de fornecimento de energia hidrelétrica.

A partir disso, o seu foco investigativo passou às origens das primeiras usinas direcionadas ao consumo da capital concluindo que, tão logo se mostraram insuficientes às crescentes necessidades da cidade, suscitaram diversas avaliações da competência de especialistas, cujos laudos indicaram, primeiramente, a solução de atrelar o consumo metropolitano às cidades que contassem com uma topografia própria à produção de energia. Passadas essas primeiras iniciativas das quais emergiram as usinas de "Edgard de Sousa" (1901), Ituparanga (1914), Rasgão (1925), o ritmo frenético de expansão geográfica em que se encontrava a cidade e o Estado imediatamente provocou outros novos avais. Na busca de resolução para o problema energético, esses técnicos ajuizaram o potencial das escarpas da Serra do Mar sobre a Baixada Santista e recorreram ao uso dos rios da bacia do Tietê, invertendo seu curso:

"(...) perceberam que ali estava uma solução ideal (...) através de uma queda de água artificial, sem precedentes (...). (...) extensas represas se aninharam nas superfícies peneplanizadas do alto da Serra; e em 1926, passou a funcionar, a importante Usina de Cubatão (...)" (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III; v.3,pág.22)

Ao mesmo tempo em que se desenvolvia, São Paulo expandiu seu raio de ação não somente sobre áreas em contigüidade, como também em descontinuidade, o que para o autor guarda o significado regional em função da abrangência das ligações que fez, onde:

"(...) passou a ser no presente século a *metrópole regional* de uma extensa área geográfica, cujos limites vão bastante além das fronteiras do Estado (...); e tal hegemonia econômica e cultural se deve ao fato de constituir um posto-chave(...)" (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág.23)

Essa colocação diferenciada no conjunto das cidades brasileiras, explicou, foi ocasionada pela confluência de rotas terrestres e aéreas apontadas em todas as direções, em seu território, proporcionando a fluidez de mercadorias, de

matérias-primas, de força de trabalho, enfim, de todos os fatores imperativos à produção.

Todavia, não fica evidente se o autor considerou a transformação em metrópole regional como resultado de tal convergência no plano da circulação, ou se o contrário, por ter alcançado essa posição foi capaz de influir na comunicação entre os lugares a partir da extensão das vias de tráfego. Interessante observar a charada relativa à Teoria da Região, na qual o tema das fronteiras nasce a reboque da intenção de demarcar o alcance e os limites no exercício de sua ingerência sobre as demais localidades, numa métrica impossível de realizar. Ora, as intensidades daquelas interferências não podem ser apreendidas a partir da acepção que, sendo transmitidas, acatam ou são dirigidas pela definição dos contornos cartográficos.

Em suas apreciações, Mattos demonstrou preocupação com os próprios mecanismos de entendimento de que dispunha, ou seja, com os encadeamentos lógicos que construiu. Partindo dessa cautela destacou que, em Geografia, os elementos “naturais e humanos” possuem acuidade apenas quando tratados em conjunto, isto é,

“(…) – naturais ou humanos – nenhum deles, isoladamente, poderia ter dado origem (...) ao parque manufatureiro de São Paulo. A terra roxa sem o clima; o clima sem o relevo; o relevo sem os homens que o conquistaram; os homens sem a audácia e o arrojo que os impulsionaram ao trabalho e ao progresso (...)” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág.24)

Ainda que em bases dicotômicas, a idéia de totalidade se faz presente e marcante em suas investigações. No entanto, não elucida o que ele entende por “físicos” ou por “naturais”, isto é, os porquês de usá-los, um e outro termo, em contraposição aos “humanos”. Apesar de supresso esse esclarecimento conceitual, sabemos ao que o autor se remete e do que se trata o natural e/ou físico. São os fenômenos e as peculiaridades dos objetos inorgânicos que se põem ao seu olhar, no qual o social travestido de humano genérico somente apresenta relevância pelas transformações que insere e executa na “normalidade” do Meio.

De outro lado, também esses “homens” surgem obscurecidos por um intenso grau de generecidade e pela credulidade do autor em conceber os paulistas como “um tipo de capacidades especiais e características específicas, ainda que provenientes de toda sorte de lugares”. Impressiona-nos, uma vez mais, a incansável elevação dos dotes e da pujança da capital e do Estado, em comparação à realidade brasileira e latino-americana, como explanou ao comparar as dinâmicas do desenvolvimento pelas quais passaram a Amazônia, o Nordeste e o estado do Rio de Janeiro:

“(...) o café, sozinho, não explicaria o fenômeno paulistano.(...) Se assim fora (...) teriam determinado, em tais áreas, outros tanto surtos industriais comparados ao que se registrou em São Paulo.” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III; pág.24)

Com esse comentário, podemos perceber as intenções de aprofundar e sofisticar a averiguação das razões de ser da capital paulista, em contrapartida às explicações que declaram apenas uma ordem de fatores determinantes em detrimento das demais, ou seja, as explicações baseadas em estudos comparativos em que o entendimento das dinâmicas que abarcam o todo foi dispensado. Ainda que no espírito de dar conta da riqueza e diversidade da análise que se queira geográfica, a totalidade por ele evocada se restringiu à soma dos dados que compõem a realidade.

“Outros fatores, harmoniosamente associados e entrelaçados, vieram juntar-se ao rei-café, daí resultando esse fenômeno excepcional, que é o parque industrial da cidade de São Paulo, o mais poderoso da América Latina.” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág.24)

Portanto, nessa exposição o acento das interjeições repousa sobre os acessos aos mercados, ou seja, os pontos-chave de saída e de entrada rumo aos destinos estabelecidos, assim construindo o perfil de uma geografia da circulação da cidade e do Estado de São Paulo. Em meados do século XVIII, nos diz,

“a cidade de São Paulo já denunciava o seu destino de centro de irradiação de caminhos, uma vez que estes dela partiam no rumo de todos os quadrantes, imprimindo na carta de circulação da época o esboço do que atualmente se constata” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág.26)

Pois bem, São Bernardo do Campo, assim como todo o ABC paulista estaria dentro de tais prescrições, todavia estritamente considerado em conexão à esfera propriamente produtiva, e que observaremos adiante em seus relatos quando o autor mencionar a “Região de São Paulo”.

Depois de identificar a gama de fatores responsáveis pela evolução e concentração da atividade manufatureira no Estado, Mattos propõe um breve resgate sobre o assentamento das primeiras fábricas na segunda década do período decimônico, para então estabelecer uma tipologia quanto às características da produção até os anos 50. Para tanto, remontou a introdução de duas unidades, uma de tecidos (1813), nas mãos de um tecelão português e outra de armamentos (1818), transferida do Rio de Janeiro com altos custos produtivos, ambas de permanência muito breve.

Observemos então a reprodução do quadro da distribuição de atividades em São Paulo, na tabela a seguir:

ATIVIDADES	PROFISSIONAIS (1836)	
Carpintaria	77	
Sapataria (oficina)	69	
Ferraria	54	
Alfaiataria	49	
Olaria	38	
Ourivesaria		30
Marcenaria	28	
Selaria	13	
Pintura	10	
Lataria	7	
Construção		7
Padaria	7	
Botica	7	
Construção de violas	6	
Barbearia	6	
Entalhe	3	
Tecelagem	3	
Tanoaria	2	
Serraria	2	
Caldeldeiraria	2	
Chapelaria (oficina)	2	
Fabricação de foguetes	2	
Sirga	2	
Relojoaria	1	

Fonte: Tabela de profissões recenseadas em 1836, resgatada por Daniel Pedro Müller no “Ensaio dum Quadro Estatístico da Província de São Paulo”, reedição literal de “O Estado de São Paulo”, S.Paulo, 1923, in vol. III de Azevedo, pág. 28)

Em seguida, Mattos passou à análise da segunda metade daquele mesmo período, salientando que não havia naquele momento uma economia agrícola suficientemente importante para exercer atração sobre novas implantações, significando, em suas palavras, o advento de uma nova modalidade da luta Homem-Meio. As dificuldades em operacionalizar a fixação das iniciativas de povoamento ocorreram desde os primórdios, quer pelas vicissitudes “humanas e econômicas”, como “pobreza demográfica e falta de recursos financeiros”, quer pelas “geográficas”, como “dificuldades de relações com o exterior, subsolo paupérrimo e ausência de fontes de energia de fácil utilização” (MATTOS, pág.29). Apenas a partir da notícia alvissareira da cafeicultura, foram abertos os caminhos

para o início da fase de relações com os mercados externos, assim como, a expansão territorial da área habitada, implicando no estancamento industrial em face do cartaz conseguido por aquele cultivo. Situação essa rompida na inauguração da primeira grande fábrica de tecidos (1872), cujo proprietário vislumbrava abastecer o mercado interno concorrendo com os tecidos de procedência inglesa.

“(...) Diogo Antônio de Barros, percorrer a Europa, tomando conhecimento do seu progresso industrial; espírito avançado, regressou ao Brasil com o firme propósito de montar uma fábrica de tecidos, não de tipo subalterno, apenas destinado a cobrir o “déficit” dos produtos importados (...).”(MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág. 30)

Juntamente com esse empreendimento, outros ramos chegaram a São Paulo, como o de alimentos e o da construção civil. Apesar disso, até o século subsequente, o estado continuaria a figurar no segundo posto do “ranking” constituído pelo grupo dos estados brasileiros, e isso em termos numéricos de unidades, das cifras correspondentes aos valores monetários gerados e, afinal, de absorção de operários. Tão-somente em 1912, por ocasião do arrolamento promovido com fins aos cálculos do recolhimento público de impostos sobre o consumo, que a indústria instalada em território paulista despontou em primeiro lugar, invertendo a colocação antecedente e adiante confirmada no recenseamento geral de 1920. Indústrias de alimentos e de produtos têxteis encabeçavam assim a lista dos ramos elencados, seguidas das manufaturas ligadas ao vestuário, a insumos químicos e à metalurgia.

Do exame dessas estatísticas, o autor remontou os três principais períodos em que houve a elevação nos indicadores fabris e de suas motivações. O primeiro registrado, a partir de 1880, teve por base a força de trabalho migrada predominantemente da Itália; o segundo, entre os anos de 1910 e 1914 e, por fim, o terceiro nos anos vinte; ambos influenciados pela Segunda Grande Guerra. Mas foi com o levantamento de 1940 que concebemos o princípio da liderança inequívoca do parque paulista sobre os demais do país e da América do Sul. Em 1950, tivemos o seguinte quadro de indústrias no estado:

“(...) possuía em 1950, 27,5% dos estabelecimentos fabris localizados no território brasileiro, e 38,6% dos operários que neles trabalhavam. Além

disso, concentrava 44% do capital empregado na indústria nacional, produziu 46,8% do valor da produção industrial e utilizou 39,7% da força motriz empregada em tais atividades.” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág. 37)

Ora, mas o que esses dados nos revelam de importante?

De início a concentração patente à geografia, que se confirma em diversidades regionais, e que viria a se aprofundar com as medidas coercitivas veiculadas por intermédio dos futuros episódios da história de formação brasileira. E, se pensarmos nas dimensões territoriais desse país, tal concentração de estabelecimentos somando-se às crescentes demandas por força de trabalho, por matérias-primas e por energia, é ainda mais impressionante, porque inusitada em qualquer outra parte do país.

Além do mais, a responsabilidade por cerca da metade das cifras advindas de tais atividades, a assimilação da mão-de-obra sempre crescente dirigida ao estado paulista, assim como o consumo energético em torno de 40% do total brasileiro, demonstram a idéia de que a implantação da grande indústria contou com equipamentos qualitativamente superiores aos dos demais pontos manufatureiros. E esse passo, com efeito, constituiu uma espécie de divisor de águas no que diz respeito às relações internacionais de produção e de comércio.

A chamada “grande indústria”, ao mesmo tempo em que ofereceu a ampliação quanto às possibilidades de acumulação privada do capital de origem estrangeira, fomentou a indústria nacional que passou a tê-la como destino final.

Assim sendo, não foi por acaso que nos escritos desse geógrafo surgiu a denominação ABC paulista, como para testemunhar ocultamente a centralidade ocupada por esses municípios que já, de maneira evidente, passavam a constituir.

Com algumas alterações numéricas e demonstrando as novas prioridades fabris, os dados referentes a 1950 apontam novamente os ramos de alimentação e têxtil como àqueles que atingiram maiores valores, mas agora seguidos de forma imediata pelos setores metalúrgico e mecânico, químico e farmacêutico, estendendo esta série à confecção de cerâmica, vidros e cristais, para daí reaparecer com o de vestuário, os materiais de transporte, entre outros.

“A maior parte dessas indústrias encontra-se concentrada na *Região de São Paulo*, no chamado “Grande São Paulo”, isto é nos municípios da

Capital, de São Caetano do Sul, de Santo André, de São Bernardo do Campo e de Guarulhos, como também em alguns municípios satélites da grande metrópole (...).”(MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág.42)

Mas observemos as informações que o autor distinguiu com esse resgate: em 1940, a produção alcançou o valor de cerca de 4.884.030 cruzeiros, ocupando por volta de 221 mil operários; dez anos mais tarde, a cifra obtida foi de 33.017.000, com aproximadamente 260 mil trabalhadores. Temos, então, uma multiplicação de quase sete vezes a cota produzida em 1940 enquanto que a força de trabalho ganhou tão-somente 39 mil postos, não acompanhando a acentuação dos ganhos e, portanto, da acumulação privada na esfera produtiva. Entretanto, esses mesmos braços foram capazes de referendar a insígnia de pólo industrial paulista.

E, é com certa ubiqüidade que o caráter ufanista a respeito da realidade de crescimento econômico e expansão urbana paulistanos se revela nos escritos de Matos,

”(...) a Capital paulista constitui uma imensa oficina de trabalho, em que todos procuram contribuir com sua parcela de cooperação e de sadio entusiasmo, num admirável esforço coletivo, vigoroso e contagiante. O Paulistano orgulha-se (...) de suas indústrias e do papel por elas representado (...)” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III; pág.42)

Seguem-se a esse apanhado geral as especificidades produtivas e de localização dos ramos têxtil, alimentício, metalúrgico e mecânico, químico e farmacêutico, fechando com aqueles de menor expressão. Vejamos o que nos apresentou Mattos, sobre cada um.

Em sendo as pioneiras do parque paulistano, e após superação das condições que obstaculizaram seus momentos iniciais, as tecelagens ganharam importância, ocupando, conforme mencionado, o primeiro posto no conjunto total da produção fabril. A “região de São Paulo”, até então constituída pelos municípios da Capital e os de São Caetano do Sul, Santo André e São Bernardo do Campo, eram sede da mais respeitável fabricação têxtil latino-americana, imediatamente seguida pela Argentina e México. A matéria-prima fundamental com que contou foi o algodão preponderantemente paulista ou àquele cultivado nos estados

nordestinos. Em 1848, somente essa atividade absorveu por volta de 35% do operariado especializado presente nos municípios citados. Entretanto, temos um aparente paradoxo. Ora, ausentaram-se na região de São Paulo, grandes estabelecimentos relacionados à tecelagem, ou seja, os de maiores proporções se encontravam fora do estado. De tal modo que pequenas e médias unidades fabris pulverizaram-se entre as demais atividades que nutriam áreas urbanas, sendo esta, uma de suas peculiaridades de conformação. E Mattos debitou esse dado mais às condições atreladas à exportação e ao consumo voltado para o abastecimento interno, que pela falta de nível técnico e como relata, a seguir:

“O mercado externo só acidental e transitoriamente chegou a adquirir certa importância e isto no decorrer das duas últimas Guerras Mundiais. (...) O mercado interno, aliás é mantido graças ao protecionismo alfandegário.” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pgs.46-7)

Observemos essas formulações por partes. O mercado interno, em suas palavras, ainda incipiente pela baixa capacidade de consumo que o caracterizava, foi capaz de entravar a associação das pequenas e médias iniciativas que, uma vez fragmentadas, não comportaram a concorrência em face das grandes organizações. De seu lado, esse mercado interno sofreu com a política de proteção exercida em meio às ações do Estado brasileiro, encarecendo os produtos finais manufaturados. Vale ressaltar que, a despeito das matérias-primas predominantemente nacionais – o algodão dos estados de São Paulo e nordestinos, a lã do Rio Grande do Sul, ainda que com a participação sul-africana, australiana e inglesa, a juta tendo sua ampliação estimulada –, tanto o linho, como a seda natural, dependiam da importação dos insumos a elas necessários. No que tange à origem dos capitais utilizados nesse ramo,

“(...) em parte, originaram-se de atividades agrícolas e comerciais e, em parte, da reinversão dos lucros da própria atividade industrial. (...) a rigor, é um tipo de sociedade anônima de cunho familiar, garantida por capitais domésticos.” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pgs.48-9)

Assim, mesmo de importância cabal no quadro manufatureiro paulista, foi incapaz de gerar uma paisagem em que a tônica fosse a presença maciça de fiações pelas mesmas razões dantes, ou seja, a intensa fragmentação desses empreendimentos, pois:

“(...) ocultam-se na paisagem urbana, envolvidas pelas instalações de outros tipos (...). Pertencem elas (...) à grande área do eixo da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, desde o bairro da Lapa e da Água Branca até aos confins do município de Santo André.” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág. 49)

Feitas as considerações sobre a indústria têxtil, o autor seguiu fazendo análise do feitiço da produção de alimentos, levantando as qualidades em comum por elas compartilhadas. Ambas as seções dividem várias semelhanças com o número de unidades fabris de que dispõe, o contingente fixo de operários utilizado, o montante de capitais exigidos para sua manutenção e o destino de consumo. Admitindo por objetivo, escolhido ou circunstancial, o mercado interno, o autor comenta:

“(...) grandes inversões de capitais estrangeiros foram realizadas em determinados setores das indústrias de alimentos, particularmente nos da carne (“Armour”, “Wilson”), do trigo (“Moinho Santista”) e dos óleos vegetais (“Anderson Clayton”, Moinho Santista”). (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág. 49)

Porém, o aspecto vago do termo “inversões de capitais” não nos permite o acesso às informações sobre os conteúdos a que se remete, ou seja, o que expressa do ponto de vista dos trajetos que perfaz. Ora, podemos facilmente especular sobre algumas das possibilidades mais simples entronizadas naquela expressão. Tais “inversões” podem abranger desde remessas de recursos financeiros aqui obtidos na forma de lucros para as matrizes multinacionais, ou para unidades secundárias implantadas em outros países, até investimentos diretos na própria linha de produção do parque brasileiro, ou mesmo, no mercado valores de ações, enfim, uma gama de perspectivas que não desenvolve ou elucida.

Ainda, na direção de confrontá-las em sua qualidade, alguns tipos de manufaturas de alimentos têm no mercado externo a totalidade das matérias-primas de que demandam a despeito do que igualmente se dá com a moagem do trigo.

Na seqüência, o autor estende-se à tarefa de organizar os termos de exposição de três subgrupos entre os quais enquadra a produção de alimentos. São eles: a transformação direta da matéria-prima; aqueles dedicados aos

mercados locais e os voltados ao comércio exportador. No primeiro, ressaltou-se a moagem do trigo porque antes de 1930, apenas duas empresas se dedicavam a essa atividade por conta da importação. Com a expansão da triticultura, cresceu o número de moinhos em São Paulo, todavia estes estavam nas mãos de grupos multinacionais, pois somente esse porte de organização poderia suportar as variações das regras de funcionamento a que estão submetidas as indústrias do trigo. Por isso grande parte das empresas empenhou-se em outros negócios.

Também o refino do açúcar se encaixou no mesmo grupo, apesar das usinas serem responsáveis pela primeira transformação. A produção destinava-se aos mercados locais assim como os regionais porque dependiam da produção de usinas fora do estado, que interferiam diretamente em sua capacidade e volume. Esse produto de consumo direto também servia de insumo para outras produções. Chamou a atenção do autor, o nível demasiado de mecanização donde a limitada absorção de força de trabalho e de empregos ofertados. Observou, uma vez mais, as formas de regulação promovidas pelo Estado, e especificamente as afamadas cotas de produção que limitavam a quantidade de açúcar frente ao total produzido nos canaviais paulistas e com base na importação do nordeste.

Somadas a essas atividades produtivas, incluíam-se a panificação, a torrefação e a moagem do café, a pasteurização do leite e derivados. Todavia, os dois primeiros tipos de negócios realizavam-se a partir de pequenos estabelecimentos, o que não se repetia com a produção de artigos exportáveis, cuja propriedade e o controle se dispunham muitas vezes ao capital externo. Neste último caso, se encontram os frigoríficos e a produção de carnes em conservas e os óleos vegetais detidos por tais grupos.

Importante lembrar que na década de 50 tiveram início parcerias nacionais e estrangeiras, a despeito do ocorrido com a indústria de bebidas e estimulantes, período em que apenas começavam a ganhar força no mercado brasileiro, empresas como a Coca-Cola.

Todas essas descrições nos valem para remontar o arranjo geográfico das especificidades que as implicaram, o caráter menos ou mais adensado das fábricas, a origem dos empreendimentos e o nível do retorno que proporcionaram;

a permanência ou a instabilidade do montante acumulado em território nacional, o desenvolvimento do exército de reserva da força de trabalho, assim como o acirramento das condições de especulação imobiliária; o estrangulamento de infra-estruturas que, pelo próprio nome, denotam as bases necessárias à dinamicidade paulista e assim por diante. Efetivamente, proporcionam um amplo material sobre o qual podemos verter nossas ponderações e construir a imagem de um passado recente, que definiu os contornos da região metropolitana, do destaque ao ABC paulista e do próprio estado de São Paulo.

Depois da indústria alimentícia, segue a apreciação dos setores metalúrgicos e mecânicos, ressaltando que se comparadas às regiões industriais espalhadas pelo mundo, a paulista possuía modestas proporções. Contudo, confrontando-a ao restante do Brasil a situação se invertia, ou seja, São Paulo disparava na frente dos demais estados, tal a situação de incipiência no restante do país.

“(...) a posição de liderança, todavia, deve ser encarada mais como reflexo de nosso precário desenvolvimento no setor das indústrias básicas do que como testemunho real de um grande centro metalúrgico-mecânico em São Paulo;” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág.58)

Não obstante, o autor observou que os bens de produção do tipo máquinas e equipamentos alcançavam taxas de evolução expressivas, em relação à quantidade, sobretudo a qualidade técnica e dos produtos finais, ambos conquistados por meio das crescentes importações: Sua característica básica configurava essa dependência tanto de matérias-primas quanto de máquinas que permitiam confeccionar outras máquinas. Nesse ponto, a indústria paulistana passou a constituir uma espécie de “(...) oficina de montagem de peças compradas lá fora, além de ser um bom freguês das indústrias metalúrgicas estrangeiras.” (MATTOS).

Mesmo nesse contexto marcado predominantemente pela dependência do mercado externo, a Capital responsabilizou-se pela fabricação de artigos outrora importados, como também passou a comercializar matérias-primas do Rio de Janeiro (Volta Redonda) e de Minas Gerais. Desse modo, a paisagem criada pela

indústria de base guardou muito da fragmentação anterior analisada porque assim como a têxtil e a de alimentos, a maior parte das unidades computadas pelas estatísticas da época, não ultrapassavam os limites de oficinas para conserto ou reformas com investimentos extremamente acanhados. As exceções apareceram quando o autor se remeteu à intensa concentração de capitais em Santo André e São Caetano do Sul, desenhando uma geografia de maior nitidez funcional, que considerou:

“(...) não corresponde exatamente às áreas industriais do Velho Mundo ou dos Estados Unidos, pelo menos pode ser considerada o embrião dessas regiões altamente industrializadas.” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág.61)

No que se refere aos ramos químico e farmacêutico, o autor denotou não serem ambos capazes de fugir muito ao padrão de comportamento precedente, isto é, pequenas fábricas com algumas poucas exceções, espalhadas pelos municípios paulistas sem propriamente formarem uma paisagem característica, além disso, dependentes de importações. Entretanto, uma de suas peculiaridades repousa sobre o fato de haver um fluxo de exportação em que boa parte dos insumos necessários às fábricas envolvidas é levada em estado bruto e destina-se a fomentar as produções em outros países. A seu ver, tal situação seria alterada se fossem criadas as condições para que recebessem os primeiros beneficiamentos “in loco”. Desse adiamento, resultou a quase inexpressiva participação no quadro manufatureiro regional e nacional. De outro lado, os produtos demandados no mercado interno buscaram novamente a importação.

Mas temos aqui um lapso de atenção, pois nosso autor não remontou as origens dos empreendimentos que recobriam àqueles ramos. Significa dizer, nos anos 50 tivemos um contexto internacional de instauração dos grandes monopólios, entre os quais a própria “Companhia Química Rhodia”, instalada em Santo André. Portanto, o conjunto de causas que levaram às limitações impostas à indústria farmacêutica e química se pautou dentro de uma perspectiva ampla do processo de acumulação do capital transnacional.

Desse modo, chegamos ao último subgrupo que o autor averiguou que se intitula “outras indústrias paulistanas” composto por uma gama variada de

mercadorias. Essa parte da exposição inicia-se pelos “artefatos de borracha” e, imediatamente, recompõe a pouca relevância desses artigos até 1930, tendo essencialmente em São Paulo o lugar de sua produção. Datam desse período a implantação de fábricas não pouco importantes como a “Good-Year”, a “Firestone”, a “Pirelli” e a “Órion, apenas está última tem ascendência nacional. Tal atividade, distinta das demais arroladas, formou um arranjo concentrado, vinculando as unidades fabris. Ao analisá-la numericamente, Mattos verificou as deficiências quanto à construção dos dados disponíveis e por isso capazes de falsificar sua envergadura. Vejamos, então:

“(…) as estatísticas podem levar-nos a lamentáveis erros de apreciação. Dos 45 estabelecimentos registrados em 1945, apenas 3 eram realmente produtores de pneumático e câmaras-de-ar. (...) em compensação, surgiram muitas fábricas de artefatos de borracha para uso doméstico e para fins industriais.” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág. 65)

Devemos ressaltar que, dos grupos pertencentes a essa fração, somente um era ligado ao capital privado nacional, o que demonstra, uma vez mais, o peso da importância dos investimentos estrangeiros no parque industrial paulista.

Nesse subgrupo encontramos indústria de papel completamente vinculada ao mercado externo, exceto pela Companhia Melhoramentos de São Paulo que manteve sua fonte de matéria-prima com o cultivo do Pinheirinho, a fim de alimentar a linha produtiva. Semelhante situação se deu com a confecção de calçados, ou seja, a condição dominante de importador, mesmo com a gradativa inserção de suprimentos internos. Por sua vez, os equipamentos necessários à produção eram alocados da “United Shoe”, empresa que os monopolizou desde os tempos da primeira Guerra Mundial. A indústria de vestuário existente no estado caracterizou-se por absorver a força de trabalho de alfaiates e modistas, ou seja, por certo distanciamento da estandardização vigente em outros países. Finalmente, a fabricação de cigarros, datada do final da primeira Guerra Mundial, tendencialmente marcada pela concentração técnica e financeira.

Ao fechar essa etapa de seus escritos, não vimos uma só vez o autor indagar as razões que levaram à concentração de certos ramos arrolados, nas mãos de grupos multinacionais, ou sequer os motivos da dependência em relação

ao mercado internacional de matérias-primas e/ou de equipamentos. Assim, Mattos não tocou no âmago do processo de divisão internacional do trabalho e sua efetivação em escala nacional e, portanto, paulista. Entretanto, nossas indagações terão respostas em item à parte, colocado mais adiante em sua explicação.

Ao reincidir sobre a formação da paisagem paulista por meio do viés das funções assumidas, Mattos a caracterizou da seguinte forma:

“(...) por circunstâncias históricas, tornou-se a capital política e religiosa do Estado; por sua situação geográfica, transformou-se num importante centro comercial e na capital econômica (...) centro cultural e artístico (...) não houve uma sucessão de funções, mas um enriquecimento funcional.” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pgs. 69-70)

A que “situação geográfica” se refere o autor? Parece-nos, que a localização constitui o verdadeiro mote de suas inferências, a que predica de geográficas. Dessa posição identificou a mais proeminente área industrial, repassando o traçado sobre o eixo de direção noroeste-sudeste, de onde obteve desde bairros como a Lapa e Água Branca, passando pelo Belenzinho, Ipiranga, Tatuapé e que se prolongou através de São Caetano do Sul e Santo André.

Dessa aproximação, Mattos abordou a diversificação e o fracionamento que caracterizavam São Paulo por meio das informações referentes às unidades fabris dispostas na capital e nos municípios, cujas iniciais formavam o “ABC” paulista. Vejamos então, esse dados retirados da mesma obra (AZEVEDO,vol.III, p.71):

TIPOS DE INDÚSTRIAS	CAPITAL	S. ANDRÉ	S.CAETANO DO SUL	S.BERNARDO DO CAMPO	TOTAL
Extração de produtos minerais.....	38	7	—	2	47
Extração de produtos vegetais.....	9	—	—	7	16
Transformação de minérios não-metálicos.....	422	179	30	91	722
Indústria metalúrgica e mecânica.....	892	62	31	2	987
Indústria material elétrico e comunicação.....	157	5	—	—	162
Indústria de construção e montagem de material de transporte.....	74	4	1	—	79
Indústria de madeira e produtos afins.....	489	33	20	53	595
Indústria de papel e papelão.....	140	—	—	—	140
Indústria de borracha.....	44	4	—	—	48
Indústria de couros, peles e similares.....	48	4	—	—	52
Indústria química e farmacêutica.....	283	26	20	3	332
Indústria têxtil.....	945	42	10	19	1016
Indústria vestuário, calçados e artefatos de tecidos.....	681	5	9	1	696
Indústria de produtos alimentícios, inclusive bebidas.....	437	55	25	1	518
Indústria editorial e gráfica.....	269	7	—	3	279
Indústrias diversas..	348	4	120	—	472
TOTAIS.....	5276	433	266	182	6158

Fonte:Azevedo, vol III, p.71

Na tabela estão dispostos os dados sobre os vários tipos de manufaturas presentes, e depois da capital paulista, Santo André sobressai na maior parte das produções, exceto nos subtipos denominados “indústria de madeira e afins” e “indústrias diversas”, superado, respectivamente, por São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Ainda chamou nossa atenção que, em muitos dos casos, São Bernardo simplesmente não participa ou é significativamente menor que os demais, considerando-se o total confeccionado. A esse respeito cabe ressaltar o beneficiamento de minerais não metálicos, a metalúrgica e mecânica, além da química e de produtos fundamentais como os da alimentícia. Apesar disso, tinha posição de destaque para a produção madeireira justificada pelo tradicional ramo moveleiro local.

Ora, esses números podem a princípio apontar certa dependência municipal de Santo André como da capital, ao mesmo tempo, podem revelar com essa distribuição da participação, a divisão do trabalho veiculada naquele momento. Entretanto, esse perfil econômico viria a ser amplamente modificado nas décadas subseqüentes e assim o era em 1950.

Assim sendo, o autor passou aos fatores e aos problemas de ordem produtiva, que supostamente seriam preenchidas as lacunas deixadas anteriormente, a despeito das quais levantamos indagações que agora encontrariam lugar em nossa exposição. Mattos, no entanto se viu obstaculizado pelo truncamento das informações sobre as características da indústria paulistana, como seu aparelhamento quanto ao volume, valor, estado de conservação, produtividade, origem dos investimentos, especialização da força de trabalho, etc., e, ainda, denunciou o excesso de empirismo posto nos levantamentos estatísticos relacionados a essas atividades. Ele afirma:

“Não há critérios uniformes nos censos industriais, sendo freqüentes os conflitos tanto das cifras como de classificações dos tipos de indústrias entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Departamento Estadual de Estatística e as instituições ou órgãos ligados à vida industrial (...).” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III; pág.73)

A partir dessas observações, o autor remontou o conjunto das fábricas existentes em território paulista, a fim de resumir a origem das matérias primas

empregadas por cada uma. Primeiramente, em relação ao mercado externo, ele avaliou o grau de dependência dos diferentes ramos produtivos sem, no entanto, aquilatar as razões que levaram à utilização dos mercados fornecedores estrangeiros.

Voltou-se, em seguida, às possibilidades regionais de fornecimento e às interdeterminações recíprocas entre desenvolvimento industrial e produção no campo, sem abordar a estrutura fundiária do país, ou seja, a concentração da propriedade privada da terra, ou sequer os compromissos a que se dedicavam os esforços de tais produtores.

Dado o porte sempre ampliado dos investimentos e do uso de matérias-primas, o autor ressaltou a importância da indústria paulistana como sustentáculo das economias regionais o que, em si mesmo, colocaria seu desenvolvimento como de interesse nacional. Em outras palavras, se tornaria valioso todo estímulo em torno de ambos, a saber, do conjunto formado pela produção agrícola, pastoril e extrativa e pela atividade manufatureira. Todavia, apesar de não explicitar, a avaliação foi elaborada com vistas à priorização dos ritmos fabris, na medida em que passaram a representar as novas tônicas laboriosas da economia brasileira e do desenvolvimento urbano.

De tal sorte, Mattos enfatizou a premência de elaborar caminhos para que fosse viabilizada uma combinação que qualificou de “harmoniosa” e “racional”, sem qualquer vinculação de prejuízo de uma e outra modalidade. No seu entendimento, o acento em qualquer uma dessas esferas produtivas acarretaria em atrofiar a economia brasileira, lançando-a na posição semicolonial, ou no fenecimento das fontes de insumos, e conseqüentemente, do mercado consumidor de mercadorias manufaturadas.

Isso posto, sua análise passou à distinção do próximo fator produtivo: a “mão-de-obra”. Essa parte de sua pesquisa iniciou-se com a caracterização por gênero da força de trabalho e por setor fabril. Assim, na década de 50, mais da metade do operariado era do sexo masculino, sendo as mulheres predominantemente absorvidas nas tecelagens. Desse total, os três principais grupos de indústrias se distribuíam pelos ramos têxtil, alimentício e metalúrgico-

mecânico, valendo-se de alguns dados para verificar seus ritmos de crescimento. Todavia,

“Ora, uma indústria assim tão jovem, florescendo dentro de uma sociedade de estrutura ainda de base agrária, enfrenta evidentemente um problema muito sério: o da constituição de sua mão-de-obra industrial. (...) O resultado é a inexistência de um estoque selecionado de mão-de-obra especializada.” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág.79)

Ou seja, a questão que derivou desse panorama, segue a lógica de prioridades demandadas pela extensão e diversificação da capacidade de acumulação do capital fabril, em que o crescimento e a consolidação da classe operária produziram, embora de forma incipiente, as possibilidades de reserva e de reposição de trabalhadores. Nessa direção, esse fato poderia desenvolver um obstáculo à capacidade produtiva, cuja transposição implicaria na ampliação de cursos dedicados ao preparo dessa força de trabalho, devidamente qualificada para tais serviços.

“Daí a importância de iniciativas como a do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – o “SENAI”, que mantém escolas técnicas destinadas à formação de operários especializados.” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III; pág.79)

Curiosamente, dentro da análise dos componentes relacionados ao processo de produção, somente a essa altura são introduzidos “os capitais” como próximos a se averiguar, o que denota os limites de entendimento das geografias paulistanas que se ergueram, não do esfacelamento, mas da unidade de correlações recíprocas. Então, observando a parca disponibilidade econômica e de capital que a indústria paulista pôde contar, comenta o autor:

“(...) a simples verificação dos movimentos de depósitos nas caixas econômicas e bancos testemunham esse fato. Tal pobreza, que afeta a massa da população, torna impossível qualquer mobilização de grandes recursos para as realizações industriais de vulto.” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;págs. 79)

Para Mattos, o termo “capital” restringiu-se aos fluxos monetários e de investimentos, prescindindo-o dos demais elementos que asseguram a economia política como um todo. E prossegue,

“(...) o brasileiro alimenta certa desconfiança em relação aos títulos industriais preferindo inverter seu dinheiro na compra de imóveis ou em títulos do Governo.” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III; pág.80)

Uma vez mais, nosso autor não discriminou quem são os indivíduos que compuseram o grupo assim chamado genericamente de “o brasileiro”. Ora, muitas são as distâncias entre as diferentes classes de trabalhadores pertencentes ao país, praticamente inviabilizando a possibilidade de tomá-lo de tal forma abstrata. Sem observar essa generalização, seus relatos prosseguem e não dão conta desse fundamento cardinal a qualquer formação social, especialmente sob os moldes da apropriação privada dos meios produtivos. Para Mattos bastou subdividir os empreendimentos, seja diretos ou indiretos, entre públicos e/ou privados nacionais e os de procedência externa.

Assim, foram enquadradas as fontes de capitais em três qualidades de sociedades anônimas: de origem estrangeira, de tipo familiar e as que foram mobilizadas por meio de emissão de títulos. Sobre essa taxonomia, nos explica:

“No primeiro caso, verifica-se a importação de capital estrangeiro, que aqui se expande pela reinversão dos lucros.” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág.80)

De tal sorte, foram atribuídas uma autonomia e independência em face do mercado interno que em verdade inexistia desde a sua época. Temos, nos limites mais imprecisos e generalistas, o consumo e a produção a ser realizada em território nacional e especificamente paulistano, sem os quais não haveria quaisquer perspectivas de obtenção de lucros.

Quanto ao segundo, de tipo familiar, apontou:

“(...) não permite a formação de empresas de grande vulto e explica a proliferação de pequenas indústrias. Mesmo as atuais grandes empresas iniciaram-se dessa maneira;(...)” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág.81)

É importante lembrar que o percurso traçado pelo raciocínio causal não comporta a complexidade do tema. Uma vez mais, não podemos aclarar a configuração do arranjo produtivo paulistano caracterizado de modo exclusivo pelas iniciativas familiares e, principalmente, para explicar as razões dos limites de expansão e de crescimento de tais empreendimentos. Todavia, parece que foram

suficientes ao autor. Por fim, uma terceira espécie surgida de época mais recente, consistiu de:

“(...) sociedades de tipo não-familiar incumbem os corretores de títulos de venda de suas ações, nas bolsas de São Paulo e Rio de Janeiro.” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;págs. 80-1)

O penúltimo fator a que o autor se referiu foram os “mercados”. Diante da produção industrial paulista, este constatou que o verdadeiro mercado consumidor desse expediente estava representado pela absorção interna e não dirigida para fora do país. As exceções a esta regra foram proporcionadas pela última Guerra Mundial e, portanto, a sobrevivência das indústrias estava em íntima ligação com a direção desse consumo. Donde, a necessidade de inquirir estatisticamente a porcentagem de consumidores de mercadorias manufaturadas no Brasil, já que o mero dispêndio “per capita” não continha a medida correta sobre as características das aquisições, em termos tanto qualitativos como quantitativos.

“É evidente que, enquanto persistirem o pauperismo e a ignorância, a produção industrial atingirá somente uma diminuta parcela da população.” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág.83)

Mais pelas condições financeiras que propriamente pelo acesso ao conhecimento, o consumo se distribuiu de forma irregular sobre a extensão do território nacional. Para Mattos, o quadro brasileiro podia ser apresentado hierarquicamente quanto à intensidade do consumo dos mercados: interior do estado de São Paulo, a parte Centro-Oriental e Meridional, o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste sendo as duas últimas formadas por “vazios demográficos”:

“Influindo sobre a capacidade de produção, automaticamente os mercados consumidores influem sobre a paisagem industrial. (...) surge esta para atender as necessidades sentidas pelo homem. (...) não existindo condições econômicas para satisfazê-las, serão elas satisfeitas segundo os recursos e os engenhos de cada um (...).” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III; pág.84)

A categoria geográfica “paisagem” surgiu então associada ao fenômeno da industrialização, em que correlacionou linearmente, capacidade produtiva, mercado consumidor e paisagem cuja essência repousou sobre os homens, seus engenhos individuais diante das ofertas do meio em que estão inseridos.

Para coroar suas palavras finais, Mattos nada mais fez que a abordagem sobre o papel exercido pela circulação, sendo esta justamente a amarração encontrada para definir o término de suas contribuições. Com o subtítulo “Os transportes”, o autor retomou o tema a que já havia dedicado atenção, no início de suas formulações, para resgatar o contexto de especificidades quanto à construção, à expansão e à manutenção de cada via de transporte. Tomando como determinantes da expansão industrial paulista, a rede ferroviária e o porto de Santos, que propiciaram as condições para a circulação de mercadorias ou maquinarias necessárias ao fomento das fábricas ou decorrentes de sua própria produção.

“(…) sem um sistema de transporte organizado e em funcionamento, dificilmente poderia a Capital paulista entrar na senda da industrialização, sobretudo considerando-se a inexistência de condições naturais que pudessem provocar sua origem e desenvolvimento.” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág.84)

Entretanto, os objetivos e as necessidades produtivas a que estavam ligados estrada de ferro e porto na fase de sua implantação, não tornaram possível acompanhar os ritmos da atividade industrial, mesmo que tenha se valido dessa conjugação de meios disponíveis. O escoamento do café orientou a trama das vias férreas rumo aos mercados internacionais, mas mostrou-se ineficiente aos imperativos fabris. Com essas descrições, o autor comprovou a exigüidade das ligações entre linhas-tronco e lugares desprovidos de ramais ferroviários. Ao lado disso, ocorrem a falta de manutenção dos equipamentos e o descuido com as condições de tráfego, ainda que no caso paulista essas circunstâncias sejam mais bem controladas:

“a “Companhia Paulista” e a “E. F. Sorocabana”, têm procurado melhorar suas condições de tráfego(...); mas tal esforço não pôde ser, até agora, realizado em sua plenitude, em virtude das condições financeiras do país(...)” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág. 85)

Além disso, Mattos constatou outro grave problema: a diversidade do material que serve ao aparelhamento dos ramais que se interligam, como bitolas diferentes ou vagões com sistema de freios distintos. Essa falta de padronização dos equipamentos acaba por provocar danos materiais, além de obstaculizarem a livre circulação dos carregamentos.

Somam-se a esse quadro, as estradas de rodagem construídas em precárias condições técnicas e as características climáticas a que estão submetidas, proporcionando riscos à circulação e altos custos em função de seus traçados curvilíneos.

Assim, é pelo mar que

“(...) continua vindo o principal de nossas compras e pelo mar continua indo a quase totalidade dos nossos produtos manufaturados.” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág.88)

Paradoxalmente, diz ele, as condições em que se encontravam a navegação de cabotagem eram piores que a das ferrovias ou das rodovias, e no que tangia o comércio externo, quase que totalmente dependente das frotas mercantes estrangeiras.

Mesmo nesse contexto, após a década de trinta, o sistema rodoviário obteve crescimento promissor de caráter regional pela expansão das estradas de rodagem, ainda que insuficientes para unificar o território brasileiro:

“(...) as regiões brasileiras, pelo isolamento em que se acham, façam lembrar as ilhas de um grande arquipélago.” (MATTOS in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág.88)

E, para completar o autor calculou que a industrialização paulistana seguia a eixo de circulação São Paulo-Santos pelo que representavam o porto e a Usina de Cubatão, respectivamente, como local de escoamento e de entrada de insumos e de onde provinha sua principal fonte energética, além da favorável topografia.

Ao fragmentar o conjunto das forças produtivas e romper os elos que as conectam, Mattos delimitou o campo de suas análises ao âmbito dos levantamentos estatísticos, desfavorecendo qualquer especulação que os superassem, e com isso, apenas repetindo tautologicamente os dados neles contidos.

Encerrando os estudos sobre os aspectos da metrópole paulistana, estão as colocações de Maria de Lourdes Radesca, com as quais foi retratada a problemática da energia elétrica em São Paulo, ou seja, não apenas os limites da produção em face do desenvolvimento industrial e a expansão urbana, como também a relacionada ao abastecimento e a distribuição. No entanto,

caracterizado mais o apreço técnico que propriamente reflexão geográfica, justifica-se para nossos objetivos, apenas sua participação, na medida em que nas suas avaliações temos um conjunto de descrições sobre o funcionamento do sistema hidrelétrico da Usina de Cubatão e os locais a que atende. Os dados de maior relevância foram aqueles que indicaram o descompasso entre demandas e fabricação, num período reconhecidamente identificado com a ampliação das capacidades fabris.

Em seguida, abrem-se capítulos dedicados, em especial, à constituição da paisagem dos diferentes bairros paulistanos quando pormenorizados em separado, os aspectos de cada conformação territorial. A partir do centro da capital, N. L. Müller identificou dificuldades procedimentais com relação à delimitação da área central em contrapartida às circunvizinhanças, tomando como solução os contornos do núcleo mais antigo chamado de “coração” da cidade.

De tal modo que a metrópole assim retalhada em bairros da Zona Norte e os Orientais e, posteriormente, os da Zona Sul e Ocidentais, ficaram a cargo de Renato da Silveira Mendes, que nos trouxe o intento de classificá-los sob o ponto de vista funcional, mas sem deixar de constatar que:

“(...) sem demora se evidenciou que o critério, embora geralmente aceito, perdia todo significado diante da realidade.” (MENDES in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pgs.186-7)

Isto porque,

“do grande “mosaico” constituído pelos bairros da cidade de São Paulo, inclinamo-nos de início em classificá-los segundo suas funções.(...) A maior parte dos bairros paulistanos apresenta oficinas, pequenas e, até mesmo, grandes fábricas de mistura com residências populares e de classe média, quando não aristocráticas.”(MENDES in AZEVEDO (org.), 1956 v.III;pág.186.)

Assim, vemos nessas citações os impasses criados por uma leitura geográfica que se quer científica aos moldes da suposta precisão matemática, em que os fatores fundantes à realidade investigada foram encarcerados em dados numéricos, destituídos dos conteúdos a que dizem respeito. Ora, a própria classificação posta pela “rosa-dos-ventos” e tendo por substrato as condições topográficas do sítio urbano, nos fazem retomar a dicotomia presente na

Geografia entre feitos humanos em face dos naturais e as restritas bases físicas a que se refere a construção do meio.

O próprio autor revelou nas linhas anteriores que a adoção de um modelo explicativo pode interferir no entendimento das circunstâncias efetivas sobre o qual se edificaram tais geografias, ou seja, apesar de necessários à sistemática do conhecimento, esses padrões não se objetivam linearmente conforme o esperado.

Mas é no quarto e último volume que ressurge a idéia de subúrbio paulistano, dos quais o ABC paulista. Lá se encontram a definição dos limites da área por eles ocupados, além da explanação do processo de desenvolvimento de sua formação, as dessemelhanças e contrastes existentes, o perfil de seus moradores e trabalhadores.

Na primeira parte desse trabalho por Antônio Rocha Penteado, temos como pressupostos para o procedimento de demarcação dos arrabaldes metropolitanos, elementos geográficos que, na sua visão, ou cancelam ou consentem na expansão de suas influências sobre os arredores. De acordo com ele, na direção Norte-Sul funcionaram como obstáculos a Serra da Cantareira e os reservatórios construídos pela “Light & Power”, não sucedendo o mesmo no sentido Leste-Oeste, onde a marcha de expansão contou com o vale do Tietê e seus consuetudinários. Sobre a extensão e as fronteiras que cercam tais subúrbios, nos diz Penteado:

”Encravados no Planalto Paulistano e estendendo-se num raio máximo de 30 a 35 km, encontram-se (...) de maneira ora concentrada, ora dispersa, cada um com sua própria fisionomia e com diferentes funções.”
(PENTEADO in AZEVEDO (org.), 1956 v.IV; pág.5)

Mas estas considerações foram devidamente ratificadas pelas elaboradas por Aroldo de Azevedo, em 1945. Já naquele ano, ao escrever sobre os subúrbios paulistanos, Azevedo percorreu as direções para as quais se estendia o alcance da capital, atribuindo àqueles pontos nevralgicos, respectivamente, como “barreiras” ou “vias naturais”:

“Para outras direções, a influência da cidade já vai bem mais longe, porque pode dispor de vias naturais de acesso (...). Tais passagens naturais foram muito bem aproveitadas pelo homem, que nela construiu (...), atraindo o povoamento e prolongando a influência da metrópole.”
(PENTEADO in AZEVEDO (org.), 1956 v.IV; pág. 6)

Aqui podemos uma vez mais considerar a forma acentuada que ambos os autores adjudicaram ao papel das condições geomorfológicas do ambiente, sendo que em realidade, não são meramente dados absorvidos e/ou transformados, mas construídos numa unidade “metabólica” pelas formações sociais. Ora, o meio não se restringe a constituir “palco” dos acontecimentos históricos, como tantas vezes foi afirmado pela concepção clássica de geografia.

Entretanto, notamos um esforço em delimitar tais áreas, para assim adentrar em suas características e por certo, traçar algum diagnóstico que evite ou que ao menos controle as possíveis adversidades delas decorrentes.

Superada esta tarefa, Penteado buscou a identificação dos papéis de cada local em relação ao centro urbano. Para tanto, referendou novamente Azevedo e seus primeiros estudos sobre o tema datados de 1943, dos quais relacionou extensão quilométrica à heterogeneidade funcional. Com isso, quanto maiores os prolongamentos alcançados pelos subúrbios tanto mais multiplicados seus encargos.

Diante disso, os bairros e municípios que conformam a atual grande São Paulo foram encaixados nas subdivisões residencial, agrícola e industrial, e tomados predominantemente por uma única atividade, como tônica de investigação. Sua análise não tardou a acolher a “região de Santo André” como um dos mais importantes parques industriais sul-americanos, assim como, no extremo oposto, a composição da “região de Osasco”, complementadas secundariamente por São Miguel, Pirituba e Perus. Lembramos que estamos com Azevedo em 1943, do qual Penteado ressaltou:

“Em nada ou quase nada diferem as funções atualmente encontradas na área suburbana (...) os subúrbios como que se estabilizaram e enraizaram ao redor da Capital (...) torna-se possível distingui-los, com toda a segurança, através daquelas três funções (...)” (PENTEADO in AZEVEDO (org.), 1956 v.IV; pgs. 7-8)

Depois de identificados os rumos e as atividades implicados nessas áreas, o processo de formação foi calculado pelos idos do final da primeira Guerra mundial, em que se observou o aumento das taxações sobre o domínio e o uso

dos solos, o aumento do número de habitantes na capital e, evidentemente, a expansão da atividade industrial.

Assim, os impostos que tiveram volume aumentado após os anos subseqüentes ao término daquele conflito, contribuíram de modo substancial para o esfacelamento da unidade das propriedades existentes em São Paulo, e redundaram na disseminação de “vilas” ocupadas por operários e/ou funcionários públicos e na formação de chácaras voltadas às atividades agrícolas. Atrelado a isso, o problema habitacional foi debitado na conta do excessivo movimento migratório dirigido à cidade e ao Estado, como também ao deslocamento de propriedades antes localizadas na parte central da cidade e agora oneradas pela instalação de serviços e equipamentos urbanos, sobretudo a partir da década de 20:

“Em virtude do crescimento da população da cidade (...), os novos arruamentos e a necessidade de aproveitar o mais possível o espaço urbano ocasionaram o deslocamento de numerosas chácaras, de flores e de legumes, até então localizadas em plena cidade.” (PENTEADO in AZEVEDO (org.), 1956 v.IV; pág.9)

Por seu lado a expansão do parque industrial paulistano indicou o processo de suburbanização, uma vez que, depois de 1930, deslocaram-se as instalações das unidades fabris para lugares mais amplos, que eram infactíveis no perímetro urbano. Por consequência:

“(...)”vilas” operárias passaram a existir na área suburbana, muitas destas últimas criadas pelas próprias empresas industriais.” (PENTEADO in AZEVEDO (org.), 1956 v.IV;pág.10)

Donde, pouco mais tarde haveria de despontar a força de trabalho necessária à manutenção da produção manufatureira e o conseqüente controle dos níveis salariais, fora e dentro de tais localidades.

Os subúrbios foram interpretados como reflexo histórico da metrópole, isto é, somente considerados em relação à força exercida pela capital. Nesse sentido há pertinência em considerá-los desse modo. No entanto, como teremos oportunidade de averiguar, antes da construção do arranjo espacial intitulado ABC paulista, havia apenas uma única expressão territorial que foi se dissolvendo no conjunto das municipalidades apresentadas na atualidade.

Mas voltando a Penteado, a localização desses subúrbios nos arredores metropolitanos, não se deu por acaso. Além de terem aproveitado o que chamou de “vias naturais de passagem” proporcionadas pelos vales fluviais, estes apresentavam qualidades comuns como locais marcadamente fabris e em íntima ligação com a cidade, mesmo que nem sempre a ela contíguos.

“Circundam eles a Capital paulista, pois aparecem em todos os seus quadrantes: a Nordeste está Guarulhos; a Leste São Miguel Paulista; a sudeste, São Caetano do Sul, Santo André e São Bernardo do Campo; ao Sul, Santo Amaro; e, finalmente, a Oeste, Osasco.” (PENTEADO in AZEVEDO (org.), 1956 v.IV; pág.12)

Apesar de não termos encontrado nessa construção analítica a sugestão de elementos incomuns, vimos que sua originalidade se firmou pela especial atenção ao nascimento desses novos espaços que, a partir das transformações erigidas nos bairros, foram vertidos em municípios ou vice-versa e, que ao orbitarem em torno da expansão urbana paulistana, ganharam pujança. Em caráter inverso ao que notamos com os desdobramentos das municipalidades do ABC paulista, o anterior município de Santo Amaro foi incorporado, em 1938, como bairro integrante da Zona Sul da capital.

Então, a nomenclatura de que o autor lançou mão para designar as áreas periféricas, apontou a necessidade de caracterizá-las para demonstrar suas respectivas identidades, mas integralmente voltadas à função que desempenhavam em relação a São Paulo. Assim, ele estabeleceu um paralelo genérico entre esta relação, – capital e periferias –, ao aproveitamento das “passagens naturais”, como ilustrado, a seguir:

“São Caetano do Sul e Santo André, junto ao curso do rio Tamanduateí ou suas vizinhanças a exemplo do que acontece com muitos bairros industriais de São Paulo de que aqueles são autênticos prolongamentos; São Bernardo do Campo, embora um tanto afastado do curso do Tamanduateí, encontra-se no interior de sua bacia;” (PENTEADO in AZEVEDO (org.), 1956 v.IV; pgs. 12-3)

De tal sorte, não escaparam a seus estudos demográficos desses arrabaldes, as bases matemáticas sobre as quais lançou a distribuição populacional. Diz ele:

“(...) esta população não se reparte de maneira uniforme por aquela área, havendo aglomerados com todas as características de pequenas e

médias cidades, ao lado de grandes espaços vazios, de caráter semi-rural, algumas vezes aproveitadas por lavouras de pequena extensão (...) ou por simples casas de campo(...)" (PENTEADO in AZEVEDO (org.), 1956 v.IV;pág.14)

Quanto à paisagem que produziu o conjunto dos subúrbios paulistanos, o exame que elaborou se deteve exclusivamente no caráter empírico de continuidade, ressaltando o caso dos subúrbios do ABC.

Sobre este recorte regional, o autor evidenciou a reunião de habitantes predominantemente nos raios urbanos e que juntos perfaziam em torno de 70% da área industrial total. Para Penteado, tal constatação já era suficiente para uma investigação mais detalhada e minuciosa, que não realizaria por hora, mas pôde ao menos iniciar.

No tocante ao adensamento demográfico, confirmou suas interligações internas, na medida em que a população compartilhava da mesma sorte de interesses e problemas, dominados que foram pela atividade industrial, donde:

"(...) através de seus homens públicos, que só haveriam vantagens se se unissem de maneira mais objetiva (...) não tardou que um rótulo viesse designar tão feliz associação político-econômica(...)

E ainda,

"(...) trecho mais tipicamente industrial de toda a área suburbana (...) com uma continuidade espacial só comparável com a registrada em certos bairros da cidade (...). " (PENTEADO in AZEVEDO (org.), 1956 v.IV; pág.25)

Assim, o autor seguiu delineando de maneira sintética a dinâmica de conformação municipal, suas emancipações e desdobramentos. Entretanto, São Caetano do Sul mereceu posição destacada, em tópico especial dedicado a ele e a Osasco, com a simples justificativa de que ambos tinham entre si a orientação geográfica diametralmente oposta, como era relatado no início dessas pesquisas. Este constituiu o critério que permitiu ao autor estudá-los mais detidamente no capítulo seguinte.

Assim, Penteado passou à análise dos "subúrbios industriais da região do ABC", remontando suas procedências dentro dos limites de informações apuradas. São Bernardo do Campo encontrou sua nascente em 1735, a partir da

construção de uma capela junto à Fazenda Bonilha, cujo nome indicava a que veio: Nossa Senhora da Conceição da Boa Viagem.

“(...) o embrião do povoado que, em 1812, tomou o nome de São Bernardo. Durante anos seguidos não foi outra coisa do que simples etapa de viajantes e tropeiros. Em seguida entrou em decadência (...)” (PENTEADO in AZEVEDO (org.), 1956 v.IV;pág.27)

A decadência desse ponto de passagem teve por mote o estabelecimento da “São Paulo Railway” (1867) que colocou em posição de isolamento aquele povoamento de origem colonial.

Tanto São Caetano do Sul como Santo André nasceram do território de São Bernardo. O primeiro derivou da “Fazenda São Caetano” doada aos Beneditinos e depois incorporada ao governo imperial (1877), que fez dali um núcleo de colonos italianos. O segundo surgiu da instalação de outro grupo também de origem italiana, próximo aos trilhos da estrada de ferro, edificando o “Bairro da Estação” que foi sede de fábricas de tecidos e chácaras de lazer pertencentes a famílias abastadas residentes em Santos. De tal sorte, o autor arrazoou como conseqüências naturais desse prematuro processo de desenvolvimento industrial que os viriam a qualificar, afirmando o seguinte:

“(...) o progresso geral registrado na região acabou por exigir a autonomia administrativa para os três aglomerados urbanos, que hoje contém as sedes municipais de Santo André, São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo.” (PENTEADO in AZEVEDO (org.), 1956 v.IV; pág.29)

Em termos de densidade demográfica, esses municípios compuseram, em 1950, um índice dez vezes maior que o referente ao Estado, sobressaindo os elementos de descendência italiana em função da instauração das nucleações de migrantes dirigidos a estes locais. Nesses termos, estava assegurada a qualificação da mão-de-obra necessária a manufatura.

No intento de definir os problemas que as indústrias enfrentavam, Penteado desenhou o quadro produtivo local em comparação ao estadual em termos percentuais, relacionando a força de trabalho empregada, o valor da produção e o número de unidades presentes. Concluiu, então, que esses estabelecimentos representavam, em 1950, em torno de 4% do total encontrado em São Paulo, e

por sua vez, absorviam próximo a 6% do operariado, produzindo perto de 12% dos valores totais, denunciando a experiência de contar com um parque caracterizado por grandes indústrias.

Desse perfil, era previsível se deparar com questões ausentes em outros locais da Paulicéia. A habilitação dos empregados estava garantida pelas razões que os favoreceram em relação aos trabalhadores brasileiros. No entanto, as vilas operárias que decorreram dos fluxos migratórios associados ao surto industrial, foram sendo ampliadas por àqueles advindos dos próprios bairros periféricos paulistanos:

“Nos últimos tempos, porém, ampliaram-se as áreas residenciais operárias notadamente em Santo André e São Caetano do Sul (...) assegurando a indispensável mão-de-obra para suas indústrias, sem que haja a antiga dependência da metrópole paulista.” (PENTEADO in AZEVEDO (org.), 1956 v.IV; pág.31)

Esse intercâmbio cotidiano trouxe consigo resultados, não apenas do ponto de vista das alterações da paisagem urbana, mas também dos recursos e possibilidades no que se refere à circulação. Ao lado disso, um fator determinante para a ampliação da capacidade de acumulação do capital fabril repousa sobre a escolha adequada de sua localização. As grandes indústrias requerem lotes amplos junto às vias de tráfego, que beneficiam tanto a marcha do escoamento das mercadorias fabricadas como a entrada dos fatores a ela pertinentes.

Entretanto, essa escolha não estava à disposição do conjunto de empresas, mas, comparativamente, a um reduzido grupo de sociedades anônimas:

“Tais capitais procedem de firmas nacionais e estrangeiras, muitas delas também estabelecidas na cidade de São Paulo (...) ou ali criaram empresas autônomas, embora ligadas a grandes capitalistas da metrópole.” (PENTEADO in AZEVEDO (org.), 1956 v.IV;pág.33)

E Penteado observou que além das iniciativas de grande porte industrial, havia àquelas cujo capital provinha do comércio ou de fábricas locais subsidiando os ramos anteriores e compondo a maior parte do painel regional. Onde a variedade de tipos de fábricas cobrindo desde o tamanho, passando pela especialidade e finalmente pela quantidade de trabalhadores de que se serviam.

Por consequência, o indispensável sortimento de matérias-primas em termos de qualidade e em quantidades distintas alcançados com poucas exceções, em outros mercados, fez o autor observar os limites de acesso ocasionados pelos corredores de passagem. Ao lado do porto de Santos, das rodovias e ferrovias, a questão do abastecimento de energia fornecida pela Usina de Cubatão impingiu às fábricas a obtenção de geradores particulares, mas que novamente, somente as grandes unidades tinham condições de possuir:

“(...) lançar mão de geradores próprios, movidos a óleo ou gasolina, uma vez que os capitais neles empregados e o alto valor da produção industrial compensam os inevitáveis gastos requeridos por essa solução de emergência. (PENTEADO in AZEVEDO (org.), 1956 v.IV;pág.36)

Portanto, os argumentos que compuseram esses relatos, aqui trazidos para nossa composição, giraram em torno dos mesmos elementos desenvolvidos, em fase anterior, o que demonstra a visão compartilhada pelos autores tratados, na concepção única de formação geográfica e de ciência. Evidencia-se, claramente, nessas obras o mesmo otimismo quanto à produção e a evolução do parque industrial paulista, no que tange à abordagem dos malefícios que poderiam ocasionar. Desses pressupostos temos, com o último geógrafo Antônio Rocha Penteado, a evocação funcional das áreas periféricas como São Miguel Paulista, Guarulhos, Osasco, Santo Amaro, Serra da Cantareira, Perus e ABC, tão logo se confirmaram, vinculados aos diferentes graus de expansão fabril a elas acometido.

Assim, logo após a análise geral daquelas áreas, nas quais estão contidas os municípios de maior importância para nosso trabalho, esse volume IV apresentou a contribuição de Emilia Viotti Costa com o tema “Cotia e Itapeverica da Serra, subúrbios agrícolas”, sendo encerrado com os estudos de Aroldo de Azevedo sobre “Itaquera e Poá, subúrbios residenciais”.

Não é difícil perceber com que projeto de reflexão estiveram atreladas as palavras dos geógrafos a que revisitamos. A lógica de articulação daquele pensamento vincula-se às idéias de natureza, sociedade e economia, já revelada por Ruy Moreira em seu livro “O círculo e a Espiral”, quando por conta da necessidade de traduzir as origens do pensamento geográfico, esclareceu não a dicotomia homem-meio, mas essa tricotomia.

Então temos a definição de Natureza como um mundo anterior e exterior à existência orgânica, formada por uma série de objetos inorgânicos. O debate sobre as distinções entre a ordem da origem de tais elementos convoca a participação da história, mas também, da geologia com a discussão dos diferentes tempos que levam as coisas do mundo. Se a Terra é anterior ao primeiro homem, é ela a responsável pelo seu surgimento, portanto, sua projenitora é a Mãe Natureza.

Mas essa visão traz também a posição secundária ocupada pelos seres vivos, que só ganham aderência quando analisados por sua capacidade de afetar ou manter os elementos naturais, ou em outras palavras, desempenham papel complementar. No plano da divisão do conhecimento, esse entendimento converte-se em Geografia e História, em que a primeira serve de cenário para a realização da segunda: “A geografia como palco da História”. Daí a idéia de associar a geografia aos objetos apreendidos empiricamente, que restringem seu alcance à descrição do universo físico. Ora, ausentes que estão os movimentos, o pulso da própria existência, essa concepção aborta o vigor da totalidade e despedaça-a na tricotomia já apontada.

Isto posto, e findada a etapa de caracterização da RMSP por meio dos escritos da época em que a industrialização paulistana ganhava vigor, incidiremos sobre as especificidades da conformação do ABC paulista. Nesse sentido, buscando avaliar das transformações pelas quais passou a região desde o momento de sua denominação até os anos 80-90, a fim de voltar a refletir sobre a pertinência ou não de considerá-la, do ponto de vista geográfico, como recorte regional destacado da Grande São Paulo.

Passemos, então, a essa análise.

2.2 - Santo André da Borda do Campo e o processo de evolução subsequente: desdobramentos municipais

Devido ao arranjo territorial paulistano, em etapa anterior, fizemos referência aos primórdios da formação abecedense. No entanto, cabe aqui

desenvolver seus principais traços para dar continuidade às bases que nos servirão ao debate regional.

Voltemos nosso olhar ao mês de abril de 1553, quando foi inaugurada a vila de Santo André da Borda do Campo, cuja incumbência administrativa passou às mãos de João Ramalho. Esse que, em primeiro lugar, fora designado “Fronteiro do Campo”, denominação que traduzia a função de “Guarda-Mor”, recebeu, pouco depois, poderes hierarquicamente mais fortes de “Alcaide-Mor”, assemelhado ao papel de governador. João Ramalho representava um personagem lendário e significativo para a história local e metropolitana e esteve, nesse período, rodeado de polêmicas por sua insubordinação aos preceitos da Igreja, que o levaram, inclusive, a ser destituído do cargo, além da irremediável transferência do povoado sob seu jugo para a então Piratininga, em 1560.

Ainda assim, Ramalho possuía prestígio junto aos “soldados” da Companhia de Jesus, como também era valorizado pelos indígenas e pelos companheiros de colonização, cooperando em muito nas tarefas de cristianização e civilidade impostas em seu tempo; quer dizer, as cizânias por ele criadas não o impediram de cumprir as obrigações marcadamente eclesiásticas e civis próprias à época.

Se observarmos, e como avalizou Mattos nas páginas precedentes de nosso trabalho, Santo André da Borda do Campo e a Vila de Piratininga foram criadas por necessidades convergentes: ordenar o povoamento com bases mais sólidas quanto à fixação, portanto, salvaguardando a proteção de invasões recorrentes ao quinhentismo, mas não sem contar com o auxílio de providências que normatizassem minimamente esse convívio e organizasse o trabalho para garantir sua reprodução. Como observamos na citação, a seguir:

“Na tomada de compromisso, prometiam a bem da vila e em prol do povo a fazer, pelo juramento que tomavam, a cumprir o dever que lhes indicavam as ordenações dos senhores reis.” (GAIARSA, 1968; pág. 9)

Esta citação refere-se ao conjunto de regras de cada posição ocupada por seus dirigentes e habitantes, aqui resgatados por meio dos autos de pauta dos oficiais da Câmara. Mesmo convencidos dos próprios limites para assumir os devidos cargos, detinham a imputabilidade e habilidade necessárias para que se

desenvolvesse a vida da “povoação ramalhina”. Entretanto, essa noção sobre as dificuldades enfrentadas em sua condução foram insuficientes para evitar seu aniquilamento.

“com a fundação de São Paulo a três léguas do aldeamento de Ramalho, e porque várias circunstâncias se somavam para dar maior prestígio ao povoado que Padre Manoel da Nóbrega entendera erigir junto à confluência do Tamanduateí e Anhangabaú, Ramalho e sua gente estavam longe de pensar que, com isso, selava-se a sorte da vila(...)”(GAIARSA, 1968; pág.9)

É importante salientar a origem e a data deste contributo ao qual estamos recorrendo. Este adveio da Prefeitura do município de Santo André e do ano de 1968, por isso, requerendo de nossa parte, certo zelo quanto às informações nele contidas.

Nesse sentido e voltando às citações, decerto os limites precisos da localização daquele povoado não ficaram esclarecidos, cumprindo um longo íterim entre transferência e ressurgimento como Freguesia de São Bernardo, em 1812. Mas se bem notarmos, este procedimento germinou a conversão de nomes e territorialidades, que em verdade apontavam ao futuro fusionamento visto mais tarde na geografia da metrópole.

Somadas às primeiras razões que circunscreveram o nascimento desse povoado, Gaiarsa apontou outras responsabilidades que puderam ser atribuídas àquela instalação, novamente indicando que:

“Numa longa e merecida pausa após uma trepidante e exaustiva tarefa de criar a família bandeirante e mameluca, dobrara a linha das Tordesilhas, descobrira as minas de ouro e abrira caminhos e veredas em todas as direções.” (GAIARSA, 1968; pág.33)

Vemos que a história oficial ali difundida aliou à imagem do vilarejo os louros de ter permitido uma expansão da Coroa rumo ao interior, o que mais tarde se traduziria, a um só tempo, na acumulação de riquezas e ampliação das possibilidades territoriais locais e da colônia. Em suas palavras, a posição secundária infligida àquele aglomerado que o levou à decadência e ao esquecimento, nasceu justamente por sua transferência para Piratininga e representou, a seu ver, uma injustificável interrupção do processo de crescimento que, de forma natural lograria êxito, se não fosse a subserviência a ele imposta.

“O mesmo pelourinho que marcava a sua maioria, foi carregado para servir à sua grande rival e nobilíssima competidora, a vencedora do planalto: S. Paulo de Piratininga.” (GAIARSA, 1968; pág. 34)

Temos nesses depoimentos a evidência de uma espécie de sentimento de injustiça e sobrepujança, apontando na direção de espoliação entre tais localidades. Ora, em linhas gerais, as cidades pertencentes ao ABC fizeram parte de uma mesma nucleação e, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que se coloca a necessidade de separação político-administrativa, dando origem a novos municípios, cria-se a idéia de uma identidade compartilhada cuja marca comum é a oposição ao mando exercido pela capital. Continuaremos percorrendo a trajetória dessas emancipações para validar ou não o título de região do Grande ABC, assentando-a nas definições que esta categoria sofreu a partir dos geógrafos que a ela se dedicaram.

Em pesquisa recente sobre as transformações produtivas das indústrias e as conseqüências do planejamento estratégico regional do ABC paulista, a socióloga Maria Matilde Mello corrobora alguns dos elementos que moveram essa dinâmica territorial. A autora nos diz:

“(...) desta história não se sabe hoje ao certo, sequer onde se localizava o povoado. Entretanto, sua existência é testemunhada nos fragmentos das atas da Câmara Municipal de Santo André da Borda do Campo (...). Índios e mamelucos vieram habitar as cercanias do Colégio Jesuítico instalado em 1554, iniciando-se assim, ao reverso do sentido atual, o movimento de população no Planalto de Piratininga.” (MELLO, 2001; pág.110)

Estabelecendo paralelo entre o decorrido no passado e o que viria a vigorar em termos de diligência migratória, a autora demonstrou que até o século XVIII, o sentido da trajetória dos viajantes orientava-se a partir de São Paulo em direção ao mar. Nessa medida, impossível supor o que a história reservava em época posterior, ou seja, a constituição da região metropolitana como objetivo daqueles que adiante viriam compor o quadro da força de trabalho. De tal sorte, essa configuração apenas se consolidaria a partir do surto industrial deflagrado nos anos 30 do século XX, e, de forma mais acentuada, naqueles posteriores aos 50.

Ao avançar na cronologia dos episódios que concorreram para a construção do ABC, havíamos mencionado a criação da Freguesia de São Bernardo já em 1812, cuja sede localizava-se no atual município de mesmo nome.

Despertou-nos a atenção que o extinto povoado somente deu lugar à travessia e estadia de viajantes em direção ao planalto, em meados do século XIX, porque nesse período passou a abrigar fazendas de propriedade da ordem dos padres Beneditinos. A estes, por sua vez, foram reservadas as tarefas de executar a produção de matérias-primas e apetrechos para a construção civil, assim como o cultivo de insumos agrícolas, ambos destinados ao abastecimento de Piratininga.

De tal maneira, esse local ressurgiu com a aberta incumbência de prover os víveres que São Paulo não possuía, estabelecendo, desde então, uma conexão de cunho produtivo.

Constitui, portanto, um longo intervalo entre o momento de inauguração-extinção-transferência do povoado de Santo André passando pela conformação da Freguesia, para assim dar lugar a alguma participação de maior expressão no desenvolvimento de uma vida local mais intensa, e isto, mesmo que de forma precoce (se é que existe precocidade nesse caso) ligada ao fornecimento de suporte ao planalto. Para a autora a que nos referimos anteriormente, este dado auxilia na seguinte conclusão:

“(...) desde o início, o “progresso” da atual região do Grande ABC se fez de forma associada e dependente do desenvolvimento da cidade de São Paulo. (...) primeiro como ‘subúrbio’ rural, depois como ‘subúrbio’ industrial e posteriormente como ‘periferia’ metropolitana, (...) uma das amarras que se pretende romper no novo modelo de desenvolvimento integrante do Planejamento Regional Estratégico.” (MELLO, 2001; pgs.110-1)

Precoce ou não, esse hibridismo tomou forma no imaginário popular e se traduziu em sentimentos de inferioridade e de oposição entre São Paulo e ABC, assim decodificados e autenticados de maneira ampla pela ação da imprensa local. Sagraram-se do fruto ideológico provavelmente da divisão territorial local de poder e de trabalho as relações hierárquicas intermunicipais. Vestígios dessa associação entre prosperidade usurpada da região pela capital são os

testemunhos propagandeados em plataformas políticas nos diferentes municípios, quando discutidos os mecanismos de planejamento econômicos a porvir.

Bem, ao feito de sua duvidosa notabilidade por cerca de trezentos anos, outro registro admirável em sua história diz respeito à origem de procedência das correntes migratórias que para aí se conduziram. Trata-se da entrada de migrantes advindos do Vêneto, uma das partes mais pobres da Itália, e que alojaram suas colônias entre 1877 e 1888 em terras das fazendas dos clérigos a que fizemos menção.

Para termos uma idéia sobre a importância dessas diligências havia, no Brasil, uma instituição específica incumbida de viabilizar a entrada e garantir a permanência dessas famílias denominada “Sociedade Promotora da Imigração”, que após 1886 passou à ação em larga escala, transformando-se em “Departamento Estadual”. Nada há de surpreendente nesse fato, dado o veto oficial do trabalho negro escravagista. No entanto, o primeiro desembarque italiano se deu alguns anos antes dessa data e, portanto, antes da Lei Áurea, entendia-se a necessidade de elevar os contingentes de braços disponíveis às lavouras paulistas.

Aportados em Santos e tomada a direção de São Paulo, especificamente, a Hospedaria dos Imigrantes, esses indivíduos partiram em comboio rumo às propriedades beneditinas onde

“(...) estavam os guardas Dionísio e Martim Pinheiro com as esposas. Vigiam ‘os raros e mirrados pés de laranjeira que pertenciam aos padres’. (...) a fazenda foi dividida em lotes ou glebas (...). Seis meses depois, nova leva aportou no mesmo local (...)”. (GAIARSA, 1968; pág. 47)

O local, referência do relato, diz respeito à fazenda nas proximidades de São Caetano, que foi desapropriada dos padres por meio de pagamento em espécie e por iniciativa do próprio Departamento de Imigração. De pronto, observamos a rarefação dos recursos locais de que deviam dispor clérigos e os demais funcionários empregados nesse lugar que, seis meses depois, abrigaria nova leva de trabalhadores. Ainda nesse ano de 1877, outro destino dos recém-chegados era São Bernardo, também em terras expropriadas daquela ordem eclesiástica.

De tal forma, a tarefa desse Departamento representou objetivos que excediam os interesses locais, isto é, acompanhavam a importância atingida pela produção agrícola no comércio internacional daquele período. Remetendo-se a essa instituição e à acumulação advinda do campo, temos:

“Com o advento da República, o mesmo sistema foi revigorado pois que, sendo a lavoura um grande esteio das atividades paulistas, a solução foi encontrada nessa operação e satisfaz plenamente. (GAIARSA, 1968;pág.46)

E, ainda, a conclusão:

Para o território da antiga Santo André da Borda do Campo (São Bernardo) – o acontecimento marcou, no seu calendário, o início de grande desenvolvimento demográfico e econômico.” (GAIARSA, 1968; pág. 46)

Mas a força do papel dessas migrações não pode ser restringida a mais um marco na história de conformação territorial do ABC ou de seu desenvolvimento e prosperidade. Podemos reaver como seu produto uma geograficidade marcada pela constituição de uma série de colônias, nas quais tinham habitação esses trabalhadores empregados nas fazendas vizinhas, assim como, nas atividades associadas à fundação do futuro parque industrial paulista. O trabalho com a extração das reservas de lenha, carvão, caulim, barro, a exploração das pedreiras e da agricultura foram pouco a pouco concentrando e fixando esses indivíduos, concedendo-lhes a possibilidade de desenhar novas territorialidades. Além dos gêneros que os migrantes vieram cultivar e aos próprios à subsistência, aquela região acabou propiciando uma diversificação dos tipos de trabalhos nos logradouros vizinhos, atrelados às manufaturas que não só despontavam como ganhavam força.

Tal geografia foi erigida à custa das relações espoliativas a que se submeteram esses migrantes, demonstrando toda sorte de privações que tiveram de enfrentar e contornar. Portanto, esse conjunto de fatos trouxe à tona uma importante verificação. Esses trabalhadores de procedência extremamente humilde se deslocaram em direção ao Brasil e ao estado paulista devido à situação que se encontravam em seu país de origem, o que contesta a versão retratada pela história oficial de que àqueles que se encaminharam a São Paulo,

foram capazes de superar sua posição de classe por meio de seu “sangue e suor”, seus esforços e tenacidade, denotando uma vez mais, o lustro ideológico contido em tais relatos, como averiguamos, a seguir:

“Divididos entre as colônias de S. Bernardo e S. Caetano, entregam-se ao trabalho rude do desmatamento e construção dos primeiros casebres, levantando os alicerces dos atuais municípios. Unidos, dedicados (...) firmes na faina (...) para os filhos e netos (...) em terras estranhas onde residiam os irmãos na latinidade...” (GAIARSA; Otaviano A. A cidade que dormiu três séculos. Pág.48 - Prefeitura Municipal de Santo André, 1968)

De certo, força e persistência foram necessárias, mas não por um fortuito espírito solidário, ainda que esse comportamento possa tê-los caracterizado. Havia em suas condutas, a premência de forjar o quanto antes os meios de garantir as formas possíveis de sobrevivência em terras brasileiras, inclusive em outros estados, como foi o caso do Rio Grande do Sul. Dessa interpretação de um heroísmo quase fantasioso podemos dizer:

“Contrapondo-se à história triunfalista do imigrante italiano que venceu (...) uma história de trabalho, pobreza e luta. (...) a visão triunfalista privilegia o ato do conquistador e não o ato do trabalhador (...).” (MELLO, 2001; pág.111)

Com efeito, a chamada *história circunstancial* a que se remeteu José de Souza Martins, se concretizou objetivando geografias de características particulares, isto é, abalizando as contigüidades de territorialidades específicas por meio da reprodução desses recém-chegados que, imediatamente, se ocupariam do plantio do café e, em seguida, da indústria.

Da provável efervescência ocasionada pela concentração desses habitantes, decorreu a promoção da anterior freguesia de São Bernardo a município, em 1889-90. No mesmo local em que foram acomodadas suas primeiras edificações, apenas permaneceu como testemunho a Câmara Municipal, retirando-se dali a prefeitura para o Bairro da Estação, distrito de Santo André, no ano de 1910.

“Com o crescimento demográfico dos aglomerados humanos que se formaram no ABC, a reivindicação foi atendida, marcando o primeiro passo para a autonomia administrativa dos 840 quilômetros que constituíram a primeira comuna Andreense.” (GAIARSA, 1968; pág.49)

Com a retomada dos relatos sobre a definição das divisas do recém-criado município de São Bernardo, elaborados por Gaiarsa, é interessante notar, por parte das autoridades públicas, a recorrência ao tradicional estratagema de demarcá-las por meio dos chamados “acidentes geográficos”.

Assim, nas descrições oficiais sobre essas áreas limítrofes, encontramos frases como “pelo cume da serra” ou “no ponto mais alto do pico”, ou ainda, “na quebrada da linha por onde passa o rio” e por aí afora. Essa pode representar uma importante pista para restaurar o debate regional, ou seja, para averiguar as formas de que a ciência geográfica tem se valido, absorvendo o caráter pragmático político-administrativo para a caracterização da região, dos territórios e das fronteiras. De tal sorte, os fenômenos dos quais decorreram a formação das paisagens são analisados na perspectiva de assegurar o alcance dessas demarcações e não com o intento de apreender os seus componentes. Curiosamente, tais “acidentes” são em verdade as ondulações e diferentes altimetrias da topografia local, ou mesmo, a presença inusitada do curso de um rio da bacia hidrográfica a que pertencem.

Não bastasse a indistinção entre os objetivos e encaminhamentos da administração pública e àqueles supostamente relativos à ciência geográfica, aqueles dados elegidos são considerados os mais seguros para garantir a preservação dos contornos municipais, isto é, para afiançá-los na duração de seus traçados. Ingênuo ou não, este veio a constituir o ponto crucial, o quesito predominante e de preferência compartilhado tanto por administradores quanto por geógrafos.

Mas voltando ao que se verteria em ABC paulista, temos ainda uma geografia caracterizada pela presença de colônias configuradas ao término dos anos decimônicos, pouco depois da inauguração da estrada de ferro Santos-Jundiaí, em 1867, esta que foi construída para atender à cafeicultura, serviria à circulação dos fatores produtivos industriais, entre os quais a própria força de trabalho.

Mesmo contando com essa jovem artéria de passagem, apenas no século subsequente viríamos a assistir a consolidação definitiva das bases para a

inclusão da grande indústria, na economia brasileira. Para dar início a este intento mostraram-se imprescindíveis a ampliação das vias de circulação no âmbito regional e apesar dos resultados incipientes, no âmbito nacional, assim como a extensão dos ramais ferroviários já existentes. Apesar de ter sido fundada para o escoamento e a exportação do café, essa linha férrea foi a principal responsável pelo surgimento de pequenas cidades em seus arredores, condicionando a fixação de unidades fabris com suas correlatas atividades, favorecendo, de forma natural, o acesso de boa parte de operariado, tão logo destinado à produção fabril²⁵.

“(...) no final do século XIX, já havia inúmeras indústrias instaladas ao longo do eixo da ferrovia, (...) logo se espraiando em direção à serra(...) o grande centro industrial(...) já começara a ser gestado a partir do século XIX, ampliando-se durante os primeiros anos do século XX, particularmente a partir dos anos 20, sendo desta época a instalação de grandes indústrias(...)” (MELLO,2001;pág.112)

De tal modo que esse festejado marco da engenharia civil simbolizou senão a modernização, a própria encarnação do progresso que a locomotiva em si mesma era capaz de expressar. Menos de oitenta anos depois, entrava na composição geográfica em curso, a construção da Rodovia Anchieta (1947) e, para incrementar ainda mais esse quadro produtivo, a instalação da refinaria de petróleo União.

Circunscritos a essas mudanças e às condições de exploração do trabalho implicadas no início do século XX, temos como uma das formas de resposta por parte dos trabalhadores, a emergência da Liga Operária de São Bernardo em 1907. Os integrantes daquela Liga conheceriam, em futuro próximo, o recrudescimento da conduta censora do Estado, especificamente, durante a denominada era Vargas, sofrendo toda sorte de repreensões.

Em ano posterior (1908), foi inaugurada a Tecelagem Santo André, empresa que bradava orgulhosa a ausência de greves sob a égide de suas gerências até 1943, quando repassada ao grupo Giorgi de São Paulo e transferida

²⁵ Grupos como Matarazzo, Louça Adelina, Siderúrgica Saad, Refinaria de Óleos Brasil, Villares, Tecelagem Nice, GM, Alcan do Brasil, Quimbrasil, Brasilite, CBC, Laminação Nacional de Metais, Moinho São Jorge, GE, Rhodia, Tecidos Kovarick, Vallisere, Firestone, Pirelli, Fábrica de Caminhões Internacionais, COFAP, Refinaria União, Phillips, Porcelana Real-Schmidt, Harvester Produtores de Caminhões Brozol e Solvay (Petrolli, 2000; pag.25)

para suas propriedades, localizadas em Capuava. Em 1911 foi a vez da instalação do “distrito de paz de Santo André”, e oficializada no ano anterior.

“Inaugurava-se a maioria política do distrito que já absorvia a maior parte das atividades e contribuía com a maior parte dos tributos municipais (...) anos mais tarde a sede do município de S. Bernardo passaria para Santo André, tal a sua ascendência sobre o distrito-sede primitivo.” (GAIARSA, 1968; pág.57)

Dessa instauração germinou tanto o divórcio entre ambos (entre 1938 e 1944) quanto a série de desmembramentos que ocorreram, a partir de então.

Outro feito marcante dessa etapa da formação abecedense diz respeito à instituição do funcionamento da Companhia Química Rhodia Brasileira de origem francesa, estabelecida em consórcio com acionistas brasileiros. Especializada em produtos farmacêuticos também atendeu às demandas da produção agrícola e elaboração de fios sintéticos. Estamos no período que concerne aos anos entre 1919 e 1929, no qual temos a presença da iniciativa estrangeira em conjunto com o capital privado nacional. Mas nesse contexto de transformações, que providências foram tomadas em relação à construção de infra-estrutura e de serviços depois de tais empreendimentos, ou, em outras palavras, em que pé andavam as atividades necessárias a esse suporte?

A fim de responder às questões, iremos agora recorrer aos episódios centrais que marcaram a geografia do ABC, nessas duas primeiras décadas do século XX.

No ano de 1911, temos o seguinte quadro: no tocante ao abastecimento de água e às condições de escoamento de esgotos, foram elaboradas pesquisas e levantamentos sobre os mananciais presentes para assim aventar as possibilidades das obras necessárias. Para tanto, um empréstimo proveniente de uma firma mais uma vez de origem francesa, proporcionou sua concretização. No mesmo ano, foi fornecida autorização às mãos privadas para limpeza, regularização e conservação do leito do rio Tamanduateí. Como não poderia deixar de sê-lo, houve retificações na legislação, corroborando àquelas mudanças vislumbradas e na direção de fomentar a instalação de indústrias por meio de

isenção de impostos ou estimulando a importação de materiais para as obras a que nos referimos.

Temos, nessas primeiras décadas, a solidificação dos ramos moveleiro e têxtil e pouco mais tarde, a diversificação e a pulverização por todo o antigo município de São Bernardo. Essa variedade introduzida foi ocasionada pela primeira lei de incentivos fiscais que igualmente levou a uma natural desconcentração.

“A lei nº 95 de 16 de setembro de 1911 concede a isenção dos impostos de indústria e Profissão e Predial às novas indústrias que forem instaladas no município, que não tiverem similares e que se comprometam a empregar pelo menos 50 operários.” (GAIARSA, 1968; pág. 66)

É óbvio que, com elas, foram arrastados serviços como de abastecimento de água e luz, bancários, de ensino e médico-hospitalares, requerendo um grupo de estruturas que permitissem seu funcionamento. Como o caso da construção do reservatório da Billings, que a partir do represamento de águas das bacias dos rios Grande e Guarapiranga, foi destinado a produzir energia valendo-se das declividades serranas. Há mais de 700 metros acima do nível do mar:

“(...) corriam o Grande e demais tributários (...) Todas essas águas e mananciais deveriam ser represados por meio a paredões e aterros, invertendo a direção da corrente, precipitando através de tubulações (...) chegando finalmente até os poderosos geradores assentados ao pé da serra a 9000 metros da margem esquerda do rio Cubatão.” (GAIARSA, 1968;pág.58)

Como era de se esperar, tais construções movimentaram a engenharia civil e a disputa por concessões ligadas às demais atividades que se reproduziam no município.

O serviço de iluminação elétrica, por seu lado, ressentia-se das frágeis relações com o poder público, ameaçando, inclusive com, rescisão de contrato. Ilustra bem a amplitude de tal cizânia, a promulgação da lei que evoca a supressão da denominação “rua Light”, em Santo André, convertendo-a primeiramente em “Washington Luís”, para depois não sobreviver à deposição do então presidente da República e, finalmente, receber a alcunha de rua “Siqueira Campos”, em 1930. Antes disso, porém, contemporizadas as diferenças e

ajustando as cláusulas referentes às partes, a saber, Governo e concessionária (Light & Power), sua ciclagem regularizou-se e passaria a substituir a iluminação a gás das ruas, mas não sem protestos. Essa mudança teve como resultado direto reclamações dos fabricantes de carvão.

Datam ainda desse período as primeiras desapropriações que deram lugar tanto às vias públicas como para dar lugar a matadouros de animais, a fim de promover o abastecimento local. Ao lado de providências como a contínua abertura de ruas, a administração pública também se deteve em obter áreas e edifícios com o objetivo de destiná-los ao lazer e a cultura, como foi o caso da instalação da primeira uma casa de projeção de cinema local. Esse conjunto de ações pode ser ilustrado pelo texto contido na Lei nº.104 de janeiro de 1912 :

“(...) Concede autorização (...) para a construção de jardim para ‘franco recreio público’, onde seja feito um teatro ‘ de acordo com a estética aconselhada pelos aperfeiçoamentos modernos’ (...)” (GAIARSA, 1968; pág.67)

Entretanto, de todas essas realizações, uma em especial chamou nossa atenção: a posição visionária no que tange à diminuição dos custos produtivos fabris ou, em outros termos, a inserção de estratégias até então praticamente inéditas para aumentar a capacidade de acumulação do capital privado às expensas do operariado. A Companhia Fabril São Bernardo realizou a construção de várias dezenas de casas reservadas aos seus trabalhadores, o que anos depois viria a se transformar em alvo de litígio porquanto ocorreu mudança de proprietário da empresa. Temos com essa ação, um aprofundamento das condições de coerção sobre o deslocamento e a reprodução da força de trabalho que passaria a submeter-se de forma mais profunda aos comandos da empresa. Tal era o quadro: habitação aprovada, distâncias encurtadas, portanto custo nulo com deslocamentos para o trabalho enquanto estiverem ativos, mas sem direito a qualquer perspectiva de obtenção dos títulos de propriedade.

Ainda encaminharam-se para essa comarca diferentes tipos de fábricas como a de produção de sacos de papelão ou a fundição de ferro e aço de origem estrangeira - “The Anglo Brazilian Forging Steel Structural and Importing C.Ltd”.

Somadas a essas medidas, teve lugar na legislação municipal, para a autorização, por parte da prefeitura, em adquirir a metragem necessária para o calçamento, pavimentações e ampliações das sarjetas e, como termômetro dessa expansão e crescimento de atividades econômicas em 1914, os serviços de telefonia foram transferidos às mãos do estado de São Paulo, indicando o vulto tomado por essa tarefa. Pouco tempo depois, no ano de 1917, surgiu enfim o distrito de São Caetano, que fechou o ciclo inicial de conformação territorial, e infundiu a alcunha ABC paulista.

Diante desse visível dinamismo, o Banco do Estado não tardou a concretizar a perspectiva de ampliar e reformar as estradas de ferro, procedendo da capital em direção ao porto de Santos e a outros logradouros, doando terras nos arredores dessas vias para permitir a implantação de seus prolongamentos (1919). Por conta disso, novamente o estado mostrou-se consubstanciado pela voz da prefeitura, a partir da qual destinou e aprovou verbas para fincar a rodovia que permitiu a conexão entre Santo André e São Caetano ao lado da via SP, Railway, e que hoje conhecemos como Avenida Industrial. Paralelo a tais iniciativas, nada mais coerente que, para acompanhá-las, ocorresse igual crescimento de grupos escolares, a fim de assegurar a formação e o preparo dos quadros ulteriores de trabalhadores. Decorrência de todas essas transformações repercutiu sobre os cofres públicos. Se compararmos a arrecadação no período entre 1911 e 1920 temos seus valores dobrados.

E, ainda, avaliando os números referentes a São Bernardo (ABC) ao final da mesma década, averiguamos que o distrito de Santo André se sobressaiu diante dos demais em termos de número de habitantes e de edificações construídas, de certa forma, denotando a substituição das denominações municipais, que do mesmo modo viriam a se concretizar. Imprescindível observar uma vez mais que, ao nos referimos a São Bernardo, em termos de contigüidades de extensão, temos a quase totalidade da área ocupada pelo atual ABC paulista. Antes disso, era a antiga Freguesia de mesmo nome (1812), por sua vez, derivada daquele longo ínterim entre a fundação e a extinção do povoado de São Bernardo da Borda do Campo (1554), de cuja alcunha guardou inspiração.

De maneira simplificada temos:

DESMEMBRAMENTOS MUNICIPAIS NO GRANDE ABC

1940	1950	1960	1967
SANTO ANDRÉ	SANTO ANDRÉ	SANTO ANDRÉ	SANTO ANDRÉ
		MAUÁ	MAUÁ
		RIBEIRÃO PIRES	RIBEIRÃO PIRES
			RIO GRANDE DA SERRA
	SÃO CAETANO DO SUL	SÃO CAETANO DO SUL	SÃO CAETANO DO SUL
	SÃO BERNARDO DO CAMPO	SÃO BERNARDO DO CAMPO	SÃO BERNARDO DO CAMPO
		DIADEMA	DIADEMA

Fonte: Langenbuch, 1871 in KLINK, 2001

Ou, se ainda quisermos oferecer mais detalhes sobre o mesmo processo,

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FORMAÇÃO DO GRANDE ABC

PERÍODO COLONIAL

1153	Fundação do Povoado de Santo André da Borda do Campo extinto em 1560	Não identificado
1812	Criação da Freguesia de São Bernardo	A sede da freguesia situava-se no atual município de São Bernardo do Campo

PERÍODO REPUBLICANO

ANO	NUCLEAÇÃO/MUNICÍPIO	LOCAL DA SEDE
1889	Freguesia de São Bernardo transforma-se em município que é instalado em 1890	R. marechal Deodoro, hoje centro de S. Bernardo do Campo
OBS. Em 1910, a sede da prefeitura é transferida para o bairro da Estação, distrito de Santo André. A Câmara Municipal continua funcionando em São Bernardo do Campo		

CONSTITUIÇÃO DA DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA ATUAL

1938	Município de São Bernardo passa a chamar-se Município de Santo André	A Prefeitura continua funcionando no distrito de Santo André
1944	Criação do Município de São Bernardo Do Campo	Antiga Freguesia e Vila de São Bernardo
1948	Criação do Município de São Caetano Do Sul	Antigo Subdistrito de São Caetano
1953	Criação dos Municípios de Mauá e Ribeirão Pires	Antigo Subdistrito de Pilar
1959	Criação do Município de Diadema	Antiga Vila da Conceição
1964	Criação do Município de Rio Grande da Serra	Antigo Subdistrito de Rio Grande

Fonte: Petrolli, V. Diário do Grande ABC: a construção de um jornal regional, São Bernardo do Campo - 2000 in MELLO, 2001.

Naqueles mesmos anos, o ABC testemunhou alguns resultados do andamento da revolução de 1924, ocasião em que ocorreu a reabertura da Santa Casa de Misericórdia, impedida de funcionar por falta de uma política pública de recursos que a abastecesse em suas demandas e serviços. Nessas

circunstâncias, os andreenses tomaram em caráter temporário para si aquela instituição, a fim de colaborar com os feridos advindos das frentes de batalha nas divisas do Estado de São Paulo.

“Cessado o movimento revolucionário promovido pelo general Isidor Dias Lopes, a Câmara Municipal se congratula com o governo federal – Presidente Artur Bernardes (...)” (GAIARSA, 1968; pág.75)

Passado tal episódio, esse estabelecimento jamais tornaria a cerrar as portas ou a deixar de cumprir suas atividades assistenciais, tornando-se uma espécie de ícone de resistência local de época.

2.3 - As emancipações políticas como resposta às demandas econômicas - Frações sociais envolvidas nesse litígio, a seguir de 1930 e a forja identitária; os anos 50 e a introdução do setor automotivo

Feitas as primeiras considerações sobre a formação abecedense, passemos às vésperas da Revolução de 30, anos de importância cabal para o fenecimento da preeminência agrário-exportadora no plano nacional e a estréia da ascendência produtiva urbano-industrial.

“A mudança de liderança política, resultante da ascensão de Vargas à presidência, tornou-se conhecida como Revolução de 30. (...) pode ter parecido apenas mais um capítulo da história das lutas das elites em lenta transformação, que dominaram a política desde a independência, em 1922.(...) O país permanecia esmagadoramente agrícola (mais de 70 por cento dos trabalhadores estavam na agricultura, em 1920).” (SKIDMORE, 1982; pgs.25-6)

Mesmo após a proclamação da república em 1889, as tensões geradas entre as lideranças políticas, permaneciam sobre as decisões a serem tomadas quanto à produção agrícola, seja com a discussão a propósito das vias de subsídios por unidades federais, seja em relação às regras de cobrança de impostos ou as formas de circulação e exportação, enfim, giravam em torno do setor primário. Os proprietários fundiários organizavam a produção de insumos e com isso a divisão do trabalho consoante às metas para as quais se conduziam, isto é, a quantidade, o tipo de cultura, o mercado ao qual se dedicavam.

De seu lado, a vida da administração pública representava peça fundamental para a concretização desses objetivos e dos caminhos traçados pelo

capital agrário que o comandava direta ou indiretamente, baseando-se no poder que até então usurpavam. Afinal, é reconhecido o fato de, não raro, os próprios donos de terras acumularem funções dirigentes, ou então se fazerem valer por meio dos contatos estabelecidos no corpo da administração pública.

Nesse sentido, o episódio da Revolução de 30 constituiu apenas uma página a mais da dinâmica de conformação territorial brasileira, se revisto o papel determinante exercido pelas frações capitalistas em questão – fato nada inédito nesse cenário –, ou seja, intimamente ligado ao setor primário. Entretanto, essa passagem da história trouxe à tona as necessidades vigentes e também consensuais daquele momento, que eram executar certas reformas no interior da própria República, a fim de introduzir, em definitivo, formas de relações e de ações distintas das precedentes. Com isso, os contornos da geografia anterior seriam profundamente modificados tornando-se exeqüíveis.

Ainda que fosse uma coalizão heterogênea, os revoltosos discutiam e conjecturavam sobre as medidas para alcançar maior espaço no conjunto das relações internacionais de modo a dilatar as frentes de acumulação. E, por meio daquelas, e de modo conseqüente, lançar o país na modernidade pela via das alterações no conteúdo das leis ou pela indução de transformações econômicas e sociais agora pensadas e estendidas a todo o país. Parece ter sido esta a tônica daquele período, isto é, a premência por mudanças e a erradicação dos moldes anteriores de se realizar as mediações quanto à reprodução/acumulação do capital, diante de uma situação interna de desconcerto e externa sob a égide de um colapso de repercussões mundiais. Como temos na citação, a seguir:

“O que os irmanava era uma vontade de experimentar novas formas políticas, numa tentativa desesperada de alijar o arcaico. O esforço resultou em sete anos de agitada improvisação (...). Em 1937, um Brasil exausto terminou sua experimentação política e iniciou oito anos de regime autoritário sob o Estado Novo. O homem que presidiu a era inteira de 1930 a 1945 foi Getúlio Vargas.” (SKIDMORE, 1982; pág.26)

De maneira paradoxal, essas mesmas circunstâncias abriram um flanco para o desenvolvimento de investimentos no setor industrial no estado paulista e, em especial, na capital e seus arredores. Ainda que uma tradução tímida em números, na somatória total da renda nacional, o ABC é de tal ascendência que

derivaram suas emancipações administrativas; esses outrora distritos voltados à mera tarefa de fornecer o suporte de produtos indispensáveis à capital e ainda que determinados pela lógica de aparelhamento de uma economia familiar.

Assim, a correspondência entre as forças implicadas em tal hegemonia e o Estado, passou pela redefinição institucional do teor das atuações pretéritas. Quer dizer, surgiu como imperativa, a adoção de novas estratégias políticas a fim de redirecionar a produção ao mercado interno, e mais do que isso, em permuta à primazia agroexportadora. Para concretizar tal escopo, e superar terminantemente os antigos preceitos sobre os quais se movimentavam o capital agrário, e, destarte o próprio eixo econômico do país, bastou vigorar os termos lacerantes, incididos em suas respectivas receitas por meio a forçosa elevação de preços daqueles componentes de que dependia a manutenção produtiva voltada ao mercado externo.

Nessa direção, empréstimos em dinheiro às atividades agrícolas, as cotações desses produtos, ou mesmo impostos sobre seus lucros, foram alterados de modo drástico, mas não sem contar com reações de protestos diante dos novos pleitos e termos. Importa salientar que com o anterior desempenho da cultura de café, muitas das fábricas dela consuetudinárias foram revalidadas em suas funções, ao tempo que ampliavam os negócios fora da agroexportação. Este foi, por exemplo, o caso das fábricas de sacas de juta ou mesmo dos galpões de armazenamento impetrados pelo café, sem contar o impulso promovido aos serviços bancários e comerciais que passaram por reformas profundas, de modo a atender ou ao menos acompanhar a introdução de tais mudanças.²⁶

Assim sendo, o aumento de despesas com fatores produtivos alocados com fins de exportação, passou a corroer a acumulação de capital empregada no campo, onerando a sua rentabilidade.

Desse modo, o conjunto da oferta e da demanda por tais rudimentos indicou, inclusive, a necessidade de compor leis trabalhistas que fixassem o

---

²⁶ Temos em pleno São Bernardo, dentre tantos os casos que servem para ilustrar esse processo, o estabelecimento fabril que, dedicado à produção de colchas e cobertores, teve conjunada pelas mãos de seu herdeiro e proprietário, a fundação da Companhia Telefônica da Borda do Campo.

salário-mínimo como quantia de subsistência necessária à reprodução da mão-de-obra, todavia, transferida e ocupada nas cidades. Tal balanço realizou-se tendo por parâmetro a quantidade de força de trabalho que o operário poderia dispor, considerando até mesmo a migração intermunicipal ou campo-cidade. Em outras palavras, este cômputo teve por horizonte os fluxos migratórios internos e sua transformação em exército de reserva de trabalho, muito distante de qualquer variação em sua colocação no interior das relações sociais produtivas.

“(…) propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores; de outro lado, a legislação trabalhista **igualava reduzindo** – antes que incrementando – o preço da força de trabalho. (OLIVEIRA, 1972; pág.16)

Houve, então, a conversão dos contingentes que afluíam aos mercados urbanos a constituírem reservas de mão-de-obra que, por seu turno, se somaram a uma reconversão daqueles que já haviam passado por algum tipo de qualificação, sendo homogeneizados por meio desse “denominador comum”: o cálculo do salário mínimo. De tal sorte, o novo padrão de acumulação pretendido não careceu alterar os salários para baixo, bastou somente torna-los eqüitativos.

“(…) é a partir daí que um tremendo impulso é transmitido à acumulação, caracterizando toda uma nova etapa de crescimento da economia brasileira.” (OLIVEIRA, 1972;pág.18)

No entanto, as intervenções pretendidas rumo ao objetivo do enriquecimento das partes envolvidas ultrapassaram a regulamentação exclusiva do trabalho, alargando-se por sobre os demais fatores produtivos.

Ora, fixação e controle de preços; recolhimento de impostos específicos; redefinição da direção dos ganhos privados; transferência social de eventuais prejuízos; oferta de subsídios produtivos, eis os itens que compõem a carta de intenções do Estado, lista-base de ação, a fim de fazer valer a reorientação suscitada pelas alterações no jogo de forças entre os partícipes burgueses, a partir de 30.

São esses os quesitos que passaram a condicionar e predominar na reprodução da acumulação industrial no interior das próprias unidades fabris, e

que a partir de então subverteram as configurações do pragmatismo que caracterizaram a acumulação ulterior. Oliveira nos diz:

“Neste sentido, substituíram-se os preços do “velho mercado” por “preços sociais”, cuja função é permitir a consolidação do “novo mercado”, isto é, até que o processo de acumulação se oriente, com certo grau de automaticidade, pelos novos parâmetros, que serão o novo leito do rio.”(OLIVEIRA, 1972;pág.18)

Entretanto, em 1934, em meio a reivindicações por igualdade de ganhos para um mesmo ramo industrial, os operários bernadenses foram responsáveis pelo questionamento sobre o nivelamento salarial sem condicioná-lo a partir da qualificação funcional ou da idade e capacidade física do trabalhador. Pleiteavam, naquela ocasião, sete cruzeiros-dia. Em novembro daquele ano, os operários da Pirelli e da Conac entram em greve em busca da elevação de salários e da contração do tempo da jornada:

“Pedem aumento de 30%, obediência às leis de seguro contra acidentes e oito horas de serviço. Com 10 horas de trabalho, um operário ganhava pouco mais de duzentos cruzeiros por mês, **ou sete cruzeiros por dia!**” (GAIARSA, 1968;pág.96)

Donde concluímos que essas empresas multinacionais admitiram remunerações superiores ao oferecido por outras do mesmo ramo, isto é, pagavam os valores contestados em fábricas de semelhantes produtos. De tal sorte, podemos afirmar que naquele momento se deram reações adversas à perspectiva legal de implementar a modulação salarial de cunho nacional, acabando por se traduzir em meio aos conflitos locais por todo o território brasileiro.

Em 1935, encontramos registro sobre um movimento político nascido no distrito de São Caetano que esboçava o desejo de anexação à Capital e que foi atribuído a um indivíduo de nome Artêncio Lorenzini, denotando uma dinâmica inversa ao que viria a ser mais tarde, em 1948, isto é, o processo de emancipação municipal. Também nesse contexto encontramos várias iniciativas que movimentaram as atividades locais, – desde as empresas de construção civil aos mercados financeiros – como, por exemplo, a fundação de escolas profissionais, a contratação de empréstimos bancários para serviços de água e esgoto, assim

como a criação dos primeiros postos de atendimento médico nas localidades de Santo André e de São Caetano. Ainda no mesmo ano, entrou em atividade a produção de tubos de amianto e cimento por meio da Sociedade Industrial Tetracap, e na mesma começaram a vigorar tributos sobre alocações imobiliárias, cujo texto segue, abaixo, para fins de análise:

“Ato nº 179 de 12 de novembro de 1935 – A Prefeitura cria um “Imposto cedular” sobre pessoas físicas e jurídicas que auferirem rendimentos e juros provenientes de aforamento, arrendamento e aluguel de propriedades imóveis rurais situadas no município. A taxa é de 5% sobre o valor do imóvel em caso de falta de declaração” (GAIARSA, 1968;pág.100)

Ora, uma vez mais o Estado na forma municipal, procurou estender as possibilidades de incidir sobre os pecúlios privados, no caso o capital especulativo imobiliário, retendo com essa tributação novos recursos financeiros nos cofres públicos. Não é de estranhar que em dezembro do mesmo ano, as estatísticas revelem a posição alcançada pelo município de São Bernardo (atual ABC) no ranking das cidades que antes o superavam no ramo da construção civil. Temos o seguinte quadro:

Cidades do Estado de São Paulo –
Construção Civil (1935-6)

1º	
Santos.....	18.215
2º	
Campinas.....	11.952
3º	São Bernardo.....
	7.749
4º	Piracicaba.....
	7.116
5º	Sorocaba.....
	7.000
6º	Ribeirão Preto.....
	6.500
7º	São Carlos.....
	5.000
8º	Jundiaí.....
	4.700
	Baurú.....
	4.500
	Rio Claro.....
	4.170

Taubaté.....	
4.000	
Franca.....	
3.800	
Araraquara.....	
3.600	
Ribeirão Preto.....	
3.500	
Jaú.....	
3.407	
Santo Amaro.....	
3.000	
Mogi das Cruzes.....	
2.851	

Fonte : GAIARSA, 1968, p.1001

Atrelada diretamente à expansão da indústria, as obras de engenharia puderam ser desenvolvidas com o auxílio de uma série de processos de desapropriação que começaram rapidamente a se efetivar por meio da alteração e mesmo da introdução de atos ligados à concessão de financiamento de créditos inauditos até então na legislação.

São da época “atos” como:

“Ato 224 de 31 de julho de 1936 – Contrato para calçamento de várias vias públicas numa superfície total de 100.000 metros e assentamentos de 5.000 metros lineares de guias.” (GAIARSA, 1968;pág.106)

Paralelo a este pragmatismo, desde 1933, a cidade de São Bernardo permanecia dividida entre duas correntes políticas: uma constitucionalista designada “Partido de Representação Popular” (PRP), órgão do Integralismo Nacional que um ano depois estaria nas mãos de Plínio Salgado;

“De 1934 em diante, (...) faz propaganda ostensiva e intensa do credo e dos postulados, procurando acentuar as diferenças com outros credos similares do mundo europeu. Acreditavam na salvação do Brasil através da doutrina que professavam (...).” (GAIARSA, 1968; pág.94)

E de outra, de oposição, corrente denominada “Partido Independente Municipal” (PIM). Ambas disputaram nas eleições os cargos públicos no período que se estende de 1936 a 1959:

“Essas eleições, contraditórias nas suas bases eleitorais e surpreendentes nos seus resultados, provaram que a população

flutuante, variável de ano para ano, constitui verdadeiro enigma (...).” (GAIARSA, 1968;pág.99)

Foram doze anos em que vigorou a tradição conservada por indivíduos cooptados do cenário político-administrativo local, ou como Gaiarsa avaliou, “homens que faziam parte integrante da ‘família andreense’” (pág.107).

Temos nesse relato um panorama do que já acometia o município, ou seja, as migrações pendulares ligadas à oferta de trabalho e à oscilação numérica da distribuição demográfica por distrito.

Em termos de divulgação escrita e pública sobre as condições da vida municipal, a imprensa cumpria representar, até aquele momento, os interesses situacionistas pela voz do jornal “O São Bernardo”. Entretanto, por ocasião de um projeto de lei que visava à aquisição de local destinado à construção de jardim público, esse mesmo periódico bradou contra a soma de dinheiro envolvida e os trâmites legais pelos quais passaram sua licitação.

Daí em diante, o jornal adotou uma postura oposta a anterior, ou seja, de crítica àqueles para os quais havia dado apoio. Com isso, “O São Bernardo” acabou por perder, imediatamente, os direitos sobre o noticiário oficial para o recém-estabelecido semanário “O Município”, e sem concorrência pública. Detalhe revelador do jogo instaurado na disputa pela veiculação da cena municipal, e, importante para nossa apreciação constitui que esse novo tablóide teve por fundador um ex-editor do citado “O São Bernardo”, e que a ele se indispôs justamente em função das cizânias provocadas com a asseveração diante do episódio descrito.

“(...) o novo jornal que inaugura novo ciclo de debates no dia 30 de maio de 1937. O novo órgão fora fundado para a defesa do Prefeito e da maioria legislativa e do Partido Constitucionalista.(...) afirma que defenderá com continuidade e pertinácia e desassombro, a unidade municipal (...)”.(GAIARSA, 1968;pág.111)

Fazemos menção desse caso para destacar o papel fundamental desempenhado pela imprensa local na formação do que viria a ser a imagem e identidade do chamado “Grande ABC” ou “Região abecedense”, para a qual voltaremos oportunamente quando nos dedicarmos em especial à peleja teórico-metodológica sobre esta categoria geográfica.

Mas, voltando ao curso de sua progressão, nesse mesmo ano o município apanhou empréstimos para contemplar obras de água e esgoto contando com largos prazos de quitação, obviamente pagos com recursos derivados dos impostos prediais e territoriais cobrados nos distritos, assim como pelas chamadas “rendas provenientes de contribuições de melhoria” de quem as tivesse alcançado. No entanto, essa vultosa cessão fez surtir reações a ela antagônicas dentro do próprio cenário legislativo, na medida em que foram inquiridos os tópicos do projeto elaborado donde surgiram diversas deficiências ao longo do desenvolvimento a por vir e já presente no “plano de obras.” (Ibidem, pág.111)

Assim como ocorrera na vez da construção do jardim público, o jornal “O São Bernardo” colocou-se em favor desse ato de reprovação, argumentando a falta de prestação de contas exigida na mesma ocasião, pela minoria reclamante da Câmara. Desta tomada de posição este obteve, por parte do jornal oponente “O município”, a seguinte resposta:

“o mandado contra o empréstimo de 10.000.000,00 foi repudiado pelo ‘egrégio magistrado’, que fora incumbido de julgar o feito” (GAIARSA, 1968;pág.112)

E a matéria continuava a enaltecer, de maneira enfática, a qualidade do corpo de profissionais de que a prefeitura dispôs para tal finalidade.

Observando atentamente, esses estudos e orçamento deveriam contemplar os distritos de São Bernardo, Mauá, Ribeirão Pires, Paranapiacaba e a localidade de Rio Grande. Entretanto, se contarmos as características topográficas e as distâncias que separam esses lugares, o projeto não poderia efetivar-se no cronograma apresentado tampouco com os recursos requeridos. Além disso, foram detectadas, naquela época, graves imprecisões técnicas como, por exemplo, quanto à extensão da rede, o diâmetro das tubulações, as obras de suporte que deveriam acontecer em paralelo, etc. Resulta, portanto:

“Os acontecimentos posteriores provaram que o ‘fabuloso’ empréstimo foi apenas suficiente para cobrir despesas mínimas do empreendimento que fora planejado e prometido ‘em alguns meses de prazo!’” (GAIARSA, 1968;pág.112)

Está claro que estamos nos deparando com mais um dos tantos casos referentes aos feitos públicos cujos objetivos levam-nos a agentes e frações

sociais não explicitamente verificáveis. Mesmo assim, julgamos importante advertir a presença desses mecanismos de ação que as forças do capital privado evocam ao domínio público, que por sua vez, cumpre endossar e executar.

Nesse sentido, São Bernardo foi se desenhando na trama desses enlaces, erguendo uma geografia cuja formação ficou danificada pelo descumprimento quanto às metas estabelecidas pela administração municipal, como no caso destes serviços essenciais à manutenção do dinamismo inerente ao urbano, sobretudo daquele momento. De tal sorte, aquela área ocupada pelo futuro ABC, “(...) continuou à espera dos melhoramentos e realizações tantas vezes prometidos então e por vários outros prefeitos...” (GAIARSA).

Em contexto nacional temos, em 37, o golpe de Getúlio Vargas que dissolveu Congresso nacional e extirpou a totalidade dos partidos. Quanto ao primeiro ato, os argumentos lançados para justificá-lo giraram em torno dos custos demandados pela manutenção da “Casa”; referentes ao segundo, era a própria unidade nacional que a seu ver estava em jogo.

Como revela os apontamentos de Thomas Skidmore:

“Descreveu o Congresso como sendo um ‘aparelho inadequado e dispendioso’, cuja continuação era ‘desaconselhável’, ou ainda, “o Brasil devia deixar de lado a ‘democracia dos partidos’ que ‘ameaça a unidade da pátria’.” (SKIDMORE, 1982; pág.50)

Diante desses pronunciamentos ficava a impressão de não restar muito a fazer senão instaurar um ‘regime forte, de paz e justiça e de trabalho’, como fora afirmado na voz do novo ditador, para realizar a adequação entre ‘organismo político’ e premências econômicas. O ‘bem-estar’ social e o nacionalismo econômico permaneciam no bojo do programa de objetivos do governo, mas sem contar com o largo debate sobre a pertinência das diferentes formas de alcançá-los, que havia caracterizado o início dos anos 30.

Em outras palavras, os rumos do país passavam às mãos de uma ordem administrativa de marca autoritária, centralizada na figura política de intenso carisma que fora a do então presidente. Um dos artifícios dos quais Vargas se valeu para desviar a atenção popular sobre suas ações e contemporizar o

significado e alcance de tais escolhas, em face da opinião pública e de seus opositores, foi o anúncio da suspensão dos pagamentos dos juros da dívida externa brasileira.

De sorte que a repercussão dessas medidas se estendeu a São Paulo que, ao lado do Rio Grande do Sul, se colocou contrário à concessão que restaurou a Vargas a suspensão dos direitos constitucionais. Nessa época, o governador do estado Armando de Sales Oliveira terminava um mandato politicamente sensato, sendo, portanto indicado às eleições presidenciais de 38. Do outro lado estava José Américo de Almeida, político paraibano que fazia a voz do nacionalismo autoritário e que, apesar de Vargas não tê-lo apoiado, era tido como candidato da situação.

Produto da recém-formada União Democrática Brasileira e representante do constitucionalismo liberal, Almeida enfatizava sua credulidade no processo democrático, da mesma forma que dedicava especial atenção ao caráter nefasto das iniciativas de esquerda. Assim, São Paulo,

“(...) tendo fornecido o principal candidato de oposição, ficou também temeroso de uma ligação com o Rio Grande do Sul, cuja ‘traição’ em 1932 havia deixado os paulistas impotentes diante das tropas de Vargas.” (SKIDMORE, 1982; pág.50)

Essas ações comandadas de modo despótico pelos expedientes de Getúlio, preconizaram a destituição dos cargos locais, como no caso dos vereadores de São Bernardo e o cerramento das Câmaras Municipais. A disputa interna levava os radicais de direita, como foram os integralistas, a supor que seriam eles os principais beneficiados pelos movimentos do presidente. No entanto, a veleidade de permanecer no cargo depois de expirado seu mandato em 38, fizera de Vargas um homem que cultivou pregressas relações com seus opositores constituindo um arranjo que permitisse que eles ocupassem posições de influência, fosse para desaboná-los ou refreá-los, e ao mesmo tempo, com vistas atentas às frações tradicionalmente importantes. Estas eram compostas, naquele período, das oligarquias agroexportadoras de café e do alto comando militar, imediata e de forma ininterrupta agraciadas pelo Estado Novo em seus particulares anseios.

“Parecia agora que os integralistas deveriam fornecer os quadros e, talvez, a liderança do novo Brasil. O instrumento político ostensivo dos integralistas, a Ação Integralista Brasileira, foi suprimido (...) ficaram nas mãos de Vargas em circunstâncias tão estranhas quanto as que cercaram o abortado levante comunista de 1935.” (SKIDMORE, 1982; pág.50)

Entre 37 e 38, a imprensa local divulgou artigos escritos pelos integralistas que organizaram algumas das várias ‘concentrações e demonstrações de força envergando as camisas verde-oliva...’ (Gaiarsa), ressentindo-se da supressão partidária iniciada naquela ocasião e que, mais tarde, culminaria em sua total desarticulação, já que não comungavam com o formato de autoritarismo implantado.

Alteradas as linhas da política interna nacional, nada mais natural que esperar a redefinição cartográfica dos municípios brasileiros. Nesse caldo de transformações, São Bernardo passou a município de Santo André, fato este que já havíamos aludido, mas sem esmiuçar as determinações de ordem geral sobre sua nova denominação. No entanto, o então São Bernardo, agora município Santo André, preservou a metragem e divisão administrativa precedente, mantendo o funcionamento da prefeitura no distrito de Santo André. Estamos diante de mais um elo dessa cadeia de eventos que nos leva a entender o conjunto de emancipações pelas quais passou o ABC paulista.

Então, aquela expectativa a que nos referíamos, se efetivou em 1938 quando o município teve seu nome modificado. Oficialmente designado Santo André, abrigou dentro de sua comarca outros seis subdistritos: São Bernardo, São Caetano, Pilar, Ribeirão Pires, Rio Grande e Alto da Serra.

“Estabelecido o novo quadro territorial dos municípios do Brasil, São Bernardo passa a denominar-se ‘Santo André’ conservando os limites e sua divisão administrativa anterior.” (Decreto estadual n.º 9.775 de 30 de novembro de 1938 in GAIARSA, 1968; pág.117)

Dado importante a ser resgatado diz respeito às alterações sobre o imposto territorial municipal que começaram a vigorar a partir do ato de 31 de dezembro de 1938, lançado sobre bases distintas das antecedentes. Mantendo sua incidência sobre lotes edificadas, ampliou o índice de cobrança perfazendo um quadrante superior à área ocupada, algo correspondente a seu quádruplo.

Além disso, o imposto estendeu-se sobre àqueles terrenos ausentes de construções, servindo de ilustração dos recentes parâmetros utilizados pelo poder municipal. Do lado que coube à sua quantificação, o cálculo das taxas passou a realizar-se na proporção de 1% sobre o valor das propriedades. Em outras palavras, as elevações do preço dos solos urbanos, aliado às frentes de especulação imobiliária ocasionaram, a partir de então, o arrefecimento das condições de acesso à habitação.

“As propriedades alcançam, daí por diante, valores que crescem sem limites e em todas as áreas edificadas. Sucedem-se os loteamentos nas zonas sub-urbanas e rural, divididos em milhares de lotes, criando todos os problemas administrativos que constituem as plataformas e programas(...)”(GAIARSA, 1968; pág.119)

E já encontramos registrados os indícios da proliferação fabril que viria a assolar o ABC, presente na fala do prefeito registrada por uma revista comemorativa por ocasião do primeiro evento de exposição industrial realizado na cidade. Lá foram colocadas as prerrogativas que passariam a nortear o arranjo territorial da geografia municipal, nas quais surgem algumas das mais importantes preocupações, como com a saúde, o ensino e as reformas urbanísticas. Os cuidados com a primeira destas esferas se deram mais especificamente, em relação à progressão das obras de água e esgoto, liquidando com o sistema de fossas e a contaminação dali proveniente, assim como os serviços médico-hospitalares. Tangentes a estes, também fora citada a importância do tema educação, mas dirigindo-se à formação da força de trabalho com a dupla frente de ação voltada ao ensino ginasial e ao ensino profissionalizante. E por fim, demonstrando apreensão com os ritmos de transformações e demandas em torno da expansão das atividades naquele município, a administração pública ocupou-se da clara necessidade de elaboração de um plano urbanístico voltado às condições de circulação e de calçamento.

De posse desse dado, percebemos que a discussão sobre a direção tomada pela expansão urbana e a intervenção das autoridades municipais indicam a outra vertente dessa mesma premência: o debate e o acordo sobre a autonomia decisória dos níveis hierárquicos do poder público.

“A cidade cresce em todos os sentidos. Os loteamentos se sucedem. Os logradouros públicos recebem nomes provisórios para fins de aprovação das plantas. (...) O sistema de cobranças começa a complicar-se.” (GAIARSA, 1968;pág.123)

Estamos analisando uma parte da história brasileira em que o poder das autoridades municipais e estaduais obteve restrições oficiais em função da contração de suas respectivas receitas, quando revisadas pelas constituições de 1934 e 1937, cuja objetivação ofereceu o começo da substituição da fragmentada disposição geográfica do mercado brasileiro por uma apropriadamente de caráter nacional.

“A finalidade era aumentar o contato federal direto, em nível local, desse modo minando os alicerces da ‘política dos governadores’, que tinha vigorado antes de 1930. (...) O crescimento de novas instituições políticas em nível federal, serviu a dois propósitos: foi parte do processo de unificação administrativa de um país que se ampliava; e ajudou a capacitar o presidente a articular uma rede nacional de alianças políticas.” (SKIDMORE, 1982; pág.56)

Mas essa inovação de reunir poder nas mãos presidenciais teve suas raízes no período precedente, ou seja, na República Velha. Isso porque a Constituição Republicana de 1891 já dedicara a opor-se diante da excessiva centralização do Brasil Imperial, propondo, então, por meio de seus artigos, dissolvê-la. Assim, o jogo da política brasileira e, portanto, a determinação das características e das qualidades do arranjo geográfico pertencentes a cada unidade territorial – que se denominariam estados –, passou aos cuidados dos dirigentes das províncias de maior expressão como de Minas Gerais e São Paulo. Seguiu-se, daí, pelo Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, então em condições de ascensão, e pela Bahia e Pernambuco que, em movimento contrário às anteriores, estavam em franca decadência.

Contudo, aquele mesmo feitio endossado pela “carta magna” provocou reações desfavoráveis nas diferentes camadas sociais que se construíram no país. Por conta das transformações econômicas que inseriram nesse espectro as classes urbanas, presenciamos o desejo compartilhado de se fazer traduzir na forma política, rompendo assim com o silêncio determinado pelo monopólio diretivo daqueles Estados:

“(...) às classes urbanas, que não haviam conseguido obter, da elite dominada pela agricultura, aquilo que elas consideravam como seu direito de representação (...). Tanto os constitucionalistas liberais quanto os tenentes sabiam que seus propósitos tinham maiores perspectivas de sucesso sob um regime federal mais forte.” (SKIDMORE, 1982; pág.58)

Nesse contexto da chamada República Velha findada em 30, Skidmore apenas ressaltou como exceção da postura de rechaço em face do regionalismo da fase anterior – de modo paradoxal produzido pelas reivindicações contra o centralismo exacerbado –, o próprio Estado de São Paulo, devido ao fato de que os paulistas ainda “veneravam o seu regionalismo excepcionalmente eficiente” (SKIDMORE). Essa faceta específica do processo de transformação do modo de fazer e pensar a vida política do desenvolvimento da economia brasileira, propiciou a reflexão sobre as repercussões posteriores nas relações ABC e metrópole. Estas últimas, mais tarde, foram definidas e caracterizadas pela subserviência e pela iniquidade no que tange ao retorno e à repartição dos frutos do trabalho ali produzidos e, sobretudo à falta de correspondência entre estes e a voz de comando local.

O regionalismo remanescente em São Paulo fez com que Vargas apelasse ao estratagema de recorrer ao nacionalismo “colocando-se assim em posição de superar as paixões regionais em conflito” (SKIDMORE). Para tanto, se valeu uma vez mais dos denominados “interventores”, assim chamados os governadores postos pelas mãos presidenciais, cuja ação contava com o apoio das forças militares no caso de ser encontrada uma situação de insurreição estadual, amarrando com isso, uma trama de alianças sob sua égide.

Para completar tal conciliação de apoios, Vargas cooptou os operários e os trabalhadores em geral, por meio da composição de leis previdenciárias, e suprimia, ao mesmo tempo, qualquer iniciativa sindical que não atendessem às normas federais previstas para seu funcionamento, ou seja, que não fosse reconhecida ou autorizada pelo Ministério do Trabalho, depois de passadas por esse crivo.

A burocratização do feitiço sindical estendeu à autoridade autocrática governamental por sobre os diferentes posicionamentos políticos existentes,

absorvendo e devolvendo-os descaracterizados em função daquelas medidas de homogeneização; conseqüentemente alargou suas influências de poder à economia urbana como um todo. No intuito de manter a coação sobre o proletariado, Vargas fomentou o nascimento de um partido trabalhista cuja base foi dada por uma coalizão de sindicatos por ele dominados, que culminaria nos anos entre 1943 e 1945.

“Em 1944, ele conclamou os trabalhadores de São Paulo a se filiarem aos sindicatos supervisionados pelo governo e dessa forma a participarem da necessária ‘modificação e mentalidade’ exigida pela ‘rapidez das transformações da vida econômica’ (SKIDMORE, 1982; pág.63)

Mas se sob a República Velha, o Brasil se encontrava amarrado à exportação de produtos primários (café, cacau, algodão e borracha), dependia de igual maneira dessas divisas para importar mercadorias manufaturadas destinadas ao consumo interno. De sorte que, durante longo período, esta fora a posição ocupada pelo país na Divisão Internacional do Trabalho, que logo suscitou a intervenção do Estado sobre a produção dita, assim como em relação às atividades comerciais que a permitiriam alcançar sucesso. Esses foram os casos das alterações dos preços de produtos como o café e a borracha.

Nas situações em que o preço de tais mercadorias e, em especial do café, se encontravam em queda no mercado internacional, a solução foi a de reter estoques internos desses insumos, convencidos os governantes de sua importância no mercado mundial. Temos, portanto, medidas de controle de mercado que buscavam aumentar as vantagens dos negociantes nacionais enquanto produtores e proprietários nesse quadro mercantil que, entretanto, poderiam levar à fúria dos deuses “clientes e credores” do país, já que transgrediam uma das importantes primícias da doutrina do liberalismo econômico.

De outro lado, o liberalismo, com suas prerrogativas, alcançou maior coerência em relação ao fomento da acumulação requerida pelo capital fabril, a despeito das constantes tentativas frustradas por parte desse empresariado, em obter tanto tarifas de proteção mais generosas, como fontes creditícias mais

elásticas. Com isso, queremos assinalar que se os mecanismos intervencionistas foram menos aplicados à indústria que à produção para a exportação, ainda assim, qualquer atitude por parte do governo na direção de afrouxar tal predileção foi encarada e respondida pelas elites agroexportadoras com intenso estranhamento. Esse dado encontra razões justamente por se tratar de um Brasil cujo papel na Divisão Territorial e Internacional do Trabalho foi o de “trocar produtos primários por acabados”. Desse ínterim, resgatamos a leitura de realidade vigente na ocasião em que os países teriam uma vocação intrínseca, como abalizou Skidmore:

“A intervenção estatal em benefício da indústria, em contraste com o setor de exportação, entrava em choque com a visão predominante do papel ‘natural’ do Brasil como economia dependente (...)” (SKIDMORE, 1982; pág.65)

Ou ainda, como notamos na expressão do mais tarde Ministro da Fazenda Correia e Castro, já sob a presidência Dutra:

“É da essência da economia latino-americana, e o Brasil nesse conjunto está integrado, certa concentração de esforços na exportação de matéria-prima e de gêneros alimentícios, bem como na importação de ampla variedade de artigos manufaturados e de comestíveis industrializados.” (Ministério da Fazenda, relatório: 1946; RJ, 1948 (SKIDMORE, 1982; pág.65)

Em verdade, a crise de 29 destacou o quão vulnerável era o lugar do Brasil nas relações internacionais de produção e comércio porquanto seu restrito leque de produtos de exportação, que naqueles tempos apoiava-se de maneira predominante sobre a cafeicultura. Assim, as oscilações do preço desse fruto no mercado externo, associados a uma colheita superprodutiva, levaram o Estado Nacional a adquiri-lo, na tentativa exacerbada de prevenir quaisquer prejuízos aos bolsos dos proprietários das fazendas. Ora, essas compras de café praticadas pelo governo induziram, por consequência, a uma contração da receita destinada às importações, resultando, portanto, em seu declínio.

“A (...) procura interna, conjugada com uma desvalorização progressiva da moeda, suficientemente rápida para manter as importações, grosso modo, em equilíbrio com a reduzida capacidade de importação, veio a ser um estímulo poderoso para o crescimento da indústria leve nacional.” (SKIDMORE, 1982; pág.66)

Nesse contexto, o surto industrial “espontâneo”, nas palavras de Skidmore obteve força por meio de políticas intervencionistas mas de uma ordem diferenciada àquela realizada ao capital agroexportador, ou seja, estimulando o empresariado a prosseguir na tarefa de erguer as unidades produtivas com seus próprios esforços e recursos enquanto a autoridade federal se incumbia de agir sobre a manipulação dos demais incentivos ou ainda, ele mesmo, executando ou avalizando investimentos em obras públicas.

Assim, já em 1939 foram delineados os passos subseqüentes para apressar a conquista do conjunto de indústrias elementares às pretensões dos nascentes mercados urbanos, divorciando-os da produção externa e, por conseguinte, das importações. Originava-se ali, o primeiro Plano Quinquenal no qual estavam demarcados os compromissos de acelerar o desenvolvimento sem, no entanto, onerar as estimativas orçamentárias previstas. De tal sorte que esse movimento se traduziu localmente, nos registros de Decretos-leis datados de abril de 1939 em que novas indústrias e casas populares que se instalassem no município andreense, teriam seus impostos isentos por um período entre seis e quinze anos, correspondente ao número de trabalhadores absorvidos na esfera produtiva.

Dilatando suas bases executivas, o Estado Varguista trazia para si um aumento de seu comando econômico de forma indireta por meio do manejo de impostos, de cotas de importação, de taxas cambiais, de controle de créditos e de salários, etc.; e por outro lado, intervinha diretamente na construção das condições de circulação (ferrovias, navegação) e indústrias a elas correlacionadas (petróleo e aço), ou que representassem pedra angular para os demais ramos fabris.

Entretanto, como mencionamos, o acabamento político a essas medidas foi dado por meio do cálculo e da fixação do salário mínimo e da influência nos rumos dos movimentos trabalhistas por meio às diretrizes oficiais impostas ao sindicalismo no Brasil: um novo Partido Trabalhista, forneceu o arremate final para reafirmar e viabilizar os objetivos do governo.

Em 1941 tivemos a instauração da Comissão do Plano Siderúrgico Nacional da qual decorreram os empréstimos do Export-Import Bank. Com financiamentos de origem estrangeira, inaugurou-se, em 1941, a Companhia Siderúrgica Nacional erguendo uma imensa usina em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro. As justificativas oficiais para tais esforços estavam em perfeita adequação aos moldes do nacionalismo e da defesa militar. Do ponto de vista da regulação campo-cidade, ainda no mesmo ano de 1941, a presidência declarou estar disposta a distribuir glebas de terras próximas aos núcleos coloniais àquelas famílias que se comprometessem a permanecer nestas e se dedicassem aos empreendimentos agrícolas. A convocação por meio do Diário Oficial seguiria a ordem cronológica de inscrição.

Vale ressaltar que notamos, nesse período, e talvez estimulados pela legislação trabalhista e a cooptação sindical, a profusão em Santo André de uma série de pequenos sindicatos enquadrados no modelo governista como os casos dos despachantes, cabeleireiros, barbeiros e proprietários de salões de beleza, entre outros.

Entretanto, a Segunda Guerra Mundial e a entrada do Brasil no conflito em 1942, trouxeram novos significados ao programa de Vargas e para o arranjo geográfico das atividades produtivas no país: impelir a economia em escala total e o assentimento do apoio norte-americano que, de seu lado, almejava firmar boas relações com países latino-americanos e garantir maior penetração comercial.

Para se ter uma idéia,

“a administração Roosevelt enviou uma missão técnica para ajudar a mobilização do Brasil. (...) contribui de maneira significativa para o que foi o primeiro levantamento sistemático dos recursos brasileiros (...).”(SKIDMORE, 1982; pág.68)

Nessa perspectiva, a Segunda Grande Guerra, apesar de nefasta, não deixou de ser revista por parte do alto comando de governo, como algo que deixou heranças positivas. Isto pelas lições que este episódio ensinara entre as quais, a evidência do empenho nacional de uma política de industrialização voltada para a produção de ferro, aço, alumínio, cobre e para a exportação de minérios, consideradas atividades importantes para alcançar as demandas “fundamentais

da nação” (SKIDMORE). A intervenção estatal, portanto, absorveu simpatizantes da classe operária aos militares superiores, dos intelectuais e estudantes até os empresários nacionais inibidos em competir com investimentos de maiores grandezas que os seus. De forma resumida, a industrialização entre 30 e 45 resultou da substituição às importações, deslocando a produção de exportação para o mercado interno contando, ainda, com a intervenção direta e indireta do Estado. No que tange à indústria de base, a fração social composta por militares fez pesar seu apoio ao governo na direção de sua edificação porque era considerado como um dos setores-chave da economia brasileira, já que o representava um componente capital à segurança da nação.

“O crescimento da responsabilidade estatal no setor econômico não resultou da exigência popular, nem da pressão trazida à tona pelo setor empresarial; foi antes, a reação da elite política. O único grupo importante que amparou maciçamente a industrialização foi constituído pelos militares superiores, que desejavam urgentemente uma indústria siderúrgica. (...) foi uma política imposta do alto, durante a ditadura.” (SKIDMORE, 1982; pág.68)

Tal era o conteúdo da direção econômica que viria a repercutir ou mesmo redirecionar os caminhos da construção das geografias locais e, em especial, da futura Região Metropolitana de São Paulo.

Em Santo André, a instauração do racionamento de combustível aos proprietários de veículos em função da guerra obteve como resposta, por parte das oficinas mecânicas, a produção de “gasogênios”, um aparelho que instalado na traseira dos automóveis gerava energia a partir da combustão de carvão, contornando, assim, as medidas de contenção impostas pela administração pública.

De tal sorte, também datam dessa época as polêmicas sobre a real e efetiva necessidade de desmembramento do mesmo município, sendo defendida e rechaçada pelas diversas frações envolvidas. Da primeira posição, compôs a Sociedade dos Amigos de São Bernardo que afirmava a separação pelo dado da antiga sede não usufruir da importância de tempos pretéritos em face de Santo André. A segunda postura, da qual comungava o próprio prefeito, explicitava-se pelos escritos dos articulistas de “O São Bernardo” em que defendiam a

integridade territorial acima de qualquer celeuma de caráter pessoal ou de manejo político dos colégios eleitorais. Uma e outra com suas razões demonstravam o rápido crescimento das demandas do urbano-industrial e as transformações pelas quais passavam a distribuição de serviços, equipamentos e recursos pelos diferentes distritos.

Outro item interessante a ser apontado como ilustração de tais mudanças, é o alto índice de alfabetização municipal tomando o primeiro lugar dentre as cidades do Estado paulista. Resgatada por Gaiarsa, concluiu o depoimento da Folha da Manhã sobre Santo André: “O alto índice de alfabetização, deve-se ao maior número de estabelecimentos industriais nessas cidades” (GAIARSA).

Dessa forma, esse quadro teve como justificativa a implantação fabril municipal que, ao gerar a elevação da capacidade de arrecadação, teria retroagido na oferta das atividades educacionais. Ora, sabemos que não há aqui uma linha causal que ligue tais fatos e que parte expressiva da força de trabalho migrara para a região a fim de conquistar uma posição no mercado de trabalho em ascensão. Assim, a partir das premências estabelecidas diante da produção manufatureira, podemos entender a implementação de novo salário mínimo para o setor industrial de 1943:

“(…) nas demais atividades remuneradas do País, a tendência marcharia para nivelamentos cada vez mais acentuados entre os maiores salários e vencimentos. (...) em 1943 médicos, advogados ou engenheiros recebiam vencimentos 15 vezes maior do que o operário da Prefeitura. Atualmente essa proporção é de 1 para 41” (GAIARSA, 1968; pág.153)

Ainda dentro da discussão sobre as emancipações político-administrativas, conjecturou-se não somente a fragmentação de Santo André como também sua anexação por parte da Capital, tendo por base a argumentação que esta forneceria as condições necessárias a um ainda maior crescimento e desenvolvimento da economia local. Tiveram como tônica dentro do espectro de contra-argumentos apresentados, o temor de que aquele município, com história própria e autonomia política, perdesse essas características passando a formar junto com o Ipiranga, a Mooca e a Barra Funda, o conjunto de áreas de subúrbios paulistanos. E, diante dessas circunstâncias, encontramos novamente a idéia de

exploração paulistana sobre suas circunvizinhanças. A “Folha da Manhã”, o mesmo periódico a que mencionamos, voltou a declarar o quão arbitrário era esse projeto de incorporação na medida em que os recursos destinados à manutenção específica e exclusiva ao município passariam ao manejo metropolitano, referindo-se a essa conduta como “imperialismos municipais”.

Porém, muito mais aguardava os destinos dos contornos andreenses. No primeiro dia do ano de 1945, nasceu o município de São Bernardo do Campo, resultante da emancipação do anterior distrito integrante de Santo André. Meses mais tarde, a Segunda Guerra chegava ao fim e com ela o encaminhamento das eleições que levaram o Brasil ao governo Dutra.

Observando os acontecimentos durante sua gestão, podemos averiguar dois movimentos que marcaram essa administração. O primeiro, uma espécie de resgate do liberalismo econômico do qual o Estado Novo tinha se afastado; o segundo a reinserção das intervenções sobre a moeda e as políticas cambiais que acabaram por fomentar a industrialização.

No âmbito andreense, dizia um periódico sobre as condições de consumo do período antecedente a Dutra, no entanto herdado por ele:

“a especulação e ganância que campeia no país ao sabor de inescrupulosos indivíduos que se aproveitam da confusão criada pelo estado de guerra. Justifica-se medidas excepcionais que deveriam ser tomadas pelo governo para coibir os abusos.” (GAIARSA, 1968;pág.155)

Para dar idéia dos aumentos verificados entre 1939 e 1944, e novamente anterior a Dutra, constou em outra publicação local, a do “Diário da Noite”, uma lista de preços dos artigos de consumo essenciais ou de primeira necessidade em que foram revelados aumentos porcentuais em torno dos quinhentos. Escreveu o articulista, que apesar da existência de órgãos cuja expedição é justamente o controle desses valores, sua eficácia permanecia aquém dos padrões almejados pelos cidadãos.

De outro lado, desde há muito a organização política dos setores de atividades econômicas no cenário paulista se colocaram do ponto de vista político, de forma mais aperfeiçoada se comparada ao tipo de estratégia evocada nos demais estados do país. Já no ano de 45, encontramos relatado por Gaiarsa o

testemunho de uma reunião entre interventor de São Paulo, produtores e representantes das “Comissões de Abastecimento de Alimentos” para debater sobre o custo de vida e sua necessária depreciação, demonstrando que a representatividade e o diálogo entre as partes e/ou mesmo oponentes já se ensaiavam naquela ocasião. Na mesma direção, encontramos a vigilância cerrada por parte da imprensa sobre a falta de repasse financeiro do Estado para o município andreense após a perda do território correspondente a São Bernardo do Campo. Ainda na mesma perspectiva, localizamos registros sobre a incongruência entre superávits da São Paulo Railway e a elevação das tarifas por ela cobradas, patrimônio que teve por destino passar às mãos da União em 1946, e rebatizado com o nome de Santos-Jundiaí.

Nas eleições presidenciais de 45, Dutra obteve inegável predominância em Santo André, o que não impediu as diversas manifestações locais denotando, uma vez mais, os embates entre trabalhadores e empresários. Em acordo com a fama que forneceria a pedra angular da identidade abecedense, temos, no ano subsequente, a deflagração de uma greve de funcionários da Firestone e do Moinho Santista, seguidos pela adesão do operariado da Rhodia, Tretacap e Pirelli, pelo aumento de salários recebidos.

O contexto que aguardava a presidência configurava-se sobre altíssimas taxas de inflação. Entretanto, dispondo de reservas de divisas acumuladas no período da guerra, permitira imediata abertura às importações pela administração de Dutra e que tão logo promoveram a rápida dilapidação daqueles recursos. Diante dos limites entre demandas internas e capacidade de sustentá-las por meio de importações, o governo passou a um rigoroso controle sobre aquisições externas, excetuando os produtos essenciais, e deprimindo as iniciativas ligadas à exportação:

“(...) na prática os regulamentos trabalhavam contra os bens de consumo e em favor de artigos essenciais, tais como combustíveis, equipamentos e maquinaria. Já que a procura interna continuava elevada, havia forte incentivo para a expansão da indústria brasileira. Além disso, a manutenção de um alto valor oficial do cruzeiro agia como desestímulo do setor de exportação, desviando assim os investimentos para a produção destinada ao mercado interno.” (SKIDMORE, 1982; pág.98)

Quanto às características da geografia da circulação, à incorporação da Santos-Jundiaí pelo Estado brasileiro somou-se a criação da CMTC em São Paulo. Esta empresa, cuja administração municipal se voltava a organizar o curso do transporte urbano, fatalmente repercutiria sobre as ligações intermunicipais na RMSP, estendendo-se à baixada santista via ramais ferroviários e conexões com o porto. Lembramos que somente em maio de 49 começaram a transitar os primeiros ônibus entre Santos e Santo André.

Esse foi o quadro brasileiro na década de 40: reformas no aparato administrativo, redistribuições de tarefas e funções para a manutenção das dinâmicas em marcha; muitas críticas locais incididas sobre o prefeito de Santo André, nomeado por decreto, Alfredo Maluf por conta das inesperadas e exorbitantes elevações no imposto territorial urbano. Para dar idéia do vulto de tais aumentos, os reajustes ficaram no mínimo de cem, podendo alcançar o patamar máximo de mil por cento. Este senhor do Executivo não admitia críticas, nem as mais moderadas, de seu próprio gabinete, prenunciando os conflitos internos a porvir entre direções distintas de governança, disputa por recursos financeiros e prestígio político. Tal foi o observado quando a tributação sobre “Indústrias e Profissões” (imposto específico cobrado para o setor) passou a ser prerrogativa exclusiva do município andreense antes compartilhado de forma bilateral com o Estado paulista.

No que diz respeito às relações internacionais em 1948, Brasil e Estados Unidos tornaram a acordar nova comissão técnica de caráter misto –dirigida por Otávio Gouvêa Bulhões (Brasil) e John Abbink (EUA), respectivamente –, com objetivos semelhantes aos traçados pela extinta “missão Cooke” então sob incumbência de Roosevelt, para discutir e retomar as estratégias que permitiriam levar o país ao desenvolvimento econômico. O produto desses estudos trouxe como conclusões a necessidade do estabelecimento de normas financeiras e fiscais rígidas em face das elevações constantes de preços, além de ratificar a fundamental participação do capital privado nesse processo, cabendo ao Estado Nacional tão-somente as áreas de estrangulamento como as do transporte e da energia.

Onde seria o futuro Grande ABC, emergiram rumores depois confirmados em 49 de uma nova emancipação, agora tendo por alvo São Caetano. Da mesma forma que no caso anterior relacionado às autonomias assistidas, este município clamaria por repasses mais justos por parte da administração andreense, e pelas benfeitorias previstas em fase anterior ao jovem logradouro.

Além dessas transformações, se expandiram os centros difusores de aprendizagem industrial como o SENAI, além das incessantes iniciativas de construções residenciais destinadas a públicos heterogêneos, e destinadas de forma acentuada às classes baixas; também evidenciamos modificações mais gerais decorrentes das formas de ordenação do trabalho e da economia como um todo, qual a perda de posição no ranking industrial do distrito federal perante São Paulo, no que se refere ao número de estabelecimentos fabris e de operários empregados. Da pujança de tal desenvolvimento produtivo e os contornos de um parque industrial que foi se concentrando, adveio a cogitação da instalação da Refinaria de Petróleo Mauá-Estação de Capuava, apenas acertada, oficialmente, em 50.

Estes últimos acontecimentos suscitaram continuadas revisões no imposto territorial urbano como reflexo da expansão fabril, das atividades e serviços a ela atrelados de forma direta ou não e da conseqüente especulação urbana. Quem sabe estivesse apontada a tendência verificada posteriormente da cidade se dimensionada, não apenas como lócus produtivo e comercial, mas de modo intrínseco, tomada ela mesma, como mercadoria.

E mais greves somaram-se ao histórico de organização operária do ABC, dessa vez pelos funcionários da estrada de ferro Santos-Jundiaí e dos trabalhadores das tecelagens em seus arredores com resultados promissores para ambos. É retornar a um ABC em plenos pulmões de florescimento produtivo que, entre outras, foi sede da inauguração da montadora de veículo Harvester em 1949, mas com todos os problemas presumíveis a uma conformação industrial em ascensão.

Desse resgate, pouco a pouco vemos delinear-se a geografia da Região Metropolitana de São Paulo, e os embates originados durante as

interdeterminações desse processo de maior envergadura que requereu a própria construção do país.

Uma teia de relações amarradas não tão cuidadosamente nem com tanta clareza ou consciência de intenções, mas das quais derivaram a objetivação de geografias, entrelaçadas à discussão em torno das obrigações, e direitos municipais e destes em face do comando da administração pública estadual e federal, ainda sobredeterminados pelos novos moldes de internacionalização do capital.

“O duplo processo de industrialização e urbanização se ampliara e fortalecera em três setores: os industriais, a classe operária urbana e a classe média urbana. (...) Brasil patriarcal ainda era notavelmente dominante. Durante o princípio da década de 50, contudo, a questão do desenvolvimento econômico veio gradativamente a ocupar a atenção dos políticos que, cedo, viram que as implicações políticas do estabelecimento das diretrizes econômicas não poderiam ser ignoradas (...)” (SKIDMORE, 1982; pág.112)

Com a volta de Vargas em 1951 à presidência, o Brasil já se caracterizava por uma formação social mais de contornos mais bem definidos, como indicaram as palavras de Skidmore. Além das três subdivisões a que se referiu o autor, vemos, em contrapartida, o declínio da influência dos fazendeiros de café, dos comerciantes sejam voltados aos negócios de importação sejam os de exportação e os produtores nacionais de artigos alimentícios. No mais, ocorreu a avassaladora vitória de Vargas em Santo André e no Estado como um todo (quase o dobro de votos em relação às outras duas mais importantes candidaturas Eduardo Gomes e Cristiano Machado). Em 53, com o ministério quase completamente renovado, Getúlio elaborou um programa antiinflacionário que teve como aliados o Ministro da Fazenda Oswaldo Aranha e o presidente do Banco do Brasil Souza Dantas, agora ambos em acordo²⁷. Nos horizontes de Aranha estavam a contenção de gastos e o refreio no ritmo da industrialização, para não despertar represálias de nossos parceiros comerciais. As bases dessa conduta confirmaram-se em seguida com os cortes promovidos pelo governo

---

²⁷Anteriores a estes foram respectivamente Horácio Láfer, a favor da estabilização a partir da limitação de créditos e Ricardo Jafet, não apenas desfavorável a Láfer como defensor de créditos fáceis.

estadunidense, que suspendeu a comissão mista estabelecida entre Brasil e aquele país.

“O Governo Einsenhower decidiu, de início reavaliar o alto nível de assistência pública assumido na política econômica de Truman. (...) A responsabilidade dos governos estrangeiros (...) era a de criar o ‘clima’ apropriado para os investimentos particulares americanos”. (SKIDMORE, 1982; pág.152)

E, notadamente

“O Brasil dever-se-ia conformar com o fato desagradável de que havia sérios limites exteriores às suas ambições industriais” (SKIDMORE, 1982; pág.152)

Nesse mesmo ano de 53, Mauá e Ribeirão Pires passavam a municípios autônomos e eram instituídas as comarcas de São Bernardo do Campo e São Caetano, conjunto que, na época, tornou-se conhecido como o “pentágono industrial”.

Em termos simplificados, o crescimento desse país alavancado pela atividade industrial, pôde ser acompanhado primeiramente na república velha por meio da substituição de importações de bens de consumo; depois, durante a era Vargas identificamos a hora e a vez dos bens de produção e nos anos sob os auspícios de Juscelino Kubitschek, a indústria de base, paralela aos bens de consumo duráveis, ganhou relevância. Vejamos então.

Mas o que ou a quem viria a representar Juscelino Kubitschek? Em termos políticos, Juscelino compôs ligações com a elite mineira que, por sua vez, endossou sua carreira como prefeito de Belo Horizonte (1940), depois como governador do estado (1945), constituindo-se em etapas fundamentais para a emissão de seu nome à candidatura presidencial. Portanto, na perspectiva das transformações que viria a ocasionar na geografia brasileira, seu ponto inicial se deu em Minas Gerais, com uma profusão de intentos no campo dos transportes e da energia.

De tal sorte que durante o período de seu mandato presidencial (1956 a 1961), esse país conheceu uma expansão econômica de cerca de 80% alicerçados sobre a indústria. No ABC Paulista, por exemplo, o custo de vida já havia registrado uma elevação de 38% em 1954. Para ter uma idéia da magnitude

deste fenômeno e, por outro lado, da quase completa ausência de vigor de tal atividade até então, donde se explicam as porcentagens alcançadas, vejamos algumas delas trazidas por Skidmore:

“não há dúvida que de 1956 a 1961 o Brasil apresentou um crescimento econômico real e marcante. (...) as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%), e indústrias de equipamentos de transportes (600%).(...) a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano (...).”(SKIDMORE, 1982; pág.152)

Além de mercado interno, o Brasil dispunha de elementos necessários à produção de ferro e de aço, como a presença de jazidas e de iniciativas de investimentos oriundos da acumulação do capital privado estrangeiro. Com objetivo de empreender o famoso slogan reconhecido como sua alcunha presidencial “cinquenta anos de progresso em cinco de governo”, sua plataforma de governo obteve êxito a partir do *nacionalismo desenvolvimentista*, isto é, de se valer da percepção e conseqüente utilização do caráter misto agora existente na economia interna, reforçando e estimulando ambas as esferas – pública e privada.

Nos anos próximos e anteriores a 1956, o ABC paulista já havia se confirmado como centro essencialmente industrial, ainda que mereçam destaque seus importantes índices de produção agropecuários, peculiarmente realizados numa estrutura fundiária em que predominavam as pequenas propriedades familiares. A geografia decorrente dessas atividades remonta os tempos de João Ramalho e de um Brasil ainda colonial, cuja herança marcou os desdobramentos da disposição e distribuição de terras subseqüentes. Entretanto, na década de 50, os municípios abecedenses assistiram ao ritmo frenético da intensificação de desapropriações, assim como a devastação de matas para receber novos traçados de circulação como pontes, viadutos, avenidas, estradas intermunicipais, ou para dar lugar ao dinamismo incessante dos loteamentos, ou mesmo por conta da administração pública procurar atender aos serviços de água e esgoto aquém das demandas locais. Do mesmo modo, foram intensas as concorrências públicas para pavimentação, serviços de telefonia, e outros, além da ampliação da área de abastecimento de luz elétrica por meio dos préstimos contratuais entre Light e prefeituras.

Nas eleições de 1955, o ABC compareceu ao pleito para colocar na presidência da república Juscelino Kubitschek sob a comunhão das legendas PSD-PTB, com 34,6% dos votos. Por conta desse episódio, um dos semanários locais “Jornal de Santo André”, realizou um estudo sobre a origem dos vereadores escolhidos para os municípios locais, chegando ao seguinte resultado a que comentaremos:

“dos 23 vereadores, somente dois são nascidos em Santo André! (...) Essa representação confirma as estimativas feitas e segundo as quais, a população de Santo André é constituída de 10 a 15 por cento de nascidos no município e os restantes provenientes de outros Estados e de outras cidades de São Paulo” (GAIARSA, 1968;pág.278)

Ora, mas por que esse dado chamou a atenção de nosso relator? O que haveria por de trás de tão nobre preocupação purista?²⁸

Por certo, a região metropolitana de São Paulo demonstrava sua personalidade cosmopolita em função do desenvolvimento da atividade industrial, conclamando trabalhadores das mais variadas unidades político-administrativas do país. Não há o que estranhar neste dado, apenas constatar uma vez mais a necessidade óbvia à acumulação de capital por seu mais fundamental fator produtivo: a força de trabalho.

2.4 - As linhas gerais que caracterizaram as relações campo-cidade. A conjuntura em que se deu a composição do ABC Paulista

De tal sorte nos detivemos até o presente momento em estabelecer um paralelo entre as versões ou visões dos fatos que levaram a constituição do ABC paulista como parte da RMSP, e que se destacou pelo salto de sua participação na produção industrial, notadamente, no período que perfez as décadas de 30 a 60. Isto porque a geografia das cidades e de suas áreas rurais corresponde a um modelo de acumulação predominante e pertinente aos distintos momentos da

---

²⁸Em verdade, Gaiarsa se deteve nas razões que levaram à afirmação de que “Os Tangarás são minoria”, comentário feito pela imprensa local e menção tantas vezes usada nos discursos de personagens que figuram na vida da política regional. Essa denominação advém das crônicas dos habitantes e viajantes que contavam existir um tipo de ave assim chamada, cujos movimentos imitavam as danças dos povos indígenas ali situados (e não o inverso). Assim, os tangarás conotariam àqueles que realmente nasceram no ABC.

economia e da política nacional e internacional, que se corporificam em arranjos territoriais correspondentes. Porém, isto não se realizou de forma automática sob a égide de uma lógica causal. Se assim fosse, não precisaríamos do conhecimento especulativo. Ora, devemos lembrar das diversas escalas em que se objetivam também as várias atividades cotidianas de que prescindem tais dinâmicas. Em outras palavras, não há economia sem orientação política, assim como não se pode dar o cumprimento de ambas sem as formações sociais em todas as suas ações e contradições, nos dessemelhantes patamares que representam enquanto grupos, classes, e indivíduos.

Sendo assim, o modelo fordista de acumulação conformou uma geografia que se modificou com sua própria substituição, e isto é o que veremos a partir de agora.

Em cenário mais amplo, o Estado guardou dentro de si a incumbência de tornar os empreendimentos industriais o centro motor da economia brasileira, ampliando suas tarefas e funções até os anos que correspondem à gestão JK. Este passou, portanto, a investir em infra-estrutura e na produção de bens intermediários, subsidiando as importações de equipamentos e fornecendo créditos a juros negativos.

“No período de transição, não apenas não funcionam os automatismos econômicos da base anterior como, mais que isso, **não devem funcionar**, sob pena de não implementar a nova base. Por isso, os mecanismos de mercado devem ser substituídos por **controles administrativos** cuja missão é fazer funcionar a economia de forma **não automática**.”(GAIARSA, 1968;pág.19)

Como havíamos indicado, uma vez mais a configuração política do casamento entre Estado e a nova tendência de acumulação pode ser observada devido ao surgimento de índices de mensuração e/ou de institutos do tipo IBC, cuja propriedade maior foi acertar de forma direta sobre os preços dos fatores de produção, coibindo a perspectiva anterior em que a pedra angular repousava sobre os segmentos congregados em torno das atividades agrárias.

No entanto, o campo não deixou de exercer papel fundamental no contexto da reprodução de caráter urbano-industrial. No plano interno, basta considerar o imprescindível fornecimento de matérias-primas destinadas ao

abastecimento da indústria alimentícia, e ainda, de maneira mais significativa, o de prover a cesta básica de alimentos necessários à multiplicação do proletariado urbano. Além dessa função, os setores agrícolas voltados ao mercado externo se mantiveram ativos, na medida em que passariam a bancar as exigências emergentes, evitando e superando o que se dava na fase precedente, ou seja, apenas cobrir o dispêndio com bens de consumo:

“ela deve suprir as demandas de bens de capital e de intermediários de produção externa, antes de simplesmente servir para o pagamento dos bens de consumo.” (OLIVEIRA, 1976;pág.20)

Com essas considerações, o autor da “Crítica à Razão Dualista”, observa a importância da estrutura fundiária no que tange à expansão geral do modo de produção capitalista no Brasil. Assim, as formas de apropriação e de extensão da terra, o tipo de cultura, a organização em termos de exploração do trabalho, enfim, as maneiras pela quais foram sendo executadas tais atividades, colocaram a questão agrária como uma espécie de bolsão de acumulação prévio ao capital urbano-industrial. Então, vejamos alguns de seus apontamentos.

Nessa época, é constante a expansão das fronteiras agrícolas, tanto internas ao latifúndio quanto externas a ele. Grande quantidade de mão-de-obra associada à oferta elástica de terras, por sua vez, combinadas por meio da ação do Estado que as costurou na construção de vias de circulação, forneceu a equação fundamental para que possamos entender esse processo.

Ora, ocorreu a expropriação do excedente que se formou a partir das ações dos trabalhadores rurais sobre terras, cuja apropriação teve consolidação apenas temporária, ao andamento de utilizá-las para sua reprodução. Ao cultivar as roças de subsistência, eles “prepararam” a terra (desbasta, capina, semeia), imprimindo-lhe um valor que acabou transferido às plantações do proprietário de direito, cujo usufruto advém dos passos que as atividades anteriores proporcionaram. Assim, a acumulação se aprofundou pela conservação desse procedimento que foi se alastrando por toda a extensão do latifúndio, por meio do rodízio de terras, que, em última análise, retirou o equivalente valor, uma vez incorporado, das mãos de seu real produtor. Isto no que diz respeito às relações estabelecidas nas grandes propriedades que em geral marcam a estrutura

fundiária do campo brasileiro. No ABC, por exemplo, encontramos uma exceção, na qual a organização e a execução da produção agrícola se dão com base na pequena e média propriedade familiar:

“Há, portanto, uma transferência de “trabalho morto” (...) para o valor das culturas ou atividades do proprietário(...) Este mecanismo é o responsável tanto pelo fato de que a maioria dos gêneros alimentícios vegetais (tais como arroz, feijão, milho) que abastecem os grandes mercados urbanos provenham de zonas de ocupação recente, como pelo fato de que a permanente baixa cotação deles tenha contribuído para o processo de acumulação nas cidades;”(OLIVEIRA, 1976;pág.21)

De tal sorte, a agricultura rudimentar conseguiu competir com a que dispunha de melhores condições técnicas de produção. Se pensarmos sobre a quantidade de terras cultivadas por uma e outra modalidade e os ganhos finais obtidos com seus insumos, acabamos chegando a resultados como os abaixo citados:

“a primeira era utilizada nas lavouras de 1-4 e 5-8 alqueires, a segunda era praticada pelas lavouras de 40-80 alqueires: a renda líquida por alqueire era de Cr\$ 89,742 para as lavouras de técnica mais “atrasada”, enquanto para as lavouras de técnica mais “adiantada” era de Cr\$ 79,654, tudo em cruzeiros de 1964 (...).”(OLIVEIRA, 1976;pág.22)

E isto sucede mesmo com uma produtividade média por alqueire, 60% maior, da segunda em comparação à primeira prática. De acordo com a análise dos dados acima, aquilo que permitiu e favoreceu tal situação foi a marcante presença de trabalhadores e a disponibilidade de terras. Mesmo o emprego de pesticidas ou fertilizantes nas culturas mais “adiantadas” não comprometeu esse modelo, porque a relação “homem/terra” permaneceu intocada. Numa mesma dinâmica, temos, então, a agregação de valor às culturas pertencentes aos proprietários, por sua vez, impedindo a elevação dos custos produtivos agrícolas, repercutindo, assim, sobre a reprodução do trabalho urbano. Em relação a isto:

“O modelo descrito (...) tem importantes repercussões, tanto no âmbito das relações agricultura-indústria, como ao nível das atividades agrícolas em si mesmas” (OLIVEIRA, 1976; pág.23)

Estamos caracterizando o nascimento do proletariado rural, que longe de obter as mesmas condições legais daquele do urbano, fomentou a acumulação privada, e também a reprodução dos baixos salários pagos nas cidades. Em

outras palavras, esse trabalhador, encontrando-se amplamente desguarnecido pela legislação trabalhista que por sua vez atuava exclusivamente sobre a manutenção do mercado urbano, acabou por intensificar a acumulação privada de capital.

“Esta é a natureza da conciliação existente entre crescimento industrial e crescimento agrícola (...) a partir da constituição de uma força de trabalho urbana operária que passou a existir também um operariado rural em maior escala, o que do ponto de vista das culturas comerciais de mercado interno e externo, significou, sem nenhuma dúvida, reforço à acumulação.” (OLIVEIRA, 1976;pág.23)

De tal sorte, a expansão da indústria se concretizou, em grande medida, por conta das possibilidades que a baixa remuneração dos serviços urbanos aliados à constante probabilidade de egresso da mão-de-obra rural, oferecia. Mão-de-obra esta que, quando absorvida em atividades agropecuárias, foi capaz de produzir excedentes de alimentos tendo por base seu ínfimo pagamento. Resulta de ambos, a formação dessa espécie de estoque de trabalho a qualquer momento disponível, porque atrelada ao volume de indivíduos já presente nas cidades.

“(...) a produtividade industrial crescia enormemente, o que, contraposto ao quadro da força de trabalho e ajudado pelo tipo de intervenção estatal descrito, deu margem à enorme acumulação industrial das três últimas décadas.” (OLIVEIRA, 1976;pág.24)²⁹

Por outro lado, a indústria brasileira jamais teve por orientação atender aos mercados rurais, o que garantiu relativo divórcio do padrão e intensidade daquele consumo, diga-se de passagem, bastante limitado. Isto se tornou evidente quanto às opções diante do tipo de mercadorias a serem elaboradas nas distintas perspectivas de buscar a industrialização. De maneira sintética,

“A indústria, como tal, nunca precisou do mercado rural como consumidor (...), nunca precisou de incrementos substantivos do mercado rural para viabilizar-se. Não é sem razão que, instalada e promovida ao mesmo tempo que a produção de automóveis, a produção de tratores engatinhou até agora (...).”(OLIVEIRA, 1976;pág.24)

Quando as fábricas de máquinas agrícolas se instalaram no ABC, vieram como plano secundário, posterior à linha de produção automotiva. Assim, a escolha por mercados urbanos se deu, não somente por motivos de consumo,

---

²⁹ As décadas a que se refere o autor correspondem às de 40, 50 e 60.

mas por compatibilizar a forma de organização do trabalho agrícola ao tipo de crescimento industrial concentracionista, que viabilizaria os setores de ponta. Portanto, antes de concluir apressadamente qualquer oposição entre um setor moderno, – associado à atividade industrial –, e outro tradicional, identificado com a produção agrícola –, o que temos, de modo efetivo, é uma situação de “integração dialética” (Oliveira). Ou seja, relações que por serem atrasadas, sustentaram os alicerces da acumulação fabril e da reprodução urbana que de seu lado introduziram inovações que se fizeram sentir no campo, habilitando-o a suportar a chamada agricultura comercial composta pelos mercados interno e externo. Isto é evidente, graças à metamorfose do trabalhador agrícola em proletariado rural.

Lembremos que a arrancada industrial teve um cenário em que estiveram associados três importantes acontecimentos. A começar, pela situação geral de colapso do câmbio a partir de 30 com a “quebra” da bolsa de Nova Iorque. No Brasil havia a indisponibilidade de divisas para a manutenção de importações voltadas às demandas internas, mesmo que retraídas em função do segundo conflito mundial, obstando a entrada de produtos importados.

Entretanto, em momentos precedentes à Primeira Guerra Mundial, a prosperidade da indústria brasileira se dera em estreita ligação aos períodos de desvalorização da moeda nacional em relação à moeda americana, que de acordo com Prado Jr., significa:

“Esse paralelismo entre a conjuntura industrial e as vicissitudes cambiais da moeda brasileira se mantém pelos tempos afora. (...) a prosperidade da indústria (...) somente se interrompe, sendo substituída por séria crise, depois de 1926, e por efeito da revalorização e estabilização do mil-réis.” (PRADO JR., 1989; pág. 111)

Despontavam, ainda, por ocasião da Primeira Grande Guerra, os elementos que contribuíram para a evolução da produção industrial, embora, nesse sentido seja preciso não perder de vista da óbvia precariedade em que se encontravam os fornecimentos e parcerias comerciais realizadas com o Brasil. Todavia, ao término do conflito, a desvalorização permaneceu paralelamente ao progresso daquela atividade, o que ressalta a posição específica e decisiva por ela

ocupada em face das demais condições na conjuntura em que se desenvolveu a industrialização.

Em termos resumidos, a geografia brasileira no período que se estende do final do século XIX aos anos 50 daquele subsequente, foi se desenhando a partir da introdução de barreiras ao acesso a produtos importados e que por conta das exportações em declínio, impossibilitaram a aquisição de manufaturados cujo alvo era, sem sombra de dúvidas, a manutenção das demandas do mercado interno. Por essa razão, a produção nacional de manufaturas apresentou-se não apenas como alternativa, mas como saída e passo fundamental em prol da industrialização:

“O período da II Guerra ainda acelerará o processo, porque os fornecimentos do exterior se tornam ainda mais difíceis e escassos. (...) será então de tal ordem que nos tornamos até exportadores de algumas manufaturas. (...) chegarão a figurar no segundo lugar de nossas exportações, logo em seguida ao café. (PRADO JR., 1989;pág.112)

A bem da verdade, as metas almejadas pela acumulação do capital industrial não visavam conquistar lugar nas disputas internacionais, isto é, não eram de caráter externo e sim alcançar condições internas para sua realização, em que os preços das mercadorias aqui produzidas fossem capazes de ampliar seus rendimentos e sua expansão.

“(...) isso dá lugar a uma demanda contida e insatisfeita, que será o horizonte de mercado estável e seguro para os empresários industriais que, sem ameaça, podem produzir e vender produtos de qualidade mais baixa que os importados e a preços mais elevados.” (OLIVEIRA, 1976;pág.26)

Então, em poucas palavras, o processo de instauração industrial logrou primordialmente uma acumulação rápida e se possível incessante “fosse como fosse” e não atender às demandas de consumo diretas ou indiretas ligadas à sua produtividade mesmo que fosse este seu alvo. Por seu lado, o montante de capital proveniente da industrialização vislumbrou identificar as estratégias mais competentes para sua valorização e consumação interna.

Assim, a existência de uma expressiva quantidade de força de trabalho, premiu a produção interna, sobretudo, vinculada aos bens necessários aos baixos custos pertinentes à manutenção de sua reprodução. Por isso temos de início, a

indústria de bens não duráveis voltada ao proletariado, de tal sorte a garantir a extração de mais valia e a permanência dessa fração social na mesma posição. Entretanto, numa segunda fase de expansão, uma recondução dirigida aos bens duráveis se tornou imperativa, tendo por estandarte a indústria automotiva. Porquanto forçosa na medida em que se fazia em acordo com a:

“(...) redefinição das relações capital-trabalho, à enorme ampliação do “exército industrial de reserva”, ao aumento da taxa de exploração, às velocidades diferenciais de crescimento de salários e produtividade que reforçam a acumulação.” (OLIVEIRA, 1976; pág.28)

A efetivação da acumulação calcada sobre esse tipo de item, o automóvel propriamente dito, se deu indexada ao concerto entre concentração de renda, que já caracterizava a então formação social brasileira e destino final do produto. Nesse sentido, as elites foram capazes não apenas de bancar o consumo, como de gerar o aprofundamento das condições de reprodução do capital e de sua acumulação ampliada. Fruto disto, a relevância do pólo produtivo do ABC, e o peso de suas unidades fabris para o conjunto da economia nacional:

“Tendo como demanda as classes altas em uma distribuição de renda desigualitária, a produção nacional de bens de consumo duráveis, dos quais o automóvel é o arquétipo, encontra mercado e realiza sua função na acumulação tornando as unidades e ramos fabris a ela dedicados as unidades-chave do sistema.” (OLIVEIRA, 1976;pág.29)

Ora, nos referimos ao papel fundamental das atividades agropecuárias e das relações recíprocas entre campo-cidade dela decorrentes, para a ampliação industrial. Contudo, esse processo não se furtou de contar com o apoio do setor de serviços, levando-nos a observar sua participação e desempenho. Em movimento contrário às afirmações sobre a posição marginal e parasitária atribuída ao conjunto que compõe o denominado terciário, este foi capaz de preencher as lacunas que não foram cobiçadas, ao menos naquele momento, pelo grande capital. Resolvendo as pendências vinculadas à reprodução dos trabalhadores, de seu consumo diário e necessário, como também em relação ao conjunto da infra-estrutura francamente ligada ao capital fabril, impediu possíveis estrangulamentos da esfera direta produtiva.

Mas o setor de serviços que se compôs, o fez em bases rudimentares extremas, ou seja, a expensas de uma super exploração das taxas de mais-valia rural e urbana induzindo, uma vez mais, a formação de atividades auxiliares às condições produtivas realizadas nas cidades, e, como dissemos, sobre abusos impingidos ao proletariado urbano-industrial.

Ora, sem perspectivas no campo, os movimentos migratórios rumo às cidades e sua absorção limitada pelas unidades fabris, colocaram como saída de subsistência, um comércio e uma classe de serviços de características simples e de baixíssima remuneração. Essas atividades foram montadas nas ruas, em locais de passagem, prevendo os ritmos diários da vida cotidiana dos trabalhadores, como também seus baixos salários. Um comércio popular de características populares, cujos benefícios se estendem, para além de seus consumidores diretos.

Ampliando-se por outras classes, significaram uma espécie de remanejamento de responsabilidades, cuja alçada se encontraria dividida, como em outros países que se industrializaram, entre empreendimentos públicos e iniciativas privadas. Aqui, temos esse encargo repassado a uma força de trabalho submetida às extremadas condições de reprodução do cotidiano, ou se preferirmos, a profundas limitações dentre as alternativas que vigoravam. Surgiu, então, prestação de serviços ligados à circulação e ao transporte, relacionados à manutenção de veículos por meio da proliferação de pequenas oficinas particulares, a prestação temporária de trabalho vinculada à construção civil ou a mutirões para habitações populares, por aí afora:

“Não é estranha a simbiose entre a “moderna” agricultura de frutas, hortaliças e outros produtos de granja com o comércio ambulante? Qual é o volume de comércio de certos produtos(...) tais como lâminas de barbear, pentes, produtos de limpeza(...) das ruas centrais de nossas cidades? (OLIVEIRA, 1976;pág.29)

De tal sorte, o vigor de crescimento do mercado e dos negócios ambulantes foi perfeitamente compatível às formas de organização do trabalho no campo e, em especial, nas cidades, que por seu lado, não estavam de maneira suficiente equipadas para alicerçar a capitalização sobre os moldes fabris. Onde

podemos averiguar nos relatos de Gaiarsa, quanto à profusão de serviços paralelos na direção de preencher as lacunas produzidas pela industrialização e o descompasso da administração pública no ABC, em relação à construção de infraestrutura e oferta de equipamentos urbanos compatíveis com essa nova fase. Com isso, queremos apontar:

(...) o crescimento anterior à expansão industrial dos pós-anos 30 não somente não acumulava em termos adequados à empresa industrial, como não sentou as bases da infra-estrutura urbana sobre a qual a expansão industrial repousasse (...). ” (OLIVEIRA, 1976;pág.31)

Assim, o arranjo entre as ofertas elásticas de mão-de-obra rural e de terra a que nos referimos, associadas à expansão industrial com vias de transformá-la em eixo produtivo fundamental da economia brasileira, não promoveu a construção de um setor terciário de qualidades próprias capitalistas. Aliás, sua incipiência, anterior aos anos 30 e que se evidenciou ulterior, encontra, entre outras razões, a intensa capitalização das unidades fabris das quais não emergiram fundos a ambas as frentes.

Então, vejamos o que nos diz Oliveira:

“A intensidade do crescimento industrial (...) não permitirá uma intensa e simultânea capitalização nos serviços, sob pena de esses concorrerem com a indústria (...) pelos escassos fundos disponíveis para a acumulação capitalística.” (OLIVEIRA, 1976;pág.33)

Portanto, a configuração do terciário se deu sobre a abundância de indivíduos que trabalhavam inseridos num contexto de intensa exploração, de tal modo a imprimirem, uma vez mais, sobre-valor aos produtos manufaturados. São serviços que se fossem realizados fora de tal padrão, exigiriam uma gama de quesitos que as cidades, naquele momento, não ofereciam e que fatalmente subtrairiam tal fração, já incorporada, do montante total. Ou seja, não estando aparelhados para tanto, os municípios como novo lócus do ciclo produtivo, abrigaram contingentes populacionais que não representavam de modo exclusivo “exército de reserva” potencial para a indústria, mas foram mesmo responsáveis por seu acúmulo e concentração de riquezas.

“Como explicar que todos os tipos de serviços de consumo pessoal cresçam mais exatamente quando a indústria recupera seu dinamismo

na criação de empregos e quando todo um processo se cristaliza (...) numa distribuição de renda mais desigual?” (OLIVEIRA, 1976; pág.34)

Da configuração entre as atividades econômicas, seus agentes, peculiaridades e estratégias, trazem o dado que, de forma genérica, a conformação territorial do Brasil, dos anos 40 e 50, passou a atender a um padrão de acumulação calcado nos objetivos do capital industrial, denotando a conexão entre desmembramentos municipais, crescimento fabril e novas forças políticas de emancipação. O ABC paulista não escapou a essa lógica de funcionamento ao contrário, e situa-se como uma ilustração das políticas concentracionistas.

Ao acompanhar seus rearranjos, de contornos e denominações, testemunhamos as formas como se articulam os diferentes componentes do capital e de que maneira estes se fazem valer na dinâmica da estrutura de gestão por parte do Estado.

As exigências por emancipação advêm da necessidade de ampliar a autonomia municipal perante os demais patamares decisórios, garantida, assim, a medida exata da acumulação requerida por meio do setor produtivo, instalado em cada município. No entanto, apesar de nosso recorte regional considerar de modo essencial a grande indústria automotiva, sabemos que a especulação imobiliária e financeira, a indústria civil, de cimento, de alumínio e de metais não-ferrosos, de produtos químicos, de máquinas e de equipamentos elétricos, assim como o abastecimento de energia e o reequipamento das vias de circulação, estradas, portos, etc. compuseram o cenário de tensões de que a geografia do ABC viria a pertencer, ora como testemunha ocular, ora enquanto partícipe direto. Basta atentar às trinta e uma metas pertinentes ao governo JK, distribuídas pelos setores de energia, dos transportes, dos produtos de base e da produção de alimentos.

“(…) nas transformações que ocorrem desde os anos trinta a expansão capitalista no Brasil foi muito mais o resultado concreto do tipo e do estilo de luta de classes interna que um mero reflexo das condições imperantes no capitalismo mundial.” (OLIVEIRA, 1976; pág.48)

O enfoque que Francisco de Oliveira aborda e sustenta sobre a direção tomada pela economia brasileira, coloca em questão o fato de simplesmente

considerarmos como mero reflexo do desenvolvimento geral das forças produtivas capitalistas, em escala mundial. Ou seja, de caráter distinto do ocorrido em fase anterior, quando o país caracterizava-se na essência por sua participação agroexportadora, doravante não se pode tomar-lhe os sentidos e significados meramente como resposta a dilatação das dinâmicas inerentes ao capital por sobre o globo. E, argumenta:

“(...) com a crise dos anos trinta, o vácuo produzido tanto poderia ser preenchido com estagnação (...) como com crescimento (...) existiam condições estruturais, intrínsecas, que poderiam alimentar tanto a acumulação como a formação do mercado interno. (OLIVEIRA, 1976;pág.48)

De tal sorte, a atividade industrial passou a ser o ponto alto da economia local, arrastando consigo todas as outras implicadas à sua concretização, ou de forma indireta devido ao exercício de sua influência, como no caso da especulação e do fomento aos empreendimentos imobiliários. Ao mesmo tempo, tornou-se maestrina das dinâmicas econômicas, regional e nacional, no que diz respeito às condições geográficas que passou a demandar. E ainda de forma mais aguda, a partir do governo JK e de seu Plano de Metas, nos quais se revelaram os rumos a serem perseguidos para a economia brasileira e em que bases de ação. Para se ter uma idéia, “os cinqüenta anos em cinco” contou com a formação do Grupo Executivo da Indústria Automobilística, cuja empreitada principal ficou a cargo de viabilizar com subsídios e outros benefícios, àquele setor. Como ressalta Oliveira,

“(...) pouco importa reconhecer que o Plano de Metas do Governo Kubitschek estava muito longe de qualquer tipo de planejamento acabado: o importante é reconhecer que os meios e os fins objetivados não apenas eram coerentes entre si, como foram logrados.” (OLIVEIRA, 1976;pág.48)

Desde então, grande quantidade de montadoras e indústrias de autopeças colocaram suas instalações para funcionar no ABC paulista requerendo, como é de se esperar, os fatores oportunos à produção entre os quais, o azado operariado. Assim sendo, não é de estranhar que tenham se formado núcleos de articulação de trabalhadores dos quais derivaram os sindicatos, imprimindo sua marca em toda a geografia do ABC.

Da formação do sindicalismo, e por meio dessa coexistência – a presença do grande capital paralela ao movimento operário organizado –, temos, de forma paradoxal, a origem do estigma que viria a dar reconhecimento e identidade à região.

Entretanto, no período descrito, o intento de prosseguir com o plano de metas não provocou reações externas a ele contrárias, pelo menos no que concerne às predominâncias exercidas no conjunto das relações internacionais de produção e comércio. Ao analisar o processo de disputas entre as principais empresas e países interessados em sua execução, verificamos a ausência quase que completa dos capitais de origem norte-americana, cujas forças eram hegemônicas na época.

O episódio denota que na supremacia por eles exercida, não foram incluídos abraçar e tomar para si o encaminhamento das prioridades estabelecidas naquele documento, deixando claramente para trás qualquer interesse mais substantivo por tal investida. Esse dado pode ser verificado nas alterações que foram acertadas, nas quais a participação marcante na construção naval, na indústria siderúrgica e no próprio setor automotivo, não corresponde ao capital estadunidense.

“(...) as empresas norte-americanas que já estavam aqui desde há muito, como a General Motors e a Ford, não se interessavam pela produção de automóveis para passeio senão depois de 1964, e (...) a Willys-Overland, era não somente uma empresa marginal na produção automobilística dos Estados Unidos, como basicamente montou-se com capital nacional público (BNDE) e privado (através do lançamento de ações e associação com grupos nacionais(...))” (OLIVEIRA, 1976; pág.49)

Para Oliveira esse evento se justifica porque aquele Estado permaneceu profundamente arraigado à antiga divisão internacional do trabalho, na qual temos a presença marcante da participação nacional nas exportações de produtos primários e por isto não encontramos, por seu lado, qualquer tipo de estratégia internacional rumo à industrialização brasileira.

Assim sendo, os capitais aqui instalados a partir de então, tiveram procedências diversas, entretanto vinculados ao ressurgimento dos países europeus e do Japão no quadro internacional, após recuperarem-se dos danos da

Segunda Grande Guerra e da ação de suas seqüelas, em termos econômicos, diplomáticos e territoriais, a partir dos quais foi possível executar a estratégia nacional de desenvolvimento. Associaram-se a eles, os capitais nacionais privados e estatais apresentando-se, de imediato, interessados na acumulação presumível advinda no cumprimento do escopo desenhado pelo Plano de Metas. Esse andamento pode ser considerado uma espécie de *intermezzo* que levaria mais tarde a “pá de cal” jogada sobre a geografia brasileira pelas classes dirigentes de então, concatenando a consolidação do arranjo produtivo relacionada à expansão de sua predominante atuação.

O Plano de Metas assenta como prioridades, as seguintes ações:

“1. Construção de Brasília; 2. Eliminação de pontos de estrangulamento da economia; 3. Implantação de pontos germinativos em setores como a indústria automobilística e a de construção naval; 4. Expansão dos setores de demanda derivada em relação às demais metas; indústria elétrica, mecânica pesada e metalúrgica, peças para a indústria automobilística, equipamentos industriais e de transportes”. (SCARLATO, 1987; pág.76)

De tal sorte, a valorização da construção civil, naval e automobilística trouxe, no rebote, os demais ramos necessários a sua implantação, expansão e reprodução, engendrando, com isto, uma situação em que concorreram capital estrangeiro – dispondo de tecnologias avançadas – e capital nacional estatal e privado, não havendo para os últimos a transferência de tal *know-how*. O efeito imediato foi um ganho qualitativo e quantitativo de produtividade, de pronto adequado ao acirramento da concentração de renda que, antes mesmo dessa ocasião, já se dava sobre um estilo de prática exploratória de teores inequivocamente intensos:

“(...) a produtividade dará enorme saltos, principalmente se essa incorporação se dá em condições das relações de produção que potencialmente já eram, de per si, concentradoras: sobre um mercado de trabalho marcado pelo custo irrisório da força de trabalho (...)” (OLIVEIRA, 1976; pág.50)

Estavam colocados os ingredientes para que a acumulação interna fosse impetrada por meio a incorporação de procedimentos técnicos mais sofisticados e de padrão internacional, assim como, pela radicalização da espoliação dos lucros sobre o trabalho, por parte do grande capital. No quadro que se segue, são

apresentados alguns dados sobre o comportamento do salário mínimo no período que se estende de 1944 a 1968. A tabela original fornece dados sobre os estados de São Paulo e da então Guanabara. Para nossos fins, acercaremos os referentes ao primeiro, na medida em que interessa-nos o contexto produtivo particular no qual se insere o Grande ABC.

SALÁRIO-MÍNIMO REAL – GUANABARA E SÃO PAULO

ANO	ÍNDICES BASE – 1944 = 100		VARIAÇÃO ANUAL			
	GUANABARA	SÃO PAULO	GUANABARA	SÃO PAULO		
—	1944	100	100			
19,7	1945	84,2	80,3	—	15,8	—
11,7	1946	74,1	70,9	—	12,0	—
24,1	1947	60,7	53,8	—	18,1	—
17,8	1948	58,0	49,6	—	4,4	—
1,6	1949	55,4	50,4	—	4,5	+
5,0	1950	50,9	47,9	—	8,1	—
10,6	1951	53,6	53,0	+	5,3	+
135,5	1952	122,3	124,8	+	128,2	+
18,5	1953	107,1	101,7	—	12,4	—
36,0	1954	144,6	138,3	+	35,0	+
0,7	1955	142,9	139,3	—	1,2	+
5,5	1956	150,9	147,0	+	5,6	+
4,6	1957	159,8	153,8	+	5,9	+
13,3	1958	140,2	133,3	—	12,3	—
23,7	1959	106,3	101,7	—	14,2	—
28,6	1960	140,2	130,8	+	13,2	+
11,8	1961	161,6	146,2	+	15,3	+
15,3	1962	137,5	123,9	—	15,0	—

7,6	1963	128,6	114,5	—	6,5	—
1,6	1964	124,9	116,3	—	2,1	+
3,0	1965	119,6	112,8	—	5,0	—
13,7	1966	107,1	97,4	—	10,7	—
1,7	1967	104,5	95,7	—	2,4	—
1,8	1968	103,6	94,0	—	0,9	—

Tomado de: OLIVEIRA, 1976, p.52.

Fonte dos Dados Originais: Anuário Estatístico do Brasil e Conjuntura Econômica.

Em linhas gerais, podemos notar por meio da análise numérica dos dados aqui contidos, que o poder aquisitivo real não obteve elevações. Entretanto, dividindo a tabela em três momentos distintos, – de 1944 a 1951; de 1952 a 1957; de 1958 a 1967 –, temos condições de avaliá-los mais detidamente.

Assim, encontramos os seguintes resultados: mais do que simplesmente não terem sido registrados ganhos efetivos, observamos reduções, como apontam os índices do primeiro intervalo descrito por Oliveira – entre 1944 e 1951; seguido a este, de 1952 a 1957 – um movimento que oscilou entre recobrança e diminuição do poder de compra dos salários, no contexto do segundo mandato de Vargas e início da gestão de Kubitschek. E, no terceiro e último, que se iniciou no ano de 1958 e estendeu-se até 1968, ocorreu um processo de intenso desgaste da capacidade de compra dos assalariados urbanos.³⁰

Ora, devemos lembrar que naqueles anos, a produção industrial elevou-se ininterruptamente com exceção do intervalo entre 1962-64, demonstrando, com isto, que a repercussão dos frutos desse crescimento, ou seja, a parte que cabia ao atendimento às reivindicações trabalhistas não foi a eles repassada. Podemos, então, deduzir que em vez de ganhos de remuneração, tivemos elevação na extração de mais-valia, acirrando e aprofundando a concentração de renda já existente. Ainda, nos compete ressaltar, que essa conduta de arrocho salarial só

³⁰ Não fazem parte deste levantamento os índices sobre a força de trabalho envolvida no campo, como também a absorvida nas demais atividades urbanas.

foi alterada de forma positiva para os assalariados, quando a organização da força de trabalho se fez sentir. Como nos diz Oliveira:

“Difícil é não se tirar a conclusão de que a característica geral do período é **a de aumento da taxa de exploração do trabalho**, a qual foi contrarrestada **apenas** quando o poder político dos trabalhadores pesou decisivamente.” (OLIVEIRA, 1976; pág.52)

E, completa

“seria ingênuo pensar, (...) que os trabalhadores devem primeiro esperar que o “bolo” cresça para reivindicar melhor fatia” (OLIVEIRA, 1976;pág.53).

Verificando a pauta do Plano de Metas, uma segunda consequência derivada das primazias tão bem esboçadas e traduzidas no slogan “cinquenta anos em cinco”, se refere às medidas cautelares quanto ao grau de controle federal desse desenvolvimento.

Isso significa que a instauração de um processo de implantação industrial em tempo recorde, com bases em contratos de transferência de unidades produtivas para solo brasileiro, poderia resultar em relativa perda das rédeas de sua condução. Assim, questões comuns à viabilização da produção como, por exemplo, a dose satisfatória e indicada para cada momento, o intervalo de tempo necessário, a disponibilidade dos fatores produtivos, tanto em quantidade como em qualidade e a que preços, passavam a compor indagações cujas respostas partiriam das prerrogativas das companhias privadas interessadas.

Com isso, queremos apenas apontar, uma vez mais, o jogo de tensões provocado pelas disputas entre as partes envolvidas, quando se trata da ampliação das formas de acumulação.³¹ Todavia, o grau de autonomia decisória das indústrias sobre os rumos produtivos era suficientemente importante para causar transtornos aos objetivos requeridos naquele momento.

Além disso, a propriedade do aparato técnico e da implantação de inovações de que dispunham estas empresas, continuava a compor a estrutura operante, o que de certa forma restringia e tornava ainda mais vulneráveis as

---

³¹ Não iremos desenvolver aqui a argumentação se teria havido ou não outras formas de fomentar a industrialização nos ritmos previstos por aqueles moldes e claramente resumidos no slogan mencionado; não há qualquer expectativa ingênua de nossa parte, quanto à permissividade do Estado diante desse quadro e como dele se valeu.

influências, se requisitadas, por parte da gestão pública. De outro lado o Estado não demonstrou qualquer interesse na direção de criar mecanismos a permitir a transferência dessas tecnologias para as mãos das empresas nacionais, como anteriormente fora capaz, ao privilegiar a acumulação geral do capital.

De tal sorte que, de alguma forma, não pareceu procedente em termos econômicos fazer este tipo de enfrentamento político, pois levaria ao comprometimento dos objetivos do capital nacional. Um dos significados interessantes de mencionar incide sobre a capacidade do Estado em ocultar-se numa espécie de mimetismo consonante às circunstâncias, bem como assegurar sua ingerência em face do próprio empreendimento nacional, que não vislumbrava, tampouco, exigia naquele contexto, esse tipo de ação.

“a figura de um Estado onipresente nunca foi pensada, nem era da perspectiva ideológica do empresariado industrial nacional.(...) no fundo as decisões são tomadas tendo em vista, em primeiro lugar, o processo interno de reprodução do capital, e as políticas das empresas tentam extrair dessa diretriz básica a compatibilidade com seus respectivos processos de reprodução do capital ao nível dos seus conjuntos supranacionais.” (OLIVEIRA, 1976;pgs.50-1)

Contudo ainda nos detendo sobre as escolhas incluídas no Plano de Metas, uma inquirição sobrevém: por que no andamento em que se encontrava a formação brasileira se definiram a indústria naval e automotiva como ramos dinamizadores da industrialização?

Parece-nos que o alargamento do leque de produtos exportados pelo país impingiu uma série de reformas e modernizações de infra-estrutura portuárias agora requeridas. Somado a esse dado, o intento de ampliar as atividades ligadas ao controle do comércio internacional e da circulação de mercadorias passaria a participar como serviços promissores com vistas à acumulação de capitais.

Dessa forma, a premência por modernização exigiu maquinário próprio específico a cada ramo, concluindo as possibilidades para sua fabricação; confecção esta que, por sua vez, suscitou desenvolvimento tecnológico interno ou, pelo menos, condições para sua aquisição como cliente no mercado externo. Esse mesmo comércio internacional de *know-how* evocou uma indústria de construção vigorosa, adequada a atender a envergadura da nova escala de produção,

prevendo o crescimento do tráfego de escoamento decorrente e que, de seu lado, exigiu a inserção de maior número de equipamentos urbanos. Quem o executaria, se iniciativa pública ou privada, nacional ou transnacional, seria a próxima resultante acordada a partir dos embates e entendimentos entre as partes envolvidas, delineando o amadurecimento de uma futura geografia. Assim sendo, representaram etapas ou elo de uma cadeia que se expandiu em todas as direções possíveis de serem aproveitadas pela acumulação do capital, repercutindo em transformações territoriais, cujos resultados não se detiveram em uma única escalaridade.

Mas evitar importações significava aumentar a variedade de produtos ofertados ao consumo interno, o que em si mesmo, não justificava, de forma exclusiva, a transferência de investimentos dos ramos fabris tradicionais aos modernos. Nada mais óbvio que lançar mão da clássica fórmula já usada para cooptá-los, seguindo alguns dos padrões de benefícios antes vistos como subsídios, empréstimos facilitados, manutenção de preços, custos com salários, etc.

Os componentes associados ao abastecimento do grande capital passaram simplesmente a fazer parte do espectro geral de produtos destinados ao consumo interno, antes provido por meio do comércio exterior. Em verdade, a conjuntura que levou à preferência pelos setores em questão serviu de alavanca aos demais ramos industriais, elos produtivos em que a pedra angular repousou sobre os bens de consumo duráveis.

Entretanto, o grande volume de investimentos demandado e que contou com capital fixo estrangeiro, resultou numa produção descompassada entre esses setores que, estando sob responsabilidade ou de grupos nacionais ou do Estado, não dispuseram do mesmo montante de recursos. A organização dessa bipartição produtiva redundou em uma situação em que, se por um lado as multinacionais aumentavam aplicações e investimentos ou ainda elevavam a importação de itens indispensáveis à sua velocidade produtiva, por outro, acarretavam uma crise advinda justamente dos empréstimos contraídos pelo Estado, na tentativa de

acompanhá-las nas perspectivas que mencionamos, e naturalmente, aprofundando-se em endividamentos.

Assim, o modelo econômico da Era Vargas, no qual em termos gerais, foi priorizada a fabricação de bens de produção, intensificou a industrialização brasileira ao ganhar complementaridade com as medidas implementadas a partir da gestão JK, cristalizando-se, nos duros anos 60, por meio da composição de um ideário dirigido, em específico, à classe média em expansão: o binômio automóvel/casa própria surgiu como aspiração de consumo, símbolo de situação financeira promissora e conseqüentemente de ascensão social.

De tal sorte, nos anos posteriores ao nacional desenvolvimentismo, buscou-se enfrentar os problemas dele resultantes, equalizando mudanças na concepção da política gestonária do país, às regras que permitissem concretizar àquele ideário, dando continuidade às diretrizes anteriores. Discurso e pragmatismo fundiram-se, a fim de evocar estratégias de ação que justificassem prioridades como a retomada do crescimento econômico. Estas, entre outras, seriam as marcas do período militar, para contornar os resultados nefastos do sistema de desenvolvimento industrial precedente.

Assim sendo, com o “Milagre Brasileiro” a partir de 64, a produção em série de automóveis se apoiou no prolongamento da rede de rodovias, almejando abreviar o percurso entre produção e consumo, nos mercados urbanos. Mas não apenas com isso. Também foram atuantes as frações capitalistas ligadas à construção civil, desde a produção e o desenvolvimento de materiais e equipamentos, passando pelos projetos de extração de matérias-primas, até as negociações com o poder público para incorporações imobiliárias, todos ao mesmo tempo considerados.

Quanto à política de preços dos produtos classificados como dinâmicos – entre os quais o automóvel era protagonista –, estes eram algumas vezes mais elevados que de similares importados. Isto gerou uma espécie de efeito de encarecimento em cadeia porque transmitiu, por entre ramos industriais, a que àquele se vinculavam, de forma direta ou não, mas certamente orientados pela indústria automotiva.

Constitui-se uma geografia especial nos estados do sudeste, de paisagens marcadas por instalações fabris em seqüência, galpões destinados à montagem, armazéns de estoques, pátios de estacionamento, centros comerciais simplórios e modestos núcleos habitacionais dirigidos às classes de baixa remuneração, combinados às embrionárias alterações sobre os recortes das estradas existentes, pelas quais indivíduos e mercadorias se movimentavam.

E, apesar disso, ABC Paulista e sua sociedade, como motor objetivo deste processo, continuaram a não compartilhar das condições favoráveis de produtividade, em que, muito distintamente disso, são acometidos pela acentuação, cada vez mais intensa, de sua exploração. Não tardariam e as respostas a essa sucessão de evidências sobre a disparidade entre rendimentos produtivos e salários viriam à tona, mas não sem uma contra-investida que caracterizou a truculência do período, debelada sobre a organização operária.

Ora, o desacerto entre os valores pagos por automóveis nacionais ecoando sobre as demais mercadorias e a exacerbada espoliação do trabalho, se tornou o fundamento da realização da acumulação interna, porquanto as relações capital-trabalho deram espaço ao consumo das classes médias e altas, por meio da redefinição dos termos de reprodução, uma vez mais, arrefecendo a concentração de renda.

Importa destacar que a diferença de cotação entre automóveis nacionais, mesmo que repassada a outros gêneros de produtos, só não poderia alterar e atingir àqueles artigos destinados à manutenção dos trabalhadores, sob o risco de comprometer o frágil equilíbrio entre arrocho salarial e a retomada de crescimento após 62, na medida em que compôs uma de suas peças cruciais. Dito de outra maneira, alguns mecanismos de contenção haviam de ser aplicados para que a força de trabalho e tão-somente como tal, permanecesse assim posicionada, no interior do quadro produtivo. Fosse como mão-de-obra absorvida na linha produtiva ou em quaisquer atividades presentes, fosse como exército de reserva e de reposição, de tal sorte a certificar os baixos padrões de dispêndios com pagamentos.

Do contrário, é provável prorromper uma ebulição de reivindicações salariais por aumentos reais de remuneração, levando a uma situação de colapso do já desgastado relacionamento patrão/operário, em que possivelmente uma das partes haveria de ceder, em seu próprio prejuízo. Como prova disso, os relatos que a história nos trouxe e que vertidos em termos numéricos, traduzem com muita clareza, o segmento que acaba senão por abdicar, ao menos atenuar seus danos, em prol da estabilidade momentânea dos vínculos empregatícios de que dependem.

Entretanto, em se tratando da fatia que corresponde ao empresariado, seus agravos, ainda que bradados como insustentáveis, decerto não alcançariam nem de perto tamanho infausto. De tal sorte,

“(...) para o processo capitalista no Brasil é importante que o custo de produção do café seja competitivo internacionalmente, mas nenhuma importância tem o fato de que os automóveis nacionais sejam duas ou três vezes mais caros (...)” (OLIVEIRA, 1976; pág.29)

Se recuarmos para a década de 50 e resgatarmos o peso político da atuação dos trabalhadores, é possível encontrar pelas mãos do Ministério do Trabalho, no mesmo ano de 1953 em que foi promulgada a lei de criação da comarca de Santo André, nova tabela de salário mínimo agora 15% mais alta que a anterior, apresentada pelo mesmo órgão. Esse fato ocorreu após negociações de entendimento com as entidades sindicais no estado paulista e, curiosamente, o valor maior foi concedido à 1ª região da qual a dita comarca.

Mesmo assim, por meio do Diário Oficial, a imprensa fazia o trabalho de ressaltar não as perdas salariais que foram se acumulando no correr dos últimos anos, mas às territoriais sofridas pelo município de Santo André (primitivo São Bernardo criado em 1889), observando ainda que, mesmo com tais supressões “(...) nada perdeu da sua pujança e vocação progressista, iniciadas no final do século passado” (GAIARSA).

Posteriormente, em levantamento divulgado pela Divisão de Estatística e Documentação de São Paulo foi demonstrada a elevação galopante do custo de vida; entre 1955 e 1956 sofreu ascensão em 50%; entre 1956 e 1957 em 40%. (GAIARSA).

Apesar de tais avarias incidirem sobre todos que dependiam de salários para sobreviver, foram os operários que ressentiram mais agudamente os problemas advindos dos caminhos que a acumulação fabril trilhou a partir da orientação e fomento governamentais. Registraram-se diversas greves nesse período entre trabalhadores do setor têxtil, metalúrgico, químico. Em meio a tais convulsões, com os reclamos da região de Diadema (constituída pelos povoados de Piraporinha, Eldorado, Taboão e Diadema) e a votação do plebiscito por sua autonomia, finalmente efetivou-se, originando município independente (1958), “Com Diadema, constituiu-se o HEXÁGONO INDUSTRIAL...” (GAIARSA).

Nesse contexto marcado por altas inflações, elevação dos gastos com a reprodução social, e protestos por todos os setores da economia regional, aprovou-se outra grandeza para o salário mínimo novamente com cifras maiores para São Paulo e ABC, oferecendo às demais regiões quantias menores.

Ainda na escala local, temos no ano de 1959 dois importantes feitos. Surge como necessidade própria às transformações pelas quais passa o ABC paulista, a iniciativa de traçar as linhas mestras de um plano diretor, vislumbrando atender e dirigir os passos das administrações futuras. Assim se constituía o “Plano Diretor da Cidade de Santo André”. E, ainda, em 1959, formou-se a “União do Povo” uma

“coligação de forças políticas e sociais na base de um programa comum, para arregimentar o povo a fim de lutar pela completa renovação política do município, lançando candidatos próprios à Prefeitura e à Vice-prefeitura”. (GAIARSA, 1968; pág. 335)

Desta feita, retomamos esses fatos para obter base de comparação e assim observar a qualidade do que estaria por vir nos anos sessenta, em que predominou a lógica de funcionamento da indústria automobilística, ocasionando uma série de resultados ao operariado, que por sua vez, foi duramente penalizado toda vez que se insurgiu contra as mazelas do capital produtivo nessa nova fase.

Durante as décadas de 60 e 70, sobretudo nos primeiros anos, encontramos aliados componentes de crise política, – às voltas com “renúncias” e “governos provisórios” –, aos resultados da direção produtiva tomada pelos “cinquenta anos em cinco”, o que sabidamente caracterizou um período de grande

dificuldade para a maior parte da sociedade brasileira. As repercussões das medidas tomadas a partir do “nacional desenvolvimentismo”, como a abertura à entrada de capitais sob a forma de bens de produção de origem estrangeira, trouxe consigo a inevitável subordinação tecnológica. De tal sorte, em todas as ocasiões em que houvesse necessidade de reposição de peças, adaptação do maquinário, ou mesmo concatenação concorrencial nos plano interno ou externo, tal condicionamento seria evidenciado. E, isto, enquanto esse domínio não sofresse devida atenção. Portanto, criou-se uma situação em que:

“se uma parcela da mais-valia extorquida internacionalmente pelo capital estrangeiro é reinvestida, não podemos esquecer que outra é remetida para o exterior sob forma de lucros, juros e dividendos. Assim, ao efeito de desnacionalização deve-se agregar o de descapitalização relativa, que diz respeito ao quantum de mais-valia que escapa à reprodução ampliada interna.” (MANTEGA etalli, 1979;pág.28)

Por outro lado, somam-se a esses elementos a queda relativa do papel desempenhado pela agricultura de exportação, que acabou por entravar os ativos de expansão e de acumulação ampliada, por sua vez, levando à “setorização” da distribuição entre os investimentos privados – nacionais e estrangeiros –, e àqueles de alçada pública comandados pelo Estado. Vamos ao comentário de Singer sobre esse dado referente à agroexportação:

“criava um ponto de estrangulamento para a acumulação do capital, não devido à insuficiência quantitativa do excedente, mas porque, na metamorfose do capital, a realização de uma parcela insuficiente do excedente no exterior impedia que ele assumisse a forma de valor adequada (divisas) que lhe permitisse transformar-se nos valores de uso (meios de produção importados) que a reprodução ampliada requeria” (SINGER,1972;pág.40)

De modo sucinto, o quadro dos dois decênios anteriores aos anos oitenta, pode ser caracterizado como formador de uma geografia que se edificou sobre a captação de recursos estrangeiros em paralelo ao acirramento do poder aquisitivo dos assalariados. Apesar de fazer parte dessa fração, a classe média ficaria desobrigada destas perdas ao menos num primeiro momento, dada sua função basilar na composição da acumulação privada, e, isso, enquanto constituísse alicerce de consumo dos bens duráveis. Em outras palavras, tornou-se regra o contínuo repasse de riquezas acima da corrente extração de mais-valia,

acrescentando-se, posteriormente a isso, o pagamento dos dividendos da contração acelerada de empréstimos apanhados no mercado externo. O ABC Paulista passou a testemunhar desmobilização operária ao lado de seu nítido empobrecimento, assim se ressentindo por meio as evidências de uma estratégia concentracionista por parte do Estado. Para uma idéia bastante simples de tal cenário, nos lembra Mendonça:

“(...) enquanto no ano de 1960, os 20% mais ricos da população brasileira eram donos de 54% da renda nacional, em 1970 passaram a deter 62% dela. De forma inversa, os 50% mais pobres tiveram sua participação na renda nacional diminuída de 17,7% (em 1960) para 11,8% (em 1970).” (MENDONÇA, 1997; pág.69)

Significa dizer: endividamentos públicos e arrocho salarial favoreceram a concentração oligopolista de empresas e de multinacionais, na medida em que o empresariado industrial contou com uma expressiva queda em seus gastos com fatores produtivos, como força de trabalho além de subsídios em forma de recursos financeiros, matérias-primas ou em máquinas, eliminando e/ou simplesmente incorporando as pequenas e médias iniciativas de concorrência. Esse fato pôde se concretizar pelo tabelamento de preços e de impostos sobre as bases do desempenho do Grande Capital, o que jamais seria acompanhado por aquelas fábricas de menor porte, levando conseqüentemente às atinentes falências:

“impostos que iriam garrotear o pequeno empresário, tais como o Imposto sobre a Produção Industrial (IPI) e o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM).(...) já que produziam em menor escala e como custos maiores do que as grandes unidades fabris(...).” (MENDONÇA, 1997; pág.70)

De tal sorte, a expansão de oligopólios promoveu-se com o aval de medidas governamentais, deixando à disposição senão de forma aberta, disfarçadamente todos os artefatos necessários à sua realização, como já dissemos, acumulação por meio a vazão de mais-valia. Uma vez mais podemos assim comprovar e delinear a que níveis se instauram o poder de controle, a força política decisória, no contexto nacional, por parte da grande indústria em direção a seu escopo. O quadro a seguir, extraído de Mantega (1979), contém uma amostra das 318 maiores empresas distribuídas por diversos ramos manufatureiros e, que

sob o ponto de vista de seus patrimônios, faturamentos e capitais, tiveram o seguinte desempenho:

TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAIS MÉDIAS –PRODUTO REAL – 1966/73

SETORES	%	PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS MULTINACIONAIS* Em %
Min. não metálicos	11,3	59,72
Metalurgia	10,3	26,50
Mecânica	16,2	74,65
Mat. Elétrico	14,7	76,16
Material de transporte	14,7	96,44
Madeiras	9,7	17,59
Papel e papelão	8,0	37,05
Mobiliário	-2,5	0,00
Borracha	12,1	66,10
Couros e peles	6,4	--
Química	12,6	51,12
Plásticos	12,0	70,13
Perfumaria	13,7	3,30
Têxtil	3,7	37,88
Vestuário	6,0	49,71
Alimentos	9,3	53,84
Bebidas	5,4	14,65
Fumo	5,6	99,90

Tomado de: MANTEGA et alli, 1969, p.76. **Fonte: Carlos Von Doellinger, et alli, Empresas Multinacionais na Indústria Brasileira, RJ, 1976, p.56.**

* participação das empresas multinacionais entre as 318 maiores empresas manufatureiras, segundo os valores de patrimônio, faturamento e capital.

Os dados que se destacam, dizem respeito às principais taxas de crescimento entre 1966 e 1973, e correspondentes aos setores Mecânicos, Materiais Elétricos e de Transportes, Químicos e Plásticos, todos com participação porcentual expressiva de capitais multinacionais, com apenas uma empresa, dentre estas, inferior a 70%. Esse panorama reafirma o caráter que mencionamos, no qual o grau de participação não se restringe simplesmente à produção e à capitalização diretas, mas ao poder de barganha junto à direção das atividades econômicas, em seu próprio benefício e, por consequência, incorporando e incidindo sobre a conformação do ABC Paulista:

“Após cerca de quatro anos de aproveitamento da capacidade ociosa (68/71) (...) a estrutura produtiva começa a requerer maiores desembolsos na formação de capital fixo (...) após 1973, quando a capacidade ociosa já estava quase toda absorvida, os custos com o capital fixo tornaram-se crescentes, pressionando as taxas de lucros para baixo.” (MANTEGA, 1979; pág. 60)

Mais tarde, com a crise do petróleo e as dificuldades em trazer recursos externos para investi-los em bens de produção despontou, tão ou mais veemente, a vez do capital financeiro que, a partir da prática de políticas oficiais, nutriu e aprofundou, uma situação recessiva e de crise sem par na história brasileira:

“um dos setores mais concentrado e controlado, principalmente por capitais nacionais (...) vai ser beneficiado pela aproximação da crise econômica, período no qual o setor industrial requisita-lhe maiores favores(...)” (MANTEGA,1979;pág.59)

Nesse circuito dinâmico surgiu, de um lado, os “conglomerados financeiros” que, para além da natureza de suas atividades e préstimos, acumularam extraordinários dividendos graças a uma soma de circunstâncias que assim lhes permitiu e favoreceu. De outro, e derivado daquelas mesmas condições propícias, o capital industrial não dispôs da mesma sorte, assistindo ao infortúnio do despencar de sua lucratividade.

Encarecimento das importações e das cessões financeiras aliados às altas dos juros externos e internos; dependência de capitais e tecnologias e injunção de dar continuidade à reposição de equipamentos por parte da produção fabril; arrocho salarial e ampliação do número de horas das jornadas diárias com intensificação do trabalho familiar; e, por fim, impostos elevados sobre as até então protegidas, classes médias. Este compôs o cenário que se estendeu até a metade dos anos 70, quando passou a vigorar o II Plano Nacional de Desenvolvimento, durante a gestão Geisel (1974-78).

Com ele, o descontentamento ampliou-se por sobre segmentos que ainda encontravam formas vantajosas de se valerem da situação precedente, e que daí por diante, não mais as teriam. Sucintamente, tal contrariedade se deu pela inversão da direção para a qual se voltara o conjunto de benefícios até então priorizados, em termos de produção fabril – os bens de consumo duráveis. Por conta desse novo aceno, a produção nacional de bens de capital seria o novo alvo de estímulos, tornando insatisfeitas diversas outras frações do capital industrial e financeiro.

Ao mesmo tempo, foram nesses anos que se deslocaram milhares de pessoas rumo a RMSP, provocando um salto demográfico quantitativo, que podemos averiguar, em especial, nos municípios do Grande ABC, onde:

**População Residente e Taxa de Crescimento Anual em cada Período
por Município do Grande ABC – 1960, 1970, 1980, 1991**

Municípios	1960	1970	1980	1991	1960-70	1970- 80	1980-91
					(%)	(%)	(%)
Santo André	242.920	418.82	553.072	616.991	5,84	2,81	1,0
São Bernardo do Campo	81.255	201.662	425.602	566.893	9,51	7,75	2,64
São Caetano do Sul	113.23	150.130	163.082	149.519	2,86	0,83	-0,78
Diadema	12.287	78.914	228.660	305.287	20,44	11,22	2,66
Mauá	28.646	101.700	205.740	294.998	13,50	7,30	3,33
Ribeirão Pires		21.057	29.048	56.532	85.085	3,26	6,88
3,78							
Rio Grande da Serra	(*)	8.397	20.093	29.091	(*)	9,11	3,67
Total	499.398	988.677	1.652.781	2.048.674	7,06	5,27	1,97

Tomado de: MELLO, 2001, p.121.

Fonte: Censos Demográficos do IBGE, 1960, 1970, 1980, 1991

Salto este que contribuiu para o declínio dos salários dos trabalhadores, dado ao formato intrínseco às relações capital/trabalho, mas que ressoou na organização sindical, principalmente relacionado ao setor automotivo e suas co-irmãs. Só para apresentar um dado, a fundação dos sindicatos dos metalúrgicos de Santo André, São Caetano do Sul e de São Bernardo do Campo foram, respectivamente, em 1935, 1957 e 1961 (MELLO,120). De lá até os anos 70, sua pujança passou por muitos intermezzos de coibições que repercutiam seriamente em intervenções truculentas por parte das autoridades e/ou dos proprietários de empresas, abafamentos e esvaziamentos dos movimentos sociais. Dessa forma, qualquer direção que tomasse sua prática, haveria antes de contar com modos que aliciassem novamente os trabalhadores na atividade sindical.

“(...) o que se evidencia na atividade sindical da região é ainda o empenho de dotar a entidade de uma infra-estrutura para atrair os trabalhadores pelos serviços prestados.” (MELLO, 2001;pág.121)

Assim, uma das marcas de suas realizações, (sindicatos dos metalúrgicos de S. Bernardo e Diadema) entre 1969/72, foram, principalmente, atendimentos “jurídicos, médicos, e odontológicos”, estratégia de atração, mas também, de suprimento concreto de necessidades para as quais havia incipiente disponibilidade regional, em relação ao perfil demográfico naquele presente.

De tal sorte, no contexto da mundialização do capital, ingressamos nos anos 80 sofrendo transformações na geografia dos municípios abecedenses, em função das mudanças gerais adotadas no setor produtivo. Estratégias as quais nos deteremos a analisar em seguida.

2.5 - Dessemelhança entre produção e consumo

Entre as novas estratégias praticadas pelas iniciativas privadas fabris está a relativa dissociação territorial entre as unidades fabris e delas em face do mercado consumidor. Todavia, praticar de forma declarada a dessemelhança ou a separação entre ambas as atividades, – produção e consumo –, veio modificar e repercutir na projeção do ABC, provocando profundas contradições, uma vez que este foi edificado como *lugar-sede* de um tipo específico de indústria: a automotiva. De tal modo, o discurso hegemônico até então sobre sua vocação de pólo industrial passou a dividir atenções com os propósitos trazidos a partir das inovações logísticas empreendidas pelas montadoras estrangeiras. Habitantes, moradores, operários, comerciantes, testemunharam alterações na preleção tantas vezes sancionada pelas elites locais, cujo intento no passado fora o de lançá-lo, – em escala regional, nacional e internacional –, no rol da produção industrial.

Entretanto, – e, como era de esperar –, o comportamento de um dos necessários componentes permaneceu inalterado, no que se relaciona aos ganhos reais por sua participação. Ou seja, àqueles efetivamente responsáveis pelos rendimentos fabris e que trouxeram consigo a progressiva industrialização

do ABC paulista e do país, não redefiniram sua condição de apropriação ou de acesso aos resultados que foram deles retirados. Ao contrário e muito distante de qualquer fato em seu favor, o comprovaremos mais a frente.

Com obviedade, o contra discurso redargúi às perdas salariais apontando as perspectivas “geradas” pelas renovadas demandas por empregos, assim como, as vantagens acarretadas por intermédio da instituição de benfeitorias fixadas em sua geografia, a partir da inauguração industrial.

“A força econômica dos municípios do Grande ABC, resultante de sua condição de *locus* da grande indústria e em particular de seu significado na produção automobilística nacional, contribuiu para que emergisse pela primeira vez o discurso regionalista (...) representava inicialmente a articulação das elites, no sentido de fazer valer seus interesses no jogo de poder (...).” (MELLO, 2001; pág.119)

Transpondo o caráter objetivo implicado do processo de implantação fabril e que de certa forma lançou o país no quadro das economias recentemente transformadas em industrializadas, façamos um pequeno recorte em nosso texto, um parênteses para que possamos refletir sobre o alcance e a significação específica que a produção de carros promoveu.

Para além das modificações que ocasionou na geografia da produção e da circulação, não poderíamos deixar de apontar os efeitos sobre as condutas de valoração individuais, ou seja, a criação de uma cultura em que o “mover-se” absorveu e substituiu, em importância, boa parte das ocupações cotidianas.

Se nos detivermos em formações sociais como a que encontramos, por exemplo, nos Estados Unidos, temos o automóvel como referência máxima da identidade de uma geografia marcada por autopistas que ligam as unidades federativas e, dentro delas, uma sociedade realizada sem prescindir do automóvel. Formou-se um universo “*drive*”, em que a consumação de necessidades como alimentação, prestação de contas, cultos ecumênicos, entre outras, se concretizam sem que os indivíduos deixem sua condição de motoristas. Assim encapsulados, comem, quitam boletos ou rezam, como se isto fosse a natureza inerente do Meio em que vivem e que corroboram a construir. Ora, nessa perspectiva, o automóvel não representou uma simples invenção.

Ainda é mais fácil para nós reconhecermos que, desde os primeiros protótipos até a expansão totalizante de sua inserção em diferentes mercados, nos deparamos com a força própria de transformação sobre a geografia do planeta. De início, como dissemos acima, pelas alterações na lógica da circulação e depois do que dela derivou. Ao introduzir modificações inauditas nos ritmos da reprodução das sociedades, esse mercado suscitou demandas a seu rebote, ampliando de forma incomensurável a variedade e a qualidade dos inúmeros fatores produtivos de que depende.

De tal sorte, passou a ditar a fluidez não somente das atividades a ela necessárias, mas do conjunto da economia. Matérias-primas, fontes de energia, indústrias de bens de produção (máquinas especializadas em produzir outras máquinas e equipamentos ou confeccionar peças específicas), tudo isso num movimento vultoso que difundiu uma profusão de conhecimentos técnico-científicos colocados em teste em pouco mais de um século. Como vimos, os resultados desse processo refundaram e mesmo criaram uma cultura de hábitos – os mais simples e diários –, expressos em paradigmas de modernidade, cuja idéia basilar é superação sempre renovada dos limites postos na relação Homem-Meio.

Dessa forma, quando encetada neste país, a indústria automotiva não deixa para trás sua própria biografia. Esse invento superou seu valor de uso e, como era de se esperar, passou também a simbolizar, no interior da formação social brasileira, modernização e status social. Nesses termos, as diferentes percepções das classes sociais sobre o lócus de sua fabricação, foram igualmente prescritas por aqueles parâmetros.

Apesar de não termos como propósito estabelecer um perfil ou padrão de opiniões sobre a referida região, tampouco averiguar o grau de consciência sobre as respectivas posições e conseqüências políticas em face dessas inovações, podemos citar duas das formas mais correntes que povoam o senso comum no que diz respeito à sua apreensão e que contribuíram para firmar a geografia de então.

Tanto a fabricação como o consumo da mercadoria “carro” projetaram o ABC como sede de unidades automobilísticas estrangeiras, uma espécie de

conexão entre mundo “desenvolvido” e “subdesenvolvido”, pólo industrial modernizado onde estão concentradas tecnologias avançadas para a produção automotiva nacional. O resultado da inserção de tais fábricas passava,, então a se explicitar nas devidas casas de comércio como revendedoras e autorizadas de veículos. Indivíduos de classes sociais médias e altas, por meio do consumo, introjetaram a grandiosidade do parque industrial de base automotiva, tendo por juízo o contato oferecido pelo ato de sua aquisição ou por meio de informações e propagandas transmitidas pelos meios de comunicação de massa.

Diametralmente, quer trabalhadores absorvidos diretamente na linha produtiva, quer em atividades pertencentes aos desdobramentos do desenvolvimento regional vigente, estes passaram a orientar com naturalidade seus cotidianos a partir do ritmo recém-impingido por aquela produção, assim levados pelo mesmo propósito de sobrevivência, diante das chances que passaram a compor o quadro do mercado de trabalho.

Para estes, o ABC apresentou as novas e diversas oportunidades acenadas pelas atividades que se construía e sobre as possibilidades de integrar a manutenção da vida diária. Um número elevado de indivíduos que talvez, dentro da grandiosidade das fábricas em suas respectivas envergaduras produtivas, não lhes fora permitido avaliar a extensão dos mecanismos exploratórios incididos sobre seu trabalho e, em consequência, sobre sua capacidade de àqueles resistirem.

Bem, temos a essa altura de advertir que quando se trata de entender a geografia de um lugar específico temos de nos remeter às propriedades ou características próprias a seu processo de gênese e de conformação territorial. Entretanto, a fim de reiterar a discussão sobre a atribuição regional para o ABC Paulista, enfocamos os elementos e determinações que correspondem à metade do século passado, representantes de uma realidade urbana procedente da fase de implantação e expansão industrial no Brasil.

Assim sendo, deflagrou-se o que Lefebvre apontou como conflito entre “desejos” e “necessidades classificadas”, isto é, o ABC revisto como expressão material ou objetivação derivada do enfrentamento entre “natureza” e “cultura”

nesta formação social (LEFEBVRE,1999). Surgiu uma unidade territorial às expensas das contradições intrínsecas (e momentâneas) aos acordos entre capital e trabalho. De tal sorte, a mundialização industrial acabou subvertendo o sentido das prioridades no que tange a tais necessidades:

“Com ela, o meio tornava-se o fim, e o fim convertia-se em meio: a produção em estratégia; o produtivismo em filosofia; o Estado em divindade. A ordem e a desordem da época industrial re-produziram, agravando-o, o caos anterior (...)”. (LEFEBVRE, 1999; pág.161)

A experiência que funde territorialidades criadas pela esfera produtiva à vida privada, emaranhando trabalho e descanso, desde há muito pertence à história da vida urbana. Todavia, nas décadas subseqüentes (80 e 90) essa união será intensificada em função dos recentes protótipos conferidos pelas frações do capital produtivo – “habitar” o ABC Paulista passa a ter como cerne, o reforço daquelas racionalidades.

Contudo, postas tais considerações, devemos acautelar sobre a complexidade desse processo que envolve percepção, consciência, alienação, organização do trabalho, capacidade e possibilidade de criação, na formação efetiva e sempre em processo, tanto da imagem, quanto da própria geografia do ABC Paulista. Lembrando novamente Lefebvre:

“A descrição não alcança determinadas *relações sociais*, aparentemente abstratas em relação ao dado e ao “vivido”, os quais parecem concretos, mas são apenas imediatos. Por exemplo, as relações de produção e de troca (...) se projetam no terreno em lugares diferentes (...) não se define tão-somente por esse aspecto: lugar de passagens ou de trocas (...) intervém na produção e nas relações de produção.” (LEFEBVRE, 1999; pág.52)

Ao restabelecer a unidade que denominamos Região Metropolitana de São Paulo, observamos que esta abriga trinta e nove municípios, dentre os quais apenas sete incitaram denominação à parte, compondo outro recorte regional. Apesar disso, se destacam em favor a estreita ligação com a metrópole porque abrigaram empresas cuja primazia fora ocupada pela atividade automobilística, como também a interdependência e por vezes complementaridade de funções entre municipalidades, anteriores mesmo à introdução dos bens de consumo duráveis.

A centralidade da cidade de São Paulo encontra justificativa em sua atividade, a partir da qual se pensa, não apenas o conjunto de decisões componentes à produção fabril, mas também, de onde se definem as transações comerciais, evidentemente concatenado-as aos níveis escalares requeridos, em cada uma de suas fases. Com isso se expande uma hierarquia cujos raios de ação partem da capital em direção às demais cidades, do ponto de vista produtivo.

Se bem notarmos, a atividade industrial e a instalação recente de montadoras não se deram homogeneamente por entre as sete cidades, o que nos leva a constatar a importância de suas interligações capazes, inclusive, de aboná-las sob a mesma insígnia após 1950 de o “Grande ABC Paulista”.

Por outro lado, vimos que as disputas emancipatórias e críticas às afinidades dessemelhantes em face da capital metropolitana têm justamente correlação com as distinções quanto ao tipo, a quantidade e a qualidade de bens produzidos, ou seja, por uma interna divisão do trabalho. Sem dúvida que esse fato, além de usado pelo poder municipal para atender suas premências, corrobora com a visão reificada de exploração e oposição entre lugares e que em verdade, oblitera seus concretos agentes e as instâncias a que pertencem.

Bem, é evidente que as questões que levantamos ao longo deste trabalho serão esclarecidas na medida em que encaminharmos os quesitos necessários à sua persecução.

Assim sendo, encontramos o que Mello apontou e desenvolveu para o ABC como “a criação da sociedade do automóvel”. E, nada mais apropriado que as contribuições e H. Lefebvre no sentido de justificar o que vem a ser essa caracterização, e de esclarecer as peculiaridades geográficas ocasionadas pela produção maciça de tal mercadoria:

“O Automóvel é o Objeto-Rei, a Coisa-Piloto”. Nunca é demais repetir. Este Objeto por excelência rege múltiplos comportamentos em muitos domínios, da economia ao discurso. O Trânsito entra no meio das funções sociais e se classifica em primeiro lugar, o que resulta na prioridade dos estacionamentos, das vias de acesso, do sistema viário adequado. (...) concebe-se o espaço de acordo com as pressões do automóvel. O Circular substituiu o Habitar, e isto na pretensa racionalidade técnica. (LEFEBVRE, 1991; pág.110)

O que este autor observou segue a direção do que expusemos anteriormente. Ora, o invento “automóvel” escapou de sua trama inicial – como meio de transporte que abrevia distâncias e tempo–, passando a identificar a posição que os indivíduos ocupam na formação social a qual pertencem. Não somente isso: foi capaz de promover, em meio à subversão rítmica do cotidiano, uma inversão de prioridades, colocando a seu dispor o trabalho de indivíduos absorvidos nos mais diferentes tipos de atividades, paralelas à sua realização.

De tal sorte, o ABC paulista, como lugar onde a produção de carros se cristalizou recoloca-se, em função disto, como pólo industrial. No entanto, não voltado ao abastecimento regional, se dirige àqueles mercados cuja capacidade aquisitiva permite seu consumo. O hibridismo, marcado pela concomitância entre fabricação em massa e consumo externo, remonta a certa incongruência entre salários pagos e a importância que essa mercadoria atingiu, ou seja, entre valorização do trabalho que confecciona tamanha possibilidade de acumulação, mas que, todavia é para outrem. Confirma-se, novamente, a dissociação entre braços que executam daqueles que usufruem na efetividade, fazendo-nos lembrar a oposição já mencionada entre ABC e Capital Metropolitana. Ainda explorando as peculiaridades da confecção e aquisição de tal artefato, temos:

“Há uma analogia (...) entre a hierarquia do status social e a dos carros (...) O carro é símbolo de posição social e de prestígio. (...) O discurso a seu respeito se alimenta de retórica e envolve o imaginário (...) O Objeto-Piloto suscitou não apenas um sistema de comunicação mas também os organismos e instituições que se servem dele e que o servem.”(LEFEBVRE, 1991 ;pgs.112-3)

Não apenas a comercialização direta de carros oportuniza a acumulação privada, mas toda gama de atividades, serviços e ideologias a ele associadas e que órbita ao redor das etapas produtivas. Esse projeto de cooptação da classe média formado pela dupla “automóvel - casa própria” se completa com uma grande variedade de programas habitacionais, a fim de efetivar a expectativa almejada. Portanto, os planos diretores compõem esse quadro de maneira expressiva, sintetizando a tentativa de confluência entre demandas produtivas e especulativas, com força de ação sobre as possibilidades de uma e de outra.

Assim temos a atuação da especulação imobiliária estendida aos planos de habitação e cartas de crédito oferecidas por parte do poder público, assim como o fomento, a construção civil voltada às classes média e alta, arquitetado entre outros fatores, sobre a expansão das vias de circulação e do consumo de automóveis. Devemos registrar que, apesar da perspectiva do comando central constituir uma política habitacional de alcunha nacional, os governos militares, a partir dos anos 60, lograram evidentemente absorver e deslocar o enfoque, privilegiando os núcleos e concentrações urbanas em dilatação.

No caso da conformação do ABC, temos fundamentalmente a posição ocupada no início pelas três cidades, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul e que, a partir dos anos 80, receberam suporte mais substantivo de insumos químicos e de peças de reposição vindas de indústrias regionais de menor porte instaladas nos demais municípios.

Com a implantação do pólo petroquímico de Capuava, por exemplo, o município de Mauá despontou como importante peça no jogo de reprodução e acumulação das empresas, tornando-se o abrigo da segunda atividade de maior expressão regional. Já a cidade de Diadema, tão-somente recebeu unidades fabris nos anos 80, isto é, muito mais tarde em relação a seus vizinhos, excetuando-se Ribeirão Pires e ainda de forma mais incipiente, Rio Grande da Serra. Esse breve comentário de caráter descritivo permite remontar o perfil da concentração/dispersão industrial nessas localidades, assim como, o tipo de ramos privilegiados em meio às políticas territoriais de gestão.

Paralelamente, datam do mesmo período as alterações entre organizações sindicais sobre as condições de trabalho, e isso apesar da fundação dos Sindicatos dos Metalúrgicos de Santo André, de São Bernardo e de São Caetano do Sul ser anterior aos anos 70. Abriu-se então, o espectro de temas para debate, escapando das exigências estritamente salariais e ampliando-as na direção de questionamentos de maior envergadura. Como relata Mello:

“No curso da década de 70, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo tornou-se um efetivo centro de elaboração das experiências operárias (...) moldando uma linha de resistência coletiva que terminou por alterar profundamente as relações de trabalho nessas empresas e alterar o conjunto do país.” (MELLO, 2001; pág.121)

Tivemos, naquele momento, a fusão entre reivindicações estritamente produtivas e postura política de oposição à direção conduzida pelos governos militares. Algumas implicações referentes à organização do trabalho consistiram objeto de reflexão, como a capacidade de remuneração real dos salários pagos pelas empresas contando, por sua vez, com o aval do Estado; a necessidade da ampliação do número de horas acopladas à jornada fixa de trabalho por conta da política de arrocho salarial empreendida pela gestão federal, tendo por objetivo bancar a reprodução do operariado estritamente como tal; o quadro geral das condições de segurança comprometido ainda mais pelo excessivo tempo ocupado com extras a fim de recolocar o poder de compra daqueles salários e, por fim, a própria ausência do direito à liberdade sindical.

Tal foi a importância desses episódios que acabaram por ecoar sobre diferentes grupos de ofícios, aproximando-os à participação mesmo em meio a duras e brutais demonstrações por parte da polícia a serviço do Estado:

“Em 1978, quando da realização do III Congresso, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema demonstram sua força de organização e expressividade nacional. Neste congresso, além da presença de maior número de delegados inscritos, registrou-se a participação de lideranças de outras categorias profissionais que lá estiveram presentes em posição solidária.” (MELLO, 2001; pág.122)

Assim, independentemente das conquistas e dos resultados que se efetivaram no final dos anos 70 até a metade dos anos 80, tivemos no contexto da acumulação mundial por parte do capital, a emergência de novas estratégias necessárias a contornar não somente as condições gerais de queda tendencial dos lucros obtidos pelas empresas, como também os movimentos a que nos referimos. Surgiu na confluência desses aspectos e dirigidos à organização das relações sociais produtivas, um conjunto de argumentos que comporiam o discurso que justificou uma nova perspectiva de modernização. Ou seja, uma vez mais se deu o imperativo de conceber transformações na articulação capital-trabalho, necessárias à premência instalada mundialmente, que consiste em contornar os impedimentos relacionados à expansão das taxas de lucros.

A partir de tal processo, alcunhado por Harvey (1992) de “*flexibilização*”, ou se preferirmos, a transposição do “*modelo fordista*” ao “*liberal-produtivista*” por Lipietz (1991), resgataremos a análise ABC uma vez mais como lugar onde foram concentradas diversas iniciativas transnacionais e, portanto como um entre tantos parques industriais no mundo, sorvido pelas mazelas e contradições inerentes à sua realização. Com efeito, da instauração de multinacionais realizada em tempo pretérito provém, por suposto, transformações na reordenação dos fatores produtivos, entre os quais a força de trabalho que lhes oferece sustentação. A direção de suas metas permaneceu a mesma de outros momentos, isto é, as indústrias vislumbraram ampliar sempre mais as condições que diziam respeito à dilatação das possibilidades de sua acumulação, contando, para tanto, com medidas de favorecimento por parte da gestão pública.

2.6 - A queda tendencial nas taxas de lucros e a Grande Indústria no ABC

Tomando por referência a fase atual da mundialização do capital, buscaremos aqui esquadrihar as relações entre inovações produtivas adquiridas com vistas à elevação dos lucros das empresas automobilísticas e atividades derivadas, com as transformações delas decorrentes no ordenamento territorial do ABC paulista, implementadas para permitir seu máximo êxito. Em outras palavras, investigaremos as formas geográficas que tomaram essa perspectiva geral do capital fabril, quando introduzidas no âmbito local e, em específico, com o pólo industrial a que nos dirigimos nesse trabalho.

Entretanto, não estamos propondo um estudo empírico e quantitativo, um levantamento exaustivo e pormenorizado sobre unidades fabris, fatores produtivos ou equipamentos urbanos. Mesmo que tal pesquisa seja importante e já existe um bom número delas, nossa meta constitui simplesmente refletir sobre as vicissitudes desse processo em curso, a fim de especular sobre o que podemos dele esperar, ou seja, o que há por vir. Com isso, pretendemos investigar os elos entre o que se generalizou e as formas singulares que se objetivam em caráter permanente nas diversas geografias, entre as quais àquela que se sintetiza no ABC e, enfim, sua geografia a partir de então.

Sendo assim, iniciamos com a exposição dos principais elementos que identificam esse andamento, ou seja, as características das quais emergiram no campo da reflexão científica, os termos e definições que hoje são usualmente utilizados para delinear e referir mais uma das fases pelas quais passa a acumulação.

Valendo-nos da riqueza das contribuições de François Chesnais, fizemos uma breve periodização, na medida em que a história do capitalismo permite identificar certas durações de que convergem atributos comuns, capazes de tipificar um mesmo arranjo de relações internacionais de produção e comércio, evidentemente, ancorados nas bases produtivas internas e próprias a cada formação nacional. Como exemplo dessa afirmação, tivemos entre 1880 e 1913, o percurso hegemônico do imperialismo entendendo-o como objeto da disputa entre Estados a partir da introdução "indústria moderna".

Assim sendo, da produção em larga escala que vislumbra ampliar-se indefinidamente, combinada a instituições de créditos que permitiram a centralização do capital, assistimos à instauração de monopólios e o acirramento concorrencial, engendrando uma espécie de "guerra intercapitalista". Então, os dispositivos que timbraram aquele período foram: produção em série, ampliada e dirigida à escala mundial, e capital produtivo aliando forças ao financeiro.

Outra dessas durações em que são remodeladas as relações de reprodução social e, portanto, não exclusivamente produtiva, seguiu o curso dos trinta e quatro anos entre reconstituição e reafirmação econômica, política e diplomática depois do segundo conflito mundial, denominada de período "fordista". Como escreve Chesnais, a "idade de ouro", porque de grande crescimento, tem seu ápice no amadurecimento de um aparato de arbitragem das mesmas relações internacionais, das quais ressurgem instituições fortalecidas, como sindicatos e o próprio "Estado social".

Vejamos, então, a posição de entendimento trazida no comentário de Perry Anderson sobre "as políticas sociais e o Estado democrático" atual:

"Quando o neoliberalismo era um fenômeno politicamente menosprezado e marginal, durante o grande auge do capitalismo dos anos 50 e 60, parecia ao consenso burguês daquele tempo inconcebível criar desemprego de cerca de 40 milhões de pessoas nos países ricos,

sem provocar transtornos sociais; parecia impensável redistribuir renda abertamente, em alta voz, dos pobres aos ricos, em nome do valor da desigualdade; parecia inimaginável privatizar não somente o petróleo, mas também a água, a receita, hospitais, escolas e até prisões. (...) Nenhuma instituição, por mais consagrada e familiar, é, em princípio, intocável. A paisagem institucional é muito mais maleável do que se crê.” (ANDERSON, 1995; pgs.198-9)

De tal sorte, temos uma nova fase que se iniciou a partir dos anos 80, em cujas especificidades nos detivemos com maior afinco, pelas razões deste trabalho. Passemos a elas.

2.6.1 - Os anos 80 e as palavras de ordem: globalização, *just in time*, adaptação, flexibilização, desregulamentação, estoque zero

Chegamos ao momento de analisar as transformações mais recentes pelas quais passa o ABC paulista, para que em momento posterior, no último capítulo possamos propor certos acertos de cunho teórico-metodológico em sua definição como região, a que correspondem essas alterações produtivas.

Refletindo sobre os anos 80, não há como revisitá-los sem considerar os resultados promovidos pela crise mundial do petróleo, sobretudo, quando nos voltamos a uma sociedade em que dele se aproveita como base e matéria-prima para uma série de produtos, assim como, fonte de energia.

A localização das reservas, as possibilidades de prospecção, os agentes de apropriação – Estado e/ou iniciativa privada–, o direito de dispor de tecnologias relativas aos seus subtipos físico-químicos e a seus derivados, enfim, não há como furtar os efeitos paradoxais porquanto catastróficos e, ao mesmo tempo, pujantes que ocasionam. Quando se trata da produção industrial forja-se um verdadeiro cabo-de-guerra provocado pelas tensões entre ter e obter este insumo, seja em reservas alhures para extrair ou negociar, ou naquelas pertencentes a um determinado país; seja com capital nacional ou com o de origem estrangeira, envolvidos na repartição de mercados e de tarefas, como a fabricação de seus derivados ou com atividades correlatas como a pesquisa, a sondagem, ou mesmo, a distribuição, a circulação e o refino. A importância desse material ultrapassou em

muito o papel de qualquer outro, até então, especialmente no desenvolvimento da indústria.

A partir da atmosfera de disputas herdada e acirrada com os episódios das crises, a coordenação da produção geral de mercadorias passou por transformações resultantes da entrada da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) na cena internacional de produção e comércio, que exprimiu notória força política nas dinâmicas econômicas orquestradas pelo estado norte-americano e pelas empresas de origem européia e canadense. Assim, as negociações internacionais incorporaram elementos originais, tomando medidas preventivas ou conciliatórias em relação aos países integrantes daquela organização, como também acordos bilaterais ou estabelecidos entre EUA e países europeus, concatenados numa mesma postura política e econômica, em face daqueles novos desígnios.

Entretanto, ainda mais assustadora foi e continua sendo a força de autonomia com que se habilitaram os capitais financeiros diante do conjunto da produção propriamente dita. Com independência aos resultados totais se mostrarem ou não em expansão, – alcançados na confecção de bens, com os investimentos e comercializações –, seus rendimentos nutrem-se de modo invariável de ambas as circunstâncias:

“É na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social da riqueza. Um dos fenômenos mais marcantes dos últimos 15 anos tem sido a dinâmica específica da esfera financeira e de seu crescimento, em ritmos qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento de investimento, ou do PIB (inclusive dos países da OCDE), ou do comércio exterior.” (CHESNAIS, 1996; pág.15)

Esse fato pode ser explicado pelo artifício que Chesnais denomina “inflação do valor dos ativos”, ou seja, um tipo de formação de “capital fictício”, gerado pelos ganhos obtidos com os serviços das dívidas públicas sobre a composição orçamentária dos estados, e por isso possui grande abrangência e relevância.

“O nível de endividamento dos Estados perante os grandes fundos de aplicação privados (os “mercados”) deixa-lhes pouca margem para agir

senão em conformidade com as posições definidas por tais mercados (...) salvo que questionem os postulados do liberalismo.” (CHESNAIS, 1996; pág.15)

Diante da intensificação da atuação dessa modalidade e dos evidentes rendimentos por ela conquistados, esta acabou por se colocar como paradigma para as demais atividades, impingindo formas de ação e regras cuja inobservância pode vir a ocasionar falências de empresas em face daquelas que as adotam. Cabe pensar sobre as alterações nas estratégias adotadas pelos grandes grupos industriais que, pela incessante busca em valorizar o montante de suas quantias, tendem a alinhar-se às condutas dos ritmos de liquidez financeiros, sacrificando em nome desta meta, a força de trabalho arrefecendo sua exploração em meio à elevação da produtividade:

“Todas as virtudes atribuídas ao “toyotismo” estão dirigidas a obter a máxima intensidade do trabalho e o máximo rendimento de uma mão-de-obra totalmente flexível, à qual se volta a contestar, cada vez mais (até nos relatórios do Banco Mundial), o direito de organização sindical.” (CHESNAIS, 1996;pág. 17)

Nessa direção, a promessa feita tanto pelo Estado quanto pela iniciativa privada, isto é, o projeto de galgar melhores condições para a reprodução social, por meio da inserção de tais inovações, mostrou-se inoperante. A implementação dessas transformações tão logo apontou incompatibilidade com o intuito de permitir um maior grau de distribuição dos ganhos pelas classes operárias. O plano discursivo que justificava esse tipo de ação caiu por terra, quando demonstrou àquilo que já estava em andamento, no que diz respeito ao projeto de coordenação das forças produtivas: uma espoliação trabalhista sobre bases de maior envergadura.

Parece-nos que os caminhos pelos quais foram evoluindo a economia mundial, levaram ao uso mecânico do termo “globalização” como dado irrefutável para explicar a correlação há muito presente entre estados nacionais e capitais. Ou seja, esse adjetivo que passou a predicar os tempos atuais, surgido *nos* e *para* os cursos de Administração de Empresas (originariamente nos EUA e depois disseminado por outros países), escapou aos limites deste “campo de forças”. Alastrando a missiva de que, ao contar com o desenvolvimento da telemática, das

redes em satélites, entre outras aquisições técnicas e científicas, e também dos demais instrumentos internacionais de reorganização, seria permitida em qualquer ponto do mapa, a afluência de capitais. Ou seja, qualquer região, desde que internamente dispusesse de certas condições atrativas à produção fabril, agropecuária, extrativa ou financeira, fazendo abonar seus deslocamentos e aplicações.

Em outras palavras, a partir dos anos 80, constaria como princípio norteador para a acumulação, a garantia de remoção dos impedimentos à ação do capital, sobre as mais diferentes e inauditas localidades, e, portanto, a premência de reordenar suas investidas.

Em termos mundiais, surgiu um horizonte aparentemente conciliatório entre corporações de origem européia, norte-americana e japonesa, em que entraves menores (como discussões sobre cotas e taxas de importação) sucumbiram aos interesses por elas compartilhados, o que de certa forma suscitou a formação de instituições, do mesmo modo, mundializadas. Mundo sem fronteiras, empresas sem nacionalidade contando com políticas coercitivas de ingerência global, mas que imediatamente encontraram resistência nas bancadas regentes (G7, operadores financeiros, etc.). Estamos diante das oposições inerentes às frações capitalistas, que apesar de entreverem o mesmo objetivo basilar, têm seus caminhos interpenetrados por táticas excludentes, obstruir sua efetuação.

Vale a pena advertir que o conjunto de argumentos implicados no discurso da globalização e da mundialização não emerge sem razão. Ao contrário, este traduz justamente a necessidade de normatizar a liberalização excessiva, – até mesmo para os neoliberais –, acarretada pelo pós-guerra. Fundamenta-se, a seus defensores, como um momento propício na história para retomar e avaliar as condições gerais da economia, seus problemas e questões. Mas também é erigido como um ideário ético, político e econômico, dos direitos, deveres, alcances e limites a que cada grupo tenha de responder aos demais, no quadro das relações comerciais e de investimentos.

Entretanto, quando se trata de coibir a acumulação privada, encontramos todo tipo de resistência por parte do empresariado, fazendo valer, uma vez mais, seu peso político. As exceções às novas regras colocam em plano secundário as prováveis consequências de suas formas de atuação para que se concluam as metamorfoses pelas quais passa o ciclo do capital.³²

Dentro dessa perspectiva de cooperação, as mencionadas adaptações dirigem-se exclusivamente à organização do trabalho. Para que se efetivem as conversões entre as modalidades das aplicações privadas, ocorre uma série de imposições e compromissos aos trabalhadores dos “quatro cantos do mundo”, transformando quando preciso as divisões territoriais do trabalho, e, portanto, a geografia dos lugares.

Daí averiguarmos na grande imprensa, discussões sobre os diferentes posicionamentos oriundos do deslocamento das fábricas, seja de unidades inteiras, de um de seus setores, ou da desativação de uma das componentes produtivas, cominados por esse “pacote” de inovações denominado “adaptação”. Diante desse matiz financeiro, a acumulação flexível a que se referiu David Harvey (1992) também impetrou a reorganização dos investimentos setoriais da divisão automotiva instalada no ABC paulista.

A partir dos anos 70, o quadro de relações capital-capital e capital-trabalho consolidou corporações cujas bases fusionadas potencializaram e aprofundaram as condições de concorrência entre oligopólios, independentemente do tipo específico de produção a que se dedicavam. A tais circunstâncias somaram-se os diversos benefícios que a dispersão territorial, como nunca, lhes ofereceu. Por consequência das ações coordenadas de reprodução e de controle por meio da complementaridade fabril, comercial e de serviços, foi reforçada a redefinição de investimentos públicos e por consequência, a negociação com empreendimentos nacionais de menor porte, sem contar, os redirecionamentos quanto à especulação imobiliária. Nesse sentido, fica a cargo dos órgãos de planejamento definir o âmbito de participação próprio a cada patamar da esfera pública, na política de desenvolvimento adotada, dirigindo as opções em meio às

---

³² Para tanto, consultar Carlos Marx “El Capital” libro II Fundo de Cultura.

vantagens de localização, assim fazendo restrições em detrimento de alguma prerrogativa interna que não possa ser suprimida.

Estamos tratando de um conduto geral³³, ou seja, de uma orientação produtiva e financeira que se estabeleceu na esfera mundial e de cujo contexto não escapou o pólo industrial do ABC. Isso porque a generalização das indústrias reformou a divisão internacional do trabalho em seus moldes anteriores, em função da introdução de novas atividades urbanas requeridas pela especialização radicada na produção e na meta sempre presente, sobretudo por parte do grande capital, de elevar suas taxas de lucros.

Nesse sentido, convém destacar cinco aspectos imbricados na envergadura de tais corporações. Primeiramente, chama atenção a extensão da escala de operações que estas empresas recobrem, – matérias-primas, bens intermediários e finais–, considerando a variedade de produtos e serviços que oferecem e de que necessitam. Em segundo lugar, a multifuncionalidade desses grupos, ou seja, a concatenação concentrada não somente no plano horizontal como também vertical, desempenhando-se em diversas seções de atividades. Um terceiro aspecto diz respeito à conseqüente segmentação hierárquica dentre unidades fabris, porquanto a deliberação de suas devidas “aptidões” na direção de desenvolver o processo cumulativo. Temos com isso, uma espécie de classificação entre elas, em que se definem categorias de importância subdivididas entre líderes, intermediárias, atrasadas, de suporte, etc.

Um quarto aspecto a mencionar são as alternativas locacionais determinadas pelos custos diferenciais entre fatores produtivos, especificamente conectados com as alterações na divisão territorial e escalar que a própria corporação causou. E, por fim, um último ponto há muito presente nas relações internacionais de produção e comércio e que só vem se intensificando, referente à acuidade de ação que passaram a comportar. Isto é, assistimos ao aumento de seu poder de barganha pela força de pressionar, exigir, impingir os rumos e destinos quanto às transformações que lhes aprouverem, nas dinâmicas da economia política local, regional e mundial contemporânea.

---

³³ Com este trabalho não tínhamos em mente qualquer menção específica ou estudo comparativo de casos.

Assim sendo, surge como dado fundamental à ampliação de sua atividade, o potencial relacionado à fluidez geográfica desses empreendimentos, e que por esse significado foram imediatamente incorporados às plataformas políticas de gestão territorial, a fim de não ofertar nenhum tipo de resistência ou impedimento àquela. Basta nos determos ao “liberal produtivismo” aludido por Lipietz (1991), em que um dos pontos basilares por ele levantados, assenta-se sobre a tática de promover o “*just in time*”.

Como mencionamos linhas atrás, assentir às adaptações que essas corporações recomendam supõe uma série de condições, entre as quais, o “*just in time*”, que rompe com a noção de se manterem estoques de bens intermediários sem antes ter confirmada sua saída. Em outras palavras, o objetivo passa a ser produzir em fluxo intensivo, tão-somente quando acertada a demanda requerida, ou seja, a encomenda propriamente dita.

Em certo sentido, parece estranho que essas empresas consigam organizar-se dessa nova forma. O montante de produtos a que habitualmente se dedicam, não pode ser inferior ao das demais empresas, tampouco às quantidades normalmente das demandas, sem contar com alguma margem de segurança, sob pena de perderem posição no comércio exterior. Pois bem, parece mesmo ser este a significação da inovação porque determina alterações na cadeia de atividades com as quais se relaciona, formando uma geografia ulterior de ritmos totalmente distintos da precedente. De outro lado, gera-se também uma limitação nos estoques de produtos finais, descartando ou diminuindo um conjunto de tarefas, de trabalhadores e de locais apropriados a sua armazenagem, seja qual for o artigo.

Esse escopo conduz ao estreitamento dos prazos de entrega, abreviando o andamento entre capital de giro e faturamento. São esses os procedimentos que têm sido apregoados como mais previdentes e adequados, a fim de atenuar riscos com prováveis danos financeiros e amenizar os efeitos da tendência de arrefecimento nas taxas de lucros.

Afora esse fato, a “flexibilização” produtiva que vem a se somar, afirma a premência de criar e adotar equipamentos capazes de executar na linha industrial

um maior número de tipo de produtos, e, conseqüentemente, usurpar com intensidade dilatada, o trabalho de seus operadores. No entanto, nada disso poderia se verificar sem a colaboração dos meios eletrônicos que permitem compartilhar responsabilidades, repartindo os encargos referentes à comercialização com as franquias e o comércio varejista. Assim, como esclarece Chesnais, a “telemática”:

“surgiu da convergência entre os novos sistemas de telecomunicações por satélite e a cabo, as tecnologias de informatização e a microeletrônica.(...) As grandes empresas e instituições financeiras e bancárias dispõem atualmente de redes mundiais privadas de telecomunicações(...) permite a extensão das relações de terceirização(...)” (CHESNAIS,1996;pág.28)

Para atrair o interesse do empreendedorismo privado e ocupar posição privilegiada neste disputado páreo de ofertas, os lugares devem ser equipados corretamente, seguindo o curso dos acontecimentos e mesmo reinserindo-se como mercadorias. Em outras palavras, para atuar como chamariz, esses locais devem conter os quesitos necessários e suficientemente atrativos para a produção, comercialização, ou como pontos de passagem ou de intermediação, firmando-se como objetivação local das táticas perseguidas por àqueles propósitos.

“Os grupos do setor industrial (...), as cadeias de lojas de departamentos ou hipermercados podem se abastecer de bens de consumo padronizados onde forem mais baratos, até muito longe, se for o caso. Eles estabelecem seus próprios contratos de terceirização com produtores locais e comercializam os produtos sob suas próprias marcas (...).” (CHESNAIS, 1996;p.28)

De tal sorte, as localidades onde se produzem insumos e mercadorias representam a base geográfica de que emanam sua fatível progressão. Para tanto, em algum momento próximo ou distante do centro de decisões das corporações, apuram-se as condições dos atributos locais com que àquelas podem contar.

Entretanto, cabe-nos uma ressalva quanto ao teor qualitativo das territorialidades recriadas por essa orientação econômica – que de forma genérica denominamos passagem do modelo fordista-taylorista ao toyotista. Os fenômenos que descrevemos, longe de revelar em si o que está em processo, são igualmente

turvados em sua leitura, entendimento e importância por parte da ciência geográfica, quando a abordagem que este conhecimento perfaz se reduz a ocorrência de tais transformações sem, no entanto, decifrá-las. Vejamos.

Circunscrevendo-as, por exemplo, na concepção de “redes”, o território passa a ser tomado como cruzamento de linhas, cujos pontos de intersecção formam “nós”, denominados lugares. Os Estados nacionais são abordados como unidades administrativas caracterizadas porquanto maior ou menor permissividade em face do solicitado por parte do capital. Por sua vez, as regiões reduzem-se a um arranjo erigido pela presença daqueles fatores, pertinentes ao requerido. Dessa forma, as categorias geográficas como expressão no plano do conhecimento das realidades a que se dirigem, deixam escapar as características do momento atual da economia mundial. Mais que isso, o teor dos conteúdos a que se referem perdem os sujeitos que lhes proporcionam movimento e existência. Esta é a cautela para a qual apontamos quanto ao exercício de nossas análises, isto é, como expressão própria à reprodução da vida diária, devendo traduzir e elucidar os elementos particulares dessa intitulada racionalidade.

Nessa direção podemos aproximar e contrapor a esse tipo de abordagem àquele que Milton Santos desenvolveu em seu “A Natureza do Espaço”. Neste, o caráter de racionalidade não sucumbe à decomposição da realidade geográfica em economia, política, recursos financeiros, instituições bancárias e assim por diante. Muito distante disso, o autor nos remete à materialização de uma configuração espaço-temporal que se espalha e absorve a todos, por meio de paradigmas dados pelo que denomina de “ordem técnica” dessa racionalidade. Vejamos:

“(...) constitui o suporte das principais ações globalizadas (...) como esse resultado se deve ao papel das técnicas do mundo de hoje na revolução planetária atual. Presente em todos os aspectos da vida, essa técnica constitui em si mesma, uma ordem, a ordem técnica sobre a qual assenta uma ordem social planetária e da qual é inseparável, criando juntas, novas relações entre o “espaço” e o “tempo”, agora unificados sob bases empíricas.” (SANTOS, 2001; pág.331)

De sorte, a globalização entendida como irrefutável e conclusiva possui em si a liberalização ampla do intercâmbio intracorporativo, em meio à desregulamentação financeira e das regras do trabalho, a fim de facilitar e arraigar

a ação dos capitais transnacionais de quaisquer ordens: produtiva, bancária, especulativa, mercantil. As idéias de fronteira, autonomia decisória ou de soberania, benefícios exclusivamente pontuais, foram substituídas, pelas atividades transfronteiras, que envolvem alianças internacionais e cooperação entre empresas estrangeiras, com alto grau de coordenação e de diversificação, para que se dêem implantações localmente vantajosas, a todas as frações do capital.

Convém resgatar um fato mencionado: a importância atingida pelos investimentos internacionais que se referem às demais atividades produtivas. Ultrapassando em suas estimativas (Chesnais), as repercussões e resultados tornam-se ainda mais agudos ao comporem eles mesmos a substância que nutre a generosamente chamada, “racionalidade” do novo modelo.

“Em 1993, só a liquidez concentrada nas mãos dos fundos mútuos de investimentos, companhias de seguro e fundos de pensão atingia 126% do PIB dos EUA e 165% do PIB do Reino Unido. No mesmo ano, as administradoras americanas e européias desses fundos (menos de 500, as que realmente interessam) concentravam em suas mãos, sem contar os bancos e fundos japoneses, 8 trilhões de dólares.” (CHESNAIS, 1996; pág.29)

Entretanto o que nos ocupa como problemática, são os desfechos de tais estratégias, ou seja, aqueles aspectos originais no formato da geografia remanescente. Passemos a eles.

2.6.2-Deslocamento fabril e setorial, desterritorialização industrial, desindustrialização, descentralização, desconcentração e fragmentação decisórias e produtivas. Alguns esclarecimentos.

Dentro de todas essas alterações, a (des) organização do trabalho ganhou dimensões inauditas. Ainda que determinada pelos objetivos da acumulação privada do capital vem que os caminhos por ela tomados se distinguem dos de outrora. Uma vez que sofisticada e aprofunda os mecanismos de exploração, acaba por burlar a densidade do problema. Tais mecanismos, por repercutirem nas várias esferas da vida cotidiana e não somente naquela

representada pelo trabalho, constroem uma geografia em que não mais existe um único ou nítido “alvo” a que devem dirigir os ultimatos e/ou desagравos dos trabalhadores quanto à condição excessiva de sua própria espoliação; de outro lado, e reforçando esse estado desguarnecido, a perda de instrumentos legítimos suficientemente capazes de advogar ou mesmo interditar em prol seus interesses, fato este resultante da saturação dos moldes anteriores de reivindicações.

Desregulamentação nos parece ser isso. Requer abrir mão dos parques aparelhos que coíbem a ação do capital e que este reverte rapidamente em seu próprio proveito.

Os movimentos sociais, os sindicatos, os partidos, enfim as iniciativas e instituições constituídas com o propósito de dar voz àquela classe, destituíram-se de conteúdo, na medida em que se encerraram em padrões de ação ineficazes. Discussões cuja amplitude ultrapassasse a questão dos ganhos salariais foram suprimidas. Esvaziaram-se porque não mais representam a quem se propuseram representar, tampouco abrem espaços de reflexão sobre as possibilidades conjunturais, senão para reverter o estado em que se encontram milhões de pessoas, ao menos redirecionar a evolução do que está em curso.

Assim, essas condições de trabalho forjadas pela flexibilização se travestem ou de benefícios ou de mudanças irrevogáveis porque incidentes no mundo todo. Sacrifícios pulverizados em medidas imprecisas como trabalhador autônomo, contrato de experiência, ganhos futuros de salários, participação nos lucros empresariais, bilhetes de alimentação ou de circulação, são “ofertados” em espécie, e que, portanto, conduzem intensamente à reprodução dos indivíduos, subjugando-os às geografias que o capital delimita.

“De resto, para os turiferários da globalização, a necessária adaptação pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado.” (CHESNAIS, 1996;pág.25)

Assim vai sendo erguido pouco a pouco, o endosso dessas regras. Principalmente quando se trata da vinculação e dos direitos a que aludem a formalização empregatícia.

Decifrando, portanto os argumentos temos: o suposto caráter autônomo, em verdade torna-se sinônimo de instabilidade porque sob responsabilidade única da vontade do empregador; contrato provisório significa a ação contínua e ameaçadora de requerer a substituição renovada da força de trabalho, causando-lhe imenso transtorno físico e moral; elevação artificial dos níveis salariais por meio de benefícios que não comportam o custo de vida, tornando permanente o mesmo nível de sobrevivência; participação nos lucros que funcionam como instrumento intimidatório por continuamente oscilarem ora pela produtividade alcançada pelo trabalhador ora pela presença constante da ameaça demissional, fora o fato de não terem a seu dispor às cifras do montante total na prestação de contas, apropriadas, privadamente, e manipuladas em favor deste. Por fim, ainda dentro dos benefícios, o significado coercitivo dos “vales” compras e “tiquetes” transportes que determinam os recintos comerciais a que têm acesso, assim como os trajetos que podem percorrer e os destinos a que devem chegar.

Essa nos parece uma versão possível do conteúdo que diz respeito aos imperativos postos pela “adaptação”. Talvez seja a tradução mais próxima do caráter perverso das desregulamentações, alardeadas como indispensáveis aos novos tempos. Vemos que os diversos níveis do tecido da reprodução social vão sendo sorvidos, alçando com maior abrangência, a cotidianidade que os sujeitos percorrem e alinhavam.

Assim, a apreciação sobre os vínculos empregatícios existentes nos leva a concluir sobre sua inadequação em face de uma suposta melhora na qualidade de vida dessa força de trabalho, tantas vezes bradada no discurso pertinente às mudanças almejadas pelas frações do capital. Pelo contrário, em vez de atribuir-lhes maior eficácia para a produção e ao mesmo tempo liberar a mão-de-obra das condicionantes anteriores, o que vimos foi ratificação das circunstâncias de expropriação e de espoliação, não assegurando minimamente uma condição de vida de menor violência, mesmo em se tratando de uma conformação social segmentada em classes.

A adulteração das normas e aparatos produtivos tomados como inerentes e irreversíveis à reprodução geral das formações sociais, demonstram mais uma

vez, sua naturalização e, por conseguinte, a desumanização da relação sociedade-meio, em função da acumulação ampliada de capital.

Como no passado, os produtos ora fabricados carregam no bojo um conjunto complexo composto por comportamentos, valorações, significações, que em si mesmos não passariam de bens de uso, se não fosse a alienação e suas corolárias formas de ser. Ora, esta propriedade não data dos tempos atuais. Marx já alertara à fetichização das mercadorias e a coisificação das relações humanas que se aprofundam a partir da apropriação privada dos meios produtivos.

Entretanto, a o aspecto vago e, ao mesmo tempo, a prescrição que envolve os termos de trabalho até então desenvolvidos, permitem reafirmar que tais “adaptações” perpassam subjetivamente àqueles a quem submete, por meio do jugo ameaçador do desemprego e às imposições das corporações e de suas intensas exigências quanto ao padrão de comportamento impetrado aos lugares que escolhem.

Somados a isso, temos em verdade, o fato que os reais beneficiários das prerrogativas trazidas pelas inovações tecnológicas foram os empreendimentos privados, mas que sem dúvida, contaram muito para a propaganda favorável da denominada globalização, por versarem sobre o cotidiano. Este dado pode ser confirmado no alastramento da informatização que, ao se generalizar, incorporou serviços que seguramente tiveram seus ritmos e durações alteradas, ao mesmo tempo prescindindo de tarefas e por consequência, de ofícios desempenhados anteriormente pela força de trabalho.

Essa aplicação possibilitou a redução da quantidade de mão-de-obra empregada, e convergiu mais fluidamente, as informações necessárias ao controle de operações, como quanto à deslocalização de serviços estendendo a terceirização a partir da mais ampla fragmentação do trabalho, tudo em favor da acumulação e a realidade com que tiveram de se deparar: a queda tendencial em suas taxas de lucro.

Entretanto, todas essas medidas traçadas a partir da acumulação geral do capital podem ser trazidas à luz como um artifício que pretende transferir os custos produtivos para fora das unidades fabris. E assim encontrar formas de

execução que não repercutem sobre as demais atividades relacionadas ao mesmo capital. Isso significa contornar a queda nos lucros sem danificar outras faces da produção, em função dos riscos prováveis às suas respectivas capacidades de valorização. Dilemas do mundo contemporâneo cujos desfechos serão prescritos em meio a essas mesmas frações.

Capítulo 3

Os anos 90: da região à cidade-região. Os reflexos das transformações produtivas na definição do ABC Paulista

Colocados frente à frente as acepções regionais que influenciaram o entendimento geográfico no Brasil e as dinâmicas de formação e mudanças por que passaram e ainda passam RMSP e ABC Paulista, voltaremos a proposição realizada no capítulo primeiro desse trabalho aliando-a à idéia de Cidade-Região em sua adequação e contundência para designar tais realidades.

Se validarmos a metodologia adotada hegemonicamente pela escola francesa, que por sua vez fertilizou a geografia brasileira, a “característica única” que permite tomá-la como região e estabelecer-lhe seus limites adviram de constituir-se como receptáculo da indústria automotiva e, porquanto formada pelo desenvolvimento e ampliação de uma gama de fábricas, direta ou indiretamente àquelas atreladas.

Temos, portanto, como núcleo definidor de seus contornos regionais essa atividade produtiva, ou seja, a indústria como fundamento de individuação, de certa forma responsável pela projeção destes municípios em uma única unidade territorial no âmbito nacional e internacional. Isto porque a partir da implantação do grande capital nos anos 50, surgiu o ABC paulista como referência de dinamicidade econômica ao país a que pertence, sendo assim considerado no âmbito dos demais continentes, certamente àqueles que abrigavam dentro de si, empresas interessadas em ampliar investimentos e capacidade de acumulação.

Nesse sentido, região enquanto categoria geográfica que indica uma processualidade particular em andamento surge, todavia como cumprida e consolidada: no caso, tal processualidade constitui-se desde a implantação fabril até as ulteriores dinâmicas que levaram a frente suas possibilidades de permanência. Em verdade o termo região aí empregado, sugere a síntese da contigüidade entre atividades produtivas correlacionadas e reciprocamente condicionantes, onde a divisão territorial do trabalho fornece suas coordenadas.

“A expressão região do ABC nasceu no início dos anos 50 e foi popularizada pelo semanário, depois diário, “Folha do Povo”.(...) A expressão Grande ABC foi publicada pela primeira vez no semanário News Seller, hoje Diário do Grande ABC, em 2 de julho de 1967.” (LONGO (coord.),2002 pág.50)

Naquela ocasião, como vimos no capítulo anterior, estavam em curso as perspectivas de desenvolvimento econômico nacional que incluíam o aval positivo diante à abertura do mercado brasileiro ao setor automotivo, por sua vez, instalado e concentrado em toda a Grande São Paulo e especialmente no município de São Bernardo do Campo:

“O berço da indústria automobilística em São Bernardo começou a ser delineado em 1948, com o início efetivo da produção das primeiras montadoras, a Companhia Distribuidora Brasmotor e a Varam Motores. (...) Ao pedir licença de funcionamento em abril de 1948, a Brasmotor identificava a natureza de seu negócio: “Fábrica de montagem de automóveis e caminhões(...)”. A Varam solicitou licença de funcionamento em junho de 1948 e instalou também uma bomba de gasolina para o abastecimento de seus veículos.” (LONGO (coord.),2002 pág.43)

Mesmo que a cartografia produzida oficialmente não tenha endoçado a cisão entre ABC Paulista e Grande São Paulo, tantas vezes pronunciada por agentes da voz da política local, consta este recorte nas abordagens das seções de cadastro e estatística ligadas às prefeituras. A título de exemplo, o seguinte texto introdutório ao conjunto de tabelas inventariadas com o objetivo de construir o perfil do abastecimento e da distribuição de energia no município de São Bernardo, e o papel desempenhado pela companhia Light:

“Abastecimento da Região “ABC” (...) exigiu que se prolongasse a linha de transmissão para os municípios vizinhos (...) A indústria automobilística, que foi instalada no país a partir de 1956, deu preferência a esta região (...).”(Subsídios Estatísticos I - Depto. De Topografia e Cadastro 1970, p.39)

Ou seja, nesse patamar operativo apresenta-se a leitura geográfica do ABC, indicando a adesão aos termos veiculados pela atuação política partidária. Subentendidas a ela estão as propriedades de contigüidade, localização e distância, legitimando-a como comento geográfico e regional.

Entretanto, dentro do contexto de desenvolvimento da forças produtivas capitalistas, e, especialmente, no início e meados dos anos 70, passavam a

vigorar com maior intensidade as transformações no que tange aos meios de transportes e de comunicações, invadindo e subvertendo a ordem das antigas territorialidades e recolocando-as em sua função e posição no quadro internacionalizado da produção.

Portanto, entender a geografia do ABC paulista significa reformular no plano conceitual, sua definição. Ora, se a ciência geográfica se incumbe de apreender e trazer para o campo do conhecimento e da reflexão científica as mudanças a que assiste e compartilha, será portanto necessário redefinir a categorização de que se vale, ou seja, rever o fato de tê-la tomado ou não como região, diante da realidade composta pela RMSP, para em seguida delineá-la em sua conformidade com o que ocorre hoje. E, ainda, antes disso, observar que, ao se referir às conformações regionais cuja tônica repousa sobre as dinâmicas vinculadas às atividades urbano industriais, a reconstrução das relações sociedade meio no plano das idéias subsumiu-se em expressões como fluxos, nós, redes, globalização, obliterando os agentes históricos das geografias em processo. Em outras palavras, obviamente que as relações econômicas por serem fundantes às territorialidades devem compor o quadro de análise geográfica. No entanto essas mesmas relações não se realizam sem indivíduos específicos, ou seja, aqueles que constituem as diferentes classes pelo trabalho que executam. Donde a importância de um esforço na direção de averiguar nos estudos regionais,

“(...) de como determinados contextos influenciam a maneira pela qual tipos particulares de pessoas recebem, negociam e são formados por significados.” (TRIFT in GREGORY (orgs.), 1986, pág.242)

Então algumas inquirições se fazem necessárias: Dentro daquela horizonte, como tomar a realidade do “Grande ABC”, a partir da saída de fábricas que tradicionalmente a povoaram e que, portanto, a caracterizava como unidade de municipalidades? Será que os habitantes e trabalhadores ali absorvidos ressentem-se igualmente e independentemente da posição que ocupam frente a esse quadro de mudanças marcado pela migração de unidades fabris?

De sorte que, essa inserção, tantas vezes sugestionada, - sobretudo a partir da metade da década de 90 por representantes de grupos de empresas

transnacionais ou mesmo por aqueles que concluíram esse deslocamento, repercutiu para os funcionários, como um por vir irrefutável de uma situação alarmante no que se referia à oferta de trabalho, e que fatalmente levaria ao desmantelamento do ABC como pólo industrial. Especificamente em 1995, quando esse tema insurge como assunto de destaque, - a remoção do capital transnacional -, fora assim interpretado por lideranças políticas e pela imprensa local e nacional.

Essa abordagem veiculada ao grande público coloca este fenômeno como o resultado do alto grau de organização dos trabalhadores de cujas conseqüências não seriam poupados, ou seja, o crescente desemprego. Apresenta-se, para o senso comum reproduzido pela imprensa escrita, como o ônus pago por sua própria integração, quase justificando a ação demissionária por parte do capital privado.³⁴ Situação complexa de destrinchar porque envolve aquilatar os vínculos políticos, econômicos e ideológicos entre imprensa, capital privado de grande porte e movimento sindical.

Bem, voltando ao plano teórico-metodológico façamos agora novas argüições: (1) que determinações, além da atividade produtiva, foram considerados para esta definição emergida dos anos 50, na medida em que os municípios que a integra não dispõem nem das mesmas atividades tão pouco com o mesmo grau de intensidade? (2) Quais outros dispositivos que não estes, para o entendimento de sua configuração? (3) Quanto às abordagens operativas oficiais, como o material cartográfico produzido pelo IBGE, existiria a demarcação da Região do Grande ABC, apartada da RMSP ou essa definição permaneceu somente a cargo das lideranças políticas locais? (4) Tomá-la pelo discurso institucional é o que se deseja enquanto análise geográfica? (5) Quais as razões que justificariam a adoção de tal perspectiva? (6) De que maneira esse recorte

---

³⁴É possível verificar essa visão nos artigos da revista "Livre Mercado" e no jornal da qual faz parte o "Diário do Grande ABC", que correspondem a passagem dos anos 90 para a década de 2000, marco resultante das mudanças produtivas implementadas pela indústria localizada no ABC Paulista. Temos: LIMA, D. e MAROCCIA, M. "Grande ABC tem futuro?", 1997 ou, das mesmas autoras, "Números que recomendam muita cautela, 1999"; ainda, a reportagem de capa de 1998 "Pólo em Xeque". Na mesma revista; GUAZZELLI, V. "Turismo marca mais quatro anos", 2001 ou GUELTA, R. "A Grande noite do Capital Social". No jornal os artigos "Fórum da cidadania pode acabar", 2001 ou "Golpe na cidadania" ambos de Maurício Klai. Fora da imprensa local temos o jornal "O Estado de São Paulo" e a "Gazeta Mercantil" como ilustrações.

têm real inserção na idéia que se faz do ABC e, de outro lado, como vem se traduzindo na reprodução das relações ali instauradas, a saber, capital transnacionalizado e localmente instalado? (7) Como são arroladas as inferências entre o mundial, o regional e o local na organização da esfera produtiva e na gestão pública das possíveis dessemelhanças entre as frações sociais presentes? Estas entre outras são indagações que surgiram ao longo deste trabalho, e que agora dispomos das condições necessárias a seu enfrentamento.

Indo na direção de respondê-las, descreveremos o percurso de nosso entendimento daquilo que concebemos por Região, no quadro de referências que aqui reeditamos:

“AS TERRITORIALIDADES DO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO”

³⁵ Quando por conta do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, tal forma de organização do trabalho se dá sobre a propriedade privada.

Como mencionamos, admitimos Região como categoria que relata um determinado processo. Representa, portanto o movimento implicado em interligações que prosseguem desde o observável até o registro de memória, ou dito de outro modo, se estende do empírico ao conhecimento adquirido, acumulado e herdado. Significa afirmar que vai do pré-determinado ao indeterminado, isto é, do notório ao especulativo.

Assim, requer certo nível de sistematização de informações prévias à sua definição, sem as quais não se poderia evidenciá-la como região por não estar posta empiricamente, como queria demonstrar a concepção vidaliana.³⁶ Por outro lado, só se apresenta de forma fragmentada em elementos dispersos ou em arranjos, isto é, se constitui através do movimento de relações de diferentes qualidades e não necessariamente detectáveis por meio à observação. Nesse sentido, Região é uma reconstrução realizada pela atividade do pensamento, de dados apreendidos das realidades em suas dinâmicas.

E aqui um parênteses sobre Vidal de la Blache. Apesar de sua proeminência no pensamento da Geografia francesa e sobre àqueles que a difundiram por diferentes meios acadêmicos e científicos, não significa ser exclusividade sua tal influência lembrando, entre outras, a importância assumida pela geografia teórica no que diz respeito às formas de encaminhamento relacionadas ao planejamento e divisão regionais. De acordo com Trift, as características principais da obra vidaliana devem ser tomadas sobre a perspectiva de ter, como escopo, o reforço ao alcance exercido pelo Estado francês e o reconhecimento de uma nação francesa,

“(...) devotou toda a sua carreira em dar importância à influência da França sobre outras raças(...)foi um defensor entusiástico do ‘hábito da geografia’ como instrumento no arsenal geopolítico da França(...).Não é nenhuma surpresa descobrir que ele apoiava ativamente a colonização.”
(TRIFT in GREGORY (orgs.), 1986, pág.218-9)

Vale ainda salientar que o diálogo da ciência geográfica e o conjunto das ciências sociais se deu sobre alguns componentes em que análise da ação humana se limitava ao modelo posto pelas ciências naturais onde,

³⁶ Lembremos que, como vimos no primeiro capítulo, para La Blache um bom geógrafo era capaz de identificar na paisagem os contornos das regiões; caso não o executasse não seria efetivamente competente no exercício de sua profissão.

“a idéia de Vidal de ciência social nunca foi inteiramente social. Suas noções de estrutura espacial eram geralmente impressionísticas enquanto que as pessoas raramente sequer estavam presentes, salvo como tipos representativos. (TRIFT in GREGORY (orgs.), 1986, pág.218-9)

Como afirma Ross a esse respeito,

“se os humanos chegam a aparecer de algum modo, eles o fazem de uma maneira que reforça a harmonia natural da região, o nativo...faz parte da paisagem...num relacionamento de cenário’ (ROSS,1988; pág.87)

Feitas essas considerações, voltemos às duas primeiras indagações descritas linhas atrás.

3.1 – Os condicionamentos para re-definir “Região do Grande ABC”, capazes de revelar sua própria geograficidade.

Em verdade a demarcação territorial que engloba os sete municípios em foco conflui duas etapas sobre a divisão regional local, uma ligada à análise desse íterim que se estende entre sua gênese até a configuração atual; a outra estritamente vinculada à fase mais recente que corresponde à entrada do grande capital e sua conseqüente ordenação econômica. A primeira salienta o processo de desmembramento territorial e emancipação política por que passou Santo André da Borda do Campo anterior ao advento fabril, desde quando representava uma só conformação. Em um só tempo os desdobramentos que levaram à procura por autonomia administrativa, tiveram raízes no papel assumido em relação às distintas atividades empreendidas, ora como local de passagem e de hospedagem a viajantes, ora como suporte agrícola à São Paulo e por último como sede principal do capital transnacional no Brasil. Nesse perspectiva, há coerência em colocá-la como unidade regional porque seu desenvolvimento territorial ocorreu a partir de uma mesma conformação, numa dinâmica de fracionamento em virtude das disputas locais nesse quadro político específico. No entanto, mesmo em consonância com a ingerência federal, a construção da independência municipal foi alvo de altercações. Nesse sentido, existe aqui uma história particular frente aos demais municípios adjacentes que comportam a RMSP, cabendo apenas por este caminho destacá-la temporariamente como Região.

Contudo, seria preciso averiguar se além dessas cidades, outras também não passaram por fenômenos semelhantes, isto é, cisões provindas de uma única territorialidade, podendo então ser enquadradas no mesmo episódio. Em outras palavras, não haveria do ponto de vista territorial (e não industrial), outros casos passíveis de serem ressaltados? Quais as razões que esclareceriam apenas o ABC a ser tomado como região distinta?

Ainda que não tenhamos realizado tal investigação, o simples fato dos municípios que atualmente a integram terem emergido de Santo André da Borda do Campo não consta fundamento suficiente para que possamos tomá-los como Região apartada da RMSP, uma vez que diferentes níveis escalares de elos estabelecidos entre eles e com a metrópole se consolidaram ao longo de suas respectivas histórias. Parece que as motivações se encontram efetivamente sobre questões ideológicas e estratégias políticas na competição pelo domínio público. Aproximam-se, deste modo, de uma simulação identitária forjada para pressionar a ratificação dos objetivos privados corporificados nas lutas partidárias e eleitoreiras.

De tal sorte, investigando os dados sobre o tipo de atividades presentes nos sete municípios encontramos primeiramente o destaque para São Bernardo do Campo núcleo da grande indústria, seguido de Santo André, sendo que os demais nem chegam sequer perto dos números alcançados pelos dois primeiros. Mesmo entre esses, a diferença entre a primeira posição ocupada por São Bernardo do Campo ainda é de maior expressividade em relação a subsequente.

Assim sendo, passemos a conduzir a inteligibilidade desse arranjo espacial por entre os termos descritos no esquema anterior, onde temos o seguinte percurso:

Os grupos de gerações que ocuparam, desde a antiga Freguesia de São Bernardo, de 1812, - passando por sua intitulação municipal, em 1890, até a data em que ganha nova denominação (Santo André em 1938)-, pouco ensejaram para desmantelá-lo territorialmente devido à base econômica predominante naquele íterim. Ou seja, tendo por fundamento a agricultura e atividades voltadas às necessidades da reprodução daquela formação, certa compatibilidade entre a

gestão territorial do trabalho e os contornos assumidos por este ainda único município, não estimularam ou demandaram quaisquer desmembramentos.

Passados mais de quarenta anos entre oficialização municipal e o rebatismo do então São Bernardo para “Santo André”, e, mesmo mantidas suas dimensões, deflagrou o início de um processo de fragmentação que se estenderia por toda a metade do século XX, culminando com uma última partição àquela pertencente, a cidade de Rio Grande da Serra, em 1964.

A introdução de iniciativas agrícolas, portanto, não permitiram pelo grau de divisão de trabalho nelas implicadas, reivindicações por emancipações como as que se seguiram em função do curso descrito pela injeção de capitais industriais. Se bem notarmos, o quadro sobre a evolução histórica da formação do Grande ABC demonstra que as datas marcantes ao desencadeamento dessa dinâmica política e territorial giraram em torno dos anos finais da década de 30 e passagem para os 40. Antes disso, demonstravam estar ajustadas às formas de organização das atividades características a essa parcela do Estado de São Paulo, e, que, só viriam a ter nova configuração com a introdução de inovações produtivas.

Do caráter particular local ao geral nacional, a partir daí encontrada como perspectiva de ação do governo brasileiro, a indústria surge como motor às exigências que ambicionavam tomar para si a tarefa de colocar a administração dos recursos públicos pertinentes às diferentes territorialidades, nas mãos daqueles que integravam o contexto de tensões entre as partes presentes, aparelhando finalmente um plano de ação que respeitasse nova hierarquia.

Rumos políticos assegurados e determinados pela produção fabril que recriou a divisão territorial do trabalho, subordinando as demais cidades à polaridade exercida por São Bernardo do Campo. Entretanto os conflitos não cessaram, tão pouco o anseio por posições dentro da esfera administrativa. Ao contrário acirraram-se as disputas porque se colocou no horizonte financeiro a ampliação de possibilidades de acumulação de capital com a chegada das transnacionais e especialmente, com as montadoras de automóveis. Inevitavelmente como afirmamos em outro momento deste mesmo trabalho, as

alterações econômicas redundaram na diversificação produtiva concomitantemente às necessidades de conhecimentos e informações técnicas oriundos das demandas da esfera produtiva. Proliferaram-se escolas profissionalizantes, cursos específicos voltados aos novos rumos tomados pela economia local. As cidades, em seus diferentes papéis, galgavam o perfil urbano industrial, promovendo sua importância na medida em que estreitavam relações com a metrópole.

De sorte, o conjunto da sociedade instalada nas cidades e absorvida nas atividades disponíveis, passou a conviver em seu cotidiano, com toda ordem de modificações, pois não só assistiram a construção de uma geografia ligada a heterogenização econômica quanto ao tipo de emprego ofertado, como ainda as exigências dele advindo, metamorfoseando a paisagem e o usufruto dos locais de trabalho, de lazer, de passagem, isto é, subvertendo a anterior ordenação desse Habitat.

Deste modo, em acordo com o esquema proposto no capítulo 1, Sociedade e Meio formam uma unidade metabólica, ou seja, definem-se reciprocamente um pelo outro através da mediação representada pelo Trabalho. Assim sendo, a qualidade desses elos tomam as características e os ditames da grande indústria que mesmo concentrada, fez ecoar seus propósitos por sobre a totalidade desse arranjo, hoje representado pelas sete cidades abecedenses. Ora como fica então a questão da pertinência de abordá-los como uma única Região?

Vejamos. Dissemos linhas atrás, que o papel desempenhado por São Bernardo do Campo fora mais intenso que o dos demais componentes por conta dos quesitos locais e condições que o capital transnacional erigiu para o exercício da produção. Se isolarmos temporariamente o funcionamento de sua reprodução dos condicionamentos metropolitanos, reencontramos São Bernardo como o lócus do qual irradiam os afazeres necessários para a permanência e manutenção industrial. Por isso, quando as fábricas deixam esse município acontece quase que um estilhaçamento da lógica que o ligava aos demais, implicando na redefinição territorial e funcional própria a cada um.

No entanto, ao ligá-lo novamente à metrópole, vemos que em verdade essa separação se torna improcedente. As empresas que possuem fisicamente unidades fora da capital as têm sob controle por intermédio do arsenal gerenciador presente em São Paulo, como escritórios logísticos que direcionam e operam o contato e o intercâmbio com outras empresas, com instituições financeiras, com bolsas de valores e investimentos, vinculando-as através dessas atividades ao mercado mundial que pretendem mais e mais firmar posição.

Nesse sentido, a RMSP emerge como parte de uma cidade-região de maior grandeza e que não corresponde aos contornos daquela aludida institucionalmente, ou seja, àquela que faz orbitar em torno de si a gama de municípios que compreendem as diversas etapas relacionadas ao âmbito da produção, a ela estritamente soldadas. As interdeterminações entre lugares surgem aqui, não por pertencerem às mesmas condições impostas pelas forças produtivas capitalistas em seu desenvolvimento desigual e combinado, mas antes, por se imbricarem mutuamente, em seus próprios mecanismos de funcionamento.

Muda a produção, transforma-se a geografia, modificam-se as formas de conceber, avaliar, validar e representar o ABC paulista. Os traços de província persistem no imaginário de seus habitantes, ao lado da modernidade trazida pelo setor fabril, a partir dos anos 50. Galgou estatuto de logradouro fabril e seus moradores como força de trabalho à serviço dessa atividade, mas consecutivamente carregando a qualidade de acessório, ainda que fundamental, às dinâmicas econômicas da capital. Não são incomuns as comparações entre municípios e destes com o desempenho político e econômico metropolitano, relatado pela imprensa. Subjetivamente se construiu uma imagem de subserviência, numa espécie de corpo único onde São Paulo é o “cérebro” que comanda os “membros” representados pelo ABC. A cabeça que pensa aquilo que os braços irão executar.

Essas observações sobre o caráter subjetivo que integra as relações entre formações sociais e Meio, não constituem normalmente objeto de reflexão no campo da geografia³⁷. Principalmente quando o assunto diz respeito ao setor

---

³⁷ Talvez constitua uma exceção as perspectivas trabalhadas pela chamada Geografia Humanística, mesmo que tenha se valido do termo “indivíduos” em vez da expressão “formações

produtivo, às mudanças atuais porque passam cidades industriais frente aos impasses vividos pela acumulação privada de capital, no mundo inteiro.

As razões que levaram a tal conduta de interceptação se ligam às próprias bases dicotômicas de apreensão colocadas pelos paradigmas gerais da ciência moderna e dentro desta, a ciência geográfica. Isso significa primeiramente que esse par representado por Homem-Meio, passa a ser verificado em separado, donde a maior expressão no âmbito acadêmico-científico são as atribuições geográficas divididas e distribuídas entre geografia Humana e Física. Feito o divórcio de tais termos no campo do conhecimento, num segundo momento são igualmente estilhaçados a inteireza pertinente a cada um: os indivíduos tomados a partir de então, exclusivamente como objetividades em movimento e na outra ponta a Natureza sobrevém como o conjunto inorgânico/orgânico que o homem não foi capaz de produzir.

Essas advertências se justificam por quanto um esforço de buscar na totalidade das peculiaridades que compõem a unidade metabólica homem-meio, o entendimento da complexidade que diferencia os lugares e a atualização dos vocábulos que os referenda, em nosso caso o ABC como Região. Talvez estes sejam os dispositivos sobre os quais indagamos através da segunda questão.

Assim sendo, a Região como designação não se deteve aos domínios técnico-operativo e acadêmico. Invadiu e permeou o entendimento dos sujeitos sobre suas vivências e realidades, conduzindo suas inteligibilidades pelos tramados da vida cotidiana. De pronto surgem então as diversas faces da alienação, não apenas advinda da apropriação privada dos meios e fins da atividade laborativa, mas de todas às atinentes a heterogeneidade do dia à dia. Por sua vez, também não é possível nos furtarmos de entender mais profundamente a que imbricações esse patamar espaço-temporal pode induzir, na conformação das geografias pelas mãos de tais indivíduos. De outro lado, os interstícios cotidianos emergem como possibilidade de alçar a desalienação quando rompidos os cerceamentos de ordem objetiva e subjetiva como o caso das atividades que não atendem diretamente à reprodução humana como força motriz

de uma composição social. Todavia, é bom ressaltarmos, que esse fenômeno não se instaura nem como opção individual tão pouco como dinâmica em que estejam garantidas, mesmo que provisoriamente, sua ascensão.

Novamente nos deparamos com os limites inerentes aos ritmos e conteúdos daí procedentes e para aí reincidentes, como se fosse um mecanismo em que as engrenagens funcionam justamente por conterem tais atributos, que são: superficialidade extensiva de reflexão e entendimento, heterogeneidade de afazeres e papéis desempenhados, e imediatividade ao fornecer-lhe as respostas encerradas em cada um de seus níveis constitutivos.

Definir Região passa, pois não, por esses limites, onde as fronteiras do conhecimento formal se distendem sobre o senso comum e são sorvidas pela a fusão entre ação e pensamento na rotina diária.

Reconhecemos muitas das visões de mundo arquitetadas ao longo da história, tantas quantas foram imperativas para atender as qualidades particulares assumidas pela re-produção necessária à continuidade das relações sociais produtivas. Àquela que nos importa, entretanto, erigiu-se a partir das determinações próprias ao universo das mercadorias onde objetos de consumo e instrumentos de produção misturam-se ao conhecimento, à técnica, aos sentidos morais, éticos, estéticos, em fim, ao conjunto que perfaz a cultura como produção material e de idéias.

Mercadorias disponíveis ao lado das aquisições provindas da sistematização do conhecimento que reincidentem sobre a divisão territorial do trabalho, redirecionando as formas de ação e de comportamento dos indivíduos onde despontam interesses em conflito, em função das atribuições estabelecidas pela ordem do trabalho assalariado. Esta por seu lado representa a concretização, a prova cabal da interdependência entre formações sociais, enquanto resultado do progressivo desenvolvimento da natureza, e a totalidade mesma do meio, como processo derivado da cultura.

Portanto, superando e ampliando a abordagem dicotômica de apreensão das formações geográficas, podemos então recolocar a força do significado dos estudos regionais na direção de fornecer subsídios para o acesso a essas

geografias que se instauram e se redesenham pela herança provinda das interdeterminações anteriores, sob novos arranjos e definições.

Passemos às terceiras e quartas indagações

3.2 A definição oficial das regiões metropolitanas brasileiras e a região da ciência geográfica: conteúdos, critérios, objetivos e limitações.

Seguindo a série de indagações colocadas, temos o fato importante de que nem mesmo instituições oficiais dirigidas ao levantamento de dados estatísticos ao Estado, tomam o ornato “região” para o ABC Paulista quando pretendem orientar o tratamento das informações angariadas. Evidentemente excetua-se deste caso, as iniciativas das prefeituras municipais que se valem recorrentemente desse recorte territorial, para a apreciação de suas demandas e encaminhamentos.

E foi isto que constatamos ao consultar a produção do IBGE. Vimos que o ABC não aparece destacado da RMSP, isto é, no material cartográfico de que dispõem não há sequer sua menção, o que demonstra que do ponto de vista da administração de recursos públicos e do arrolamento de dados a ele requeridos, bastam os elementos sobre a totalidade da região metropolitana ao lado, evidentemente, dos fatores referentes às particularidades de cada um dos municípios, abordados separadamente.

Em certa medida, e, por paradoxal que pareça, a geografia produzida por este órgão oficial reteve as inter-relações entre São Paulo e seus arredores. Mas como indicamos, esse é um dos possíveis níveis operativos presentes dentro do país. Em investigações de caráter urbano-industrial, das mais diferentes áreas acadêmicas de pesquisa, ocorre invariavelmente a divisão entre capital paulista, o ABC e o restante da RMSP.

E, ainda se somam a essas, o material próprio de que dispõem as prefeituras onde estão correlacionados dados estatísticos municipais individualizados, contudo postos no contexto formado, não pela RMSP definida pela legislação federal, mas pela chamada região do ABC Paulista.

Em verdade, essa distinção entre ambas significa concepções regionais distintas e, talvez, mais importantes que isso, um retrato cartográfico entre poderes local e nacional na gestão do território brasileiro.

Também observamos que a necessidade de confeccionar regiões metropolitanas para o Brasil surgiu oficialmente por intermédio do governo federal, sem, no entanto, esclarecer as qualidades e critérios considerados par tal. Diz o artigo 164 da penúltima Constituição Federal:

“A União, mediante lei complementar poderá, para realização de serviços comuns, estabelecer regiões metropolitanas constituídas por municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, façam parte de uma mesma comunidade sócio-econômica.” (PRATES, 1999; pág.96)

Nessa deliberação torna-se evidente o intuito de colocar em posição privilegiada as perspectivas de comando federal sobre os patamares estadual e municipal, donde a definição dos contornos regionais independentemente das disputas locais.

Por outro lado, não ficam transparentes no presente texto as características válidas à esta elaboração que permitiram a definição de tal “comunidade sócio-econômica”, ou seja, a linha condutora da demarcação regional. Em outras palavras, sob um linguajar difuso e impreciso realizou-se a composição de regiões metropolitanas conduzidas pelo Estado brasileiro, cujo perfil demonstra a ideologia de reafirmar uma direção hierárquica, tendo no seu topo o poder federal, a que as cidades envolvidas deveriam acatar.

Ora, mesmo sem explicações, porque jamais fora esta uma meta da administração pública, ou ainda, de seus engenheiros e/ou geógrafos, constrói-se através da lei complementar n.14 de 08 de junho de 1973, o arranjo acabado da atual RMSP com a deliberação dos 33 municípios que a ela passariam a integrar, a partir de então.

Importante lembrar que estamos nos referindo a um dispositivo legal feito sob um contexto autoritário de gestão militar encabeçado pelo então presidente, general Garrastazu Médici (1968-73), onde o avanço do crescimento econômico se deu às expensas do acirramento das condições de exploração da classe operária. O arrocho salarial e as perdas de poder aquisitivo por parte dos

trabalhadores constituiu a pedra angular do chamado “milagre” econômico brasileiro e, diante disso, o arrefecimento das reivindicações e organizações sindicais. Para tanto, diz Mendonça, a reformulação das leis salariais e trabalhistas realizada após o golpe, onde:

“(...) eram fixados limites ou “tetos” para os aumentos salariais que variavam de acordo com os grupos sociais que se queria privilegiar ou desfavorecer.” (MENDONÇA, 1997; pág. 76)

No contexto geral da economia brasileira, as Regiões metropolitanas foram assim compostas e posteriormente maestradas pelo IIPND, durante a gestão do general Geisel (1974-78) do qual o fomento à desconcentração industrial irradiando-se para além dos limites do eixo edificado entre Rio de Janeiro e São Paulo, sem, no entanto, intencionar danos ao seu vigor. Isto pode ser verificado na diretriz de 1977, contida na legislação federal:

“Sem prejuízo ao pólo de São Paulo, que continuará sendo o principal núcleo industrial do País, serão fortalecidos os pólos indústrias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Sul do País.” (PRATES, 1999; pág.104)

E também em relação à RMSP,

“(...) a importância de atuar concretamente no sentido da melhoria da vida urbana na Região Metropolitana de São Paulo, para onde só excepcionalmente deverão ser aprovados pelos órgãos gestores de incentivos, novos projetos industriais.” (PRATES, 1999; pág.104)

Por outro lado, no mesmo dispositivo, salientou-se a importância assumida pela atividade fabril no desenvolvimento econômico e social dos municípios nordestinos, assim como, as prioridades de implantar programas minero e agro-industriais em território amazonense e centro-ocidental.

No caso paulista, a acepção da RMSP (criação em junho de 1973), toma a centralidade exercida pela pujança econômica da capital como ponto de partida à definição de suas contigüidades. Entretanto, ressaltamos que os municípios imediatamente vizinhos àquela não escapam das mesmas indagações incididas sobre o ABC. Em outras palavras, evocam também saber os liames que foram detectados pelos órgãos competentes, para introduzi-los na mesma conformação.

Assim, examinando o lado oriental, por exemplo, que ligações existem entre as cidades de Suzano, Ferraz de Vasconcelos, Poá, e Itaquaquecetuba ou

entre estas e Arujá, Mairiporã ou Guarulhos que ratifiquem a região metropolitana em questão? E quanto sua parte oeste?

“(...)do ponto de vista teórico os municípios que compõem legalmente a metrópole não podem ser caracterizados como região metropolitana, mas sim, como um conjunto de municípios legalmente constituídos para harmonizar a administração. Neste conjunto há a predominância da capital(...)mas que não incluem todos neste processo de polarização (...).”(PRATES, 1999; pág.125)

Chama-nos a atenção o termo “harmonizar” capturado por Prates na constituição federal para justificar aquelas novas perspectivas de normatização. Ora, evidentemente que a harmonia a que se referiu a citação diz respeito a arbitragem das relações entre os patamares da administração pública assim como das diversas atividades econômicas que a estes atribuíram poder decisório e de intercessão.

Paralelamente à Lei Complementar de junho de 1973 que estabeleceu as Regiões metropolitanas no Brasil, a legislação estadual paulista, recebeu complementos no ano subsequente, cabendo-lhe o endosso da hierarquia e do traçado definido na instância federal, dos quais nascem três incumbências supostamente conectadas aos interesses metropolitanos, e às quais deveria atender:

“I – planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social; II – saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviço de limpeza pública; III – uso do solo metropolitano.” (PRATES, 1999; pág.98)

E, ainda:

“Fica o Poder Executivo autorizado a constituir sociedade por ações, sob a denominação de Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A Emplasa, vinculada à Secretaria da Economia e Planejamento.” (PRATES, 1999; pág.98)

Ao examinarmos o primeiro trecho, podemos observar a fórmula tradicional de encaminhamento político referente às contradições latentes e que movem o urbano. Quer dizer, sendo impossível acatar as dessemelhantes entre parcelas sociais e suas pendências, o texto alude às pressões erigidas pelo capital privado para sua realização lesionando a maior parte dessa formação social em prol às suas metas.

De sorte que serviços considerados como essenciais (por exemplo os de saneamento), nem mesmo foram implementados equitativamente, porque não visavam as diversas municipalidades indiscriminadamente, senão orientadas pelo escopo da referida acumulação privada. Dito diferente, aqueles equipamentos foram introduzidos em acordo com as prioridades produtivas ou especulativas, demonstrando por sua vez, as disputas também eminentes capitais privados de diferentes ramos. Nesse sentido, tornar-se-ia impossível sequer compor a integração, contida e afirmada no primeiro item.

Contudo, diante do último ponto, o caso se torna ainda mais complexo, pois não são relatadas as abrangências e, logo, as coibições atinentes a cada “uso” do solo. Supomos que, combinadas nesse documento, estejam atividades de nascentes absolutamente díspares cujos destinos de sua viabilidade prática e conseqüências, foram postos sob a alçada de um mesmo poder executivo. Ora, bastam tomarmos como ilustração a estas afirmações, as comparações entre os diversos elementos que envolvem ou a construção de uma unidade fabril, ou que requerem os empreendimentos imobiliários reservados a habitação, ou a exploração de lençóis freáticos e mananciais, etc. Estão todas sob a mesma égide, donde uma única resposta constitucional a que cabe a:

“Definição e regulamentação, mediante legislação, macrozoneamento e outras medidas técnicas do uso do solo metropolitanos.” (PRATES, 1999; pág.99)

A partir dessa deliberação (junho de 1976) somada à legislação estadual paulista, podemos novamente especular sobre o discernimento entre as qualidades das conformações territoriais consideradas para nortear a confecção dos zoneamentos, bem como, o hermetismo das chamadas medidas técnicas relacionadas ao controle geral de instalação de empreendimentos.

Centralizados sob a ação diretiva da Emplasa, e, ressaltemos, esta por sua vez, vinculada à Secretaria do Estado dos Negócios Metropolitanos, incluem como seus préstimos (1977),

“a realização de serviços necessários ao planejamento, programação, coordenação e controle de execução dos serviços comuns de interesse metropolitanos ou a ele relativos.” (PRATES, 1999; pág.99)

Os enlaces da Emplasa com tal secretaria revelam em muito a que veio contribuir tal empresa. Fomentando ou impedindo rumos que não correspondessem aos desfechos esperados às atividades produtivas, lançaria mão de todo aparato estatal a seu dispor para alcançar ou readaptá-los aos objetivos mercantis. Instrumentos públicos para fornecer garantias às iniciativas privadas.

Poucos anos mais tarde, em decreto datado de abril de 1981 na Constituição Federal, encontramos advertidas as regras sobre as relações entre ordem nacional e local, dispondo que:

“As atividades da Administração Pública Federal, Direta e Indireta, nas Regiões Metropolitanas deverão atender às seguintes diretrizes: I-adequação às prioridades estabelecidas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento e em especial na política nacional de desenvolvimento urbano; II-compatibilização entre o planejamento e programação financeira federal e o programa de investimento das Regiões Metropolitanas; III-integração das atividades setoriais na estrutura espacial metropolitana; IV-articulação com os Estados, onde existam Regiões Metropolitanas e com os municípios que as integrem; V-manutenção dos fluxos e informações entre as várias esferas governamentais envolvidas.” (PRATES, 1999; pág.97)

Identificamos, no primeiro e segundo itens, a sujeição do desenvolvimento das atividades econômicas metropolitanas aos desígnios gerais contidos nos Planos Nacionais, tendo em vista passar por seu crivo quaisquer decisões de maior envergadura e importância. Sendo assim, o aval permissivo ou proibitivo e as planilhas de gastos avaliadas a estas regiões teriam necessariamente que obedecer às primazias projetadas fora de suas alçadas. Onde a necessidade de alianças por entre e nas distintas escalaridades administrativas, caso fosse um projeto ou demanda da fração em hegemonia, no quadro desenhado pelas forças políticas em cada localidade.

Um segundo aspecto incluso nos demais incisos se refere igualmente ao poder decisório, onde por meio às diretrizes citadas explicita-se um espírito de integração entre as distantes esferas de ação e destas com o Estado nacional, mas extremamente concentrado nas mãos deste último. Vemos que tal centralidade requereu como condição, o intercâmbio de informações imperativas à

sua concretização, fornecendo o perfil da gestão territorial contida naquele momento.

Assim sendo, a falta de confluência entre as regiões operativas municipais e federais revelam, uma vez mais, as intencionalidades em vigor presentes em cada uma destas. Chamamos atenção para este tipo de episódio a fim de averiguarmos, as respectivas acuidades na determinação dos encaminhamentos administrativos, mas sobretudo fora delas, na veiculação de visões distintas das mesmas dinâmicas metropolitanas.

De sorte que em relação à RMSP, a primeira submerge as admissíveis regionalidades existentes, e não apenas a do ABC, aos critérios de polaridade exercidos por São Paulo. A segunda, os referidos municípios abecedenses ganham expressão à parte, descontinuando a força de ação da capital, identificada pelo executivo brasileiro, diante da ordem econômica paulistana. Portanto são faces opostas, entretanto de uma mesma moeda.

E abrimos um parênteses.

Importante mencionarmos, que não se trata aqui de investigar as motivações últimas que impulsionaram o Estado Brasileiro e de seus níveis gestores, para estabelecer as divisões metropolitanas. Intencionamos examinar os pontos que dizem respeito às formas de conduzi-la, seus limites ou restrições, assim como outras possibilidades que acenem ou ao menos se aproximem dessa complexa realidade, e conseqüentemente, da responsabilidade e comprometimento de realizar este feito.

Isto porque, quando se trata da divisão regional arquitetada pelo Estado ou por seu comando, a questão geográfica propriamente dita fica subsumida ao caráter prático de dar os rumos necessários à viabilização dos projetos administrativos. No entanto, como se não bastasse o fato de este ser apenas um e não o único encaminhamento provável, também condiciona - a partir de sua veiculação disseminada pela formação escolar e através dos meios de comunicação de massa -, uma visão da geografia brasileira.

Reiteramos novamente, que essas acepções serviram de base a diversas pesquisas científicas, dentro e fora do campo da geografia. Entretanto, poucos esclareceram sobre as qualidades teórico-metodológicas ali contidas; Foram e ainda são, o ponto de partida para a realização de tarefas respectivas às diferentes ciências, num comportamento reificado frente à realidade e ao conhecimento. Em poucas palavras, este modelo foi incorporado acriticamente por diferentes áreas de reflexões: do planejamento urbano à arquitetura, da meteorologia ao jornalismo, da economia política à geografia e à história, sendo as últimas intimamente ligadas à educação formal e, portanto, diretamente atreladas à constituição dos indivíduos.

Com isso, retomamos a idéia de que não apenas o trabalho alienado é capaz de construir entendimentos estilhaçados. Qualquer atividade que se objete sob as condições vigentes de arrazoamento estará igualmente submergida ou, se quisermos condicionada ao reino da alienação. Embora o conhecimento científico, esteja por vezes cômico dessa faceta que envolve sua própria prática, não escapa às mazelas resultantes da extensão dilatada que assume a alienação. Se torna incapaz de averiguar em que instante reproduz formatos de apreensão estéreis porque dentro deste âmbito de profundos alcances. E assim, fechamos parênteses.

Retornando às razões que justificam especificamente a adesão àquelas concepções, no campo da Geografia, algumas considerações são possíveis.

Das abordagens plausíveis que recaem sobre tal configuração, a ciência geográfica pode tomar-lhes emprestada os subsídios de que partem e que utilizam para suas conclusões. Com esse procedimento, tornar-se factível examinar as componentes que foram escolhidas, interpeladas e capturadas como proeminentes e diretamente unidas aos objetivos nelas perpassados. Significa que, da mesma matéria prima, a Geografia colocará por meta em sua condução, alcançar uma apreensão comparativamente de maior abrangência e profundidade, porque avança sobre determinações outras, que não às anteriores. Isto é, dando continuidade ao processo investigativo, à propósito da vasta gama de elementos

inerentes aos diversos níveis constitutivos da RMSP legal, possivelmente obteria uma terceira avaliação ,compondo nova proposição.

Nesse sentido, vale ressaltar que encontramos as duas primeiras abordagens em oposição, mas ligadas às mesmas finalidades, ou seja, ao pragmatismo econômico e administrativo pertinentes a cada nível escalar. O IBGE, representando as condições nacionais e as prefeituras fazendo a anuência municipal. Como dissemos, no entanto, localizamos uma infinidade de pesquisas nas ciências sociais e econômicas onde foram trabalhados temas relacionados à formação urbano-industrial da Grande São Paulo.

Dentre estes, a geografia surge como um campo que recorrentemente abraça o ABC Paulista como recorte regional crível, sem qualquer justificativa para este artifício³⁸. Era de se esperar que as perspectivas anteriormente descritas não se fundissem à esta que se adjudica como conhecimento científico, pois, condições de análise e instrumentos de entendimento a elas concernentes atendem a normas e procedimentos atrelados aos desígnios relacionados em cada quadro.

A confusão se instaura quando as demandas de Estado suscitam da ciência geográfica uma divisão regional que traga à luz as vias para nortear sua ação rumo à determinados fins; ou quando o material resultante dessa coibição se torna a carta referência de interpretação das diferenças regionais e da geograficidade brasileira como um todo. Contudo, alguns desses estudos³⁹ por

³⁸ Basta tomarmos como indicador, o sem número de trabalhos existentes na biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para que tenhamos noção de tal incorporação. São monografias, dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos, etc.

³⁹ Constituem exemplos recentes desta postura:os cadernos produzidos pela Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC. Entre os quais encontramos “A atividade econômica nos anos 90 no Grande ABC”, n.1, Santo André, 1999; BODDY, Martin. “Reestruturação industrial, pós-fordismo e novos espaços industriais” in Valladares, Lícia(coord.) “Reestruturação urbana: tendências e desafios”, SãoPaulo, 1990; um paper apresentado durante o seminário “Diadema, globalização e desemprego” de COUTINHO, L. et. alli “Reestruturação e mudança ocupacional no ABC e Diadema, 1996 ;o material produzido pela Câmara Regional do Grande ABC entre os quais “A região encontra soluções”, 2000; DANIEL, C. et alli “Novas estratégias de ação regional: a experiência recente da Câmara do Grande ABC”, Porto Alegre, 1999; KLINK, J.”O novo regionalismo. O caso da região do Grande ABC”, São Paulo, 2000; BENKO, G. e LIPIETZ, A. (orgs.) “As regiões ganhadoras. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica”, 1994. SOARES, R. “Impactos da reestruturação produtiva sobre o emprego urbano na Região do Grande ABC”, Brasília, 1998; COCCO, G. “A Agência de Desenvolvimento do Grande ABC paulista, entre a agenda regional e a ação territorial”, Rio de Janeiro, 2001; PETROLI, V. “Diário

vezes acabam por validar a divisão regional definida pelos níveis político-administrativos e especialmente os locais.

Ora, a noção de harmonia como dado inerente à realidade e implícita à legislação não passa de uma abstração já que desconsidera as condições de reprodução social e de capital efetivas. Portanto quando esta característica não se apresenta na dinâmicas dos fatos, ocorre sua conversão em *questão-problema* a ser institucionalmente resolvida. Ao lado disso, surge o destaque à continuidade de recursos às expensas econômicas. Ora, certamente estes não são nem os pressupostos nem os objetivos a que se conectam as pesquisas geográficas. Dentro do modo de produção capitalista as contradições sociais a que correspondem à organização do trabalho, não permitem que a Geografia ou outra ciência passem ao largo das peculiaridades que o caracteriza. De sorte que a idéia de harmonia não só é inconsistente diante das conformações territoriais que presenciamos como torna-se infundada por parte do pensamento científico.

Destarte, a ciência geográfica tem como pedra angular a reflexão que permita investigar e encontrar as qualidades particulares das territorialidades produzidas pela objetivação da própria história. Assim sua definição como ciência, não se pode se dar em função de uma prática tecnicista evocada pela exigências dos empreendimentos públicos ou privados.

A escala de análise territorial sob os auspícios do Estado, isto é, as pretensões a que representam e se referem ignoram a unidade da relação sociedade-natureza; se levada em conta poderia limitar as possibilidades do exercício de gestão e inclusive comprometê-la. A lógica que fracionou o ciclo produtivo, que produziu uma sofisticada divisão social do trabalho, foi fruto dos desdobramentos da relação homem-meio. Emerge historicamente como peça fundamental para concretizar a finalidade última do capital privado - sua acumulação. Analogamente, essa mesma lógica interrompe a integração referida. As razões disso repousam sobre os paradigmas produtivistas onde a atividade do trabalho se desprende da unidade que aludimos, não como seu efeito e condição.

---

do grande ABC: a construção de um jornal regional." São Bernardo do Campo, 2000, entre tantos outros.

Resta então indagarmos novamente se a Geografia adota também este percurso, uma vez que supostamente se reduz aos mesmos propósitos técnico-operativos.

Entretanto, o objetivo final que referimos anteriormente, a saber, a esfera produtiva como meio de avolumar a apropriação privada de capital, redundando e desenvolve uma prática de interpretação de extremo reducionismo frente às dinâmicas urbanas, sobretudo quando procede de intencionalidades ligadas ao planejamento e a administração pública. A RMSP desaparece para ressurgir como um conjunto de municípios ligados tão somente pela posição que ocupam (proximidade em relação à capital) ou pelo papel que cumprem (atividade econômica predominante) neste quadro funcionalmente articulado. Estas cidades, por sua vez, emergem como pontos cujo diâmetro indica o desempenho em termos de polarização, ou seja, de influências recíprocas exercidas no âmbito metropolitano. Municípios convertidos em pontos conectados por linhas traçadas em um plano de área e que evocam as direções de subordinação mais direta entre capital e àquelas.

Esta forma de representação pode ser verificada nos trabalhos de Roberto Lobato Corrêa, e especificamente, quando decodifica esquematicamente a geografia das cidades do agreste nordestino, ou por conta da circulação dos fatores produtivos e de investimentos. Ainda uma representação, que acompanhada de explicação, ganha rubrica científica.

AQUI O GRÁFICO DO LOBATO

AQUI OS DOIS DA EXPLORAÇÃO GEOGRÁFICA

Se fizermos o exercício de introduzir a RMSP nestes esquemas, será inexequível retirar o ABC paulista de seus enlaces com a capital. Propomos então, este esforço de aproximação para que alguns dados sejam esclarecidos ante as celeumas criadas pelas divisões regionais e suas incongruências. Passemos ao primeiro deles.

Guardando as devidas distâncias entre os temas abordados, ao observarmos a figura teríamos de imediato que adaptar a classificação hierárquica proposta para as cidades alagoanas ao caso paulista, e especificamente, ao alvo de nossas especulações, a saber, a Região Metropolitana propriamente dita.

Ora, saindo daqueles termos e auxiliados dos mesmos critérios sem, no entanto, ocupar em esmiuçá-los precisamente, a cidade de São Paulo ressurgue como “capital nacional”, seguida de diferenciações por toda área compreendida pela metrópole, donde nenhuma que alcance sua expressividade. Assim, grosso modo verificamos posições distintas a cada município, incluindo a extensão abarcada pelo ABC. Dentro deste, uma nova classificação se imporia, agora denunciando e rompendo com a idéia de homogeneidade tão cara à confecção das divisões regionais.

Todavia, seria a cerca da avaliação entre as “ligações de subordinação” intra-metropolitana que um fato interessante sobressai por quanto o surpreendente resultado. E este diz respeito especialmente aos municípios abecedenses por entre as linhas que simulam suas diversas combinações. Demonstram, uma vez mais, o grau de disparidade das sete integrantes, indicando projeções de dependências inclusive fora daqueles limites.

Assim recolocados, cada uma destas cidades alcançariam na escala de classificação uma posição não necessariamente idêntica aos contornos do chamado “Grande ABC”. E a este ponto voltaremos adiante.

Passando aos segundo e terceiro esquemas, repetem-se a relevância dos condicionamentos entre metrópole e ABC, pelo simples caso de a primeira sediar escritórios administrativos e instituições financeiras imprescindíveis ao bom êxito

das respectivas atividades em tais localidades, obviamente em meio a outros fatores que aqui não nos competem.

As “sedes das corporações” e suas “fábricas filiais”, assim como, o grupo de indústrias e de atividades a elas dirigidas, estariam interconectadas pelo exame de seus “fluxos de investimentos”. Entretanto, desenham-se territorialidades que absorvem exclusivamente o eixo definido pela alocação condizente ao grande capital produtivo, mas predominantemente norteados pela proximidade à capital e às vias de circulação que proporcionam a entrada e saída de mercadorias (porto de Santos, vias Anchieta e Imigrantes, assim por diante). Do mesmo modo que sobre o ponto anterior, no decorrer deste capítulo reincidiremos sobre este aspecto, ou seja, a formação de uma espécie de padrão de localização ali detectável.

De outro lado, podemos verificar o quão exíguas são as transações intermunicipais exceto entre aqueles de maior expressão demográfica e/ou econômica, como os casos de São Bernardo do Campo e Santo André, cujo desenvolvimento sofreu diretamente as influências do capital transnacional, montadoras, metalúrgicas, mecânicas e correlatas. Os restantes foram ocupados por ramos fabris de diferentes naturezas, e anteriores à aludida grande indústria, especializando-se em produtos como borracha, fumo, couro, móveis, cerâmica, etc.

Por fim, estabelecendo genericamente as amarrações de toda a área metropolitana, temos as funções exercidas pela força de trabalho, pelos meios produtivos e pela produção de agrícola de constituírem elos fundamentais e indispensáveis à manutenção dessa reprodução social e econômica, como um todo.

Destarte, uma vez mais constatamos o acabamento ideológico oferecido pelas forças políticas locais em fornecer as bases de uma identidade regional em comum. Identidade esta por ela forjada, mas que pouco tem a ver com as dinâmicas reais por que passam as cidades do ABC. Talvez fosse mais coerente, na perspectiva geográfica definir uma sub-região formada por Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema e, talvez ainda, a cidade de Mauá, sendo os

demais avaliados em seus níveis de relações com o restante da região metropolitana.

Ainda assim é bom lembrarmos que a própria região metropolitana de São Paulo e acreditamos, todas àquelas definidas pela Constituição brasileira, denotam as limitações quanto à apreensão dos dinamismos que as perfazem. Delas nascem ações circunscritas a algumas de suas principais características e de maior generalidade, para viabilizar a orientação do aparelhamento em serviços e investimentos, nos diversos níveis territoriais e tão somente isto.

Em outras palavras, o que seria uma fragilidade no sentido de avaliação e interpretação geográfica, aqui serve exatamente aos escopos estritos e pragmáticos que o poder público representa e firma. No entanto, este fato não nos causa sobressalto porque em conformidade com o anunciado pelo Estado moderno. Em contrapartida, o que se torna espantoso é a ratificação da insígnia “ABC” exterior a este âmbito, - que por vezes nem a ele comporta-, contudo adotado e disseminado como baliza a pesquisas dentro e fora da geografia.

Dando continuidade, conforme o curso tomado pelos empreendimentos fabris coube à gestão administrativa em vigor em cada momento – seja de situação ou de oposição- apoiar, defender ou rechaçar as adaptações por eles ditadas, a fim de garantir a conquista das metas dos grandes grupos privados. Como pano de fundo, a denominação “Grande ABC” se difunde como estratégia para atrair as mais diversas atividades e a partir dos anos 80, não exclusivamente dirigida às indústrias, ao lado da propaganda associada à idéia de região individualizada e em pleno desenvolvimento, da qual participam os sete municípios.

Este fenômeno pode ser entendido através das premências ligadas a possibilitar competitivamente, no palco de disputas e tensões criadas entre regiões metropolitanas, o papel preenchido pelas cidades do ABC paulista como pólo industrial. Passa a fazer parte do ideário administrativo, a preocupação de não perder unidades fabris para outras localidades frente à guerra fiscal e ao marketing político relacionado às diferentes vantagens proporcionadas pelos

estados brasileiros. E isto, de forma mais profunda desde o II PND. Como informa Klink,

“(...)verificamos uma queda relativamente acentuada no índice do setor automotivo e um crescimento na especialização no setor químico. Esse último dado se relaciona com o impacto positivo dos investimentos implementados no âmbito do II PND no setor químico no interior do estado de São Paulo.” (KLINK, p.94, 2001)

Corroborando com essa alusão, o trecho da mensagem proferida pelo general Ernesto Geisel no ano de 1976, dirigida ao Congresso Nacional em Brasília, em que afirma:

“As diretrizes da industrialização incluem como pontos básicos, a ampliação da produção nacional de bens de capital, fator básico para a auto-sustentação do desenvolvimento industrial, a rápida expansão das indústrias produtoras de insumos básicos (...) e o fortalecimento e modernização das empresas nacionais(...)”.(MENDONÇA; Sônia. A Industrialização Brasileira, SP Ática, p. 80, 1997)

Estavam traçados os caminhos perseguidos para a economia brasileira, os teores das imissões estimuladas pelo governo federal a partir de então e as frações a quem se dirigiam. Também se colocava o início de um acirramento entre administrações públicas que daquelas perspectivas resultaria. Da mesma forma, por parte do ABC, haveria declarações em resposta às canalizações anteriormente comunicadas, valendo-se de seu desempenho e participação anteriores, de sorte a contornar uma possível perda de liderança no ranking da produção industrial brasileira.

Portanto, este conjunto de episódios se tornam indicativos de uma situação em que, semelhante aos anos 50, a identidade regional poderia compor favoravelmente o discurso das lideranças políticas ou com pretensões à galgá-las, de modo a ajustar esta parte da metrópole paulista àquele novo momento da gestão nacional.

Mas e quanto a Geografia? Quais as razões que a levaram à adoção deste recorte analítico?

Voltemos a um passando relativamente recente. É reconhecido o fato de que antes do advento da indústria automotiva, os anteriores distritos compunham a periferia fabril advinda da expansão horizontal da cidade de São Paulo:

“O crescimento vinha literalmente transbordando para fora dos limites da capital, chegando até os municípios como Guarulhos, São Bernardo e a faixa São Caetano-Santo André. (KLINK, p.94, 2001)

O período aludido pelo autor se estende de 1915 à 1940, quando a configuração do ABC ainda formava uma única jurisdição sob a mesma alcunha (São Bernardo e depois rebatizada Santo André), tendo por pedra angular de sua administração, o enfrentamento entre oligarquias locais. Entretanto, a cada ano crescia em importância o referido eixo, pois seus municípios assumiam pouco a pouco o papel de cidade-dormitório aos trabalhadores empregados na capital. Passando a proporcionar os serviços e mercadorias básicas à reprodução de seus habitantes, este arranjo territorial diversificou-se de maneira mais destacada e evidente se comparada ao restante da periferia.

“Essa última faixa foi a única porção da Área metropolitana que se transformou, no referido período, numa verdadeira zona industrial suburbana.” (KLINK, p.94, 2001)

Ou seja, mesmo ainda sem concluir a dinâmica de emancipações que hoje conhecemos, já era possível observar a conformação de uma territorialidade cujas marcas estavam atreladas ao desenvolvimento ocorrido na capital. São Paulo, portanto dirigia naquele íterim uma espécie de nova conjuntura abalizada pela integração mercantil.

Deste processo em curso, foi a partir de 1927, com os adventos da General Motors e das indústrias Matarazzo no subdistrito de São Caetano próximas à ferrovia Santos-Jundiaí, que favoreceu, juntamente com Santo André, um estado de proeminência no interior da atual RMSP. Onde:

“Foi em função desse processo de crescimento industrial e residencial em torno do eixo ferroviário que a sede de São Bernardo do Campo foi transferida para Santo André em 1938.” (KLINK, p.96, 2001)

Em termos nacionais assiste-se, no transcorrer desse período, a ampliação intervencionista do Estado brasileiro, na medida em que tomava para si a empreitada de mediar ou efetivamente interferir nas controvérsias e impasses criados regionalmente. Aquilo que dantes despontava como cizânias pontuais e esquecidas no contexto nacional passavam a ser alvo de preocupação e de ingerência.

De sorte, toda vez que atravancassem o processo geral de transição do padrão acumulativo galgado na agroexportação, para as bases industriais, estas celeumas ganhavam âmbito federal. Aos poucos seus desenlaces foram passando às mãos das estratégias de intercessão estatal em prejuízo ao comando diretivo local, culminando como o horizonte pragmático da política governamental dos anos subseqüentes.

“As questões regionais vinham nessa época varguista cada vez mais transformadas em assuntos de caráter nacional, aumentando assim a intervenção do Estado-nacional em detrimento das oligarquias regionais.” (KLINK, p.94, 2001)

Averiguamos então, que os resultados desse fato - a transposição de níveis de gerência e os novos rumos de ação do Estado - tenham sido recorrentes e suficientemente explícitos, a tal ponto que os estudos regionais confeccionados pelos geógrafos firmaram-nos como as mais significativas determinações dos arranjos territoriais produtivos aliadas à gênese única de formação abecedense. Associadas a estas, a proeminência fabril derivada de sua disseminação, possivelmente formam o espectro de razões que justificam o emprego, tanto da denominação Região do ABC, como “Grande ABC”, mesmo que perfazendo realidades de proporções excessivamente distintas, com qualidades freqüentemente dessemelhantes.

Logo, o período anterior a década de 40 foi extremamente importante para trazer à luz os pontos de estrangulamento da economia brasileira, ou seja, os entraves ao crescimento concernente à industrialização. Ao fazê-lo, demonstrou uma diversidade ainda elementar de bens de capital e de consumo duráveis e de segmentos centrais da indústria de base. Essa condição se reverteria incitada,

sobretudo, pelo Plano de Metas em 1956, através do qual a instalação de empresas automotivas e de ramos à elas correlacionados.

“As estratégias, a partir de 1950 (...) objetivavam assegurar as bases materiais para endogenizar o padrão de acumulação brasileiro num patamar mais elevado. (...) No entanto, o tipo de industrialização implantada implicou alto grau de concentração empresarial e dependência da tecnologia e do capital estrangeiros.” (KLINK, p.96, 2001)

Por este ensejo, rapidamente se exauriu a capacidade dos serviços ferroviários na tarefa de atender adequadamente tal ampliação, encontrando na indústria automobilística, sua derrocada final. De um lado a elevação numérica e qualitativa das unidades fabris, demandando força de trabalho e condições de circulação a elas ajustadas; de outro, e decorrente disto, a expansão dos municípios abecedenses, foco de atração de migrantes de outros estados, mas também de São Paulo.

Neste contexto ativo de desenvolvimento industrial, as ligações entre distritos considerados periféricos à capital se avivaram, suscitando empreendimentos que as comportassem.

“(...)os subúrbios de Santo André e São Caetano do Sul vinham cada vez mais atraindo a classe média, o que por sua vez impulsionou um aumento da demanda por transporte.(...)a definitiva chegada do automóvel na década de 1950 foram acompanhados pela implementação de uma série de investimentos em auto-estradas, cujo impacto sobre a configuração da geografia industrial da região metropolitana e do Grande ABC foi fundamental.” (KLINK, p.97, 2001)

Assim se caracterizou a conduta do Estado brasileiro. Mas como a Ciência Geográfica se posicionou frente a tal dinamismo?

3.3 - Representação e realidade: A Ciência Geográfica frente à geograficidade do real

Lendo atentamente a última citação do item anterior, podemos salientar duas informações interessantes aos nossos fins e que agora serão desenvolvidas:

uma e já intensamente reconhecida, se refere a implantação do grande capital fabril; a outra relaciona-se uma vez mais ao emprego do termo Grande ABC.

Indo à primeira, a chegada das indústrias e o fomento dado às demais esferas de trabalho atraíram de uma só vez a mão-de-obra a elas necessária e, além disso, alimentaram o comércio imobiliário. Assim se passou, em função do alargamento do raio de influências exercido da capital paulista em direção aos municípios circunvizinhos.

Significa dizer que, a especulação imobiliária foi nutrida em diferentes frentes: com empreendimentos voltados ao operariado menos abastado, mas também às classes médias, incapazes financeiramente de habitarem a Paulicéia, e pelas mesmas motivações.

Esta espécie de retroação entre capital e seus arrabaldes (centro periferia metropolitanas) diz respeito a um processo cuja unidade aponta para a constituição da RMSP, e nesse sentido sua delimitação oficial emerge do estreitamento entre locus produtivo e gestão administrativa, onde os municípios ao longo da via Anchieta receberam maior ênfase.

“A cidade mais afetada diretamente pela implantação da Via Anchieta foi São Bernardo (os então distritos de São Bernardo do Campo, Diadema e Riacho Grande).(...) O próprio Plano de Metas desencadeou concomitantemente um verdadeiro agrupamento espacial de investimentos no ramo automobilístico ao longo da Via Anchieta, como as montadoras Volkswagen, Mercedes, Karmann-Guia, Simca. (KLINK, p.98, 2001)

E ainda,

“O impacto da auto-estrada é também notável quando avaliamos as estatísticas do emprego industrial em São Bernardo em relação aos antigos centros do subúrbio-estação.” (KLINK, p.96, 2001)

O caráter salientado por nós como retroativo pode ser decodificado como o conjunto de inter-determinações inerentes às alterações econômicas por que passou a região metropolitana de São Paulo, em seus elos com o contexto geral político administrativo do país. Para tanto deve-se retomar o momento da história

brasileira em que foram definidas as regiões metropolitanas, já citadas nas páginas iniciais desse capítulo, e que permite coletar e avaliar medidas da ação coadjuvante entre empresas nacionais, estrangeiras e estatais.

Aproximamos-nos, por conseguinte, à fase marcada pelo milagre brasileiro e ao II Plano Nacional de Desenvolvimento, donde identificamos padrões de localização industrial, que de acordo com Klink, foram três.

Um primeiro tipo composto por estabelecimentos que procuraram terrenos planos e de extensa metragem próximos, ao mesmo tempo, ao porto de Santos e a capital metropolitana (indústria automobilística e montadoras); um segundo, àqueles que optaram por lugares mais distantes das conformações urbanas em função do tipo de produção e dos efeitos dela resultantes (como o caso da indústria química); e, por fim, os abastecedores de bens intermediários e de equipamentos ao setor automotivo que se posicionaram ao longo das vias Imigrantes e Anchieta, paralelamente àquele.

Apesar de ter sido levantado como padrão de localização, as três possibilidades desenvolvidas por Klink não fornecem a configuração de todo o ABC, restringindo-se principalmente à São Bernardo do Campo, Diadema e Santo André. Os municípios de Ribeirão Pires, Mauá e Rio Grande da Serra, situam-se em outro perfil em relação ao exposto, onde:

“Além do ramo petroquímico (em Mauá) encontramos nesses últimos municípios algumas indústrias que necessitam, por razões de sua matéria-prima, de uma localização mais próxima às áreas suburbanas de caráter mais rural” (KLINK, p.96, 2001)

De sorte, porque conformariam uma mesma região?

Para assim objetar, voltemos ao segundo aspecto apontado no início deste item. A partir dele, destaca-se o fato de nosso autor se remeter à região metropolitana de São Paulo apartada, em seus dizeres, do “Grande ABC”, reiterando nossas iniciativas de crítica e de ponderações sobre o emprego de termos diferentes para designar uma única realidade, obra, por conseguinte, de uma só dinâmica. Obviamente que estamos nos dirigindo à divisão social do trabalho e as territorialidades em que se objetivaram. Todavia as cidades de

Ribeirão Pires, Mauá e Rio Grande da Serra, externas que estiveram sob os auspícios do capital automobilístico, voltaram-se em contrapartida, com maior intensidade aos demais municípios, - e não aos que foram considerados nucleares à polaridade exercida no ABC paulista. Este fenômeno afastaria suas respectivas inserções no recorte denominado Grande ABC, sobretudo depois de averiguadas estas especificidades. Contudo, em relação à RMSP, nos valem das mesmas justificativas para demonstrar as proporções de suas vinculações inter- municipais e destas com a Capital paulista.

Portanto, uma confusão instaura-se entre realidades e representações, isto é, entre a passagem do concreto ao pensamento. Na tentativa de apreender as características fundamentais das territorialidades em questão, Klink se apropria do plano conceitual definido no âmbito operativo. Assim reproduzido acaba por construir encaminhamentos híbridos onde se encontram fusionados a ciência geográfica àquele campo, sendo este o mote de nossas reflexões.

Mas esses entrecruzamentos podem ser entendidos pela variedade de formulações do tema que envolveu a definição de região e de regionalização, os pressupostos e critérios de que partiram, assim como, pelas demandas sugeridas ao campo da Geografia como sendo de sua alçada. Em outras palavras, se deram e permanecem até nossos dias, por conta de questões vinculadas a própria história de formação como conhecimento científico, - seu objeto, procedimentos, tarefas -, e como prática aliada ao Estado. Vejamos então.

Se aparentemente há uma desordem de âmbitos, a saber, o conhecimento científico e aquele que recobre o pragmatismo administrativo, este dado segue como resultado da história desta ciência. Um entendimento originariamente voltado a identificar as diferenças entre lugares e depois a responder por elas, numa espécie de comportamento indefinido que oscila entre o empírico e o teórico, tomados hegemonicamente como excludentes.

3.4 - Região, regionalização. Regiões homogêneas e polarizadas - do planejamento setorial ao regional

Seguindo as colocações de Klink à respeito da “reestruturação do Grande ABC paulista” deparamos com certos gráficos em que estão correlacionados os índices de especialização produtiva sob o título “ABC Versus Brasil (1988/97)”. Aqui pode-se notar a utilização deste rótulo posto como independente ao conjunto da RMSP, artifício usualmente empregado pelas diferentes frentes da política local ou ainda pela imprensa. Porém, este material foi confeccionado pelo Ministério do Trabalho, a partir dos registros administrativos daquele período, o que comprova que as administrações municipais produzem dados erigidos de suas concepções de região e de regionalização, de certa forma, independentes do IBGE.

Ora, o Ministério do Trabalho como parte integrante ao Estado demonstra a junção da produção teórica da Geografia, as ideações regionais, com o pragmatismo suscitado pelo planejamento econômico setorial. Mas quais são elas?

“(…) há um denominador comum: a geografia tem suas raízes na busca e no entendimento da *diferenciação* de lugares, regiões, países e continentes resultante das relações entre os homens e entre estes e a natureza.”
(Corrêa, Região e Região e Organização Espacial,p.8,2003)

Diante da heterogenidade de formulações nos circunscrevemos às de origem européia e norte-americanas, pelo mesmo enfoque sobre as questões sociedade/meio. Partindo de Lobato, podemos congregá-las em três grandes grupos que predicam tais posicionamentos na virada entre os séculos XIX e XX. Entretanto deve-se aqui lembrar,

A geografia emerge como uma disciplina acadêmica a partir de 1970. (...) As últimas década do século XIX caracterizam-se por dois processos(...) o capitalismo passa a apresentar uma progressiva concentração de capitais, gerando poderosas corporações monopolistas e uma nova expansão territorial. O outro, que se vincula ao primeiro é o da fragmentação do saber (...) criam-se departamentos de geografia nas universidades européias e, mais tarde, nas norte-americanas(...)”(Corrêa,Região e Região e Organização Espacial,p.8-9,2003)

Portanto, dentro da geografia moderna, uma primeira posição se configura pelo acento, em maior ou menor grau, a um dos termos daquela relação como foram as contribuições de A. J. Hebertson, Charles Dryer ou Camille Valoux; um segundo tipo, e intimamente ligado ao curso dos acontecimentos associados ao desenvolvimento da geografia, diz respeito às tentativas de contra-argumentar ao determinismo em que, um dos termos, no caso, o Meio sobrepujava o outro, a saber, as atividades humanas. Nele se encontram o aporte de Vidal de la Blache, Otto Schulutter ou Carl Sauer.

E um terceiro grupo, a reação crítica frente às anteriores, ressaltando seus traços conservadores em que, as transformações geográficas ocorridas na contemporaneidade, foram negligenciadas. Além desse aspecto, esta última versão, muito bem representada por Yves Lacoste, Paul Claval e outros, censuravam principalmente a idéia de região, tomada como algo acabado, e as noções de equilíbrio e harmonia entre sociedades e meio, a elas subjacentes. Também fora alvo de crítica, a ausência de “um critério sistemático para se identificar regiões” (Corrêa,p.31).

“No Brasil, conforme já se indicou, as zonas fisiográficas, a despeito do nome, foram fundamentadas no conceito de região geográfica de Vidal de La Blache; sua aplicabilidade se deu na medida em que formaram as bases territoriais agregadas, através das quais foram divulgados os resultados dos recenseamentos de 1950 a 1960. Já as regiões homogêneas, através das quais se divulgam os resultados dos recenseamentos de 1970 e 1980, constituem uma tentativa de atualização das zonas fisiográficas, adotando-se implicitamente o essencial das idéias vidalianas, apesar dos casos de exceção (áreas metropolitanas)(...). (Corrêa,Região e Região e Organização Espacial,p.32,2003)

Isto posto, observamos como seus desdobramentos, a emergência das definições de homogeneidade e polaridade, donde o recurso ao levantamento das qualidades que a estas caberiam, a fim de recuperar suas delimitações.

Destarte, que a captura de tal procedimento por parte do referido Ministério é levado à cabo, distribuindo os elementos encontrados em conjuntos de ordem natural (jazidas minerais, ecossistemas, bacias hidrográficas,etc.), social

(tipo de atividade predominante, mão de obra absorvida, etc.) e econômica (destino a que se dirige, formas de circulação e de escoamento, infra estrutura, etc.). O lócus onde estão confluídos todos estes fatores são as concentrações urbanas, desempenhando função essencial por tudo que requerem e viabilizam. Em verdade, as geografias das cidades instituem-se como desígnio do planejamento estatal, e por decorrência suas ligações com o campo.

De pronto, parece contraditório o fato de ambos, isto é, Estado brasileiro e Ministério do Trabalho, participarem com abordagens distintas em relação à RMSP, por compartilharem das mesmas finalidades: os planejamentos correspondentes aos diversos níveis escalares e dirigidos a múltiplos setores. Apesar disto, a divisão social do trabalho e o desenvolvimento desigual e combinado característicos ao modo de produção vigente, cuja tradução se expressa territorialmente, se encontram presentes por quanto constituem a matéria bruta sobre a qual irão convergir.

Significa dizer que o Trabalho acumulado e corporificado nos Lugares se transmite pelo aparato administrativo estatal sob julgo privado. Estes “agentes organizadores” (CORREA), a saber Estado e Capital, através da diferenciação de investimentos produzem uma geografia sem uniformidade. Concentração e centralização produtivas determinadas por uma internacionalização do capital desigual, retroagindo e reafirmando-a como sua condição.

As iniciativas privadas, com poucas restrições locacionais, conseguem obter vantagens por investimentos diretos e/ou indiretos, provocando mudanças nas relações e regras de trabalho, desencadeando, por conseguinte, uma dinâmica complexa entre diferentes países, empresas e lugares, fundando novas regiões, ou levando ao colapso das anteriores.

Assim sendo, as indagações expostas que deram origem a este capítulo e ao trabalho de tese como um todo permanecem colocadas: a Região tomada pelo discurso institucional seja através de órgãos estatais seja pela direção administrativa, representa nossos anseios enquanto geógrafos? Quais as razões que justificariam a adoção de tal perspectiva?]

Pode-se afirmar que Estado e ciência geográfica refletem sobre as relações estabelecidas entre sociedades e destas com a natureza. No entanto, Estado o faz convertendo-as num longo e detalhado levantamento de partes, ou seja, daqueles fatores que julga envolver a composição dos territórios; o perpetra como um *meio* para atingir seus *fins*: a execução de suas práticas gestionárias.

Fragmenta a totalidade das realidades que se deteve em analisar, para depois remontá-las num mosaico em que sejam possíveis suas intervenções. Onde, por exemplo, o caráter obscuro encontrado na definição das regiões metropolitanas brasileiras, isto é, as imprecisões e delimitações grosseiras no que se referem à pertinência dos municípios que as compõem. Desconsideram as peculiaridades próprias a cada um, para enquadrá-los às demandas da supervisão pública.

Deste ponto de vista, os lugares servem ao Estado e não o inverso como quer e reproduz o discurso das plataformas políticas partidárias, espalhadas por todo o país.

Já a Geografia, como conhecimento científico que se edificou, o faz como finalidade, quer dizer, como reflexão que busca a investigação e o entendimento das transformações por que passam os lugares, - atravessando desde sua geração e desenvolvimento às presumíveis perspectivas.

Em síntese, as particularidades dos processos de reprodução social, ao se concretizarem nos diferentes lugares, lhes fornecem, reciprocamente, seus traços identitários. Tal fenômeno solicita a nós, como geógrafos, uma série de elementos que são descuidados pelo discurso institucional em seu exercício.

Estes caminhos, distantes que deveriam ser porque conectados em metas que se opõem, são explicados através das formas de condução pertinentes a cada qual, os objetivos que simbolizam, isto é, os compromissos assumidos em suas respectivas tarefas. Contudo, a incorporação de um ou outro por estas diferentes ordens de atividades se revelam denotando, uma vez mais, que a ciência serve às práticas de dominação e vice-versa. A divisão e concepção regional advindas da Geografia entram como suporte às ações governamentais assim como estas dão origem a outras formas que referendam tal ciência. Não há

como, nem interessa detectar qual deles se responsabiliza por iniciar ou finalizar a cadeia ente produção teórica e prática. Importa destacar as evidências quanto ao fenômeno de introspecção de ambas na cotidianidade, seja através da política estatal ou científica, seja por entre os tecidos da vida de todos os dias levada à cabo pelos indivíduos.

Por suposto, a Geografia busca então o entendimento da organização e do formato geográfico para além do grosseiro empirismo do qual requer o pragmatismo governamental.

Assumida esta posição frente a ambos, temos com efeito, uma outra dimensão no que se refere aos ajuizamentos que produzem sobre ABC paulista e RMSP como um todo. Se recolocam como interlocuções possíveis, níveis constitutivos que pertencem à realidade, subsidiando sua construção. Mas também podem se tornar uma primeira etapa ou ponto inicial no qual não se pode estancar, e pelo contrário, do qual nasce a obrigação de prosseguir. Em outras palavras, esta argüição, de maneira alguma, deve trazer qualquer embotamento, como por exemplo, elevá-la a única alternativa cognitiva, na direção de apreender tal arranjo geográfico. Com essas ponderações cremos ter dado conta de abrir as vias de resposta às questões até aqui colocadas e desenvolvidas.

De sorte, guardadas as devidas proporções, fazemos das palavras a seguir, as nossas próprias intenções que se dirigem àqueles

“cujo reflexo não é o de submeter-se à ordem tal como é, e sim procurar compreendê-la e discutir sobre ela, para eventualmente esboçar caminhos diferentes dos que foram impostos. Esta função crítica do intelectual parece-nos hoje mais necessária que nunca.” (Chesnais, 1996,p.16)

3.5 – O ABC Paulista e a reprodução das relações produtivas. Inferências e ligações entre o mundial, o regional e o local na organização da esfera produtiva e na gestão pública das frações sociais presentes

Seguir no exame do trajeto descrito por tais representações tem excepcional valor como momento que retém a forma de condução dada a impasses complexos de planejamento que, reduzidos a apanhados numéricos

procuram embasar medidas operacionais ante as pendências e pressões de ordem econômica sobre instâncias decisórias.

As idéias de ABC paulista, como mencionaram pela primeira vez os veículos de informação de massa na década de 50, retrataram os interesses das distintas frações da burguesia local que, com a industrialização insurgiam, Sendo contra ou a seu favor, também confirmaram o intrincado jogo interno a esse mesmo grupo. As colocações positivas ou refratárias às unidades fabris estrangeiras fizeram com que fossem deparadas perdas e benfeitorias possivelmente trazidas com implantação.

De seu lado, as empresas estrangeiras, mesmo que norteadas pelas possibilidades de acumulação sobre o território brasileiro como um todo, - estendendo-se sobre as condições de produção e circulação até o consumo -, seus focos evidentemente recaíram sobre os mercados urbanos consolidados ou àqueles que se encontravam em vias de alcançar tal status.

Entretanto, diferentemente do consumo que contém aspectos de maior mobilidade, a produção ou a confecção de peças e a montagem do produto final deve, em suas etapas, passar por um momento de fixação territorial para ser concretizado. As escolhas do grande capital privado e suas comensais revelaram a ação do Estado Nacional tendo por objetivo estimular o crescente desenvolvimento da produção de bens de consumo duráveis em território brasileiro, proporcionando àquelas, as margens de lucros almejadas. Novamente, não nos furtamos em apontar neste quadro de época, a acentuada proeminência que obtiveram as diretrizes postas pelo Plano de Metas do governo JK, exaustivamente aludido neste trabalho.

Assim, a designação ABC paulista expressou num só golpe a manjedoura onde nascia o automóvel, bem de consumo até então inaudito na esfera produtiva brasileira, e por conseqüência, as eloqüentes mudanças nos municípios que a ela se integrassem. No mesmo pacote aderiram às idéias de modernidade, com a ampliação da oferta de trabalho e o fomento da economia local.

Mesmo que as empresas tivessem por horizonte os diferentes mercados nacionais, suas atividades ressoaram na geografia local e regional.

Testemunharam-se alterações de toda ordem. A elevação das demandas do setor da construção civil, com obras de saneamento e de esgotos, edificações, distribuição de energia, vias de circulação, além de outros serviços agora fundamentais ao complexo industrial, e que se fizeram sentir. A valorização dos solos urbanos delas decorrentes, os preços cobrados para aquisição ou alocação imobiliária, impostos e taxas para utilização e manutenção e, finalmente, o custo de vida geral dos municípios⁴⁰, tiveram elevações substantivas frente às demais unidades administrativas brasileiras.

Além disso, atraindo o conjunto de fatores produtivos necessários à tornarem-se exeqüíveis, interferiram no conjunto das demais atividades, induzindo os ditames de diferentes e distantes pontos de produção e mercados de consumo no país, assim como, externo à ele, desvirtuando as anteriores condições de preços pagos pelo capital constante e variável.

Das Corporações partem e são especificadas as regras para a economia brasileira, tomando por referência suas proporções e magnitudes. Já os grupos empresariais de menor expressão ou alcance não tiveram a mesma sorte. Incorporados à lógica daqueles de maior grandeza, acabaram por ser fagocitados, ou, como face oposta da mesma moeda, abriram concordata.

Portanto, na medida em que estas empresas foram acolhidas, o ABC como pólo promissor, passou a fornecer referências às instalações subseqüentes, orientando e aprofundando a centralização paulista no conjunto da economia brasileira. Externamente ao país, essa denominação emblemática comunicou ao Capital estrangeiro e a geografia mundial a inserção de nova localidade no quadro das principais regiões industriais.

Com isso, surge o aforismo de constituir “a metrópole que não para”, terra de trabalho e riqueza, de ritmos acelerados onde confluem oportunidades e condições diversas a também diversidade produtiva.

Donde a característica única que a predica e destaca como região dentro da RMSP consiste no fato de ter se tornado um lugar de concentração de unidades fabris especializadas. O planejamento visto como ordenação da

---

⁴⁰ Para tanto voltar aos dados compilados no capítulo 2 desse trabalho, onde pela voz de Megale temos a comparação de diferentes períodos no que se refere ao custo de vida.

reprodução espaço-temporal de tal fabricação se dá a partir daquele setor, a saber, a indústria automotiva e corolários. Delas advêm as qualidades de integração, interdependência e comunicação em suas disposições, vertical e horizontal, introduzidas pelo conceito de planejamento regional do ABC paulista.

Portanto, à noção de região somam-se especificidade, difusão e conexão entre linhas e atividades de produção, diante de seus arrabaldes, o que permite às iniciativas de planejamento econômico e/ou urbano, identificar sua particularidade, no contexto brasileiro.

De sorte que, por meio de um único eixo produtivo, a criação de planos regionais no campo político administrativo, significa trazer à tona as implicações recíprocas entre as diferentes escalaridades territoriais.

Internamente ao ABC, despontam proposições em que se situam as prioridades e premências surgidas das necessidades empresariais. Por este motivo, tais propostas passam a contemplar a força de trabalho tão somente em suas condições de manutenção, enquanto peça chave sobre a qual incidem os quesitos da acumulação.

Por outro lado, foram originariamente seus frutos, o sindicalismo e a participação operária, sintetizando de maneira muito explícita, o caráter de sua mobilidade, superior aos demais fatores que envolvem a produção. Organização política para instrumentalizar o enfrentamento capital / trabalho na tentativa de resguardar aqueles que migraram de vários estados, da irrefutável composição do exército de reserva.

Em outras palavras, o operariado se forma e segue o rastilho da oferta de emprego deixado pelas empresas. A alma do ABC Paulista se funda, portanto, pela distinção quanto à procedência dos indivíduos, o que a caracteriza, a partir dessa heterogeneidade, como região homogênea. Em contrapartida, quanto à quantidade e qualidade das atividades e serviços instalados, não houve sequer a distribuição eqüitativa entre os municípios abecedenses, dado este que romperia com a lógica daquela denominação, o que de certa forma indica inclusive dentro desta mesma perspectiva, a inconsistência de seu emprego.

Basta consultar despretensiosamente um atlas onde estejam cartografadas as regiões produtivas de maior expressão no mundo, para encontrar manchas por todos os continentes, excetuando o Antártico. Nesta escala (por exemplo de 1 para 3080 km) o Brasil aparece trazendo duas pequenas áreas industriais identificáveis apenas sob o aspecto de localização, ou seja, na macro região correspondente ao sudeste. Se passarmos a carta (de 1 para 500km) referente ao mesmo país, imediatamente observaríamos o triângulo composto por São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e desde já o estado paulista com elevada aglomeração de indústrias.

Ulteriores àqueles seguem, parte do Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Mas, ao prosseguirmos neste inventário, com a investigação das atividades predominantes do ponto de vista de seu peso econômico, as cartas mais uma vez se subdividem, apontando novamente para São Paulo e, agora, para o estado fluminense, congregando as maiores concentrações fabris. Se ainda fecharmos essa análise escalar sobre cada um, obteríamos resultados que assinalam para os municípios que constituem as duas principais regiões metropolitanas brasileiras, sendo que a distribuição e a diversidade fabril se dão de forma concentrada, e territorialmente especializada.

Este rápido exercício pretende compor a linha de raciocínio até aqui construída, ou seja, a averiguação dos aspectos e das impropriedades do termo Região para o ABC paulista.

Todavia devemos lembrar que a introdução de inéditas formas organizacionais no que concerne ao processo produtivo, no período pós-1997, levaram a algumas importantes modificações no padrão de especialização no país como um todo, mas notadamente em São Paulo e dentro deste, no ABC. Obviamente que estas transformações são mais evidentes nestes locais em que sua participação é de maior envergadura comparativamente às demais regiões metropolitanas. De sorte que, se os índices a eles pertinentes decrescem não pressupõem uma perda absoluta de posição no contexto brasileiro ou uma atrofia em seu dinamismo. Isto porque em termos percentuais, as alterações numéricas referentes às unidades produtivas não significam diretamente uma total ausência

de crescimento, pois já continha significativas taxas de industrialização. Assim sendo, qualquer alteração para baixo ou para cima que diga respeito à RMSP faz menção exatamente, aos lugares de maior produtividade.

Em outras palavras, se cotejarmos as qualidades das diferentes metrópoles, àquelas que não correspondiam, nem se quer aproximativamente ao estado paulista, quando modificadas suas participações, fornecem a falsa impressão de serem mais dinâmicas que a anteriormente aludida.

Vejamos o fragmento de texto a seguir que se dirige ao processo de “desconcentração macroespacial” (Klink) por que passa o conjunto do arranjo territorial produtivo brasileiro e notadamente, as mudanças refletidas em São Paulo e ABC paulista.

“o estado de São Paulo reduziu os seus índices de especialização no setor automobilístico enquanto que o ABC, apesar de manter a sua especialização nesse setor, vem reduzindo os seus índices de especialização nos setores fornecedores que fazem parte da cadeia (...).” (KLINK, p.106, 2001)

Convém ressaltar que unidades fabris requerem áreas vagas para suas instalações. Se a RMSP já se encontra intensamente ocupada, naturalmente os índices arrolados a novos empreendimentos neste setor, serão proporcionalmente inferiores.

E ainda Klink,

“(...) as potencialidades para uma região como o Grande ABC de se transformar numa economia regional dinâmica, capaz de criar renda e emprego numa base competitiva, estarão estreitamente relacionadas com a sua capacidade de se inserir na especialização do trabalho entre as cidades-regiões/aglomerações que compõem o polígono.” (KLINK, p.106, 2001)

Analisando atentamente o trecho citado, temos algumas considerações a ele relacionadas.

“Região do Grande ABC”, aqui incorporada por nosso autor, expressa a adoção acrítica e imprudente de uma noção extremamente cara e fundamental, tanto à história da Ciência Geográfica, no plano da produção de conhecimento,

como no que tange a gênese de conformação territorial a que acena e remete. Significa afirmar que o termo “região” constitui um instrumento de apreensão e de captura, posto pelo pensamento diante da realidade, todavia, vinculada ao desenvolvimento de um processo específico. Se o ABC emerge como lócus privilegiado da indústria, passando a ser este o eixo que o define como tal, as cidades que a ele se integram comporiam elos por meio dessa atividade. Entretanto, como vimos não se passa desta forma.

Portanto, a difusão desta denominação passa a ser consensualmente acatada ao entrar na ordem do dia, como referência de identidade. Referenda por suposto, características compartilhadas e comuns a todos os municípios, incluindo os que não são donos de significativa expressão industrial e demográfica. Esse processo provoca, com isso, um prejuízo à leitura das realidades das quais os indivíduos participam. A consciência “de si”, como habitantes de um Lugar fica comprometida porque fragmentada entre a geograficidade do vivido e sua representação geográfica. Em outras palavras, a geografia de que fala Klink por certo não é a mesma daqueles que a reproduzem através de suas existências cotidianas.

Em outros momentos deste trabalho nos remetemos ao fato desta designação ter se originado por entre as demandas advindas de cizânias políticas, por quanto, carregadas ideologicamente de um conteúdo utilitarista e demagógico. Nesse sentido Klink negligenciou a biografia desta alcunha, tomando-a como coerente e incontestável, ainda que tenha ele se detido em aproximar à realidade do ABC, a noção de cidade-região. Em verdade, essa justaposição surge como um artifício que pretende justificar as discontinuidades e também o caráter contíguo presentes nessa conformação territorial, incabíveis a simples definição regional.

Mas não para por aí. Klink revela com aquele segmento de afirmações, certa inocência ou credulidade perante as façanhas do capital produtivo. Uma delas se estabelece sobre a idéia de “geração” de empregos como iniciativa ofertada por parte do empresariado e competitividade em acordo com as “leis naturais” da economia política que, de seu lado, regem os mercados. A primeira, a

saber, a “criação” de emprego oblitera o trabalho como condição *sine qua non* à exequibilidade da produção, em vias de propiciar a valorização e acumulação de capital, exatamente pelas mãos da extração de mais-valia. Quanto à segunda, as supostas “leis” de mercado, oculta precisamente o fato de que as condições de instauração das grandes corporações são dadas pelos ajustes entre Estado e iniciativas privadas nacional e/ou transnacional. Ou seja, as leis tomadas como força invisível que guia as atividades econômicas inexistem.

“O nível de endividamento dos Estados perante os grandes fundos de aplicação privados (os “mercados”) deixa-lhes pouca margem para agir senão em conformidade com as posições definidas por tais mercados (...).” (Chesnais, 1996,p.15)

Donde as mudanças táticas por parte das empresas em função do papel galgado pelo capital monetário, na atual fase em que se encontra o modo de produção capitalista. Estratégias logísticas como alterações diretas na linha produtiva, na aquisição dos itens a ela necessários, na comercialização do artigo final, ou ainda, indiretamente exercida sobre as formas de exploração da mão de obra empregada. Entre os ditames paradigmáticos do neo-liberalismo, deparamos ao que Chesnais traz como “fetichismo da liquidez”. Este pode ser demonstrado através das expectativas que os diferentes empreendimentos pertinentes às diversas frações do capital nutrem. Ou seja, que se comportem semelhantes à reprodução e valorização do capital financeiro. Assim, os grandes grupos industriais,

“Sob a influência da esfera financeira e da preferência pela liquidez, o horizonte temporal de valorização do capital industrial tende a reduzir-se mais e alinhar-se, mundialmente, ao que diversos autores norte-americanos caracterizam como “*short-termism*”.” (Chesnais, 1996,p.16)

A RMSP e o ABC sem fugir deste espectro, forçosamente encaram as “adaptações” que aludimos no capítulo anterior. Por conta disso, torna-se fundamental apreciar os efeitos sobre as territorialidades em ambos os casos, já que,

O sistema mundial “começa a se tornar integrado quanto as mercadorias;(...) tende igualmente a se integrar no que diz respeito às tecnologias e às novas técnicas financeiras(...). Mas não está integrado quanto ao trabalho”. Ora um mercado não integrado nessa terceira dimensão permite que as companhias explorem a seu bel-prazer as diferenças de remuneração do trabalho, entre as diversas regiões (...), entre diferentes países(...), entre continentes.” (Chesnais, 1996,p.16)

Realizam esta exploração intercedendo sobre os mecanismos de regulamentação dos assalariados. O fazem através da imposição de adulterações legislativas e de acordos trabalhistas próprios a cada Estado nacional, submetendo as precedentes condições a seus propósitos.

As questões levantadas durante este capítulo tiveram o propósito de demonstrar os vínculos de que se constituem a totalidade de qualquer parte da realidade que se queira tomar como objeto. Ou seja, elas nos permitiram interrogar sobre as relações presentes e mediações necessárias à apreensão do ABC uma vez que as dinâmicas de formação e as alterações promovidas na esfera produtiva não apenas se refletem no entendimento e em sua representação como retroagem sobre elas.

Assim ocorreu com a denominação “Região do Grande ABC” e seu entendimento apartado da capital paulista que somente será válido se as devidas correlações forem temporariamente desfeitas e posteriormente refeitas.

Com isso queremos finalizar ressaltando a importância do tratamento dado ao conhecimento seja qual for seu patamar, para que as realidades não se tornem modelos ou simulacros abstratos e sem movimento. Dentro dos limites deste trabalho, este pode ser considerado seu mote principal: avaliar sob outro prisma a definição de região, resgatar e dar prosseguimento à discussão regional.

Considerações Finais

Bem chegada ao fim de nossa pesquisa, compartilhamos algumas reflexões para futuros encaminhamentos.

Em verdade buscamos, durante esta trajetória, especular sobre as relações entre representações geográficas e realidade concreta. Isto é, via o material produzido pelo Estado, seus órgãos, ministérios públicos e subprefeituras (com bases direta ou indiretamente vinculadas à ciência geográfica), ou ainda, pelas mãos das iniciativas privadas e imprensa, pretendíamos colocar frente a frente as imagens por eles construídas e as dinâmicas efetivas que envolveram a conformação territorial do ABC paulista.

Ainda nesta direção, perseguimos o debate sobre região e regionalização a fim de investigar os aspectos julgados como definidores a Região Metropolitana de São Paulo e sub-oficialmente a chamada “Região do Grande ABC” e o contexto do qual emergiram e foram formalizadas.

A partir daí, na perspectiva de um reencontro com a categoria “totalidade”, retomamos a discussão regional acompanhados da reflexão sobre a pertinência dos recortes territoriais mencionados.

Sem ineditismo algum, logramos com isso demonstrar, os limites e as vicissitudes entre as concepções de caráter técnico-operativo e de análise propriamente geográfica e científica.

Assim sendo, sugerimos no primeiro capítulo um esquema explicativo onde sistematizamos uma possível proposição de entendimento regional, que novamente indicamos como apoio, a última parte desse mesmo trabalho. Este plano traçado que recebeu o título “As territorialidades do Desenvolvimento Histórico” foi desmembrado em dois momentos. Neles se encontram, com bases no materialismo dialético, primeiramente os elementos fundantes àquelas formações ou se quisermos as suas determinações; e depois, no plano cognitivo, os caminhos realizados para sua apreensão. Em ambos os traçados, a produção material e de idéias derivam da coesão metabólica constituída entre sociedade e

natureza, ou mais precisamente, da inter-relação condicional e própria às suas existências.

Em paralelo, recaímos sobre a RMSP e ABC , para repensarmos suas definições a partir daqueles moldes. Ao fazê-lo nos deparamos com o conceito de cidade-região cuja definição se mostrou imensamente cabível e coerente ao caso paulista, entretanto sem consentir a cisão entre eles. Isto porque, uma vez mais, reafirmamos a impropriedade de tal divórcio. Se assim o praticássemos, o destaque em relação ao ABC seria ainda de maior gravidade na medida em que divergimos de tomá-lo como unidade pois comparecem sete municípios absolutamente diversos, com particularidades respeitáveis. Desenvolvemos esta idéia durante toda a pesquisa e especialmente na ocasião em que levantávamos as indagações finais contidas no terceiro capítulo. Onde a atualização do debate regional através do conceito de cidade-região:

“Até recentemente, as regiões como entidades políticas eram pensadas sobretudo como unidades administrativas aninhadas dentro do território do Estado nacional. (...) consideradas áreas com limites coincidentes com o nível local de governo, ou constituíram sub-territórios dentro de um território nacional, meros níveis mais baixos em uma hierarquia de arranjos político-administrativos (...) A partir dos anos 70, no entanto, um novo regionalismo (...) não é tanto um efeito de iniciativas emanando do governo central, mas uma resposta direta a tensões e pressões movidos pela emergência da cidade-região como ator importante na economia mundial” (SCOTT et alli, Cidades-Regiões Globais, p. 18)

Assim pensada, as cidades-regiões redundam como resultado prático do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e de tudo que delas decorrem. As inovações técnico-científicas, as redes de comunicações e de transportes, e o próprio neo-liberalismo que procurou refundar o papel dos Estados nacionais, não correspondem aos formatos traçados pelos procedimentos da anterior forma de regionalização.

Estas características apontam os limites de terem sido concebidas única e exclusivamente como áreas em que são exercidas as forças políticas ligadas à supervisão de recursos e de serviços. Mas, a idéia de governança a ela implicada, em que pesam as decisões regionais, nacionais e supra-nacionais, confirmou os embaraços e as dificuldades de conquistar uma consonância entre essas escalas geográficas. Ainda que isto seja verdade, alguma forma de governabilidade acaba

por ocorrer, sob o risco de deflagrar sua própria falência política. Ou seja, os obstáculos postos pela introdução de inovações estratégicas à acumulação e reprodução do capital, na atual conformação mundial, não impedem que as dinâmicas de gestão territorial da produção como um todo, se concretize por entre tais contradições.

Ao menos assim, ilustram as propostas contidas no “Plano Regional Estratégico do Grande ABC”, aprovado em 1999, em que a tendência verificada é de tomar como axioma *“o que é bom para as empresas locais é considerado bom para a cidade-região”* (SCOTT).

Diante da crise econômica e social instaurada nos anos 80 e as repercussões negativas sobre o número de postos ocupados na indústria os níveis locais de administração pública se viram forçados a propor reformulações sobre a direção tomada pelo desenvolvimento abecedense, a fim de contornar ou mesmo resolver os impasses dali decorrentes. Fez parte destes intentos o plano aludido anteriormente cuja gênese se deu ao término das eleições de 1988.

Naquele ano, três entre seus sete municípios nomeavam prefeitos pertencentes à mesma legenda, no caso o Partido dos Trabalhadores (Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema, além da capital paulista). A partir de então, em 1990 e tendo por mote os cuidados ambientais, nascia o Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings. Seus propósitos vinculavam-se originariamente à coordenação e articulação entre prefeituras, para a gerência dos recursos hídricos, e depois, para promover o uma retomada de crescimento regional, agora supostamente favorecida pela mesma filiação partidária.

No final de 1991, formava-se o Fórum Permanente de Discussões de Santo André, cujos partícipes recobriram desde representantes da ação pública até os dos sindicatos, comerciários e industriais. Desde então inaugurava-se uma série de esforços por parte das lideranças locais e das atividades econômicas presentes, rumo ao tratamento de questões em comum ao grupo de municípios integrados ao ABC. Todavia não nos deteremos em seguir o percurso de tais

iniciativas. A nós cabe apenas salientar a acuidade dentro desta conjuntura, de forjar a todo custo, uma identidade regional.

Expressão maior disto fora a criação por parte do Governo do Estado, de um decreto de “Produtividade e de Competitividade” contando para tal empreitada, o estabelecimento de Câmaras Regionais por todo perímetro sob seu julgo. Em 1997 instalou-se a Câmara do Grande ABC⁴¹.

Averiguamos então uma perspectiva identidade regional que prevê e estimula os respectivos desempenhos econômicos cuja pauta se mantém sobre o fomento de disputas entre cidades. Uma identidade que arrefece as oposições de classes presentes e acirram as cizânias que se aprofundam.

Mas por que se instala esse tipo de proposta para o ABC? Ora os pilares que as sustentaram insurgiram diretamente da lógica produtiva, porquanto a meta imposta às cidades de ultrapassar a performace de seus arredores; as ações em acordo sente teriam lugar quando acenadas vantagens concretas e também significativas que àquelas conquistadas de modo individualizado.

Nesse contexto de transformações, as cidades-regiões são trazidas para nossas considerações finais, como o termo de maior adequação para referendar as realidades que compõem a RMSP. Aquelas, por seu lado, não se caracterizam exclusivamente pelo número total de habitantes ou pelas atividades que as integram. Se predicam pelos elos que estabelecem e para onde confluem as diversas escalaridades passíveis ao conjunto articulado de atividades que pautam e distinguem tal período do modelo produtivo vigente. Nelas estão coagulados os níveis heterogêneos de governança com suas perspectivas e contradições.

Ou seja, presenciamos um estágio em que as cidades se requalificam mais que nunca, em função das transformações de ordem econômica, por serem elas mesmas o produto objetivado da relação homem-meio.

Colocam à nos, como geógrafos e também habitantes, a premência de refletir sobre as qualidades implicadas às formações dos arranjos territoriais, na sustentação entre o público e o privado. Não há nisso, qualquer ruptura ou

---

⁴¹ A inspiração para a organização interna desta Câmara se deu pelo modelo da Câmara Setorial Automotiva, cujas linhas mestras constituíram-se “no enfoque centrado no conceito de cadeia produtiva e o esforço de construção de um espaço público de expressão e negociação de diferentes interesses” (Mello, 2001,p.148)

substituição da divisão do trabalho. Esta inversamente, penetra na vida cotidiana através da diferenciação dos lugares e pela propagação dos discursos sobre estes e suas especificidades. Especializa e classifica os locais destinados à expressão da vasta gama identitária que perfaz sua manutenção: identidade civil, de classe, de categoria, de gênero. A cidade continua como lugar de valorização do capital, somando-se a ela a reprodução das ditas minorias, dos excluídos, dos marginais. Diante disto o que nos resta? Onde nos encaixamos?

Assistimos a um processo de construção identitária fragmentado, que no caso do ABC, soma-se a uma outra dimensão: a oposição entre ABC e a Capital paulista, entre os municípios que dela fazem parte e finalmente desta com a RMSP.

Para finalizar assinalamos a necessidade de revisitarmos as regiões metropolitanas determinadas legalmente a fim de investigar as dinâmicas de suas peculiaridades em processo. Do mesmo modo executar essa tarefa para avaliar, em que medida, as definições metropolitanas oficiais possuem legitimidade e se colaboram ou não com o entendimento de suas geografias.

Com isso pretendemos, uma vez mais, assinalar a importância de expressar as distâncias entre os discursos pragmáticos e operativos daquela produção propriamente geográfica. Isto, ainda que o primeiro tenha se valido da geografia para consubstanciá-lo e esta, por outro lado, tenha equivocadamente adotado esse subproduto dito geográfico.

De sorte que deste temário surgem indagações que nos levam ao prosseguimento de outras pesquisas. Algumas podem ser colocadas para motivar estas novas empreitadas. Por exemplo, os termos cidade-região são suficientemente competentes para indicar a conformação metropolitana paulista? Os contornos que as definem coincidem, ou, ao contrário devem passar por reformulação? Os elos entre as cidades que a constitui justificam sua incorporação conceitual? Existindo contigüidades de ordens distintas da que se objetiva territorialmente não torna inaceitável abordá-la apenas por este viés? A espaço-temporalidade alterada pelos feitos inovadores do final do século XX resiste aos

encaminhamentos regionais? Será que espaço se restringe às noções de lugar, rede, área, região e a temporalidade à duração, ritmo, frequência?

Com estas questões estamos convencidos da necessidade de nos voltar ao estudo da filosofia como parte da reflexão geográfica, como pensamento sobre o pensamento que vem da realidade em sua concretude e a ela retorna, em forma de ação. Façamos disto nossas novas metas profissionais.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. História da Filosofia. Lisboa: Editorial Presença, 1969 (14 vol).
- ANDERSON, Perry ET alli. Pós-neoliberalismo: As Políticas e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDERY, Maria Amália et.ali. - Para Compreender a Ciência. Rio de Janeiro: Ed. Espaço e Tempo, 1992.
- AZEVEDO, Aroldo ET alli. A Cidade de São Paulo. Estudos de Geografia Urbana (4 vols.). Saõ Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- BERNAL, J.D. História Social de La Ciência. 6ª Ed. Barcelona: Península, 1989.
- BERNARDO, J. Marx crítico de Marx. Lisboa: Afrontamento, 1977(3vol).
- BETTANINI, T. - Espaço e Ciências Humanas. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1982.
- CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.
- CAPEL, Horácio - Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea. Una introducción a la geografía. Barcelona: Barcanova temas universitários, 1981.
- CARONE, Edgar. O Pensamento Industrial no Brasil. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- CARR; Eduard Hallet - Que é História? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CASTRO, Contancio. La Geografia em La Vida Cotidiana. Barcelona: Del Serbal, 1997.
- CERTEAU, Michel de - A Invenção do Cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHEPTULIN, Alexandre - A Dialética Materialista. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- CHENAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHORLEY, R. e HAGGETT, P. (orgs). Modelos Integrados em Geografia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Ed, S.A./Edusp, 1974.
- CORRÊA, Robero L. Região e Organização Espacial. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.
- CORRÊA, R. L. Et. alli (orgs.). Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrans, 1997.

CHRISTOFOLETTI, Antônio (org.) et.alli - Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1982.

CLAVAL, P. Evolución de La Geografía Humana. Barcelona: Oikos-tau, 1974.

DÉAK, Csaba e SCHIFFER, Sueli R. O Processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 1999.

DUARTE, Fábio. Crise das Matrizes Espaciais. São Paulo: Perspectiva, 2002.

DERRUAU, Max. Geografia Humana. São Paulo: Martins Fontes, 1973.

DURANT, Will - A Filosofia de Hebert Spencer. Rio de Janeiro: Ediouro, sem data.

FANI, Ana e OLIVEIRA, Ariovaldo (orgs.). Geografia das Metrôpoles. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Geografia de São Paulo (2 vols.)
São Paulo: Contexto, 2004.

FERRARI, Terezinha. Fabrilização da Cidade e Ideologia da Circulação. São Paulo: Terceira Margem, 2005.

FEYRABEND, Paul. Adiós a La Razón. Buenos Aires: Tecnos, 1987.

_____. La Ciência em uma Sociedad Libre. Madrid: Siglo XXI, 1982.

FOUCAULT, M. et alli - Estruturalismo - antologia de textos teóricos. São Paulo: Martins Fontes, sem data.

FOUGEYROLLAS, Pierre. A Filosofia em Questão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

FRÉMONT, A. A Região, Espaço Vivido. Coimbra: Livarria Almedina, 1980.

GAIARSA, Otaviano A. A Cidade que Dormiu Três Séculos. Santo André: Prefeitura de Santo André, 1968.

GEORGE, Pierre. - Os Métodos da Geografia. São Paulo: Ed.Difel, 1982.

_____- Sociologia e Geografia. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

_____- Geografia da População. São Paulo: Difel, 1981.

_____. et.alli - A Geografia Ativa. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

GIANNOTTI, José Arthur - Origens da Dialética do Trabalho. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

- GOMES, Paulo C. Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.
- GOMES, P. C. ET alli. (orgs.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, 1995.
- GOTTDIENER, Mark. A Produção Social do Espaço Urbano. São Paulo: Edusp, 1993.
- GREGORY, Derek et alli (orgs.). Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- HARVEY, David. A Condição Pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.
- _____. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- HELLER, Ágnes - Sociología de la Vida Cotidiana. Barcelona: Ediciones Península, 1991.
- _____. A Filosofia Radical. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. O Cotidiano e a História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. La Revolución de La Vida Cotidiana. Barcelona: Ediciones Península, 1987.
- JAPIASSU, Hilton. Introdução ao pensamento epistemológico. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.
- _____. Nascimento e Morte das Ciências Humanas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1982.
- _____. O Mito da Neutralidade Científica. Rio de Janeiro: Imago. 1975.
- KLINK, Jeroen J. A Cidade-região: Regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- KOYRÉ, Alexandre. Pensar La Ciência. Barcelona: Paidós Ibérica, 1994.
- KONDER, Leandro. Marxismo e Alienação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965
- KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- KUHN, Thomas. A Estrutura das revoluções Científicas. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- LACOSTE, J. A Filosofia do Século XX. São Paulo: Papyrus, 1992.

LACOSTE, Yves. A Geografia. in: FRANÇOIS, C.(org.). História da Filosofia- Idéias, Doutrinas: filosofia das ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, v.7.

_____. A Geografia- Isso Serve, em Primeiro lugar, Para Fazer a Guerra. São Paulo: Ed.Papirus, 1988.

LEFEBVRE, Henri. A Vida Cotidiana no Mundo Moderno. São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____. Introdução à Modernidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. Lógica Formal/Lógica Dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. O Direito à Cidade. São Paulo: Edições Moraes, 1991.

_____. Para Compreender o Pensamento de Karl Marx. Lisboa: Edições 70, 1981.

_____. A Re-produção das Relações de Produção. Lisboa: Escorpião, 1973.

_____. A Sociologia de Marx. Montevideu: Editorial Eureka, 1970.

_____. El Marxismo. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires, 1975.

LEFEBVRE, H. E GUTERMAN, N. Que és La Dialética. Buenos Aires: La Pleyade, 1975.

LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. São Paulo: Edusp, 2003.

LIPIETZ, Alan. O Capital e seu Espaço. São Paulo: Nobel, 1988.

LLANOS, A. Introdução à Dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

LUKÁCS, George. História e Consciência de Classe. Porto: escorpião, 1974.

_____. Introdução a uma Estética Marxista. Rio de Janeiro: Ed.Civilização Brasileira, 1978.

LUZ, Nícia V. A Luta pela Industrialização do Brasil. São Paulo: Alfa-ômega, 2004.

MAFFESOLI, Michael. O Conhecimento Cotidiano. Lisboa: Vega, sem data.

- MAGNANO, Angélica A. A Divisão Regional Brasileira- uma Revisão Bibliográfica in Revista Brasileira de Geografia v.57/n.4. Rio de Janeiro: IBGE, 1995
- MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. Acumulação Monopolista e Crises no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARTINS, Elvio. Da Geografia à Ciência Geográfica e o Discurso Lógico. São Paulo, 1996. Tese de Doutorado em Geografia Humana FFCH, USP.
- _____. Geografia e Ontologia: O Fundamento Geográfico do Ser. In Revista Geosp n. 21, São Paulo, 2007.
- MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1989.
- _____. A Miséria da Filosofia. São Paulo: Global Editora, 1985.
- _____. Para a Crítica da Economia Política. In Coleção “Os Pensadores”, São Paulo: Nova Cultural, 1987, v.1.
- MARX, K. e ENGELS, F. La Ideologia Alemã. Buenos Aires: Ediciones Pueblos Unidos, 1985.
- MANTEGA, Guido.
- MENDONÇA, Sônia. São Paulo: Moderna, 1995.
- _____. Estado e Economia no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MENDOZA, J.G. et alli. - El Pensamiento Geográfico. Madrid: Alianza Editorial, 1982.
- MERLEAU-PONTY, Merlau. A Fenomenologia da Percepção. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1971.
- MONBEIG, Pierre. Novos Estudos da Geografia Humana Brasileira. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.
- MORAES, Antonio Carlos R. - Ideologias Geográficas. São Paulo: Hucitec, 1988.
- MOREYRA, Ruy et alli. Brasil, Século XXI – por uma nova regionalização? São Paulo: Max Limonad, 2004.
- MOREYRA, Ruy. Assim se Passaram Dez Anos (A renovação da Geografia no Brasil), Inédito, 1989.
- _____. Conceitos, Categorias e Princípios Lógicos para uma Geografia dialeticamente repensada. 1987.

- _____. O Círculo e a Espiral Rio de Janeiro: Coautor, 1993.
- _____. Espaço, Corpo do tempo. São Paulo, 1994. Tese de Doutorado em Geografia Humana, FFLCH, Universidade de São Paulo.
- _____. O Movimento Operário e a Questão Campo-Cidade no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. Para onde vai o Pensamento Geográfico? São Paulo: Contexto, 2006.
- NEGRO, Antônio L. Linhas de Montagem: O Industrialismo Nacional-desenvolvimentista e a Sindicalização dos Trabalhadores. São Paulo: Boitempo, 2004.
- NETTO, José Paulo. Capitalismo e Reificação. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- NETTO, José Paulo & FALCÃO, Maria do Carmo - Cotidiano: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco de A. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- PAULANI, Leda. Modernidade e Discurso Econômico. São Paulo: Boitempo, 2005.
- PORTO, Antônio R. História Urbanística da Cidade de São Paulo: Cartago, 1992
- PEZEU-MASSABUAU, Jaques. La Vivienda como Espacio Social. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- PRADO JR., Caio. Dialética do Conhecimento. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- _____. História e Desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. História Econômica do Brasil.: Brasiliense, 1945.
- PRATES, Rodolfo C. "Reestruturação Industrial da Metrópole Paulista: O Processo de Descentralização Industrial". São Paulo, 2000. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana FFCH, USP.
- QUAINI, Massimo. A Construção Da Geografia Humana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. Marxismo e Geografia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- RIBEIRO, I. C. e CARDOSO, A. L. (orgs.). Reforma Urbana e Gestão Democrática: Promessas e Desafios do Estatuto da Terra. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2003.
- ROUX, Serge Le. Desemprego Estrutural, Desemprego Tecnológico: Categorias a Revisitar à Luz da Imaterialização da Atividade Econômica. São Paulo: DIESE, 1998.
- ROLNIK, Raquel. A Cidade e a Lei. São Paulo: Nobel, 1999.
- SANTOS, Douglas. A Reinvenção do Espaço; diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: UNESP, 2002.
- SANTOS, M. e SOUZA, M.A. (orgs.). A Construção do Espaço. São Paulo: Nobel, 1986.
- SANTOS, Milton et alli (orgs.). O Novo Mapa do Mundo. Fim de Século e Globalização. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1997.
- SANTOS, Milton. Economia espacial. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. O Espaço Dividido. São Paulo: Edusp, 2004.
- _____. Por Uma Nova Geografia. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. Por outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- _____. A Natureza do Espaço. São Paulo: Edusp, 2002.
- SCHAFF, Adam - A Sociedade informática. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1995.
- SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio à Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SILVA, Armando Corrêa da - De quem é o pedaço? Espaço e Cultura. Ed. Hucitec, SP, 1986.
- _____. O Espaço Fora do Lugar. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. As Categorias como fundamento do Conhecimento Geográfico. In O Espaço Interdisciplinar, São Paulo: Nobel, 1986.
- _____. A Concepção Clássica de Geografia Política. Revista do departamento de Geografia, n.1, Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, USP.

- _____. De Quem è o Pedaco? São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. Geografia e Lugar Social. São Paulo: Contexto, 1991.
- SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e as origens da Indústria no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SINGER, Paul. A Crise do “Milagre”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. Economia Política da Urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SINGER, Pauli ET alli. São Paulo 1975. Crescimento e Pobreza. São Paulo: Loyola 1976.
- SILVEIRA, Paulo & DORAY, Bernard - Elementos para uma Teoria Marxista da Subjetividade. São Paulo: Vértice, 1989.
- SODRÉ, Nelson W. Introdução à Geografia. Petrópolis: Vozes, 1987.
- SOJA, Edward W. Geografias Pós-modernas. São Paulo: Jorge Zahar, 1993.
- SPÓSITO, Eliseu S. Geografia e Filosofia. São Paulo: UNESP, 2004
- TRAGTEMBERG, M. Administração poder e ideologia. São Paulo: Cortez, 1989.
- VALCÁRCEL, José O. Los Horizontes de La Geografia. Barcelona: Ariel, 2000.
- VALLADARES, L. e PRETECEILLE E. (coords.). São Paulo: Nobel, 1990.
- VAZ, Henrique C.L. Antropologia Filosófica. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- WESTFALL, Richard S. La Construcción de La Ciência Moderna. Barcelona: Labor, 1980.
- ZEMELMAN, Hugo. Los Horizontes de La Razón. Barcelona: Anthropos/El Colgio de México, 1992.